

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

SAMUEL FERNANDO DA SILVA JUNIOR

***DIRETAS JÁ E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL: LUTA POLÍTICA NA
TRANSIÇÃO CONSERVADORA***

**Marechal Cândido Rondon
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

SAMUEL FERNANDO DA SILVA JUNIOR

***DIRETAS JÁ E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL: LUTA POLÍTICA NA
TRANSIÇÃO CONSERVADORA***

Dissertação submetida à Banca de defesa como requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Linha de Pesquisa Estado e Poder, sob a orientação do Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil.

**Marechal Cândido Rondon
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Silva Junior, Samuel Fernando da
DIRETAS JÁ E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL :
luta política na transição conservadora / Samuel
Fernando da Silva Junior; orientador(a), Gilberto
Grassi Calil, 2018.
285 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon,
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras,
Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. História. 2. Transição política. 3. Diretas Já.
4. Autocracia burguesa. I. Calil, Gilberto Grassi.
II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



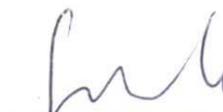
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

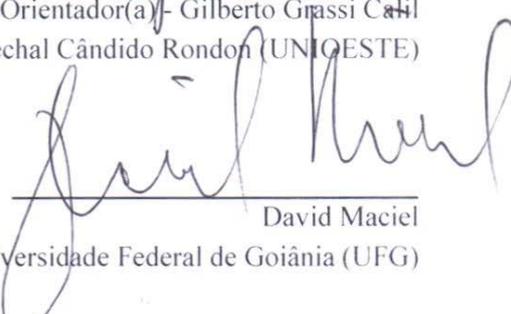
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SAMUEL FERNANDO DA SILVA JUNIOR, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 29 dia(s) do mês de março de 2018 às 09h00min, no(a) Sala de Aulas do PPGH (60), realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Samuel Fernando da Silva Junior, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Gilberto Grassi Calil, David Maciel, Geraldo Augusto Pinto. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Gilberto Grassi Calil, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "DIRETAS JÁ E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL: LUTA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO CONSERVADORA". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): David Maciel, Geraldo Augusto Pinto. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Orientador(a) - Gilberto Grassi Calil

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)


David Maciel
Universidade Federal de Goiânia (UFG)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE SAMUEL FERNANDO DA SILVA JUNIOR, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Geraldo Augusto Pinto

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Samuel Fernando da Silva Junior

Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 6213/2016-GRE



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
– MESTRADO E DOUTORADO - UNIOESTE

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: "DIRETAS JÁ E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL: LUTA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO CONSERVADORA"

Nome do concluinte: **Samuel Fernando da Silva Junior**

Integrantes da Banca: Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil (orientador), Davi Maciel (UFG), Geraldo Augusto Pinto (UTFPR/Unioeste), Suplente: Carla Luciana Souza da Silva (UNIOESTE)

Parecer:

A dissertação aborda temática relevante e pouco trabalhada pela historiografia. O trabalho apresenta estrutura adequada, está bem escrito, mobiliza significativo elenco de fontes, demonstra conhecimento da bibliografia e articula adequadamente a reflexão teórico conceitual com a pesquisa empírica. A banca recomenda a publicação em livro e artigos.

Marechal Cândido Rondon, 29 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS

Durante o mestrado, algumas pessoas foram imprescindíveis para que a presente pesquisa transcorresse de forma tranquila, porém não menos densa e comprometida com a verdade. A essas pessoas, dentre outras que não lembrarei de nominar, por isso, peço desculpas de antemão, ficam os meus singelos e sinceros agradecimentos: ao Carminati, Cíntia, Fabiana, Írio, Luana, Lucas, Rúbia, Saionara. Muito obrigado!

À Daiane, figura adjuvante na minha formação acadêmica. Digo isto pelo incentivo, bem como pelas longas conversas despreziosas sobre História, literatura, cinema e estética. Historiadora séria da cultura e da arte. Muito obrigado por fazer parte desse processo!

Ao meu amigo, Leandro. Apesar da nossa longa amizade e pela congruência teórico-metodológica, jamais renunciamos discussões polêmicas que versam sobre história e marxismo, economia e filosofia, que nos colocaram, muitas vezes, em posições opostas, me possibilitando, assim, a formulação de críticas e autocríticas sinceras e a didatização permanente da teoria e da política. Nossa proximidade pessoal e política tampouco obliterou a busca pela verdade que, como dizia o “Sardo” é, em si, potencialmente revolucionária. Muito obrigado, amigo.

Não posso deixar de mencionar os meus camaradas “mafiosos” que conheci em Marechal Cândido Rondon: Rodrigo Paziani e Yuri Carvalho. Duas pessoas sem igual e ímpares para mim. Sedentos, como eu, por uma “querela”, nunca tergiversamos um debate polêmico e discussões “quebra pau” no campo das ideias, o que acabou reforçando e consolidando a nossa amizade. Mostraram-me meus “quiprocós” teórico-políticos e minha “ortodoxia” de ser empedernido em determinados posicionamentos. Isso possibilitou-me a ser uma pessoa mais aberta ao debate plural *sine ira et studio*. Em tempos de “lugar de fala”, um debate fraterno, mas não menos duro e direto ao ponto, renderia, no mínimo, uma inimizade pueril. Obrigado, “heréticos” camaradas! Permito-me, aqui, mais um particular agradecimento ao Yuri; “enciclopédia cultural”, possibilitou-me expandir o rol de conhecimento musical e cinematográfico. Valeu, Yurenko!

À minha companheira Veridiana. Na reta final do mestrado, em tempos de primavera, e estando na mesma situação que eu, foi essencial nos debates políticos e teóricos sobre os mais diversos assuntos; seguimos, tête-à-tête, partilhando as angústias, bem como a descoberta de novas fontes e a finalização das nossas respectivas pesquisas de mestrado. Ainda assim, de forma leve e indelével, pudemos partilhar momentos de muita tranquilidade, alegria e descontração, ocasiões sem as quais transformariam essa reta final dificultosa e desgastante. Com carinho, meu muito obrigado!

À minha mãe, Carmen, meu pai, Samuel, minha irmã, Júlia, e ao meu avô, Nestor, pelo permanente apoio e compreensão das não poucas ausências em prol do estudo e leituras.

Ao meu orientador Gilberto Calil, pela liberdade e confiança que me foram dadas para seguir pesquisando.

Aos professores Geraldo Augusto Pinto (UTFPR) e David Maciel (UFG). Membros da banca examinadora de minha dissertação, pude aprender com ambos, por meio das críticas e sugestões, a redesenhar, na forma e no conteúdo, a presente pesquisa.

À CAPES, pelo incentivo e fomento.

Ao Centro de Pesquisa Vergueiro, que disponibilizou parte das fontes que utilizo nesta pesquisa. Especialmente à Luíza, pela hospitalidade e solicitude.

“O que seria mais difícil de perceber, em “condições normais”, tornou-se agressivamente notório graças à presença da ditadura e às conotações antipopulares e antioperárias de sua atuação política. Dentro da lógica segundo a qual quem semeia ventos colhe tempestades, a burguesia, que recorreu à ditadura para se fortalecer, vê-se apanhada em uma teia de contradições que torna impossível esconder o sol com a peneira. A ditadura não serve para “justificar” a omissão burguesa, pois ela própria é produto de uma ação coletiva das classes possuidoras e, portanto, de um querer de classe que os proletários puderam experimentar (e avaliar) concretamente, em sua carne, em seus sentimentos e na rejeição de uma sociedade civil que absolveu os seus algozes.”
(Florestan Fernandes. *Nova República*)

*“O que transforma o velho no novo
bendito fruto do povo será”
(Belchior. *Alucinação* [1976])*

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo versar sobre o movimento *Diretas Já* no Brasil decorrido ao longo dos anos de 1983 e 1984, no bojo da transição política. Para tal análise se mostrou necessário fazer uma digressão acerca do modelo de desenvolvimento econômico e político sob o qual o Brasil esteve inserido, buscando evidenciar a forma antipopular e autocrática de modernização interna, e dependente e subalterna na sua relação externa, engendrado pela *via colonial* de desenvolvimento, bem como seu modelo de organização social pautado em rearranjos e recomposições políticas pelo alto de maneira impopular e antipopular. O corolário desse tipo de desenvolvimento foi aquilo que Gramsci nominou de *revolução passiva* de conteúdo regressivo, também conhecido como *revolução restauração*, processo coroado no Brasil de forma permanente a partir de sua inserção periférica ao imperialismo. Desta forma, conseguimos compreender de maneira mais substancial a importância e o sentido que as *Diretas Já* tomaram no processo de transição. Outro ponto necessário para a compreensão mais ampla do referido movimento é a recomposição do bloco no poder iniciada ainda em 1974 e intensificada por meio de sucessivas crises – esgotamento do milagre econômico, Primeira (1973) e Segunda Crise do Petróleo (1979). Essa recomposição pode ser notada a partir do restabelecimento de alianças entre o empresariado brasileiro que começava a vislumbrar um processo de transição, mas que não perdesse, ao mesmo tempo, seus privilégios e a alta taxa de exploração da força de trabalho. Frente à crise econômica, esses empresários, principalmente os denominados de “novos empresários” (os Gerdau, Ermírio de Moraes, Setúbal, Diniz, entre outros) se aliaram com os “economistas de oposição” e com os setores oposicionistas do PMDB em torno de um “novo” projeto desenvolvimentista para o processo sucessório. É a partir destas recomposições consubstanciadas interna e externamente (pelas influências políticas e econômicas de Samuel P. Huntington e David Rockefeller) que compreendemos as possibilidades e limites do movimento pelo sufrágio imediato. Algumas hipóteses e conclusões que circunscrevem a presente pesquisa as quais podem ser apresentadas de antemão são: a) que o movimento pelas *Diretas Já* teve duas orientações diferenciadas entre os anos de 1983 e 1984: no primeiro ano marcado majoritariamente pelo tensionamento antiautocrático liderado pelo PT, CUT e movimentos de base, e no segundo ano pela perspectiva anticesarista pautada hegemonicamente pelo PMDB, PDT e dissidentes do PDS; b) que o movimento pelas *Diretas* só foi possível e relativamente consistente (duração de mais ou menos 15 meses) pela permanente correlação de forças imprimida no interior do movimento entre as oposições antiautocrática e anticesarista; c) que as *Diretas Já* tomaram forma concreta e prática com a atuação do PT ainda em 1983, culminado na mobilização de 15 de novembro de 1983 na praça Charles Muller, em São Paulo, obrigando o PMDB a participar efetivamente do movimento, tanto para neutralizar a liderança antiautocrática quanto para adquirir dividendos políticos e eleitorais, ainda que de forma dissimulada; d) que o movimento pelas *Diretas Já* não terminou com a sua derrota no dia 25 de abril de 1984, quando da rejeição da emenda Dante de Oliveira na Câmara de Deputados, conforme visto pela literatura que buscou versar sobre o tema, mas foi levado a cabo exclusivamente pela oposição antiautocrática e por quadros à esquerda do PMDB sob o manto da emenda Theodoro Mendes; e) que houve uma disputa pela “paternidade” do movimento pró-*Diretas* após a sua derrota entre o setor favorável ao consenso no Colégio Eleitoral – movimento pró-Tancredo e Aliança Democrática – e o setor antiautocrático, reunido em torno da emenda Theodoro Mendes. Essa “paternidade” foi atribuída arbitrariamente ao movimento pró-Tancredo pelo conjunto da mídia, relegando o movimento pró-*Diretas* liderado pela oposição antiautocrática ao esquecimento. Essas são algumas das hipóteses que rodeiam a presente pesquisa, e só podem ser respondidas com maior argumentação quando compreendemos, historicamente, ou seja, vertical e horizontalmente, o modelo de

desenvolvimento brasileiro e suas sucessivas recomposições políticas, para assim podermos contrastar que o movimento pelas *Diretas*, apesar dos sucessivos limites impostos pela oposição burguesa e pelo regime, foi um *locus* privilegiado de disputa política; sua existência, bem como sua contribuição para a mudança no quadro de correlação de forças se deve à participação e a resistência do movimento popular liderado pela oposição antiautocrática, uma vez que tensionaram para demonstrar que a transição política “não estava dada”, ou seja, podia ser modificada, ainda que parcialmente, por meio da luta política. Por fim, o pano de fundo desta pesquisa é entender como a autocracia burguesa se configura e se institucionaliza frente aos movimentos de luta política no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Transição Política. *Diretas Já*. Autocracia Burguesa. *Revolução Passiva*. Correlação de Forças.

ABSTRACT

***DIRETAS JÁ* AND BOURGEOUS AUTOCRACY IN BRAZIL: POLITICAL STRUGGLE IN CONSERVATIVE TRANSITION**

The purpose of this dissertation is to study the movement *Diretas Já* in Brazil, which took place during the years 1983 and 1984, in the midst of the political transition. For this analysis, it was necessary to make a digression about the model of economic and political development under which Brazil was inserted, seeking to highlight the antipopular and autocratic form of internal, dependent and subordinate modernization in its external relation, engendered by the colonial way of development, as well as its model of social organization based on rearrangements and political recompositions by the top in an unpopular and antipopular way. The corollary of this kind of development was what Gramsci called the *passive revolution* of regressive content, also known as the *restoration revolution*, a process permanently crowned in Brazil in its peripheral insertion to imperialism and to international development guidelines. In this way, we can understand in a more substantial way the importance and the sense that the *Diretas Já* already taken in the transition process. Another point necessary for the broader understanding of the movement by the *Diretas* is the rebuilding of the bloc in power that began in 1974 and intensified through successive crises – the exhaustion of the economic miracle, First (1973) and Second Oil Crisis (1979). This recomposition can be noticed from the reestablishment of alliances between the Brazilian businessmen who were beginning to envisage a transition process, but who did not lose both their privileges and the high rate of exploitation of the workforce at the same time. Faced with the economic crisis, these entrepreneurs, especially the so-called "new entrepreneurs" (the Gerdau, Ermírio de Moraes, Setúbal, Diniz, among others) allied themselves with the "opposition economists" and with the PMDB opposition sectors around a "new" developmentalist project for the succession process. It is through this internally and externally embodied recomposition (by political and economic influences of Samuel P. Huntington and David Rockefeller) that we understand the possibilities and limits of the movement for immediate suffrage. Some hypotheses and conclusions that circumscribe the present research which can be presented in advance are: a) that the movement for the *Diretas Já* already had two different orientations between the years 1983 and 1984: in the first year marked mainly by the antiautocratic tensioning led by PT, CUT and base movements, and in the second by the anticesarist perspective hegemonically ruled by the PMDB, PDT and PDS dissidents; b) that the movement by the *Diretas* was only possible and relatively consistent (duration of about 15 months) by the permanent correlation of forces impressed within the movement between the antiautocratic and anticesarist opposition; c) that the *Diretas Já* already taken concrete and practical form with the PT's performance in 1983, culminating in the mobilization of November 15, 1983 in the Charles Muller square in São Paulo, forcing the PMDB to participate effectively in the movement, both to neutralize the anti-autocratic leadership as to acquiring political and electoral dividends, albeit in a disguised way; d) that the movement for the *Diretas* no longer ended with its defeat on April 25, 1984, when rejection of the amendment Dante de Oliveira in the Chamber of Deputies, as seen in the literature that sought to deal with the subject, but was led to carried out exclusively by the antiautocratic opposition and by cadres to the left of the PMDB under the mantle of the amendment Theodoro Mendes; e) that there was a dispute over the "paternity" of the pro-*Diretas* movement after its defeat between the consensus-building sector in the Electoral College, the pro-Tancredo movement and the Democratic Alliance, and the antiautocratic sector gathered around the amendment Theodore Mendes. This "paternity" was arbitrarily attributed to the pro-Tancredo movement by the media as a whole, relegating the pro-direct movement led by the antiautocratic opposition to oblivion. These are some of the hypotheses that surround the present research,

and can only be answered with greater argument when we understand, historically, that is, vertically and horizontally, the Brazilian development model and its successive political recompositions, so that we can contrast that the *Diretas*, despite the successive limits imposed by the bourgeois opposition, was a privileged locus of political dispute; its existence as well as its contribution to the change in the correlation of forces is due to the participation and resistance of the popular movement led by the antiautocratic opposition, since they stressed that the political transition was "not given", that is, it could be modified, albeit partially, through political struggle.. Finally, the background of this research is to understand how the bourgeois autocracy is configured and institutionalized before the movements of political struggle in Brazil.

KEYWORDS: Political Transition. *Diretas Já*. Bourgeois autocracy. *Passive Revolution*. Correlation of Forces.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS E PARTICIPAÇÃO.....	48
Tabela 1.2 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (1963-1976).....	50
Tabela 1.3 – EXPORTAÇÃO E TAXA DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PRODUZIDOS NO BRASIL.....	53
Tabela 1.4 – TAXA DE INFLAÇÃO.....	57
Tabela 1.5 – TAXA DE CRESCIMENTO (PIB).....	57
Tabela 1.6 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL.....	59
Tabela 1.7 – DESEMPENHO DOS BANCOS COMERCIAIS.....	77

LISTA DE SIGLAS

- II PND** – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
- III PND** – Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento
- ABI** – Associação Brasileira de Imprensa
- ACRJ** – Associação Comercial do Rio de Janeiro
- AI** – Ato Institucional
- AJS** – Alicerce da Juventude Socialista
- ANDES** – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- CC** – Comitê Central
- CDE** – Conselho para o Desenvolvimento Econômico
- CFR** – *Council on Foreign Relations*
- CIP** – Comissão Interministerial de Preços
- CICYP** – Conselho Interamericano de Comércio e Produção
- CNA** – Confederação Nacional da Agricultura
- CNC** – Confederação Nacional do Comércio
- CNI** – Confederação Nacional da Indústria
- CONCLAT** – Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DSN** – Doutrina de Segurança Nacional
- ESG** – Escola Superior de Guerra
- FED** – Federal Reserve System
- FGTS** – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FSP** – Folha de São Paulo
- IBAD** – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IBOPE** – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
- INPC** – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- IPES** – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- MDB** – Movimento Democrático Brasileiro
- MR-8** – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OQI – Organização da Quarta Internacional
ORM-DS – Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista
OSI – Organização Socialista Internacionalista
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PORT-P – Partido Operário Revolucionário Trotskista-Posadista
PP – Partido Popular
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PSD – Partido Social Democrático
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SNI – Serviço Nacional de Informação
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Hipótese	21
Fontes	21
Disposição dos capítulos.....	22
CAPÍTULO 1: O MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL E SUAS MANIFESTAÇÕES HISTÓRICAS NA TRANSIÇÃO CONSERVADORA.....	25
1.1 - Natureza do desenvolvimento econômico e político no Brasil	25
1.2 - Da forma ao conteúdo: o caráter dependente do Brasil e a superexploração da força de trabalho ..	29
1.3 - A distensão e a abertura da ditadura civil-militar no Brasil: um pequeno balanço historiográfico..	39
1.4 - A crise de acumulação capitalista como um dos fatores determinantes da distensão e da abertura .	45
1.5 - Da crise econômica à crise do bloco no poder.....	62
CAPÍTULO 2: O CONTEXTO HISTÓRICO DAS <i>DIRETAS JÁ</i>: ALGUNS ELEMENTOS SOCIAIS QUE CONSTITUÍRAM O MOVIMENTO.....	84
2.1 - <i>Diretas Já</i> : um movimento da sociedade política para a sociedade civil	84
2.2 - Ida e volta do Partido Popular (PP): a construção de uma oposição confiável para o regime	92
2.4 - Deslocamento das frações dominantes em sentido das <i>Diretas Já</i>	98
2.5 - Guerra das Malvinas e o receio de uma transição desmoralizada	106
2.6 - Tancredo: o político confiável para a sucessão	109
2.7 - Fragmentação do PDS e a tática para a transição sem rupturas	120
2.8 - Rupturas e continuidades na transição brasileira	126
2.9 - Os intelectuais na transição e nas <i>Diretas Já</i>	136
2.9.1 - A ideologia burguesa de transição.....	156
CAPÍTULO 3: <i>DIRETAS JÁ</i>: DO MOVIMENTO POPULAR AO MOVIMENTO ANTIPOPULAR E A CONSOLIDAÇÃO DA TRANSIÇÃO CONSERVADORA	165
3.1 <i>Diretas Já</i> em 1983: o conteúdo anticesarista e antiautocrático	167
3.2 As <i>Diretas Já</i> em 1984: do movimento antiautocrático para o movimento anticesarista	196
3.2.1 O <i>marketing</i> político e a interlocução dos governadores: a inflexão anticesarista da campanha em 1984	197
3.2.2 Os comícios de Curitiba e São Paulo de janeiro de 1984: o sucesso da oposição burguesa	206
3.2.3 Fevereiro e março de 1984: os comícios no Rio de Janeiro sem Brizola, Belo Horizonte e, novamente, no Rio, “com” Brizola	220
3.2.4 Os comícios de abril de 1984 no Rio de Janeiro e São Paulo: do apogeu ao início do isolamento da campanha pelas <i>Diretas</i>	238
3.3 A derrota das <i>Diretas</i> e a composição da oposição burguesa pela via indireta	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	265
REFERÊNCIAS	271
APÊNDICE – Principais manifestações pelas <i>Diretas Já</i>	285

INTRODUÇÃO

O movimento pelas *Diretas Já* (1983-1984) é, ainda hoje, muito lembrado e pouco explicado, principalmente no que tange ao seu aspecto contraditório em torno dos conflitos de classes em um determinado tempo e espaço que foi bastante conturbado na história do Brasil. A importância de denotarmos o “tempo” e o “espaço” se refere as particularidades da objetivação desses conflitos sociais no Brasil, ou seja, as lutas de classes assumem aparências diferentes em determinados momentos históricos.

Neste caso particular, o desdobramento das *Diretas Já* se encontra no seio do período conhecido como “abertura política” (1979-1985) e, conseqüentemente, foi consolidada e desenvolvida durante a ditadura *civil-militar*¹ no Brasil. Esse período foi marcado substancialmente como um processo de reorganização permanente e consistente² das classes dominantes em torno de um nome que viesse trazer um maior consenso aos interesses dominantes no Colégio Eleitoral. Visto que a política econômica do “milagre econômico” (1968-1973)³ já não estava trazendo os lucros que as frações industriais da classe dominante brasileira desejavam, muito embora, neste contexto, a *superexploração* da força de trabalho continuava com a mesma intensidade, sendo esta última pautada na remuneração inferior ao valor real da força de trabalho combinada com o aumento da taxa de exploração, que se dá por meio do aumento da produtividade do trabalho pela importação de tecnologias e capitais estrangeiros⁴.

¹ Este conceito ainda é muito debatido e não há consenso dentro do campo acadêmico. O golpe civil-militar teve apoio de determinados setores da sociedade política (principalmente da UDN e setores do PSD) e de frações da sociedade civil, dentre elas: pequenos comerciantes, empresas privadas nacionais e multinacionais como também grupos pertencentes às empresas estatais, latifúndios etc., que se organizaram, principalmente, em torno de aparelhos privados de hegemonia e entidades de classe, como o IPES e o IBAD. Seguimos a perspectiva amplamente demonstrada por René Dreifuss em *1964: a conquista do Estado* (2006), compreendendo que o golpe de 1964 foi de cunho classista e bonapartista. Porém, como este conceito ainda é volúvel e poroso, há também perspectivas que podem ser igualmente compreendidas: ditadura *empresarial-militar* e ditadura *civil-militar-industrial*, dado que, o próprio René Dreifuss, em seu livro *O Jogo da Direta* (1989), utilizou o termo *empresarial-militar* para caracterizar o período de exceção.

² De acordo o historiador David Maciel, uma maior estabilidade e unidade das classes dominantes só se confirma em torno do candidato Fernando Collor de Melo (PRN) que venceu as eleições com uma estreita vantagem sobre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 1989. Sobre esse período, ver: MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda, 2012, particularmente “A sucessão presidencial e a vitória da autocracia burguesa”, p. 354-375.

³ A organização da produção do “milagre” foi pautada em dois eixos indissolúveis e complementares: produção de bens de consumo duráveis para uma fatia privilegiada do mercado interno e uma fatia, ainda maior, destinada para a exportação, mantendo a tradicional exportação de produtos primários, mas agregando a exportação de produtos manufaturados (CHASIN, 2000, p. 69). Essa política econômica teve a sua efetividade por meio do arrocho salarial dos trabalhadores. Para se ter uma ideia da dimensão desse arrocho, um assalariado em 1958 ganhava um salário real de NCr\$ 8,54, entretanto, em 1969, o trabalhador da mesma categoria ganhava NCr\$ 6,58 mensais. (IANNI, 1977, p. 279)

⁴ MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª edição. Florianópolis: Insular, 2014, p. 37.

Essa superexploração da força de trabalho é uma categoria específica e inerente aos países dependentes, porém, em determinados períodos de extraordinária acumulação de capitais – o que é próprio da natureza das ditaduras burguesas em países dependentes – como foi no “milagre econômico”, a intensidade da superexploração da força de trabalho tende-se a se elevar de forma mais vertiginosa. Nesse sentido, José Chasin pontua:

Em temos rigorosos a estrutura de produção em que se baseia o “milagre” produz necessariamente uma distribuição negativa para as classes subalternas. Para se realizar, o “milagre” obrigatoriamente tem de gerar a miséria de amplas camadas populacionais; o aviltamento da maior parte da força de trabalho empregada é a condição de seu funcionamento.⁵

Ou seja, por detrás do “milagre”, há uma aguda superexploração da força de trabalho *pari passu* ao aumento da miserabilidade da classe trabalhadora, sendo esta última a verdadeira essência do crescimento econômico brasileiro – ou melhor, das classes dominantes – ao longo de todo o regime ditatorial, particularmente, ao longo do “milagre econômico”.

As *Diretas Já* originaram-se num contexto de crise no *bloco no poder*⁶. Essa crise no interior do bloco no poder foi se agravando, gradualmente, a partir de 1974 com os primeiros reflexos econômicos da Primeira Crise do Petróleo (1973)⁷, pondo um ponto final na era do “milagre”. Assim, em 1974 com os desdobramentos dos primeiros reflexos da crise econômica, que era interna e externa, o bloco no poder passou por uma lenta reorganização empresarial e política, atingindo formas mais concretas e palpáveis somente na primeira metade da década de 1980.

Com efeito, as *Diretas Já*, nascendo desse contexto de reorganização do bloco no poder, serviram para alinhar, ainda que falsamente, as reivindicações das ruas com os setores políticos da oposição burguesa e com frações da classe dominante na qual, boa parte destas frações, principalmente os setores da indústria nacional representados pela FIESP, já faziam uma oposição, ainda que limitada, ao regime ditatorial e sua política econômica.

⁵ CHASIN, José. *A miséria brasileira: do golpe militar à crise social 1964-1994*. Santo André-SP: Ed. Ad Hominem, 2000, p. 62.

⁶ Tomamos este conceito de Nicos Poulantzas (1977, p. 293-300) que tem importância central para o entendimento da organização das classes dominantes e sua relação com o Estado. Podemos entender como bloco no poder: “uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica”. Desta forma, a unidade das frações da classe dominante configura a unidade do poder do Estado, e, este último, corresponde com os interesses específicos dessa unidade ou fração dominante.

⁷ Em aspectos gerais, a Primeira Crise do Petróleo, teve início a partir do apoio dos Estados Unidos a Israel contra Síria e Egito durante a Guerra do Yom Kippur, marcado pelo confronto entre árabes e judeus. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), contra o apoio estadunidense a Israel, lançou uma medida para embargar os EUA o que acarretou na diminuição quantitativa de produção de barris de petróleo por dia e a triplicação do seu preço.

O setor empresarial, no início da década de 1980, sentiu não somente os reflexos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)⁸, mas também a considerável e abrupta queda do PIB industrial em 1981. Essas implicações ocasionaram em um alinhamento de frações do empresariado com os conhecidos “economistas de oposição” para a recomposição de um projeto burguês⁹ que ainda era engendrado por uma orientação keynesiana e desenvolvimentista, muito embora, já na primeira década de 1980, fosse possível visualizar dois grandes projetos que tensionavam o interior do bloco no poder: o desenvolvimentista e o neoliberal.

Portanto, em 1984, no ano ápice do movimento pelas *Diretas Já* conseguimos visualizar, ainda que de modo muito distorcido e pouco expressivo, um alinhamento forjado de quatro setores políticos e sociais: os movimentos de base de caráter popular que se mobilizaram ao longo da campanha; partidos políticos clandestinos de viés “marxista” (PCB, PCdoB e MR-8), os políticos da oposição burguesa (PMDB, PDT, PTB e setores do PDS); e significativos setores industriais brasileiros, em prol do restabelecimento do Estado Democrático de Direito como o elemento fundamental para a resolução dos problemas candentes da sociedade brasileira à época. Como demonstraremos mais detalhadamente, esse consenso construído ao longo de 1982 e 1985 serviu para desarmar substancialmente a classe trabalhadora e os movimentos de esquerda após o Colégio Eleitoral.

Destes apontamentos, surge a necessidade de levarmos em consideração três questões que, desdobradas, desvendam a natureza do movimento pelas *Diretas Já*: a crise de acumulação capitalista no Brasil, a crise de hegemonia¹⁰ no interior do bloco no poder e, finalmente, a

⁸ O II PND foi uma política de estímulo à produção de bens de capital, bens de consumo, insumos básicos e energia, o que acabou fortalecendo as empresas estatais, porém com altos endividamentos externos. Tinha como objetivo o fortalecimento de cinco setores: “1, a prospecção de petróleo, com destaque para a exploração da bacia de campos; 2, a expansão da siderurgia; 3, o desenvolvimento da indústria petroquímica; 4, a expansão da capacidade de produção de energia, incluindo Itaipu e o programa nuclear; 5, o desenvolvimento da indústria de bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos” (ALMEIDA; LOURENÇO NETO, 2012, p. 17). Ou seja, “o setor de bens de consumo duráveis deveria ser “desbancado” pelo de bens de produção, enquanto prioridade da política econômica do governo. Os agentes de tal transformação seriam, evidentemente, as empresas estatais” (MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 57).

⁹ BIANCHI, Alvaro. *Um ministério dos industriais: a Federação da Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2010, p. 170.

¹⁰ A crise de hegemonia se instaura quando frações da classes dirigente e/ou grupos sociais não se sentem mais representadas pelo poder político, como também quando o “empreendimento” econômico e político levado a cabo por essa classe dirigente sofre algum tipo de colapso externo ou interno, resultando a imposição de força das classes dominantes para a manutenção da ordem, por um lado, e/ou a derrocada desta fração que não consegue mais imprimir sua hegemonia, por outro, sendo substituída por outra ou, até mesmo, recomposta com setores oposicionistas. Nas palavras de Gramsci: “Em um certo ponto de sua vida história, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. [...] E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou

necessidade de um nome consenso – daí a importância das *Diretas Já* – para o “coroamento” do processo de transição política. Esse consenso acabou simbolizando a reorganização do bloco no poder. Nesse sentido, para compreendermos o real significado da *Diretas Já*, sua efetividade no processo de transição, bem como a sua função prática, necessita-se entender o econômico, o político e o social como uma unidade orgânica indissociável, muito embora que, para caráter analítico, essa separação acabe sendo necessária.

Portanto, para chegarmos ao ponto fulcral deste trabalho, ou seja, de entender qual o papel, a função e os desdobramentos das *Diretas Já* na transição devemos, primeiramente, apontar a natureza do processo de desenvolvimento econômico e político brasileiro. Apontando as leis objetivas regidas nas relações sociais que acabaram construindo esse modo de *ser e ir sendo*¹¹ do Brasil. A nosso ver, somente estabelecendo esses laços que compreenderemos a “redemocratização” nas suas implicações mais profundas.

A partir disto, faremos uma digressão que passará rapidamente pela historiografia acerca da ditadura e apresentaremos as nossas contribuições que irão confluir, de forma direta, na maneira em que apreendemos esse processo de “redemocratização”. Essa digressão se torna necessária simplesmente para expor que transição política como um todo e as *Diretas Já* em particular não foram um processo sem fundamento, sem um “chão histórico”, descolados e autonomizados. Muito pelo contrário, buscaremos aqui evidenciar justamente esses fundamentos que permeiam o “chão histórico” (o modo de *ser e ir sendo*) da realidade brasileira.

Assim, para compreender os enlaces do processo de transição política no Brasil, torna-se necessário apreender o modelo pelo qual o Brasil se desenvolveu, o fundamento de suas relações sociais e como elas se espalharam para as demais instâncias da sociabilidade. Portanto, é somente compreendendo a natureza do desenvolvimento econômico e político da história brasileira que conseguiremos ver a transição política de 1985 como uma longa linha de continuidade com o próprio *modo de ser* (de produzir e se reproduzir) do Brasil, onde a conciliação e o mudancismo no terreno político pelo alto se deram, como não podia deixar de ser, sem nenhuma transformação significativa na estrutura econômica e social.

porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas [...]. (GRAMSCI, 2016, p. 60-61)

¹¹ Gênese e desenvolvimento do processo histórico.

Hipótese

A campanha pelas *Diretas Já* foi marcada por um extremo embate de projetos hegemônicos em torno do processo de transição a se seguir, e não um movimento única e exclusivamente direcionado pelo PMDB, sem que houvesse alguma oposição. Diante desse embate, o PT e a CUT, se aproveitando das vacilações da oposição burguesa acerca do movimento em 1983, assume sua direção, imprimindo sua perspectiva para a transição, por meio de um programa político, e tensionando os conflitos que viriam a existir no interior do movimento em 1984. Neste último ano, apesar da visível direção da oposição burguesa, a oposição antiautocrática ocupava as brechas deixadas para disputar a direção do movimento em 1984. Assim, veremos como que a “santa aliança” pelas eleições indiretas se consolidou e optou pelo definhamento do movimento pelas *Diretas*, no entanto, não sem resistência da oposição antiautocrática. Esse consenso pelas indiretas marcou mais um capítulo pela consolidação da revolução passiva e pela manutenção da autocracia burguesa no Brasil que, não obstante, se utilizou da memória da *Diretas* como uma “moeda de troca” para a consolidação de um projeto burguês e antipopular pelo alto.

Fontes

As fontes utilizadas ao longo do presente trabalho têm um determinado grau de variedade. A primeira forma na qual buscamos nos basear é na larga disponibilidade das fontes jornalísticas que conseguiram, em maior ou menor grau, demonstrar o processo de desenvolvimento econômico e político brasileiro. Aliadas à bibliografia existente sobre o período mais a análise dispendida por nós, traçamos a maneira pela qual, conjunturalmente, as contradições políticas vão se manifestando, seja nas suas lutas, seja no seu leque de negociação pelo alto. Não obstante, buscamos relacionar essa forma conjuntural à condição estrutural do modelo de desenvolvimento brasileiro.

As fontes jornalísticas utilizadas ao longo deste trabalho serão da: *Voz da Unidade*, *Folha de São Paulo*; como fontes complementares dispomos do: *O Globo*, *Em Tempo*, *Alicerce da Juventude Socialista* e, em menor escala, *Jornal do Brasil* e *O Trabalho*. Essas serão as fontes jornalísticas nas quais iremos nos sustentar.

Utilizaremos também, principalmente no terceiro capítulo, uma série de documentos, atas, circulares, resoluções e panfletos partidários e sindicais circulados no período do movimento pelas *Diretas Já*. Essa série de documentos são do: PT, PMDB, da tendência Convergência Socialista, Democracia Socialista entre outras. Dos sindicatos serão: da CUT e da Conclat. Esses documentos se mostram como os principais nutrientes deste trabalho, uma vez que demonstram claramente a participação e o grau de envolvimento destes partidos e

sindicatos no movimento pelas *Diretas*. Nesse sentido, utilizaremos também algumas revistas do PMDB para a compreensão do debate interno acerca do papel do partido na transição e nas *Diretas*, e uma série de artigos de jornais.

Utilizaremos também uma série de documentos do SNI, do Arquivo Nacional. Esses documentos versam sobre particularmente o desenvolvimento das *Diretas Já* sob a ótica do sistema de inteligência do regime ditatorial. Ou seja, como que o regime e também o PDS estavam se portando e se organizando frente o movimento.

Por fim, utilizaremos, o livro memorialístico sobre as *Diretas Já* de Dante de Oliveira e Domingos Leonelli, (*Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004), que busca demonstrar a participação política do PMDB na campanha. Muito embora o livro tenha um alto comprometimento político e ideológico, sua utilização se faz necessária dado que traz uma série de dados valiosos sobre a campanha. Seu comprometimento político acaba sendo confrontado com um extensa fonte e bibliografia sobre o tema, bem como com a nossa própria análise.

Disposição dos capítulos

No primeiro capítulo, levantaremos os aspectos que, a nosso ver, é essencial para pensarmos o processo de transição política e, conseqüentemente, as *Diretas Já* que, por detrás de uma aparência democrática e progressista da “oposição burguesa”, teve um aspecto conservador, como também avessa a qualquer possibilidade de ruptura social, ou algum tipo de iniciativa que saísse fora do projeto burguês de “redemocratização”. Porém, para chegarmos à essas considerações, torna-se necessário discutir com uma vasta bibliografia que buscou pensar e colocar o modelo econômico e político brasileiro em questão. Desta forma, nos valeremos de dois conceitos que buscaram a identificar a particularidade do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, são eles: a via colonial e a revolução passiva. O primeiro como uma forma pela qual a burguesa se modernizou, sendo autocrática e antipopular internamente, porém dependente e subalterna externamente; e o segundo como um processo de desenvolvimento optado pela burguesa e por seus representantes políticos, historicamente avessos a qualquer iniciativa de cunho propriamente popular, como foi o caso das *Diretas Já*. É compreendendo essa formação política e burguesa no Brasil que entenderemos os limites e as contradições expostas no movimento pelas *Diretas*, de como um movimento popular se transforma em um movimento antipopular, coroado com o movimento pró-Tancredo após a derrota da emenda Dante de Oliveira.

No segundo capítulo, analisaremos o contexto da primeira metade da década de 1980 e como estava configurado o “chão histórico” no qual se desdobrou as *Diretas Já*. Ou seja, alguns dos elementos fundamentais que se fizeram presente durante todo o movimento, como também durante todo o processo de transição: a recomposição do bloco no poder em torno de um nome consenso para a transição, o projeto político da burguesia para a transição, a configuração política dos partidos da oposição burguesa, a participação e a contribuição de alguns intelectuais que tiveram uma considerável participação nesse período e a formação daquilo que chamamos de *ideologia burguesa de transição* que teve um papel, a nosso ver, essencial na condução da transição e nas *Diretas Já* em particular. Esses elementos levantados por nós estarão presentes, em maior ou menor grau, ao longo do terceiro capítulo, seja de forma pressuposta, seja de forma propriamente posta. Assim poderemos ver como que o movimento pelas *Diretas Já* foi uma amálgama de várias determinações históricas, principalmente de uma burguesia que já estava disposta a consolidar um processo de transição. Porém, ainda que certas frações do bloco no poder manifestassem apoio pelas *Diretas*, optaram junto com a oposição burguesa e com dissidentes do PDS em uma manutenção da transição conservadora, sem mínima participação dos setores que se mobilizaram. Ou seja, um movimento que começou, em 1984, a ser encampado pela própria oposição burguesa, principalmente pelo PMDB, que já estava quase que inteiramente disposto à conciliação.

Finalmente, no terceiro capítulo, analisaremos, particularmente, a trajetória do movimento pelas *Diretas Já*, bem como suas contradições e limites. Em outras palavras, de como o movimento pelo sufrágio imediato foi permanentemente disputado pela oposição anticesarista e pela oposição antiautocrática¹² no processo de transição. Esse capítulo, em especial, traz a peculiaridade deste trabalho por apresentar uma análise que não está presente, até os dias de hoje, na bibliografia existente sobre o movimento, seja a liderança do PT no movimento em 1983, seja pela transformação que esse movimento sofreu nos idos entre 1983 e 1984, seja pela continuidade da campanha pelas *Diretas* com a derrota da emenda Dante de Oliveira em 25 de abril de 1984, movimento liderado, claramente, pela oposição antiautocrática e que foi encampado não só de forma endógena, mas também de forma exógena. Há de dizermos, igualmente, da persistente disputa de projetos sociais – nesse sentido, de hegemonia

¹² Termos utilizados por David Maciel para discriminar a oposição ao regime. A anticesarista é contrária unicamente a forma de regime institucional, a ditadura, sendo oposição anticesarista e oposição burguesa sinônimos. A oposição antiautocrática é oposta não somente a forma de regime institucional, mas também oposta ao modelo de exploração capitalista e as suas mais variadas formas de dominação. Ou seja, a oposição é dividida, por um lado, pela oposição burguesa (setores majoritários do PMDB, PDT, PTB, dissidentes do PDS etc.), e por uma oposição de esquerda (representado por setores minoritários do PMDB, e do PDT, incluindo o PT e suas tendências, o PCB, PCdoB, MR-8, a CUT e a Conclat).

– entre a oposição burguesa e a oposição antiautocrática na trajetória do movimento, disputa essa que foi a causa e o efeito para a continuidade da campanha, conforme veremos no terceiro capítulo do presente trabalho. Dito isto, pretendemos analisar, por fim, como que a transição conservadora e a negociação foram optadas em detrimento da participação popular, configurando-se na consolidação da revolução passiva no processo de transição e, como que, paradoxalmente, as *Diretas Já* serviram como uma “moeda de troca” para a consolidação deste processo.

CAPÍTULO 1: O MODELO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL E SUAS MANIFESTAÇÕES HISTÓRICAS NA TRANSIÇÃO CONSERVADORA

O nosso objetivo no presente capítulo é, de forma resumida, traçar uma linha do desenvolvimento histórico brasileiro, levantando alguns pontos que são imprescindíveis para pensarmos acerca da condução do processo de transição política no Brasil. Alguns destes pontos que têm importância central no capítulo são: a via colonial e a revolução passiva como um modo *de ser e ir sendo* do Brasil; o seu caráter dependente; a centralidade da *superexploração* da força de trabalho; a permanente conciliação política e econômica com o passado; a exclusão popular das decisões políticas e econômicas e como que essas características do modelo desenvolvimento histórico do Brasil são visíveis no período da transição.

Desta forma, percorreremos por uma bibliografia que contribuiu para evidenciar essas características e essa “imagem” sobre o Brasil. Evidenciando que a transição brasileira está marcada por fundamentos que são próprios do desenvolvimento capitalista no Brasil. Nesse caminho, um dos pontos relevantes deste capítulo é pensar como que a classe dominante brasileira, outrora financiadora e pilar do regime ditatorial, começa a se “dissociar” do regime e se apresentar como democrática.

1.1 - Natureza do desenvolvimento econômico e político no Brasil

As linhas interpretativas sobre o modo de ser do Brasil são as mais diversas¹³ e, aqui, pontuaremos quatro que tiveram (e ainda tem) relevante importância para o entendimento da realidade brasileira, são elas: *a via prussiana*, *a revolução passiva*, *a modernização conservadora* e *a via colonial*. Para então evidenciarmos quais destas categorias têm, a nosso ver, maior efetividade para a compreensão do desenvolvimento histórico brasileiro, sempre levando em conta as particularidades da objetivação do capitalismo no Brasil, ou seja, uma via específica de desenvolvimento construída na relação permanente e contraditória entre universalidade (modo de produção capitalista), particularidade (a condição do Brasil frente as circunstâncias objetivas) e a singularidade (os reflexos mediados destas implicações, no conjunto das relações sociais).

¹³ Há autores que pontuaram a existência de um modo de produção específico aqui nos trópicos. Para ter uma aproximação à essa linha interpretativa, ver: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978; CARDOSO, Ciro Flamarion. Modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Théo Araújo (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975 e LAPA, Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

A categoria via prussiana¹⁴ foi originalmente desenvolvida por Lenin para entender a situação do desenvolvimento capitalista tardio na Rússia no início do século XX. A sua dinâmica se dá no nível estrutural e superestrutural, ou seja, a manutenção do modelo econômico anterior (atrasado) para a sua não dissolução. Essa manutenção da estrutura econômica ocorre por meio da conciliação entre o atrasado e o moderno – aburguesamento do senhor feudal –, impondo estruturalmente um limite no desenvolvimento capitalista.

O filósofo húngaro György Lukács, buscando entender a “miséria alemã” a partir da ascensão de Hitler, foi quem ampliou a categoria via prussiana, tendo como objetivo enriquecer a determinada categoria com mais elementos concretos da situação alemã, fazendo com que a categoria leniniana não tenha só uma forte conotação estrutural/econômica, mas também superestrutural/política.¹⁵ Pois, vale lembrar que, originalmente, Lenin não quis desenvolver uma categoria que explicasse de modo geral o desenvolvimento não clássico do capitalismo, mas sim desenvolver uma via particular para a resolução do *problema agrário*, fazendo uma oposição à via norte-americana do desenvolvimento capitalista.

No Brasil essa categoria foi pioneiramente utilizada por Carlos Nelson Coutinho¹⁶, dado alguns aspectos de similitude no desenvolvimento capitalista da Alemanha e do Brasil. Porém, esta categoria não foi simplesmente encaixada na realidade brasileira, Carlos Nelson Coutinho aplicou esta categoria de forma criativa e articulada com as categorias analíticas de György Lukács¹⁷. Para vermos de forma mais clara como Coutinho via esse modelo de desenvolvimento prussiano no Brasil, é interessante notar que:

Quem proclamou nossa Independência política foi um príncipe português, numa manobra “pelo alto”; a classe dominante do Império foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da proclamação da República (também implantada “pelo alto”) foi a velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de uma “rearrumação” do antigo bloco de poder, que cooptou – e, desse modo, neutralizou e subordinou – alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe

¹⁴ O essencial deste conceito foi a elucidação da permanência do velho na formação do novo. Em suas próprias palavras: “conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga ‘superestrutura’, nessa hipótese, o papel dirigente caberá à burguesia e ao latifundiário liberal-monárquicos” (LENIN, 1982, p. 10).

¹⁵ Este desenvolvimento é encontrado em LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Barcelona-México: Grijalbo, 1968, particularmente no primeiro capítulo: Acerca de algunas características del desarrollo histórico de Alemania, p. 29-74.

¹⁶ KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991 p. 117-124.

¹⁷ Sobre essa aplicação criativa da via prussiana na realidade brasileira ver COUTINHO, Carlos Nelson *et al.* *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 3 e COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

operária, ao mesmo tempo que conservava quase intocado o poder do latifúndio etc.¹⁸

É por meio desses processos de transição e de desenvolvimento do capitalismo no Brasil que Coutinho vem pontuar as sucessivas permanências e conservações nos processos que se apresentaram de forma imediata como uma ruptura. Outros autores como Luís Werneck Vianna¹⁹ e Marco Aurélio Nogueira²⁰ também analisaram o desenvolvimento capitalista no Brasil por meio do instrumental proporcionado pela via prussiana, contribuindo de forma bastante positiva, ainda que limitada, para a compreensão das particularidades brasileiras. Visto que, como mostraremos logo a frente, a Alemanha não é o Brasil; a burguesia alemã não foi e não é dependente como a burguesia brasileira e, por fim, as particularidades do desenvolvimento capitalista alemão não são iguais ao Brasil.

O conceito gramsciano de *revolução passiva*²¹ muito se assemelha com a via prussiana. Ele é pautado pela ausência das classes populares nos processos revolucionários e o não rompimento radical com as classes dominantes de antigos regimes. O que diferencia o primeiro do segundo é que o primeiro se objetiva mais nitidamente às esferas superestruturais, mas trazendo à tona os conflitos e as contradições econômicas presentes na sociedade, enquanto que o segundo tem um foco mais direcionado para o âmbito econômico. Essa diferença fica mais nítida quando comparamos a via prussiana formulada por Lenin – e não a do Lukács – com a revolução passiva de Gramsci.

No Brasil, também foi o Coutinho um dos pioneiros na utilização do conceito revolução passiva²² para analisar de forma crítica a política brasileira e suas implicações no desenvolvimento histórico. Nesse enredo, há outros importantes teóricos que se empenharam a entender a realidade brasileira por meio do conceito de revolução passiva, dentre eles, talvez o

¹⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia...* p. 36-37.

¹⁹ VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 128-152.

²⁰ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²¹ Este conceito foi utilizado por Antonio Gramsci para entender a situação da Itália no seu processo de unificação, conhecido por *Risorgimento*. Para compreender mais detalhadamente o processo de unificação italiano como também mais especificamente os conceitos como *revolução passiva*, *revolução-restauração*, *transformismo*, *dominante e dirigente*, *intelectual condensado* etc., ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

²² COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia...* Op. Cit., p. 86 e COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 121.

trabalho mais completo seria o de Edmundo Fernandes Dias²³ e também, novamente, o trabalho de Vianna²⁴.

Nesse enredo, há também a categoria *via colonial* desenvolvida pelo filósofo José Chasin²⁵. Esta categoria foi fruto de uma maior precisão no que tange a aplicação da via prussiana no Brasil. Chasin defende que a via prussiana tem dois elementos fundamentais que não convergem com o desenvolvimento brasileiro: o primeiro é que enquanto a via prussiana é de capitalismo *tardio*, como no caso da Itália e da Alemanha que atingem o seu grau de industrialização no último quartel do século XIX, no Brasil a industrialização só vai se desenvolver mais sistematicamente ao longo da primeira metade do século XX, sendo, portanto, *híper-tardio*; o segundo elemento divergente é que, enquanto a burguesia alemã levou a cabo e tomou a frente do seu processo de desenvolvimento e modernização capitalista, a burguesia brasileira se integrou no capitalismo internacional de maneira dependente economicamente e associada politicamente.

No bojo destas “vias” de desenvolvimento, há também um conceito que ficou muito conhecido no Brasil e bastante utilizado por diversos autores como Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho que é a *modernização conservadora*²⁶. Este conceito, em seu sentido original, tem como intuito defender que só a burguesia liberal tem a capacidade de desenvolver de forma democrática o capitalismo, evidenciando que a classe que promovia o desenvolvimento alemão, os latifundiários *junkers*, impunham de cima para baixo, de maneira impopular e violenta, o desenvolvimento capitalista, manifestado pela ausência de características liberais e democráticas. Mesmo Moore Jr. sendo um antimarxista, julgando ser totalitarista a União Soviética, aparentando-a com o fascismo italiano e alemão – o que não é bem visto pelos marxistas – esse conceito fora muito utilizado para a compreensão da realidade brasileira pelo pensamento crítico.

²³ DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modos de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.

²⁴ VIANNA, Luís Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

²⁵ Para analisar de maneira mais sistemática como Chasin relaciona a *via colonial* com o modelo de objetivação do capitalismo no Brasil, ver: CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978; CHASIN, José. *Op. Cit.*

²⁶ O termo foi cunhado primeiramente por Barrington Moore Junior para entender a realidade alemã e japonesa no marco das revoluções burguesas do século XIX, como também toda a consequência desses processos que, não seguindo o processo de ruptura conhecida como a revolução burguesa clássica, o processo de desenvolvimento desses países são realizados sob a égide de um pacto entre as classes dominantes (no caso alemão o pacto se deu entre os *junkers* [aristocracia agrária e conservadora] e a burguesia industrial e comercial), tendo nítidas características autocráticas. Para maiores detalhes, ver: MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes, 1975.

Desta forma, acreditamos ser a via colonial a que conseguiu de maneira mais original descortinar a natureza *particular* do desenvolvimento econômico brasileiro; como também a revolução passiva enquanto um elemento fundamental para pensar os arranjos políticos/socioeconômicos no Brasil e seus efeitos no conjunto da totalidade. Como demonstraremos, ambos serão imprescindíveis para pensarmos o período de transição política. Principalmente no caso da revolução passiva, que evidencia, em sua essência, o que Gramsci certa vez pontuou: uma “revolução sem revolução”²⁷.

Essas duas concepções, via colonial e revolução passiva, operam de forma complementar no processo de desenvolvimento histórico brasileiro. Acreditamos que, sem levar em conta essas duas determinações, o entendimento da realidade brasileira pode ser limitado e impreciso, quando levado em consideração suas particularidades sociais.

Não obstante, veremos neste trabalho a via colonial como a gênese da formação social brasileira e a revolução passiva como o seu processo de desenvolvimento histórico, marcado por circunstâncias objetivas e opções que foram tomadas no em meio à essas circunstâncias. O exemplo que clarifica essa assertiva é o nosso próprio objeto: as *Diretas Já* acabou sendo uma opção que tensionou a transição que, de antemão, estava configurada para ser por via indireta no Colégio Eleitoral. Ou seja, como veremos ao longo deste trabalho, as *Diretas Já* durante e depois sua tramitação contribuiu para dinamizar a correlação de forças no interior do bloco no poder, pois o regime ainda almejava um mandato tampão ou a continuidade por meio do PDS. As *Diretas Já* contribuíram para algumas mudanças pontuais durante a transição, ainda que tenha se consolidado um processo nitidamente conservador e antipopular selado por um viés continuísta.

1.2 - Da forma ao conteúdo: o caráter dependente do Brasil e a superexploração da força de trabalho

As formas de ser do Brasil são marcadas permanentemente pelo seu posicionamento dependente frente o desenvolvimento internacional do capitalismo. Uma das primeiras consequências desse seu posicionamento subalterno é a existência da superexploração da força de trabalho que opera como uma das determinações mais candentes nas relações sociais.

A superexploração da força de trabalho se efetivou no Brasil de uma forma permanente e inexorável, por ser um país pautado, majoritariamente, na exportação de produtos primários²⁸

²⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 5. *Op. Cit.*, p. 63.

²⁸ Ou como o próprio Florestan Fernandes pontuou: “a economia agrária como o mais sólido bastião interno do capitalismo dependente”. (FERNANDES, 2008, p. 178). Francisco de Oliveira, de forma peculiar, já em fins da década de 1970, pontou que no Brasil há uma forte preponderância da produção do Departamento II da economia (bens de consumo) em detrimento do Departamento I (bens de produção), ou seja, aspecto este que também

– o que aprofundou sua dependência – e inserido na lógica do comércio internacional de maneira subalterna pelo seu caráter amplamente heteronômico no campo econômico. Os sucessivos avanços políticos compreendidos ao longo do século XIX ocorriam com uma forte presença do arcaico na estrutura das relações sociais, marcado, formalmente, até 1888 com a escravidão da mão de obra africana. Paradoxalmente, de maneira desigual e combinada, a escravidão no novo mundo foi um bastião para o desenvolvimento capitalista europeu:

A escravidão é o eixo central da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito, etc. Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio que é a condição da grande indústria. Por isto, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância [...]. Os povos modernos conseguiram apenas disfarçar a escravidão em seus próprios países, impondo-a sem véus no novo mundo.²⁹

A escravidão no novo mundo foi a condição *sine qua non* para o desenvolvimento capitalista no velho mundo, ou seja, ao mesmo tempo que o avanço econômico no Brasil sempre foi permeado por uma condicionante externa, que vinha de fora; a modernização capitalista burguesa também necessitou do combustível – as matérias primas – que igualmente vinham de fora, criando um laço mundial de interdependência entre os países desenvolvidos e as economias periféricas dependentes. Esse vínculo entre o atrasado e o moderno marcou internamente a estrutura do desenvolvimento brasileiro, se manifestando de diferentes maneiras em diferentes momentos. Um dos marcos para o pensamento do desenvolvimento desigual e combinado no Brasil é a inexorável relação entre o arcaico e o moderno. Um país atrasado economicamente que adere ao desenvolvimento capitalista mundial adquirindo os seus móveis capitalistas mais modernos.

Mesmo no século XX, a partir da década de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas, o desenvolvimento brasileiro de substituição de importações sempre se deu de forma subalterna, configurada na permanente conciliação com o atraso³⁰ e sem nenhuma ruptura estrutural com o seu posicionamento subalterno. Esse modelo de capitalismo dependente foi amplamente debatido na década de 1960 e 1970 no Brasil e na América Latina³¹. Florestan Fernandes

prejudica o desenvolvimento do mercado interno e da sociedade civil. Essa aceção demonstra que o desenvolvimento interno não depende única e exclusivamente da produção de alimentos (Departamento II) voltados para a reprodução da força de trabalho, mas também da necessidade da produção de bens de produção (Departamento I) voltados para o desenvolvimento interno e da modernização das relações sociais como um todo. (OLIVEIRA, 1989).

²⁹ MARX, Karl. *A miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 127-128.

³⁰ Com o setor agrário da economia, historicamente conservador e com práticas políticas de cunho retrógradas.

³¹ Neste debate havia duas correntes interpretativas principais, sendo a primeira delas de interpretação marxista representado, principalmente, por: André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos Júnior e Vânia

exemplificou o capitalismo dependente no Brasil como um *capitalismo difícil*³², o qual deixa poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem pois, para assegurarem sua exploração, precisam dar continuidade e expansão – extensiva e intensiva – do próprio capitalismo dependente, configurando-se num verdadeiro espiral.

Esse espiral é visível a partir das próprias relações econômicas entre países dependentes com países e empresas hegemônicas estabelecidas no mercado internacional. Diante desse processo, as indústrias aqui instaladas – nacionais ou estatais – necessitam comprar maquinaria de fora para modernizar a sua produção. Acontece que, após 1945, essa maquinaria que antes era vendida como mercadoria-maquinário, passa a ser vendida como capital-maquinário, ou seja, se torna investimento aplicados nos países dependentes. Vânia Bambirra expõe esse processo:

A partir do pós-guerra, porém, quando já estão consolidados os fatores que possibilitam e tornam imperiosa a nova expansão em termos de integração monopólica dos mercados sob o controle direto das grandes empresas estrangeiras, já não interessa a estas empresas a mera venda de suas mercadorias-maquinário, mas sim sua conversão em capital-maquinário. Em vez de exportá-las como mercadoria, exporta-as como capital, ou seja, a relação já não é de compra e venda, mas de investimento estrangeiro.³³

Essa relação exposta por Bambirra evidencia que, com o estabelecimento do capitalismo monopolista, a “periferia” fica fadada a ser remodelada, ou mudada, por dinamismos das economias capitalistas hegemônicas e pelo mercado capitalista mundial, o estabelecimento de *commodities* é a expressão mais sofisticada deste processo, onde os países exportadores ficam “reféns” da lógica do mercado internacional, das altas e baixas dos produtos para exportação etc. Com efeito, as relações comerciais de toda natureza, inclusive as financeiras, realizadas sob o capitalismo monopolista tendem agravar e aprofundar, ainda que de maneira mais sofisticada, a posição dependente do capitalismo brasileiro.

Um outro fator determinante é que se constituiu no Brasil uma burguesia desvinculada de qualquer possibilidade de interesse nacional de desenvolvimento, preferindo um associativismo subalterno com o capital monopolista internacional. Esses elementos da

Bambirra. A segunda foi de vertente weberiana e teve maior recepção na literatura brasileira, são eles, principalmente: Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso. Fora desses eixos encontram-se Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira que também contribuíram com obras significativas acerca do tema, como por exemplo: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (FERNANDES, 2008); *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 2005) e *A economia da dependência imperfeita* (OLIVEIRA, 1989).

³² FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005, p. 251.

³³ BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2013, p. 140.

burguesia brasileira têm fortes traços da herança colonial, do estamento senhorial voltado para a produção de produtos primários para a exportação³⁴ para a satisfação de interesses particularistas, consubstanciado com uma sociedade civil atrasada no que tange às organizações de classe, elementos vinculados ao fraco desenvolvimento do mercado interno.

A esses elementos Caio Prado Júnior denominou de “sentido da colonização” onde o Brasil, desde a sua gênese, estava preso a esse entrave de exportação de produtos primários. Ou seja, o desenvolvimento brasileiro sempre parte de elementos exógenos, e nunca de forma endógena, a partir das próprias relações sociais estabelecidas internamente:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira.³⁵

Seguindo coerentemente dentro deste prisma de um país subserviente e dependente das condicionantes externas, Caio Prado Jr. afirmou posteriormente a inexistência de uma “burguesia nacional”. Aliás, o do debate acerca da natureza da burguesia aqui instalada, se inicia justamente com as colocações de Caio Prado em sua antológica obra *A revolução brasileira*³⁶ que tinha como objetivo – por meio de sua aproximação original e anti-mecanicista das formulações metodológicas de Marx e de Lenin – delinear historicamente as particularidades do desenvolvimento brasileiro para então formular o verdadeiro caráter da revolução brasileira, longe da formulação hegemônica e mecanicista do PCB pautada por etapas, onde a candente para a época (até 1964?³⁷) era a aliança da classe trabalhadora com uma suposta “burguesia progressista e nacional” contra as oligarquias rurais constituídas por resquícios feudais e contra o imperialismo.

Ou seja, para a vertente dominante do PCB – que era subordinada à *revolução em etapas* institucionalizada no VI Congresso da Internacional Comunista (1928) no qual as táticas eram definidas pela estratégia do *Komintern* – havia tanto uma burguesia nacional de cunho político progressista como também relações sociais no campo com nítidas marcas feudais. Desta forma,

³⁴ Cf. FERNANDES, Florestan. *Op. Cit.* Particularmente a primeira parte, “As origens da Revolução Burguesa”, p. 27-177.

³⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 29.

³⁶ Ver PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução brasileira/ A Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

³⁷ Como veremos no capítulo II desta dissertação, o PCB no período da transição política continuava defendendo a alianças da classe trabalhadora e dos comunistas com a Aliança Democrática que era a chapa para o Colégio Eleitoral representada por Tancredo Neves para presidente e José Sarney como vice.

para o PCB, a luta contra os resquícios feudais oriundos do campo e contra o imperialismo desembocaria, conseqüentemente, na revolução democrático-burguesa³⁸.

Caio Prado Jr, formulou uma análise histórica que foi frontalmente contra a tática partidária pecebista com sua política de alianças entre burguesia e proletariado, como também contra aos elementos teóricos e estratégicos que orientavam o Partido. Dentro dessa acepção caiopradiana podemos tirar duas questões: a primeira é que a tática do PCB não deveria estar subordinada à aliança com uma suposta burguesia nacional, mas sim pautada pelo ponto de vista do proletariado; a segunda é a inexistência do feudalismo no Brasil, como também de uma burguesia nacional e, por isso, a impossibilidade da realização de alianças preconizada pelo PCB. Desenvolvendo a sua categoria “sentido da colonização” que ganhou contornos mais nítidos em 1942 no livro *A formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Jr chegou à conclusão da inexistência de uma burguesia nacional e de um projeto nacional de desenvolvimento:

A “burguesia nacional” seriam os industriais que encontravam pela frente, assim se explicava, a concorrência e oposição do imperialismo interessado em manter o Brasil na posição de simples fornecedor de matérias-primas. Essa interpretação foi bastante abalada quando empresas estrangeiras ligadas a grandes trustes e monopólios internacionais, e, pois, tipicamente imperialistas, começaram a se instalar no país, tornando-se fator de primeira ordem no estímulo ao processo de industrialização brasileira.³⁹

A deformada visão da economia e das relações de produção e classe no campo brasileiro [...], a ideia de uma “burguesia nacional” progressista e contrária ao imperialismo por sua imposição específica de classe, causou à linha política da esquerda os mais graves danos. Foi ela certamente um dos fatores que contribuíram para levar as esquerdas por caminhos errados e cheios de ilusões que deram no desastre de abril de 1964.⁴⁰

Caio Prado Jr, chegou à essa conclusão justamente pela compreensão da particularidade da objetivação do capitalismo no Brasil e suas determinantes do *ser* e do *ir sendo* desta sociabilidade. Isso é possível ser visualizado a partir de sua embrionária concepção acerca da “via” na qual o Brasil se desenvolveu, a *via colonial*:

Outro efeito da forma pela qual se operou a emancipação do Brasil é o caráter de “arranjo político”, se assim nós podemos exprimir, de que se revestiu [...]. Resulta, daí, que a independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia,

³⁸ MAZZEO, Antonio Carlos. *Op. Cit.*, p. 122.

³⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. Cit.*, p. 73.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 75.

naturalmente as únicas em contato direto com o Regente e sua política. Faz-se a Independência praticamente à revelia do povo: e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomadas em conjunto.⁴¹

Seguindo as reflexões acima, se tem a imagem de um Brasil que segue dentro de arranjos e rearranjos políticos, em que a modernização econômica se concretiza dentro um plano “periférico”, ou seja, mesmo o Brasil se consolidando enquanto um país “subimperialista” como denominou Ruy Mauro Marini, ou “capital imperialista” como designou Virgínia Fontes, permanece dentro de uma lógica dependente e historicamente associado ao capital internacional, justamente por não haver uma burguesia propriamente nacional. Outro ponto levantado por Caio Prado Jr, é o fato da exclusão popular na participação política em momentos decisórios. Mais do que isso, apresenta a condição *sine qua non* dos desdobramentos políticos no Brasil: a transição pelo alto por meios de pactos e conciliação com o historicamente atrasado, seja no campo político, seja no campo econômico.

Como poderemos ver mais afrente, essa “via” de desenvolvimento tanto no sentido estrutural (nas relações sociais e econômicas) como no sentido superestrutural (política e/ou ideológica) tem ampla continuação durante as *Diretas Já* e, principalmente, na consolidação da transição política em 1985. É claro que uma análise dinâmica sobre as *Diretas Já* e do processo de transição pode levar a uma conclusão que dissocia o processo de transição da via de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Ou seja, o que queremos evidenciar é uma natureza econômica e política que ainda teve formas bastantes definidas no período da transição, que atuaram e determinaram esse processo. Essas formas estão presentes generalizadamente no conservadorismo e, em diferentes nuances, no discurso *mudancista*⁴² das oposições políticas brasileiras que, na sua essência, barra qualquer tipo de ruptura social. Como o próprio Gramsci, analisando a realidade italiana, pontou: “não existem “partidos econômicos” mas grupos de ideólogos *déclassés* de todas as classes, galos que anunciam um sol que não quer despontar nunca”⁴³.

Quando não há um projeto, abre-se a possibilidade do surgimento das mais variadas caricaturas no mundo político, que exaltam o projeto do “imediatismo” preso à cotidianidade

⁴¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*

⁴² Baseado no que Florestan Fernandes chamou de uma conciliação que foi levada a cabo pelas oposições políticas, principalmente pelo PMDB no período da transição. Também quando a oposição é assimilada pela situação, adota a sua linguagem, desembocando, na sua essência, em uma contrarreforma. Para maiores detalhes, ver FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986. Principalmente o capítulo 3, reforma e revolução, p. 60-94.

⁴³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002, p. 31.

da população, grupos ideológicos que encampam o conhecimento profundo das crises e que obscurecem os seus nexos causais, simplificando-os. Quando não há um projeto econômico ou quando se quer preservar o já existente, exalta-se a politização da realidade, a moralização dos problemas e a individualização da culpa.

No quadro econômico temos uma subalternidade entrelaçada com o avanço tecnológico, com nítidos traços de modernização dos móveis capitalistas brasileiro. Nesse enredo há uma permanente relação de força entre o avançado e o atrasado, onde para o novo se aflorar precisa pagar um alto tributo para o velho. No campo político se configurou a convergência diletta da burguesia débil de países dependentes: a autocracia contemplada e/ou engendrada por processos bonapartistas. Na relação entre essas duas partes (economia e política) da totalidade forma-se um quadro bastante deformado, desigual, porém combinado, de uma burguesia difusamente “liberal” no campo econômico, mas politicamente antidemocrática e profundamente conservadora, com uma tradição permeada de costumes anacronicamente aristocráticos, que tem ojeriza à classe trabalhadora e orgulho de ser associada, uma sócia minoritária e subserviente do capital-imperialismo hegemônico. Essas formas de ser das relações sociais estão permeadas, em maior ou menor grau, em todas as outras partes que constituem a totalidade da realidade social, seja no aspecto religioso, ideológico, cultural, jurídico, etc.

Sobre esse entrelaçamento entre conservadorismo e liberalismo, lembra-nos o rico ensaio de Roberto Schwarz intitulado *As ideias fora do lugar*⁴⁴ onde, de forma caricata, tratou desse problema como uma forma de comédia ideológica, justamente pelo aparente antagonismo entre o pensamento liberal europeu e o conservadorismo gestado nos trópicos. Essas ideias “fora do lugar” geram um aparente antagonismo que, aqui, unem-se figurando uma imagem deformada que é, ao mesmo tempo, cômica e temerosa.

Esses aspectos são fundamentais não só para pensar e analisar um determinado recorte temporal no Brasil, mas para ver como que esses fundamentos evoluem, se transformam, se transfiguram e/ou permanecem nas relações sociais ao longo do tempo. Entretanto, não podemos incorrer ao erro de cair em um dualismo que cria um abismo entre o arcaico e o moderno, entre a conservação e a transformação. É uma relação de interação bastante complexa e contraditória. Uma relação tão imbricada que, em uma análise presa na imediaticidade, fica difícil separar o arcaico do moderno.

Ou seja, o princípio da interação contraditória é também efetivo sobre estes aspectos instituídos no conjunto das relações sociais, ou seja, na totalidade social. O “mudar” para

⁴⁴ SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 6ª edição. São Paulo: Editora 34, 2000.

“conservar” catalisa a formação social brasileira e a permanência desse *modus operandi* se mostra efetivo nesta realidade. Ocorre uma permanente renovação da forma, mas com evidências implícitas do arcaico em seu conteúdo. É um sentido de desenvolvimento, onde o “ir para frente” se mostra *difícil* e o progresso se dá para uma determinada classe social, sempre marcada pelo “predomínio, por um lado, e pela subalternidade, por outro”⁴⁵, que insiste em impor o seu progresso particular como um progresso geral. Portanto:

Assim é que o impacto da industrialização, operando sobre formas estruturais arcaicas, se viu contido na sua capacidade de transformação. O sistema de conscrição de mão de obra – primeiro escrava, depois assalariada –, subsistindo debaixo das novas condições, continuou a operar como uma rede que deformou o crescimento econômico dentro do capitalismo industrial e a integração do povo nos estilos de vida da nova civilização.⁴⁶

É desta forma que o desenvolvimento *hiper-tardio* do Brasil mostra sua possibilidade de realização. A industrialização substitutiva de importações que aparentemente evidenciara algum grau de autonomia e independência econômica mostrou, na sua essência, um desenvolvimento associado aos interesses estrangeiros que, “se nos tornaram mais eficazes e modernos, nos fizeram mais lucrativos e úteis para eles que para nós, inclusive implantando um colonialismo interno que provocou intenso empobrecimento”⁴⁷. A modernização brasileira é um tipo de “transação”, uma relação social muito cara, que trava qualquer tipo de transformação ulterior. Se constitui uma relação que, *mutatis mutandis*, acabou degenerando o avanço da efetiva transformação e da ruptura com o historicamente velho.

No plano cultural a relação entre o arcaico e o moderno, entre a continuidade e a ruptura, também se mostra efetiva. É o que Darcy Ribeiro, tentando evidenciar um sentido de Brasil, a via na qual ele se modernizou, denominou de cultura colonial e cultura renovada. Colonial não no seu sentido mais conhecido, mas como uma forma de *ser* e de *ir sendo* que se objetiva por meio de uma interação permanente e contraditória com a cultura renovada. Enquanto a primeira mostra o *ir sendo* de uma tradição retrógrada, excludente, racializada e graus diversos da subalternização, a segunda mostra um grau de autonomia, de avanço, de respeito, de aceitação ao diferente, uma faceta moderna das relações sociais. Porém, no bojo das relações sociais, não necessariamente uma exclui a outra, na verdade o arcaico vive se alimentando do moderno para

⁴⁵ FONTES, Virgínia. *Op. Cit.*, p. 358.

⁴⁶ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Global, 2005, p. 195.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 194.

se modernizar, veste roupas novas sobre uma estrutura cultural arcaica que, andando pelas ruas, não é muito difícil de encontrar.

Florestan Fernandes, considerado como um continuador e desenvolvedor dos problemas que cercaram Caio Prado Jr., chegou à uma percepção semelhante ao analisar os limites e os entraves do desenvolvimento brasileiro. Se remetendo às estruturas arcaicas e retrógradas do Brasil como uma corrente que impede a ruptura com o passado, manifestado por meio dos mais variados processos políticos e indo até o primeiro quartel do século XX, Florestan completa:

A constituição de um Estado nacional não coincidiu nem exprimia a emergência de formas de diferenciação e de concentração do poder necessárias para organizar e expandir o desenvolvimento socioeconômico em bases nacionalmente autônomas. A “política” ficou contida dentro dos limites materiais e morais do “complexo colonial”, engendrando um Estado nacional que repousava na dominação patrimonialista. Mesmo a “revolução burguesa” seria contaminada por essa situação, pois lançava algumas de suas raízes no “complexo colonial” e nas formas de dominação que lhe eram subjacentes.⁴⁸

Acerca deste debate sobre as limitações históricas do desenvolvimento capitalista brasileiro, Fontes aponta um “avanço” em que o Brasil, particularmente durante a ditadura civil-militar, passa a exportar não só bens primários, mas também capitais. Para compreender o grau de complexificação do capital monopolista pós-1945, Fontes apontou as condições para a expansão desse capital que, no caso do Brasil, ganhou uma forma mais definida a partir da ditadura:

A expansão capital-imperialista ocorreu na medida em que o país [o Brasil] reunia algumas de suas condições econômicas fundamentais: um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência de diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um Estado plasticamente adaptado ao fulcro central da acumulação de capitais e com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; formas razoavelmente estáveis de contenção das reivindicações igualitárias e populares.⁴⁹

Essa contribuição de Fontes vem esclarecer a real posição do Brasil frente ao desenvolvimento do capitalismo mundializado. Muito embora o Brasil seja um país capital-imperialista por ter a sua parcela de exportação de capitais para outros países, sua condição é retardatária e associada, dependente e subalterna. Para dar o tom à essa colocação, Virgínia Fontes completa: “as burguesias brasileiras derivam do leito cavado pelo capital-imperialista e

⁴⁸ FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes... Op. Cit.*, p. 143.

⁴⁹ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 3ª edição. Rio de Janeiro: EPSJV/Ed. UFRJ, 2010, p. 307.

precisam permanentemente a ela adequar-se para manter sua dominação na escala do território nacional.”⁵⁰

É justamente durante o período ditatorial que a economia brasileira passa por uma aguda complexificação e dinamização, principalmente ao longo da década de 1970. Essa década é marcada pelo relevante aumento da exportação de produtos manufaturados dos mais diversos, quebrando, pela primeira vez, o seu histórico de produção pautada na homogeneidade de produtos primários. No entanto, conforme pontuado por Fontes, apesar do Brasil assumir uma postura econômica capital-imperialista, de estar completamente integrado nessa lógica mais complexa do capital monopolista, o Brasil ainda reproduz a sua lógica historicamente heteronômica, o que é próprio das economias dependentes.

Desta forma, verifica-se como o Brasil se integra desigualmente, ainda que de forma combinada, a esse processo de expansão capital-imperialista. Em outras palavras, apesar do Brasil estar inserido à uma lógica contemporânea desenvolvida nas relações mercantis mundiais, ele ainda traz na sua essência muito do que estava presente nas análises de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, amarras socioeconômicas que impõe um determinado limite no seu desenvolvimento.

Assim, o Brasil, como os demais países da América Latina, também sofreu pressões externas de países centrais – Inglaterra e posteriormente pelos Estados Unidos – que sempre impuseram limites no desenvolvimento econômico, seja na participação em golpes de Estado ou em embargos econômicos. O Enigma deste modelo de desenvolvimento capitalista *sui generis* é que o Brasil não precisou passar por uma revolução “democrático-burguesa” para se modernizar, tal como defendia a III Internacional Comunista e os quadros “marxista-leninistas” do PCB.

O desenvolvimento brasileiro se deu dentro de uma lógica onde o latifúndio “pré-capitalista” e a sua dependência estrutural frente ao imperialismo não foram barreiras intransponíveis para levar a cabo o projeto de modernização. O que ocorreu, conforme estamos demonstrando, é que a grande propriedade fundiária foi paulatinamente se transformando na empresa capitalista agrária. Ou seja, foram os representantes das relações sociais mais atrasadas – o latifúndio – que impuseram o desenvolvimento capitalista. Não obstante esse aburguesamento dos senhores rurais, temos, por outro lado, a modernização e a internacionalização do mercado interno impulsionado pela participação do capital estrangeiro

⁵⁰ Ibidem, p. 312.

na economia interna brasileira. Essa modernização do mercado interno não se deu de forma endógena, não foi um impulso tomado a partir de dentro, mas de fora.

O modelo de desenvolvimento brasileiro, não foi levado a cabo por uma classe, por uma burguesia nacional, pois, como argumentou Caio Prado Jr., isso não ocorreu pela própria inexistência de uma classe de sentido propriamente nacional. O que se teve e o que ainda se tem é uma burguesia brasileira plenamente subalterna, desvinculada de qualquer projeto nacional de desenvolvimento, sendo a sua única especialização o uso descartável da classe trabalhadora e a sua excessiva exploração para a extração crescente de lucro para fins estritamente privados.

Contudo, levantado esse panorama geral do desenvolvimento social brasileiro, veremos como que essas determinadas características atuaram em um Brasil que, dentro de determinados limites estruturais, se modernizou rapidamente quando levamos em consideração os anos de 1945 a 1985. Dentro desta temporalidade, particularmente entre 1974 e 1985, analisaremos como que as determinantes da via colonial ainda operavam na realidade brasileira, seja pela extrema desigualdade social, pela burguesia heteronômica e subalterna, seja pela falta de um projeto de nação no interior desta burguesia que busque um modelo de ruptura. É com esse pano de fundo que devemos iniciar a compreensão sobre o período ditatorial e sua crise a partir de 1974 e como esse cenário mostra-se relevante para pensarmos os limites da transição, particularmente das *Diretas Já*.

1.3 - A distensão e a abertura da ditadura civil-militar no Brasil: um pequeno balanço historiográfico

A década de 1970 no Brasil é lembrada de diversas formas. O campo econômico é recordado a partir de dois aspectos: 1) o *boom* do “milagre econômico” e os altos índices de industrialização com a aguda concentração e centralização de capital⁵¹ e; 2) o esgotamento do “milagre” e início da crise econômica⁵² em 1974, aliado com os fatores internacionais como a Primeira Crise do Petróleo. Já no campo da política temos os seguintes fenômenos: 1) primeira vitória da oposição emedebista no legislativo em 1974 e; 2) início das fissuras dentro do bloco no poder, que era a convergência das três organizações produtivas do regime ditatorial, a industrial estatal, a nacional e a multinacional, conhecidos como o tripé da economia brasileira.

⁵¹ Esse processo de concentração e centralização de capital durante esse período é bem demonstrado por OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 93-119.

⁵² Crise que durante o período ditatorial foi somente “suavizada” e maquiada. Em nenhum momento essa crise que data do início dos anos 1960 foi superada durante a ditadura, ela simplesmente acabou tomando dimensões maiores e mais complexas a partir da dinamização e complexificação da economia brasileira a partir de 1970.

Em um olhar dinâmico e menos atento, essa série de fenômenos pode aparentar não ter uma ligação direta entre si. Para se ter uma ideia de uma abordagem seletiva sobre este período, lembramos de uma “corrente” analítica de matriz majoritariamente liberal e com algumas influências weberianas⁵³ que, ao analisar o período ditatorial, demonstrou um tipo de “autonomia” ou “preponderância das decisões políticas”, onde a grande maioria dos desdobramentos do processo ditatorial seria de cunho, essencialmente, político, tendo como consequência um aparente descolamento entre sociedade civil e Estado – este último estava acima da sociedade civil, ou, pelo menos, tem um certo primado.

Dentro dessa linha interpretativa, há também uma vertente que vê a ditadura civil-militar como se de fato fosse estritamente militar. Essa perspectiva preconiza que o processo ditatorial (1964-1985) teria sido exclusivamente um projeto militar, o que, de certa forma, acaba fomentando a visão oficial de que os militares seriam um grupo acima das classes sociais e das contradições do capital presentes na primeira metade da década de 1960⁵⁴.

Apesar dessas duas correntes ter uma relevante contribuição para o entendimento da ditadura civil-militar no Brasil, sua análise acaba ficando insuficiente quando levadas em consideração as contradições entre sociedade civil e sociedade política. Para essas correntes interpretativas, o governo militar teve considerável autonomia frente os conflitos existentes na sociedade civil durante todo o regime ditatorial. Nessa literatura, encontra-se também uma concepção de Estado enquanto sujeito/ativo, e a burguesia como objeto/passivo, uma burguesia que não era influente nas esferas decisórias do Estado.

Evidentemente que ao longo da ditadura civil-militar houve momentos em que o poder decisório se concentrava, em maior ou menor grau, nas mãos do executivo, justamente pela própria natureza de ser um regime ditatorial, ou seja, centralização decisória no poder executivo. Por exemplo, a partir do governo Geisel e com a criação do Conselho para o Desenvolvimento Econômico (CDE) ocorreu uma maior centralização decisória no poder executivo. Porém, o que não é levado em conta é que se o empresariado brasileiro não intervia,

⁵³ Esse posicionamento já é percebido logo na introdução (p.10) do conhecido livro *Democratizando o Brasil* organizado por Alfred Stepan, no qual tem a contribuição de diversos autores acerca do problema da distensão e abertura da ditadura, dentre eles: o próprio Alfred Stepan, Thomas Skidmore, Albert Fishlow, Edmar Bacha e Fernando Henrique Cardoso. Para ter um maior conhecimento dessa perspectiva, ver STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Dentro desta perspectiva, há também as contribuições de MARTINS, Luciano. A liberalização do regime autoritário no Brasil. In: O'DONELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe C. e WHITEHEAD, Laurence (org.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988, e a organização de MOISÉS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁵⁴ As obras são OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas-SP: Papirus, 1994; e MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas-SP: Papirus, 1995.

ou intervia de forma ínfima nas decisões do executivo *a priori*, sempre conseguiram interferir no sucesso dessas políticas econômicas⁵⁵ *a posteriori*.

Cabe notar que esse empresariado brasileiro, principalmente entre 1974 e 1985, não era tão coeso e coerente quanto aparentava. O II PND, com o seu enfoque à indústria de base (majoritariamente estatal) e de bens de capital (Departamento I, majoritariamente privado), foi um dos primeiros catalisadores da crise intraburguesa, pois o setor industrial de transformação (bens duráveis ou Departamento III⁵⁶) não foi priorizado, ocasionando as primeiras cisões no interior da burguesia brasileira e gradualmente intensificadas até a primeira metade da década de 1980. A primeira manifestação contrária acerca das prioridades do II PND se deu na campanha antiestatista (1974) liderada, em grande medida, por essa fração da burguesia do Departamento III que, apesar de não ser priorizada por essa política de Estado, mantinha sua força decisória no interior do bloco no poder, ainda que de forma mais “marginalizada” quando comparada com a força dos outros Departamentos da economia. Outrossim, essa força decisória do Departamento III pode ser verificado simplesmente pelo fato desse setor da economia dificultar o avanço e a realização plena do II PND. O não avanço do II PND não redundou numa oposição entre a burguesia do Departamento III e o governo, ao contrário, “limitou sua ação [do governo] mais ainda ao horizonte histórico burguês, reforçando a dimensão concentracionista de renda e o poder de sua ação econômica”.⁵⁷

Dentro desta nuance de pesquisas sobre a ditadura, encontra-se também o clássico da Maria Helena Moreira Alves que, pioneiramente, analisou o regime enquanto “fases de institucionalização” por meio do prisma da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁵⁸. Esse período do qual estamos tratando – a partir de 1974 e a abertura política – Moreira Alves nomeou como “terceira fase de institucionalização”⁵⁹, ou seja, a distensão e a abertura foi mais

⁵⁵ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 152.

⁵⁶ A separação da economia em departamentos pode ser vista em sua totalidade em OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 77. Departamento I, produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que são também capital constante; Departamento II, bens de consumo não duráveis; e Departamento III, bens de consumo duráveis. (OLIVEIRA, idem.)

⁵⁷ MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 122.

⁵⁸ “A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos.” (ALVES, 1984, p. 35)

⁵⁹ Sendo esta fase precedida pela: primeira fase institucionalização, compreendida entre o golpe em 1964 e 1968 (construção da organização política, econômica e institucional do regime) e pela segunda fase entre 1969 e 1974 (desenvolvimento econômico e liquidação da oposição por meio da violência estatal).

uma fase da institucionalização imposta pelo regime ditatorial. Para Moreira Alves era o Estado, por meio da DSN, que controlava a sociedade civil e, ao mesmo tempo, organizava o desenvolvimento capitalista⁶⁰.

Diferentemente dos autores mencionados acima, a análise de Moreira Alves é pautada e direcionada pela abordagem da DSN, mas se aproxima dos autores acima pela maior ênfase na atuação do Estado e na contradição de seus aparelhos ideológicos e repressivos. No entanto, os teóricos que se baseiam na DSN são oriundos das mais diversas orientações teóricas e metodológicas e, em sua grande maioria, possuem um caráter mais crítico e rigoroso com as ditaduras instaladas na América Latina. Essa doutrina teve efetividade na realidade brasileira, aliás, isso é indiscutível, porém, entender o período ditatorial somente por esse viés analítico pode não enfatizar a dinamicidade da sociedade civil no interior do Estado bonapartista.

Consubstanciados com essa perspectiva de análise sobre o período de exceção (que na realidade é um princípio metodológico de análise da sociedade) essas duas vertentes teóricas – a de matriz weberiana e a pautada pela DSN –, principalmente a primeira, se utilizam da teoria do *autoritarismo*, amplamente utilizada na historiografia brasileira (incluindo os brasilianistas) para se referir ao período em questão. A ampla utilização deste conceito também se mostra insuficiente para o entendimento das contradições inerentes entre sociedade civil e sociedade política. Essa insuficiência é marcada pelo auto grau de politicismo que este conceito carrega, não obstante, o autoritarismo traz consigo a autonomização da esfera política frente a realidade social. O Estado enquanto o fundamento da sociabilidade.

A teoria do autoritarismo, em si mesma, se limita ao imediatismo das aparências, isto se soma com a forte carga do dualismo moral que essa teoria carrega consigo: autoritarismo ruim/democracia (liberal) boa. Frente a estas elaborações, levamos em consideração o argumento gramsciano onde, refletir somente sobre as superestruturas é, na realidade, falar sobre as aparências⁶¹. No entanto, o que está em jogo não é o descarte das aparências – pois são por elas que iniciamos a análise de qualquer fenômeno. Nesse sentido, sobre a validade e a importância das aparências, Gramsci aponta: “no terreno ideológico o homem adquire consciência das relações sociais”⁶²: dizer isto não é afirmar a necessidade e a validade das aparências?⁶³.

⁶⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984, p. 315.

⁶¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 27.

⁶² Aqui Gramsci está se referindo ao famoso prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* de Marx. MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 48.

⁶³ GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.*, p. 28.

Como exposto acima, essas correntes veem a determinação social como sendo única e exclusivamente do poder político, do Estado, como se essas esferas superestruturais fossem os fundamentos das relações sociais, ou seja, a causa e não a consequência dos conflitos existentes no corpo da sociedade civil. De forma contundente Livia Cotrim, contrária a esse raciocínio, pontua:

A teoria do autoritarismo tem por fundamento [...]: a autonomização do âmbito político e o arquétipo liberal da democracia como critério de verdade e como finalidade, bases para o enquadramento classificatório do totalitarismo – a negação absoluta da democracia – e do autoritarismo – a ausência, em graus diversos, porém não absoluta, da liberdade política. Democracia, totalitarismo e autoritarismo desvendam-se como tipos ideais estritamente formais, incapazes tanto de dizer ou de acolher os conteúdos concretos relativos às formas particulares de dominação em cada formação capitalista específica, como de orientar quanto às condições de possibilidade de instauração da democracia pretendida.⁶⁴

Por conseguinte, há uma complexidade ainda maior na relação entre sociedade civil e Estado que essas linhas interpretativas não levam em consideração: a ampliação do Estado. Esta configuração, de acordo com Gramsci, é típica das sociedades ocidentais, onde a relação entre entidades da sociedade civil, aparelhos privados de hegemonia e outras associações, se entrelaçam organicamente com o Estado. Nessa configuração social, o Estado não deve ser simplesmente tomado de assalto como nas configurações Orientais, onde a sociedade civil é quase inexistente e “gelatinosa”.

Na forma de análise gramsciana, não há um dualismo entre Estado versus sociedade civil, pois os conflitos desta última se estabelecem no interior do aparelho estatal. É nesta conexão íntima que desenvolve a correlação de forças entre as mais diferentes classes e frações de classes. Dada as contradições de interesses de classes, uma dessas frações – ou algumas – conquista a égide sobre o conjunto das outras frações pertencentes ao bloco no poder. Neste contexto, o Estado tem um papel central, pois é ele que “consagra” a égide para determinada fração ou frações em conflito, fazendo desta fração a hegemônica do bloco no poder.

Partindo de Poulantzas, o papel do Estado se apresenta como um *organizador-unificador* das frações da classe dominante que disputam a hegemonia no interior do bloco no poder, e um *desorganizador* das classes dominadas e exploradas⁶⁵. Ou seja, aqui também o Estado tem um papel central: o de organizar a hegemonia, unificar o bloco no poder e os conflitos intraburgueses; como também estabelecer de forma verticalizada – muito embora não

⁶⁴ COTRIM, Livia. O capital atrofico: da via colonial à mundialização. In: CHASIN, José. *A miséria brasileira: do golpe militar à crise social 1964-1994*. Santo André-SP: Ed. Ad Hominem, 2000, p. XXV.

⁶⁵ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 143

se apresente assim – a dominação interclasses por meio da hegemonia, onde o projeto de dominação e exploração gestado no interior do bloco no poder é apresentado como um avanço geral equacionado igualmente para todas as classes.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos agora ver o Estado como uma síntese, um resultado dos conflitos *intra* e entre as classes. Quando o Estado não consegue equacionar esses conflitos, inaugura-se em um período de crise econômica, política e/ou social, tal como foi na ditadura civil-militar a partir de 1974. Com efeito, levando em consideração essa percepção do Estado enquanto um *resultado* dos conflitos *intra* e entre as classes, Poulantzas completa: “O Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, *mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas*”⁶⁶ (Itálicos do autor). Portanto, a hegemonia não se estabelece apenas no interior do bloco no poder. Consolidada a fração dominante deste bloco, os anseios e interesses desta fração são absorvidos pelo Estado e pelos aparelhos privados de hegemonia e são difundidos como interesses universais, projetando a dominação política e econômica da sociedade em geral.

Portanto, ao contrário das análises apresentadas acima acerca do processo ditatorial, concebemos essa relação entre Estado e sociedade civil como uma *contradição permanente* que resulta numa unidade orgânica. Essa unidade se movimenta por meio dos conflitos, das lutas inerentes ao desenvolvimento dessas relações sociais que são baseadas em verdadeiras relações de força, que se manifestam, majoritariamente, em decisões econômicas e políticas de um determinado Estado. Em outras palavras e, novamente, partindo de Nicos Poulantzas, o Estado é uma *condensação material* das relações de força entre as classes e frações de classe.⁶⁷

Feito esses apontamentos, as análises de cunho socialdemocrata/liberal (de Alfred Stepan, Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier etc.) e as por meio da DSN dão maior ênfase, como já mencionado, na atuação do Estado e nos seus aparelhos repressivos e ideológicos. Essa aparente autonomia do Estado que é visível durante vários momentos do período ditatorial, se deu para beneficiar, única e exclusivamente, a produção e reprodução do grande capital monopolista, a concentração e centralização desse capital. Octávio Ianni, incisivo sobre esta questão, aponta:

Sob várias formas, o bloco de poder que se constitui e reproduz com a ditadura conjuga e reconjuga os interesses do imperialismo com os interesses das classes dominantes no Brasil. Aliás, em geral, é o imperialismo que garante e legitima, cria e recria, abre e fecha as condições de possibilidades de governo e

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Ibidem, p. 130.

desgoverno, ditadura e democracia, abertura e fechadura, no âmbito da sociedade brasileira⁶⁸.

De acordo com Ianni (1981), a ditadura tem uma aparência militar, a sua *forma* é militarizada. Entretanto, o que ficou “apagado” pela forma militarizada e imediata foi justamente o seu *conteúdo*, a ditadura do grande capital. É este *conteúdo* que determinou as principais características do Estado ditatorial. Até porque “as classes dominantes nem sempre exerceram diretamente o governo. Não precisam; não é conveniente”⁶⁹. Isso fica mais evidente quando levamos em consideração a classe que foi mais pauperizada pelo regime ditatorial. Com certeza, não foram as classes dominantes.

1.4 - A crise de acumulação capitalista como um dos fatores determinantes da distensão e da abertura

Sob os signos “planejamento” e “segurança”, o Estado ditatorial efetivou e potencializou uma complexa metodologia de desenvolvimento, mais sofisticada e moderna até então. A modernização do aparelho burocrático e estatal foi levado a cabo, principalmente no período do qual estamos tratando (década de 1970 e início de 1980), afim de garantir estabilidade econômica (concentração), política (dominação) e, principalmente, social (exploração segura) para as diversas frações de classe do capital monopolista⁷⁰: a indústria nacional, associada e estrangeira, como também para o capital financeiro nacional e estrangeiro.

Ao longo da década de 1970 no Brasil, as fusões e associações – por meio de *holdings* – de empresas das mais variadas atuações econômicas, foram amplamente influenciadas e incentivadas pelo Estado e se consolidaram sob a égide do capital financeiro. Grupos financeiros privados como o Bradesco – o maior grupo financeiro do Brasil até então – e Itaú –

⁶⁸ IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 194.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 01.

⁷⁰ Para uma análise mais detalhada sobre o capitalismo monopolista, capital financeiro e imperialismo, dentre outros autores, podemos indicar Rudolf Hilferding, Lenin, Paul Sweezy e Paul Baran. Para Hilferding os monopólios a partir do século XX deveriam ser entendidos como uma fusão do capital bancário e capital industrial, nesta fusão a indústria tende a perder sucessivamente o seu capital para os bancos, pois o primeiro fica dependente do crédito e investimento do segundo. É a partir deste movimento que se consolida o capitalismo financeiro, onde os bancos com o enorme aumento do seu capital tendem a investir de maneira crescente no ramo industrial, ou seja, os bancos convertem-se cada vez mais em capital industrial, e a indústria fica, cada vez mais, dependente dos bancos. Em Hilferding, no interior do capital financeiro, temos uma égide incontestável dos bancos sobre a indústria. HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Em Lenin, as monopolizações e o imperialismo também são entendidos por fusões mais complexas entre o capital bancário e industrial, um salto de quantidade para qualidade. Porém, para Lenin, não há uma determinação absoluta dos bancos sobre a indústria como em Hilferding. LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Já em Baran e Sweezy, conseguimos perceber uma oposição à teoria de Hilferding e Lenin, para eles há uma autonomia do capital industrial, pois este tipo de capital acabou desenvolvendo o seu próprio modo de financiamento e o seu setor financeiro. Distanciando-se, sucessivamente, do capital bancário, pois as indústrias tenderiam ao seu autofinanciamento. BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

segundo maior – cresceram de maneira vertiginosa ao longo deste período. Para ficarmos em um exemplo factual, foi em 1973 que o grupo Bradesco fez “a mais importante incorporação, a [...] do Banco da Bahia, que tinha quatrocentas agências em todo o país”⁷¹.

Com o Itaú não foi diferente, sua fase de maior concentração e centralização de capital também se concentrou neste período, “todo este complexo processo de incorporações e fusões [sob égide do Itaú], ocorrido entre 1964 e 1974, notadamente concentrado entre 1969 e 1974 [...], só foi completado em 1979”⁷². Com efeito, o setor produtivo estatal, o setor produtivo privado nacional e o setor produtivo multinacional, são largamente articulados pelo capital financeiro, desenvolvendo-se, neste período, sob condições monopolistas⁷³. Dessa forma, a partir destas constatações:

O capital financeiro, sob condições monopolísticas, passou a determinar amplamente a fisionomia e os movimentos do Estado. A ditadura realizou largamente a articulação do aparelho estatal com a grande burguesia financeira, sem que essa precisasse necessariamente fazer-se presente no exercício do governo. Sem que a grande burguesia financeira, nacional e estrangeira, precisasse assumir o governo do aparelho estatal, este foi levado a agir, cada vez mais, segundo as exigências do desenvolvimento do capital financeiro e monopolista.⁷⁴

Não obstante, a configuração posta ao longo da década de 1970 mostra como o desenvolvimento capitalista nos países dependentes, particularmente no Brasil, mesmo se mostrando modernizante, se dava a reboque das grandes empresas transnacionais que traziam seus capitais aos países dependentes para poder explorar de forma mais exitosa a força de trabalho local, assegurando a sua elevada taxa de mais-valor. Esse argumento fica mais claro quando percebemos que:

Para cada dólar investido nos países dependentes em 1981, elas [transnacionais] remetiam 2,2 dólares aproximadamente para os seus países de origem. No caso das empresas americanas, a pilhagem é ainda maior, para cada dólar investido entre 1970 e 1979, essas empresas remeteram aos EUA 4,25 dólares⁷⁵.

Os investimentos nos países dependentes por empresas transnacionais em 1980 foram de apenas 18%, os outros 82% foram investidos nos países centrais. Porém, neste mesmo ano,

⁷¹ “Bradesco: dos dez contos ao capital financeiro”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 216, p. 8-9, 01 a 07 de setembro de 1984.

⁷² “A anatomia do grupo Itaú”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 218, p. 14, 15 a 21 de setembro de 1984.

⁷³ IANNI, Octávio. *Op. Cit.*, p. 45.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 44.

⁷⁵ “Como atuam os destacamentos avançados do imperialismo”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 228, p. 8-9, 23 a 29 de setembro de 1984.

os países dependentes produziram 36% dos lucros obtidos mundialmente, e isso somente para as empresas estadunidenses.⁷⁶

Esses dados fazem paralelo direto com a categoria utilizada por nós, a superexploração da força de trabalho, desenvolvida originalmente por Ruy Mauro Marini. Um dos pressupostos da categoria de superexploração é a repartição do mais-valor produzido em países dependentes, onde o quantum maior fica com os países centrais que instantaneamente é investido em outros países. Se investido em países dependentes, esse quantum se transforma em capital para a extração de mais trabalho superexplorado. Ou seja, esse intercâmbio desigual se dá no âmbito da *circulação* estabelecido entre os países centrais e dependentes, onde a maior taxa de mais-valor fica com os países centrais; os países dependentes para compensarem essa perda ocorrida na circulação, têm que superexplorar os trabalhadores no âmbito da *produção*. “O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do *trabalhador* e não do *incremento* de sua *capacidade produtiva*”⁷⁷. (Grifo nosso)

Nesse grau de desenvolvimento capitalista de extrema dinamização e complexificação do capital, a dinâmica de associação e/ou fusão de capitais se estabelece baseada na sua configuração mais contemporânea e tecnologicamente mais avançada, o capital monopolista. A partir disto, surge o que Virgínia Fontes denominou de *capital-imperialismo*:

Na nova forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas*.⁷⁸ (Grifo da autora)

Nessa expressão mais contemporânea e complexa da organização de capitais, não há mais oposições entre indústrias e bancos, bancos e comércio, indústrias e comércio etc. Muito pelo contrário, esses capitais se fundem de maneira cada vez mais intensiva e extensivamente complementar, fazendo com que as contradições entre esses capitais, percam, pelo menos de forma imediata, a centralidade, criando um verdadeiro “efeito bola de neve”.

Voltando agora para o binômio “planejamento” e “segurança”, estes começam a ganhar sua forma mais concreta. Sob o capital monopolista, “planejamento” eficiente e dinâmico para as classes dominantes e com “segurança” para manter a superexploração da força de trabalho

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis-RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 123.

⁷⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 3ª edição. Rio de Janeiro: EPSJV/ Ed. UFRJ, 2010, p. 198.

intensificada, sem nenhuma margem para a revolta dos explorados, seja pela violenta repressão estatal, seja pela dominação ideológica, no campo ou na cidade.

Diante desses apontamentos acerca da organização burguesa ao longo do regime ditatorial, temos, no outro lado da mesma moeda, o espectro da organização política. Dreifuss (1986) sintetizou esse processo em uma frase: “*os partidos burgueses visam o governo; as elites orgânicas visam o Estado*”.⁷⁹ (Grifo do autor)

Acerca do período de crise do “milagre”⁸⁰, cabe mencionar que, apesar da aguda taxa de superexploração da força de trabalho, as fissuras no interior do bloco no poder se faziam presentes pelo dissenso acerca da repartição do mais-valor produzido no Brasil⁸¹. Isto porque esta repartição estava ficando cada vez mais concentrada nas empresas estatais e, principalmente, nas transnacionais, ocasionando certos “conflitos” de interesses no interior do bloco no poder. A tabela abaixo clarifica essa situação:

Tabela 1.1 - NÚMERO DE EMPRESAS E PARTICIPAÇÃO

Grupo de Empresas	Nº	%	Patrimônio líquido (%)	Imobilizado líquido (%)	Faturamento (%)	Lucro líquido (%)	Emprego (%)
Empresa do Governo	115	15,7	54,3	62,9	25,2	38,7	30,0
Empresa multinacional	246	33,7	24,5	20,2	42,8	31,3	31,3
Empresa privada nacional	370	50,6	21,2	16,9	32,0	30,0	38,7
Total	731						

Fonte: FIBGE, Pesquisa Industrial, 1973, p. 19; e Conjuntura Econômica, vol. 30, nº 13, fevereiro de 1976, p. 310-314.⁸²

Como podemos notar na tabela acima, no Brasil, em 1974, havia um número maior de empresas privadas nacionais em comparação com as multinacionais e com as empresas estatais.

⁷⁹ DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1986, p. 266.

⁸⁰ Para entender mais a fundo o “milagre econômico”, seus desdobramentos e seu definhamento consultar SINGER, Paul. *A crise do “milagre”: interpretação crítica da economia brasileira*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; e FURTADO, Celso. *O Brasil pós-“milagre”*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁸¹ “Boa parte dos dados sobre o tripé da economia brasileira mostra razoável predomínio da grande empresa estatal e imperialista sobre a nacional. Mas é a empresa imperialista que realiza maiores ganhos, pois que em geral a empresa estatal está situada em atividades de infraestrutura, destinada exatamente a atender às exigências da reprodução do capital privado estrangeiro e nacional”. (IANNI, 1981, p. 38.)

⁸² Tabela retirada de IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 48.

No entanto, verifica-se uma maior concentração de faturamento nas empresas multinacionais e maior lucro líquido nas empresas estatais. Segundo Eli Diniz e Renato Boschi, essa implicação se dá pela especialização dos grupos multinacionais e estatais em determinados ramos estratégicos da economia, implicando razoável predomínio da empresa estatal e multinacional sobre as privadas nacionais:

As empresas estatais, já bastante dinâmicas no período anterior a 64, consolidam de início sua posição na economia e se expandem, de maneira bastante concentrada, em áreas bem delimitadas; as empresas estrangeiras também se alicerçam nos momentos iniciais e, com o controle nítido de alguns setores, se espriam também por outros; e, por fim, as nacionais, já bastante dispersas em termos de sua atuação, progressivamente emergem como um ator imprescindível dentro do modelo.⁸³

Nesse sentido, a relação no interior do tripé da economia brasileira não foi sempre tranquila, principalmente após o esgotamento do “milagre”. A disputa e os conflitos no interior deste tripé e, portanto, no interior do bloco no poder, se deu, majoritariamente, no que diz respeito à luta pelo acesso aos favores e proteção do poder estatal que, no período do “milagre”, foi o grande promovedor de altos investimentos para esses dois setores privados da economia⁸⁴. Essa lógica heteronômica e dependente da economia nacional ao capital monopolista sob o comando imperialista estabeleceu os verdadeiros limites do “milagre”.

Uma consequência direta desse tipo de benefício do Estado às empresas multinacionais foi o permanente e crescente processo de fusão e incorporação de pequenas e médias empresas nacionais e/ou estatais sob a égide do capital estrangeiro monopolista. Através da crescente concentração de capital facilitada pelo Estado por meio de fundos públicos – como o FGTS – as centralizações que reforçavam o capital monopolista, e, em conformidade com o imperialismo, se davam entre: “estrangeiras entre si, estrangeiras e nacionais, nacionais e estatais e estrangeiras, nacionais e estatais”.⁸⁵ Aqui, lembra-se do *entrelaçamento* defendido por Fontes quando se refere ao capital-imperialismo.

Entretanto, a Crise do Petróleo não foi a catalizadora da crise do “milagre”. Ou seja, a lógica de acumulação e centralização capitalista imposta pelo “milagre econômico” entraria em crise, ainda que de forma mais lenta e gradual, mesmo sem a eclosão da Crise do Petróleo. Essa crise tem efetividade no Brasil pelo desequilíbrio na balança de pagamentos, tendo como

⁸³ DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p. 134.

⁸⁴ IANNI, Octávio. *Op Cit*, p. 48.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 35.

consequência o permanente e ascendente endividamento externo.⁸⁶ Um ponto importante a ser notado na forma de endividamento financeiro é que essa lógica reforça ainda mais a dependência do Brasil aos países centrais. Essa dependência financeira acaba, por fim, atingindo todos os níveis da economia: produção (a dependência no sentido clássico), na circulação (com o desmonte ferroviário e portuário), e, por meio do regime ditatorial, a aquisição de uma dependência financeira, o que aprofunda ainda mais a fragilidade e a instabilidade econômica no país⁸⁷.

Do ponto de vista do trabalho, os salários baixos obrigavam os trabalhadores fazerem horas extras, esta prática acarretava no aumento exponencial da jornada de trabalho, que era consubstanciada com uma maior intensidade da exploração da força de trabalho. Esta realidade confluía com os permanentes índices de arrocho salarial e com a desvalorização do salário mínimo. Esses apontamentos ficam mais claros quando cotejados no gráfico a seguir:

Tabela 1.2 – **EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO (1963-1976)**
(em cruzeiros, 1976)

Ano	Salário mínimo real	Índice de salário real
Janeiro de 1959	1.735,29	100
Janeiro de 1960	1.204,03	69
Janeiro de 1961	1.475,00	85
Janeiro de 1962	1.406,38	81
Janeiro de 1963	1.304,35	75
Janeiro de 1964	724,14	42
Janeiro de 1965	840,40	48
Janeiro de 1966	849,42	49
Janeiro de 1967	744,02	43
Janeiro de 1968	737,88	43
Janeiro de 1969	732,62	42
Janeiro de 1970	724,91	42
Janeiro de 1971	723,90	42
Janeiro de 1972	690,96	40
Janeiro de 1973	681,37	39
Janeiro de 1974	623,63	36
Janeiro de 1975	600,35	35
Janeiro de 1976	590,49	34
Março de 1976	532,80	31

Fonte: DIEESE. *Divulgação n° 1/76*, 19 de abril de 1976, p. 10.⁸⁸

⁸⁶ CHASIN, José. *A miséria brasileira (1964-1994): do golpe militar à crise social*. Santo André: Editora Ad Hominem, 2000, p. 65. Podemos ver um posicionamento análogo em DINIZ, Eli. *Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85*. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'Araújo, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 212.

⁸⁷ Exclusivamente sobre esse tema, Celso Furtado fez relevantes apontamento, ver FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

⁸⁸ Tabela retirada do livro ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.*, p. 114.

Portanto, durante esse período conseguimos constatar, de forma cabal, a efetividade da superexploração da força de trabalho e os seus impactos. Junto a isto, temos um fator agravante que foi o aumento do exército industrial de reserva por causa das sucessivas migrações das regiões Norte e Nordeste do Brasil, regiões estas onde a possibilidade da morte por causa da fome era concreta. Esse processo migratório desaguou na abundância da força de trabalho sem nenhuma qualificação técnica, contribuindo para a desvalorização de trabalhos já altamente desvalorizados⁸⁹. Dentro destes aspectos sociais, a tabela acima demonstra como o salário foi substancialmente desvalorizado, chegando a atingir em 1976 31% do que valia em 1959.

Na esteira da superexploração, conseqüentemente, encontra-se os altos índices de acumulação de renda e capital nas mãos das seletas frações da classe dominante: “enquanto que os 50% mais pobres da população economicamente ativa urbana diminuíram sua participação na renda nacional de 16% em 1970 para 13,1% em 1980, os 5% mais ricos aumentaram seus ganhos, passando de 30,3% em 1970 para 34,7% em 1980”⁹⁰.

Essa situação de despojamento da classe trabalhadora e os altos índices de acumulação por parte da classe dominante continuaram de forma mais intensa durante a primeira metade da década de 1980. A maior produtividade da força de trabalho aliada aos salários diminutos se repetia, e junto a esses fatores houve também o elevado número de demissões, desembocando em uma maior exploração da força de trabalho que permaneceu em atividade. Assim, aos poucos, e, empiricamente, vamos descobrindo a natureza classista da ditadura:

Entre 1981 e 1984 a produtividade na indústria metalúrgica cresceu 27,6%, e o peso da folha de pagamento nos custos caiu 29,1%. Em outros setores, também envolvidos nas negociações salariais, os números referentes aos últimos 4 anos são semelhantes: na indústria de minerais não metálicos, 26,1% do seu pessoal foi demitido, e a massa salarial caiu 34,9%; na indústria mecânica, a redução dos postos de trabalho atingiu 26,8%, enquanto o total de salários reduziu-se 29,8%; na indústria de material elétrico e de comunicação, o peso da folha de pagamento caiu 22,4%, a massa de salários reduziu-se em 26,4%, e a redução do contingente de empregados foi de 28,6%.⁹¹

Como se já não bastasse essa situação relegada à classe trabalhadora, durante a primeira metade da década de 1980 setores industriais, banqueiros e do governo (representados principalmente na figura de Delfim Netto) fizeram uma ampla campanha com a intenção de

⁸⁹ Eder Sader fez uma importante abordagem sociológica acerca dos efeitos destas migrações e os seus impactos urbanos na cidade de São Paulo. Para o aprofundamento acerca destas questões ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Especialmente o capítulo II, Sobre as experiências da condição proletária em São Paulo, p. 61-139.

⁹⁰ Brasil: a terrível dívida social. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 214, p. 10, 18 a 24 de agosto de 1984.

⁹¹ “Os patrões podem pagar”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 244, p. 11, 6 a 12 de abril de 1985.

vincular os altos índices inflacionários aos salários extremamente defasados dos trabalhadores. Ou seja, a culpa da crise econômica e dos altos índices inflacionários era simplesmente dos “altos” salários pagos aos trabalhadores. Se essa assertiva fosse correta, com os arrochos e demissões, o problema da inflação já era para ter sido resolvido há muito tempo, pois essa foi a principal metodologia da ditadura desde 1964. O que esteve por trás dessa campanha classista era as despesas financeiras que eram quase sempre escamoteadas e não postas em xeque pelo Estado e, principalmente, pelos setores privados:

Uma boa pista são os indicadores conjunturais divulgados pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. No primeiro bimestre deste ano [1985] o peso das despesas financeiras na indústria de transformação gaúcha atingiu 26,3% e dos salários, no mesmo período, 7,4%. Ou seja, o custo dos juros e outros encargos bancários foi quase quatro vezes maior que os salários.

A partir desta pequena constatação podemos vislumbrar que um dos fatores responsáveis pela alta da inflação, evidentemente não foram os salários, mas sim o pagamento de juros, o enorme repasse financeiro executado tanto pelo Estado quanto pelas empresas privadas. Entretanto, para manter o equilíbrio de suas contas, eles não colocam em xeque os repasses financeiros concedidos aos grandes bancos, mas sim os salários. Esta metodologia vai desde o aumento das horas semanais de trabalho, até a própria intensificação da produção, produzir mais em menos tempo.

Esses índices de concentração de renda e capital também são visíveis a partir do *boom* no crescimento das exportações ao longo da ditadura civil-militar. Esses dados sobre o aumento da exportação são mais uma determinante sobre o aumento extraordinário da taxa de mais-valor extraída aqui no Brasil e remetida para fora. Seja das empresas multinacionais, seja dos próprios empresários brasileiros que, além de exportarem a sua produção, exportavam também o capital produzido aqui, investiam o capital fora do seu próprio país:

Tabela 1.3 – Exportação e taxa de exportação de produtos produzidos no Brasil

Ano	Exportação em bilhões de dólares	Café (%)	Algodão (%)	Produção de máquinas em geral ⁹² (%)
1968	2.17	40	6.8	1.1
1969	2.51	33	8.2	1.2
1970	3.1	33	6.4	1.9
1971	3.2	30	3.9	2.3
1972	4.24	25	4.7	2.6
1973	6.57	20	3.7	2.5
1974	8.33	13	1.3	4.2
1975	9.54	13	1.0	6.2
1976	10.52	18	0.3	6.8
1977	13	21	0.3	8.8
1978	13.3	17	0.3	11
1979	16.5	12	0.1	12
1980	21.3	13	0.2	12
1981	24.6	11	0.22	13
1982	21.8	11	0.22	12
1983	23.5	11	0.92	9.9
1984	27.4	9.2	0.13	10
1985	27.2	9.4	0.32	12

Fonte: What does Brazil Export? In: http://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/hs92/export/bra/all/show/2015/. Acessado em 07/04/2017.⁹³

Nessa tabela conseguimos visualizar, primeiramente, o aumento vertiginoso da exportação em bilhões de dólares, sendo 2.17 bilhões em 1968 e mais de 27 bilhões em 1985. Outro dado importante é a queda substancial da participação do café e do algodão na economia brasileira, por um lado, e o aumento da produção de máquinas em geral, por outro. A complexificação da economia começou a se intensificar a partir da menor participação de produtos primários na exportação como o café e o algodão, consubstanciado com o aumento da participação de produtos industrializados, junto com o agudo crescimento das exportações em bilhões de dólares. Portanto, ao lado da dinamização da economia brasileira sob o capital monopolista, temos, conseqüentemente, maior concentração e centralização de capital, conseqüência direta da fase monopolista do capitalismo, no qual a dinamização da economia,

⁹² São inúmeros os produtos que estão inseridos nesta nomenclatura adotado por nós, dentre eles estão: carros, peças e acessórios de veículos, pistão de motores, caminhões e vans, chassis com motor, maquinas de construção etc.

⁹³ No Brasil, em 1985, a exportação de produtos primários: café, minério de ferro, petróleo, algodão, cana de açúcar, soja, carne bovina etc. atingia cerca de 50% do total de exportações. Enquanto que em 1968 somente o café atingia cerca de 40%.

controlada horizontal e verticalmente por grandes transnacionais, é parte integrante desse processo.

No campo, a situação dos trabalhadores rurais e dos pequenos produtores eram ainda piores quando comparados com a situação dos grandes latifundiários da monocultura: “os 50% mais pobres tiveram sua participação na renda diminuída de 22,4% em 1970 para 14,9% em 1980. Paralelamente, os 5% mais ricos aumentaram seus ganhos, saltando de 23,7% em 1970 para 44,2 em 1980”⁹⁴.

Essa concentração de renda no campo é só mais um efeito da concentração fundiária nas mãos de poucas famílias, que também aumentou durante o período ditatorial, particularmente neste contexto com o qual estamos trabalhando: “os estabelecimentos com menos de 10 mil hectares, que representavam 36% dos imóveis em 1967, foram reduzidos para 28% em 1977. E aqueles com mais de 10 mil hectares, que perfaziam 16% dos imóveis em 1967, aumentaram para 25% dez anos depois”. Portanto:

As propriedades com mais de 10 mil hectares aumentaram de 1,6 mil em 1950 para 2,4 mil em 1980. Antes abrangiam uma área de 45 milhões de hectares e em 1980 já dominavam mais de 63 milhões de hectares. As grandes propriedades somam apenas 1% do conjunto dos estabelecimentos agrícolas, mas em contrapartida detêm cerca de 50% das terras agricultáveis⁹⁵.

A essas relações sociais estabelecidas no campo, Florestan Fernandes conceituou de *dependência da dependência* para evidenciar o posicionamento do grande latifúndio frente a dependência econômica do país. Nessa relação “as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro das fronteiras do capitalismo, mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais”⁹⁶. Trocando em miúdos, essa colocação de Fernandes mostra a dependência que o latifúndio tem da dependência econômica brasileira, uma vez que, apesar do aumento da dinamização econômica durante o regime, as exportações de produtos primários permaneceram um forte bastião econômico.

No campo, ao longo da década de 1970 essas parcelas de despossuídos atingiam, mais ou menos, de 50 a 70 por cento da população rural. A denominação “despossuídos” não se refere estritamente ao aspecto material e econômico, mas também às condições socioculturais, psicológicas e políticas, que, de acordo com Fernandes, são despojados até de classe social, são os condenados do sistema⁹⁷. A *dependência da dependência* aparece nessa relação da economia

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008, p. 184.

⁹⁷ Idem.

agrária de forma paradoxal: “para resguardar e fortalecer sua posição, o empresário rural dirige a empresa agrária de tal maneira que a aceleração do crescimento da economia agrária não faz outra coisa senão agravar e intensificar a dependência dentro da dependência”⁹⁸.

Neste percurso, a superexploração da força de trabalho desce a níveis mais concretos e factíveis quando levamos em consideração o baixo poder de compra da classe trabalhadora, por meio do salário mínimo, dos produtos de primeira ordem para a sua reprodução:

[...] O custo da ração alimentar em 1965 exigia 87,3 horas de trabalho por mês; em 1971, já eram necessárias 113,4 horas, chegando a 120,4 horas em 1981. No ano passado [1983], para comprar a mesma quantidade de alimentos, eram necessárias 262,3 horas de trabalho. Muito mais que a jornada normal de 240 horas mensais.⁹⁹

A partir desses dados conseguimos visualizar o abismo entre a classe dominante e a classe trabalhadora, essa situação social isolava a classe trabalhadora aos acessos mais básicos como saúde, educação etc., reafirmando a histórica desigualdade social brasileira:

O país possui hoje [1984] 32 milhões de analfabetos, seis milhões de desempregados, 12 milhões de crianças sem escola ou menores abandonados, 12 milhões de famílias sem terra ou com terra insuficiente para a sua manutenção e 25 milhões morando em favelas, mocambos e palafitas. Em síntese: 40% da população vive em estado de miséria absoluta.¹⁰⁰

Dada essa configuração, as classes dominantes e a política burguesa, para barrar qualquer ímpeto de transformação ou revolta vindo das massas – desde 1978, com as greves do grande ABC paulista até 1984, com as mobilizações pelas *Diretas Já* – impõem de cima para baixo um reformismo abstrato que, concretamente, pouco mudou na vida da classe trabalhadora. Conseqüentemente, na arena política esse caráter retrógrado e conservador também tem o seu lugar garantido, pois: “nas formações sociais não pertencentes à “via clássica” [de ruptura com o passado como na França e na Inglaterra] o liberalismo apresentou-se com sua face conservadora e reacionária”¹⁰¹. Ou seja, é exatamente no Brasil que essa “sina” tem o seu terreno perfeito, e, como veremos logo abaixo, esse tipo de relação que se mostra no campo político tem profundo vínculo nas relações sociais.

A crise econômica prolongada até década de 1980 teve um relacionamento íntimo com a política. Em novembro de 1982, em um cenário extremamente caótico no que tange ao quesito

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Brasil: a terrível dívida social. Idem.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 105.

econômico, ocorreu a primeira eleição geral que incluiu o voto direto para governador, extinto desde 1965. Nesta eleição, a oposição burguesa (PMDB e PDT) conseguiu ganhar em estados estratégicos no que se refere aos índices econômicos de produtividade e de concentração populacional. Os resultados foram: Franco Montoro (PMDB) em São Paulo, Leonel Brizola (PDT) no Rio de Janeiro, Tancredo Neves (PMDB) em Minas Gerais, José Richa (PMDB) no Paraná, Iris Rezende (PMDB) em Goiás, Wilson Barbosa Martins (PMDB) em Mato Grosso do Sul, Gerson Camata (PMDB) no Espírito Santo, Gilberto Mestrinho (PMDB) no Amazonas, Jader Barbalho (PMDB) no Pará e Nabor Júnior (PMDB) no Acre. Somente nos estados do Norte e do Nordeste é que temos uma maior preponderância do domínio do PDS. Cabe notar, que essa vitória da oposição nos estados mais “notáveis” do Brasil foi o principal fator para o desenvolvimento da campanha pelas *Diretas Já*, para o êxito da transição política e o realinhamento/recomposição na correlação de forças do bloco no poder.

Conforme exposto, é justamente no início da década de 1980 que o esgotamento do “milagre” e o fracasso do II PND, como também os reflexos da Primeira e da Segunda Crise do Petróleo (1979), tomam uma dimensão mais ampla e cristalina no cenário da crise brasileira. Esse processo de conjugação da crise econômica acaba sendo bastante relevante para o isolamento do regime ditatorial, como também para a consolidação da transição ocorrida em 1985. Os dados referentes a crise que marcou a década de 1980 não deixam margem para dúvidas, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1.4 - TAXA DE INFLAÇÃO

Ano	Índice (%)
1968	27,8
1969	20,3
1970	18,2
1971	17,3
1972	17,4
1973	20,5
1974	31,5
1975	32,7
1976	41,9
1977	44,1
1978	40,8
1979	77,2
1980	110,2
1981	97,0
1982	99,7
1983	239,0

Fonte: ALVES, Maria H. Moreira.
Op. Cit., p. 331.

Tabela 1.5 - TAXA DE CRESCIMENTO (PIB)

Ano	Variação (%)
1968	11,2
1969	10,0
1970	8,8
1971	13,3
1972	11,7
1973	14,0
1974	9,8
1975	5,6
1976	9,0
1977	4,7
1978	6,0
1979	6,4
1980	8,5
1981	-1,9
1982	0,0
1983	-7,5

Fonte: Idem. p. 333.

A partir das duas tabelas acima podemos ver que de 1968 até 1983 há, pelo menos, três momentos econômicos instaurados no Brasil. O primeiro, que nas duas tabelas vão de 1968 a 1973, mostra a estabilidade da alta taxa de inflação (tabela 1.4) aliada a vertiginosa alta do PIB brasileiro. O segundo momento, que na tabela 1.4 vai até 1978 e na 1.5 vai 1980, mostra o considerável aumento da inflação consubstanciado com a queda do PIB, evidenciando o aumento da crise para os trabalhadores e o declínio do PIB para os empresários, circunscrito neste segundo momento, o início das fissuras no interior do bloco no poder. Finalmente temos o terceiro momento, que na tabela 1.4 vai de 1979 a 1983 e na 1.5 vai de 1981 a 1983, esse período é marcado por uma crise generalizada, pois não só os trabalhadores são atingidos pela crise da ditadura, mas também a classe empresarial. Sendo visível na tabela 1.5, o cenário de maior oposição do empresariado ao regime ditatorial, como poderemos ver ao final deste capítulo.

Seguindo essa perspectiva, conseguimos ver os limites das tabelas econômicas e o seu real significado quando tomadas isoladamente. Enquanto que a primeira, sobre a inflação (tabela 1.4), evidencia mais os impactos da economia para a classe trabalhadora – pois é substancialmente ela quem sofre com a inflação – a segunda (tabela 1.5) evidencia os impactos da economia para as classes dominantes. Não necessariamente o crescimento do PIB corresponde à qualidade de vida e favorecimento material para todas as classes sociais, o

período do “milagre” foi a grande prova disto. Que dizer, até mesmo os dados expressos em gráficos: PIB, inflação, qualidade de vida, exportação e importação etc., demonstram um expressivo viés de classe, mascarados pela falsa neutralidade. Não obstante, se esses dados não forem compreendidos em sua totalidade (sua relação com a totalidade das relações sociais) pode-se chegar a uma compreensão insuficiente, a uma conclusão parcial e, portanto, mistificadora da realidade social e suas implicações.

O próprio Médici, opinando sobre o “milagre”, evidenciou esse impasse: “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. Apesar desta fala corroborar com a noção de que o crescimento da economia não reflete na qualidade de vida da classe trabalhadora, se tomada de forma literal também há o perigo de cairmos em equívocos. Essa opinião de Médici – que foi muito apropriada pelas oposições burguesas durante a distensão e a abertura como uma verdade absoluta – é mistificadora somente pelo fato de colocar a economia numa equação correta, e que o problema do “milagre” se deu na distribuição de riqueza produzida e não na esfera da produção. Para a economia burguesa, a distribuição tem completa autonomia da produção, ou seja, a aparência (a distribuição) é descolada de sua essência (a produção). Essa concepção é equivocada simplesmente pelo fato de que:

A produção [...], produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo de consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo.¹⁰²

A articulação da distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção, não só no que concerne ao seu objeto, já que somente os resultados da produção podem ser distribuídos, mas também no que concerne à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, a forma de participação na distribuição.¹⁰³

Portanto, como podemos ver, se a produção determina a distribuição, o problema da economia brasileira não foi simplesmente um problema de distribuição de riqueza. Foi a produção, o modo de se produzir a realidade social, que se deu de forma excludente e elitista, voltada em todas as instâncias para o mercado externo. Consubstanciado com os subsídios do Estado, essas empresas – nacionais e internacionais – montaram um aparato de concentração de capital configurada em uma extraordinária transferência de renda do público para o privado. Portanto, a crise que assolou a década de 1980 foi marcadamente na esfera da produção e não

¹⁰² MARX, Karl. *Grundrisse. Manuscritos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 47.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 50.

somo como um problema de distribuição de renda, ou seja, uma crise tanto setor produtivo quanto de realização.

Como mostramos acima, na década de 1980 a baixa foi também para as classes dominantes, atingindo em cheio o bloco no poder. Para termos uma ideia na queda da produção industrial necessitamos cotejar a subseqüente tabela que evidencia essa aguda baixa a partir de 1981, resultando em um conturbado início de década seja no aspecto econômico, político e social:

Tabela 1.6 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL

Ano	Taxa de crescimento (%)
1968	13,3
1969	12,1
1970	10,4
1971	14,3
1972	13,4
1973	15,8
1974	9,9
1975	6,2
1976	10,8
1977	3,9
1978	5,9
1979	6,3
1980	8,0
1981	-8,0
1982	1,0

Fonte: ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. Cit.*, p. 334.

A partir do gráfico acima conseguimos ver que a partir de 1981 a crise econômica gestada ainda em 1974 toma proporções alarmantes, afetando proporcionalmente o setor industrial que, até então, estava conseguindo manter o seu crescimento, mesmo com o definhamento do “milagre”. Porém, cabe mencionarmos que não é somente em tempos de *boom* econômico que a concentração e a centralização de capital ganham forma. Nos períodos de crise, principalmente em meados da década de 1980, a concentração e centralização de capital continuava de forma atroz e recebendo incentivos do Estado. Nesse momento, as pequenas e médias empresas começam a entrar em estágio de falência ou foram incorporadas ao grande empresariado nacional e/ou ao capital internacional:

O governo para garantir a meta do superávit comercial, realizou uma maxidesvalorização do cruzeiro em 30%, o que jogou a inflação para a lua, além de tecnicamente quebrar com boa parte das empresas, já que, até naquele momento, o governo “persuadia” as empresas a contraírem empréstimos no

exterior. Até setembro de 1983, em relação a 1982, as falências cresceram em 17,9% e as concordatas em 104,6%.¹⁰⁴

Para equilibrar a balança comercial o governo desvalorizou o cruzeiro incentivando uma maior entrada de dólares na economia por meio da exportação. Este tipo de política econômica tem como consequência, pelo menos, três fatores: a de quebrar as empresas menores para possibilitar maior concentração de capital para as grandes empresas, pois é somente estas últimas que conseguem empréstimos substanciais no exterior; aumentar vulnerabilidade do setor empresarial interno ao sistema financeiro internacional, pois quem se beneficia amplamente com essa política econômica é justamente o setor financeiro internacional; larga financeirização da economia por meio do endividamento a base de juros. Outrossim, a crise da década de 1980 pode ser vista como uma grande “peneira” (em que as empresas pequenas quebram e as empresas grandes centralizam o capital) que remodelou a dinâmica capitalista interna aos moldes dos interesses estrangeiros e do grande capital interno.

Essa foi a marca essencial do governo Figueiredo que, na tentativa de reduzir a dívida externa, resultante da ampla abertura da economia brasileira ao capital-imperialismo internacional, teve que se comprometer com o início da “desestatização” da economia. Este governo concedeu, facilmente e de maneira subserviente, ao capital monopolista a continuidade da proteção econômica e política, concomitantemente com a redução da produção no setor estatal, insinuando a possibilidade de transferência de empresas estatais para o setor privado. Essa foi uma das marcas significativas do III PND (1979-1985) agravado pela alta inflação importada das nações capital-imperialistas hegemônicas¹⁰⁵ e com a alta taxa de inflação alimentada internamente pelo capital monopolista¹⁰⁶. Essa política econômica, pautada externamente pelo FMI, tem como fundamento o enfraquecimento de empresas estatais e, como consequência direta, as desestatizações:

O governo anunciou o orçamento de 84 para as empresas estatais, com um corte de 20 por cento nos investimentos do setor público. O diretor técnico do DIEESE, Walter Barelli, comentando o orçamento, denuncia que o corte nos investimentos faz parte de uma estratégia mais geral e que integra toda a ação do FMI nos países que cederam às suas exigências. E acrescenta: – Há uma irracionalidade nesta gestão econômica, porque o setor siderúrgico, por exemplo, gera divisas e só por ser estatal o governo, para cumprir compromissos com o FMI, tem que mantê-lo congelado. Este setor é de grande

¹⁰⁴ “Um ano de desastre nacional”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 184, p. 4, 05 a 11 de janeiro de 1984.

¹⁰⁵ Compreende-se como exportação da inflação pelos países centrais: aumento da taxa de juros da dívida contraída pelos países dependentes com os países centrais, no caso do Brasil com os EUA; e o aumento dos preços das mercadorias industrializadas vendidas por esses países centrais.

¹⁰⁶ IANNI, Octávio. *A ditadura do grande... Op. Cit.*, p. 14.

produtividade e concorre de igual para igual com as empresas europeias e norte-americanas.¹⁰⁷

Seguindo essa lógica recessiva imposta pelo capital-imperialismo internacional: “o governo através da diminuição dos investimentos públicos [...], vem há cerca de três anos trilhando um caminho que se soma aos decretos-lei de arrocho salarial dos trabalhadores de empresas estatais, colocando inclusive a possibilidade de fechar algumas, privatizar outras”¹⁰⁸.

Nesse sentido, durante o governo Castelo Branco foram criadas 58 empresas estatais, com o Costa e Silva foram criadas 55. Com Médici, no auge do “milagre econômico”, foram criadas 99 novas empresas estatais voltadas para produção de bens de capital e infraestrutura. Mesmo com o governo Geisel, em um momento de definhamento do “milagre”, foram criadas, por meio do II PND, 50 novas empresas estatais. Já no período do Figueiredo foram criadas 12 novas empresas estatais mais o Ministério da Desburocratização, que mais tarde se desdobraria na criação do “Programa de Desestatização” em 1990¹⁰⁹.

Seguindo essa lógica, o germe do “neoliberalismo” já estava começando a ser implantado no interior do aparelho estatal, muito embora só venha a se consolidar no final da década de 1980 e se desenvolver ao longo da década de 1990. A associação (sempre subalterna) do Brasil ao capital-imperialismo internacional, por um lado, é visível pelo simples fato de que a privatização levada a cabo nos trópicos foi, na realidade, uma *desnacionalização* das empresas estatais, visto que a grande maioria dos compradores das empresas estatais foram as grandes empresas estrangeiras.

Feita essa exposição sobre algumas características econômicas que configuraram o regime ditatorial após 1974, podemos tirar algumas conclusões que irão nortear o andamento deste trabalho. A primeira delas é que a burguesia brasileira voltada para a produção de produtos manufaturados (Departamento II) e de produtos duráveis (Departamento III), foi uma importante articuladora e um dos pilares do golpe civil-militar imposto no Brasil em 1964. No entanto, com a crise do “milagre”, essa fração começou a sair sucessivamente do bloco de apoio ao regime, sendo a crise de 1981 o ponto nodal de inflexão da classe produtiva interna. A mesma burguesia que apoiou o golpe e o fez acontecer, nos idos de 1980 já pregava a “democracia de

¹⁰⁷ “FMI aperta o cerco às Estatais”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 185, p. 6, 14 a 20 de janeiro de 1984.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ MACIEL, David. Ditadura militar, transição política e hegemonia neoliberal no Brasil. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi e SILVA, Marcio Antônio Both (org.). *Ditadura, transição e democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: FCM Editora, 2016, p. 188 e 195.

mercado”¹¹⁰ e a livre iniciativa como a solução dos problemas econômicos brasileiro. É justamente nesta década onde o papel do Estado para a burguesia começou a ser redesenhado.

A segunda é compreender que a ditadura foi imprescindível para a constituição do capital monopolista no Brasil, não somente a sua concreta constituição, mas a sua sofisticação e complexificação econômica. Esse tipo de constituição monopolista fez com que muitos pequenos e médios empresários quebrassem e, como não podia deixar de ser, se deu de maneira completamente intransigente com a criação, em 1968, do Conselho Interministerial de Preços (CIP), onde o governo passaria a controlar os preços dos produtos industrializados. Acontece que esses preços eram manipulados pelas grandes empresas de capital nacional e multinacional (com grande capacidade produtiva), tendo como consequência a falência de várias empresas de menor capital¹¹¹.

A terceira é compreender a importância das ditaduras para a organização e consolidação do grande capital¹¹². A importância dessas figuras como a dos militares, acaba sendo importante para a burguesia, pois os primeiros se mostram acima das contradições de classes e, por isso, acabam sendo um dos importantes instrumentos do grande capital, como o judiciário é nos dias de hoje. Desta forma, a burguesia se utiliza dos mais variados subterfúgios para dar legitimidade ao que fazem ou ao que querem fazer.

1.5 - Da crise econômica à crise do bloco no poder

Conforme demonstrado ao longo do capítulo, defendemos que a crise econômica e a sucessiva crise interna do bloco no poder foram decisivas para o definhamento do projeto autocrático e bonapartista da ditadura civil-militar. Os ares dos finais da década de 1970 e início da década 1980 haviam mudados, e aprofundava-se a visão negativa do chamado “autoritarismo”. A crítica ao “autoritarismo” foi disseminada em todas as esferas da sociedade, seja pela fração liberal, seja pela esquerda clandestina, como também pela esquerda representada dentro dos marcos do PT, a partir de 1980. Até mesmo frações do grande empresariado nacional e internacional já não via com os mesmos olhos a ditadura como viam durante as décadas de 1960 e 1970. Vale ressaltar que muito dessa visão “negativa” das frações

¹¹⁰ Termo muito utilizado por empresários e economistas liberais quando geralmente se referem à política econômica neoliberal.

¹¹¹ Para compreender a efetividade da CIP, ver SINGER, Paul. *Op. Cit.*

¹¹² Muito embora, nos dias de hoje, esse *modus operandi* do grande capital esteja ficando cada vez mais obsoleto. Hoje não há mais a necessidade latente de se instituir uma ditadura para a organização do capital. Isso se dá, sob a luz da fetichizada e tão defendida democracia, do equilíbrio entre os três poderes e sob a pretensa normalidade institucional. Não obstante, também é possível ver essa organização do capital com efetiva participação do judiciário, que dá um falso tom de neutralidade e legalidade nesses processos.

da classe dominante acerca do autoritarismo era fruto do fracasso do II PND levado a cabo no governo Geisel.

Essa maior “autonomia” do executivo rendeu críticas, até mesmo, do presidente dos EUA Jimmy Carter (1977-1981) que, ao invés de criticar a política econômica de Geisel, preferiu criticar a violação dos direitos humanos praticados pelo regime de exceção, o que deu margem para imaginar que uma política econômica centralizada era necessariamente violenta. Assim, formaram-se diversas frentes de oposição ao regime ditatorial, o estatismo tornava-se qualquer coisa, menos capitalismo. A partir de 1970 tanto as classes dominantes internas quanto frações dominantes internacionais condenavam esse tipo de prática. Por outro lado, a centralização do poder decisório preconizada pelo governo Geisel ajudou para o seu próprio isolamento. Na frente diplomática, principalmente por meio de Carter, a violação dos direitos humanos começava a ser associada ao estatismo “autoritário” e centralização decisória governamental.

Porém, antes mesmo dessa difusão vinda de fora acerca da centralização autoritária ser associada ao estatismo, Samuel Huntington, um dos teóricos mais conhecidos acerca da teorização das “transições democráticas” do Terceiro Mundo, já havia pontuado a necessidade do conteúdo “democratizante” ou “componentes de descompressão” para a manutenção da ordem capitalista com menores possibilidades de revoltas sociais e retrocessos no que tange ao fechamento do regime ditatorial.

Em vindas para o Brasil, ao longo da década de 1970, Huntington teve reuniões a portas fechadas com figuras da linha de frente do regime ditatorial, como por exemplo: em 1972 com o Secretário do Gabinete Civil do presidente Médici, Leitão de Abreu; e em 1974 com sua vinda ao Brasil a convite de Golbery do Couto e Silva. Nessa visita ao Brasil, em 1972, Huntington chegou até a conversar com Ministro da Fazenda Delfim Netto, sobre a liberalização e acerca de um projeto de abertura política.¹¹³ Os “componentes de descompressão” eram baseados em três diferentes vertentes de atuação:

a institucionalização de procedimentos determinantes da sucessão, especialmente a Presidência, mas também o Congresso; o alargamento da participação na escolha destas autoridades públicas, de forma que esta escolha seja mais representativa; e a liberalização de direitos políticos e civis então restritos, incluindo um debate político aberto.¹¹⁴

¹¹³ HOEVELLER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Volume I. Março de 2015, 479 f. Dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFF), 2015, p. 320.

¹¹⁴ Idem.

Ou seja, fica claro que no início dos anos 1970 já estava sendo gestado no Brasil um projeto de liberalização controlada no seio do Estado ditatorial como um meio de manutenção da ordem social vigente. Esse projeto de liberalização, no entanto, deveria ser engendrado dentro de *timing* correto, justamente para não acarretar nenhuma radicalização dos movimentos populares ou dos partidos de oposição que deveriam ser utilizados, principalmente os partidos e/ou políticos moderados, como mote de negociação com a finalidade de uma transição controlada.

Dentro deste prisma, segue o trecho um tanto longo das recomendações de Huntington retirado da dissertação de Hoeveller, mas que são primordiais para pensarmos quais eram as recomendações e orientações de Huntington no que tange a estratégia da descompressão controlada, que foi disseminado a partir de Geisel/Golbery como distensão lenta, gradual e segura:

“O afrouxamento de controles em qualquer sistema político autoritário frequentemente pode ter um efeito explosivo, no qual o processo sai do controle daqueles que o iniciaram e leva a consequências que eles não desejavam nem antecipavam. Uma consequência pode ser a desordem, a instabilidade e o colapso do regime, ao capitalizar a oposição as oportunidades e o impulso que as medidas descompressoras lhe facultam. Alternativamente, um relaxamento de controles demasiado rápido e pouco judicioso pode estimular um forte movimento na direção oposta e a reimposição de medidas ainda mais repressivas que as que existiam anteriormente.” (...) A descompressão eficaz e duradoura deve, portanto, ser um processo gradual sobre que o governo mantenha firme controle.

Para consegui-lo, são desejáveis três coisas. Primeiro, a iniciativa da descompressão deveria vir do governo. O governo deveria estar de fato e na aparência agindo a partir de uma posição de força. Não deveria parecer render-se a pressões ou exigências de grupos oposicionistas, porque se o faz, tais exigências entrarão numa escalada e o governo poderia facilmente perder o controle do processo. Além disso, a descompressão deveria conduzir a novas formas políticas que sejam fruto natural da evolução política brasileira desde 1964, e não uma restauração artificial de práticas pré-1964. Como o rápido desenvolvimento econômico do Brasil gerará com o tempo novas demandas de descompressão, seria bom que o governo começasse esse processo tão cedo quanto possível, antes dessas pressões se tornarem mais efetivas. Passos oportunos no rumo da descompressão política são, em certo sentido, o resultado necessário do sucesso econômico do regime.”¹¹⁵

Dentre várias conclusões que podemos tirar dessa análise de Huntington selecionamos três que nos interessa num primeiro momento. A primeira é a contribuição substantiva de Huntington dentro no aparelho político/estatal brasileiro, seja nas suas formulações pensando o caso brasileiro, seja na absorção de muitas de suas formulações no projeto de distensão do

¹¹⁵ HUNTINGTON, Samuel. *Abordagens da descompressão política*. (mimeo), p. 02 apud HOEVELLER, Rejane Carolina, p. 321-322.

regime. A segunda é a permanente orientação do controle da ordem em mãos do governo ditatorial para que a descompressão não saia do controle do regime; aqui conseguimos vislumbrar que as *Diretas Já* não só foi um fenômeno que saiu relativamente fora do controle do regime como também conseguiu tensionar o processo político de transição, imprimindo novas demandas que mudaram a correlação de forças entre 1983 e 1985. Nesse sentido, as *Diretas* conseguiram ser um movimento que saiu fora dos planos do regime de exceção. No entanto, a capitulação da oposição moderada por parte do regime contribuiu não só para a derrota das *Diretas*, como também selou o consenso político e empresarial para uma transição pelo alto e por via indireta. A terceira conclusão que podemos tirar é o uso da palavra “evolução” por Huntington, o que fixa, em si mesma, nenhuma possibilidade de rupturas e/ou transformações estruturais e radicais durante o processo de transição, vislumbrando somente a viabilidade de uma abertura dentro da ordem, da conciliação e do consenso entre os grupos dominantes e dirigentes, sem a inserção de algum movimento de cunho popular neste processo.

Mesmo a partir destas contribuições de Huntington acerca do processo de descompressão e liberalização, as oposições políticas e populares ao regime tornaram-se mais decisivas conforme a crise econômica brasileira se aprofundava, ocasionando rompimentos cada vez mais incisivos no bloco de sustentação da ditadura. Esses sucessivos rompimentos acabam tornando centrais em nossa análise pois foram exatamente eles que delinearam os rumos mais ou menos definidos da abertura e a possibilidade do movimento pelas *Diretas Já*. O empresariado industrial brasileiro descontente com a política econômica a partir do fracasso do II PND, aliada com a sua “exclusão” no plano decisório e com o fortalecimento das indústrias estatais até meados de 1979, começou a se posicionar paulatinamente a favor da “democracia de mercado”, da livre iniciativa e da desestatização.

Desde 1974 começou a ser gestado entre o grande empresariado brasileiro uma recomposição do bloco no poder que se desenhou lentamente, tanto no aspecto ideológico quanto no aspecto econômico. Essa recomposição, era mais uma rearticulação empresarial frente à crise econômica e, principalmente, frente à transição posta – teve duas determinantes para a sua formação e consolidação na primeira metade da década de 1980: a determinante de caráter externa; e a de caráter interna, sendo, portanto, construída por fora e por dentro do regime ditatorial.

No campo externo torna-se possível visualizar a influência estadunidense em direção da recomposição do empresariado brasileiro para as novas diretrizes da década de 1980, formuladas no interior do *Council of the Americas* fundado em 1965 pelo banqueiro David Rockefeller. Dentre os elementos fundamentais destas diretrizes estariam o internacionalismo

econômico, a economia de mercado e até mesmo o sindicalismo livre no processo democrático.¹¹⁶ Esses elementos levantados pelo *Council* são fundamentais para entendermos as mudanças impressas no empresariado brasileiro.

A ética empresarial estadunidense, por variados motivos econômicos e políticos, sempre determinou a ética empresarial brasileira, principalmente daquela fração que sempre foi associada ao capital estrangeiro. Com a crise ditatorial da década de 1970 o empresariado se envolveu de maneira mais profunda com diretrizes vindas de fora, particularmente do empresariado estadunidense:

Em 1976, era inaugurado o *Brazil-US Business Council*, o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, cuja cerimônia de lançamento ocorreu em Brasília entre 16 e 18 de agosto de 1976. “Os homens de negócios americanos”, como declarou certa vez o *Council of the Americas*, “organizam os empresários nacionais” através da *US-Brazil Business Council*, “que se tornou o principal porta-voz de todo o setor privado, tanto interno quanto externo do Brasil”.¹¹⁷

Esse longo período de crise no interior do bloco no poder que vai de 1974 a 1985, mostrava que quanto mais a burguesia nacional se distanciava do regime ditatorial, mais ela se aproximava das diretrizes dos intelectuais das grandes empresas transnacionais. O *modus operandi* político – por meio das repressões, centralização do executivo (leia-se do presidente e alguns tecnocratas¹¹⁸) nas decisões, etc. – e econômico – fortalecimento das empresas estatais – do regime ditatorial foi central para a cisão do bloco no poder quando a economia começou a entrar em crise. Foi nesse período que começou a ser difundida de maneira bastante tímida a chamada “democracia de mercado”, livre concorrência, “democracia de consumo” etc. Somente quando o empresariado brasileiro se viu desprestigiado frente ao crescente estatismo e com o aprofundamento da crise econômica que começaram a defender esses valores que, diga-se de passagem, não têm nada de democráticos. Esses valores, que foram fortemente difundidos na década de 1980, são estritamente classistas, uma vez que pregam a liberdade para consumir nada mais que os seus próprios produtos.

O que foi feito ao longo da década de 1980 pela burguesia brasileira, associada e internacional, era a permanente e incansável associação entre “democracia de mercado” e consumo com a democracia política, onde a “democracia de consumo” era a democracia a ser alcançada. Enquanto a política de Carter nos EUA fazia questão de criticar as características

¹¹⁶ DREIFUSS, René A. *A internacional...* Op. Cit., p. 245.

¹¹⁷ HOEVELER, Rejane Carolina. Op. Cit. p. 114.

¹¹⁸ Ministros e presidentes de estatais que exerciam funções-chave no interior do Estado ditatorial. Alguns deles eram: Delfim Netto, Hélio Beltrão, Karlos Heinz Rischbieter, entre outros.

“autoritárias” do governo Geisel, o *Council* reelaborava uma “nova” visão empresarial, envolto de palavrório democrático e por valores aparentemente mais modernos. É durante a década de 1970 que se inicia uma redefinição dos valores políticos e econômicos, que foram apresentados ao longo da década de 1980 como a democracia cidadã a ser conquistada. Aliado a este projeto burguês da década de 1980 elaborado internamente, mas com nítidas influências das “elites transacionais” estadunidenses, se encontrava a despolitização e a desmobilização da população¹¹⁹ muito embora o verniz fosse democrático. O método era bombardear a população com a “pequena política”, para assim escamotar as implicações da “grande política”, em termos gramscianos.

Na medida em que a política econômica do regime institucional não satisfazia as frações do empresariado brasileiro, esses elementos defendidos pelo *Council* começaram a ser gradualmente absorvidos por estas frações das classes dominantes. Tanto que, em 1983, durante uma visita do Rockefeller ao Brasil, foi promovido um encontro com os mais destacados empresários brasileiros, políticos e autoridades do regime. Neste encontro estavam:

Azevedo Antunes, do grupo Antunes; José Costa Cavalcanti, presidente da Itaipu-Binacional; o ex-ministro Mário Henrique Simonsen; Humberto da Costa Pinto, presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros; o ex-ministro Octávio Gouvêa Bulhões; Antônio de Almeida Braga, da Atlântica-Boavista; Leonídio Ribeiro Filho, da Sul-América, Shigeaki Ueki, presidente da Petrobrás; Antônio Gallotti, ex-presidente do grupo Brascan; Roberto Campos, ex-ministro do Planejamento e Olavo Monteiro de Carvalho, do grupo Monteiro Aranha.¹²⁰

O motivo da viagem de Rockefeller ao Brasil era a divulgação da *American Society*, que contava com o apoio político do próprio Ronald Reagan. Essa *American Society* tinha como objetivo principal delinear os contornos da ação empresarial diante das distensões ditatoriais pelos quais a América Latina estava passando. Essa sociedade tinha como pauta atuar, frente à descompressão militar, na recomposição dos campos econômicos, políticos, sociais e culturais, ou seja, a difusão de novos valores de caráter internacionalizado e homogeneizado para os mais variados países da América.

O germe do neoliberalismo, já muito atuante no Chile por meio dos *Chicago Boys*, começou a ser desenhado na segunda metade da década de 1970 como uma forma de confrontar a crise do capital. Para além de uma abrupta reforma monetária, cambial e fiscal (de caráter técnico), o neoliberalismo foi (e ainda é) uma política econômica de extrema eficiência na

¹¹⁹ Ibidem, p. 129.

¹²⁰ Ibidem, p. 249.

salvação de determinadas frações das classes dominantes. Pois, o seu *modus operandi* é o recrudescimento de uma prática própria do capitalismo: transferência, muitas vezes violenta, do público para o privado e o redesenhamento estrutural do que é público e do que é privado.

Com a ascensão de Margaret Thatcher como Primeira-Ministra do Reino Unido (1979) e de Ronald Reagan como presidente dos EUA (1981), começaram a se ensaiar formas de penetração e dominação neoliberal no território brasileiro, até ganhar uma maior substancialidade com Maílson da Nóbrega (1988-1990) enquanto ministro da Fazenda de José Sarney e um maior consenso com o pacto firmado em 1989 na figura de Fernando Collor.

Atuando em uma outra frente o *Council on Foreign Relations* (CFR)¹²¹ também liderado à época pelo David Rockefeller, foi fundado em 1921 e levantava dados acerca do potencial econômico dos países da América Latina. A peculiaridade deste conselho sediado nos EUA é que eles viam a América Latina como uma potencial aliada econômica em termos globais, e não apenas como meros países dependentes, ainda que sejam. A importância da CFR para o redimensionamento de frações do bloco no poder no Brasil estava na sua política de encarar os regimes ditatoriais como um empecilho para o desenvolvimento dos interesses dominantes internacionais e brasileiros. As ditaduras passaram a ser vistas como incapazes de administrar as complexas economias nacionais latino-americanas, principalmente as ditaduras instaladas no Brasil e no Uruguai, tendo como consequência os altos índices de insatisfação popular. Para a CFR o Brasil e o Uruguai poderiam desaguar no que aconteceu no Irã e na Nicarágua, e isso fazia com que determinados empresários brasileiros e uruguaios começassem a querer se verem livres da ditadura que, para certas frações empresariais, já era vista como uma inimiga para o desenvolvimento econômico.¹²² A reorganização do empresariado brasileiro na década de 1980 fica mais visível a partir das considerações de Dreifuss:

Enquanto isso, no Brasil, o empresariado também passava por um processo de rearticulação. Em 1982, onze anos após a dissolução do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), vazaram notícias a respeito de planos para a recriação de uma organização das elites orgânicas brasileiras, nos moldes das novas estruturas de poder do Estados Unidos e Europa, mas ajustadas às condições políticas específicas do país. Em reunião realizada no Rio de Janeiro, alguns empresários discutiram o assunto, logo depois abordado no Rio Grande do Sul.¹²³

A década de 1980 foi bastante decisiva e precisava de ações imediatas das classes empresarias para apresentar uma alternativa para a crise econômica em que o Brasil estava

¹²¹ Conselho de Relações Internacionais.

¹²² DREIFUSS, René A. *A internacional...* Op. Cit., p. 252.

¹²³ Ibidem, p. 257.

passando ao mesmo tempo em que se organizava para entrar, ainda que de maneira subalterna, nos moldes do sistema capitalista mundializado. Essa organização classista em oposição à crise econômica da ditadura se apresentava em duas frentes: a primeira era a construção de um projeto social para a crise, onde o fim da ditadura militar se daria por formas institucionalizadas e pelo alto, por meio de um grande acordo nacional; a segunda era uma reorganização do novo bloco no poder de caráter internacionalizado, mundializado, porém hegemônico pelas estruturas do poder político transnacional e sob o capital financeiro. As eleições gerais de 1982 foram um ponto de referência para a atuação empresarial.

Esta década de 1980 acaba sendo peculiar e importante justamente pela inflexão no entendimento de “desenvolvimento” em que o empresariado levou a cabo. Essa inflexão é vista pela mudança radical da concepção de “modernização”, onde o ex-ministro e *ex-ipesiano* Roberto Campos tinha um papel fundamental na representação de frações do empresariado. A modernização era vista como contenção de gastos públicos, a estatização passou a ser vista e amplamente divulgada como uma prática comunista, a modernização era a liquidação das fronteiras nacionais e a universalização do “espírito capitalista”, onde as nações, no campo econômico, passariam paulatinamente a ter um papel secundário e as empresas atuavam mais livremente nos mais diversos países do mundo com a instituição de um sistema de mercado sob o efetivo comando do grande capital,¹²⁴ ao nacionalismo caberia o museu, até que fosse necessário usá-lo novamente como uma prática de dominação de classe. E Dreifuss completa:

O pensamento dessa corrente empresarial, foi praticamente sintetizado num documento – com rubrica de ‘confidencial’ – do Conselho Interamericano de Comércio e Produção – Cycip. E nele, os motivos da insatisfação de seus autores ficavam claros: “o problema da estatização, que significa o Estado-empresário, tomando o lugar do particular na produção de bens e serviços; a invasão da erva-daninha do socialismo no campo inculto de cerca de 1 milhão e 900 mil empresários existentes no país [Brasil] e as consequências desastrosas de alguns equívocos empresariais, que especialmente no campo social, abrem flancos para a penetração dos ideólogos contrários à livre iniciativa.”¹²⁵

Nesta exposição já vemos setores empresariais dispostos a levar em conta a questão “social” para evitar qualquer tipo de radicalismo contra os seus preceitos. Ou seja, alguma medida que consiga “acomodar” a classe trabalhadora e evitar o seu radicalismo. A Cycip tinha como objetivo organizar o empresariado brasileiro de centro-direita afim de garantir as reivindicações dos grupos privados nacionais e multinacionais nas eleições de 1982 e durante

¹²⁴ Ibidem, p. 258.

¹²⁵ Idem.

toda a transição política. Porém o Cicyp veio a calhar pela divergência dentro do das confederações empresariais: “Albano Franco, da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Antônio de Oliveira Santos, da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Flávio Costa Brito, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e Ruy Barreto, da Confederação das Associações Comerciais e da ACRJ, tinham, cada um, projetos diferentes”¹²⁶.

Apesar da tentativa malograda de unificação do empresariado nos idos de 1982, as articulações empresariais com participação de setores do Estado continuaram. Por exemplo, em 1984 ocorreu um encontro entre os representantes do alto escalão da ESG com as mais diversas frações empresariais. Nesses encontros, apresentaram-se estudos de conjuntura econômica e política e modelos de dominação ideológica. Nesse encontro da ESG com a ACRJ, ficou acordado com os empresários presentes: “deslanchar uma campanha na mídia, embasada nos valores expostos, tendo como público-alvo os jovens, com o objetivo de preservar e estimular a ‘harmonia de classe’ através de uma ação “deliberada no campo da publicidade, para atender aos interesses maiores do empresariado”¹²⁷

Concomitante aos métodos de organização empresarial vindos de fora, principalmente dos EUA para a “construção de uma nova ética empresarial” temos, no campo interno, a rearticulação empresarial na primeira metade da década de 1980, que passou a ganhar um contorno bastante definido. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, outrora bem quisto pelo grande empresariado brasileiro quando fora ministro da Fazenda durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Garrastazu Médici (1969-1974), já não agradava o empresariado durante o seu comando da pasta de Planejamento entre 1979-1985, principalmente após a queda abrupta do PIB industrial em 1981.

Para se ter uma ideia das dissensões do empresariado com a política econômica do governo: em 1979 Figueiredo obtinha 47,7% de “excelente/bom” do empresariado brasileiro, já em 1984, apenas 6,1% do empresariado estava apoiando a política econômica do governo. Do outro lado, em 1979 somente 5,8% do empresariado achava o governo “ruim/péssimo”, todavia esse número subiu para 68,4% em 1984¹²⁸. Quando cotejamos uma avaliação mais estrita dos empresários acerca do ministério sob o comando de Delfim Netto, vemos que as considerações são mais ou menos as mesmas. Em 1979 a porcentagem de “excelente/bom” era de 68,4%, enquanto que em 1984 era de 9,2%. A porcentagem de “ruim/péssimo” em 1979 era

¹²⁶ Ibidem, p. 259.

¹²⁷ Ibidem, p. 261.

¹²⁸ BIANCHI, Alvaro. *Um ministério... Op. Cit.*, p. 146.

de 5,8% e, em 1984, subiu vertiginosamente para 73,3%, maior até mesmo que a reprovação do próprio governo como um todo.¹²⁹

Uma frente de atuação empresarial contra a situação econômica brasileira foi levantada em torno do Fórum da Gazeta Mercantil em 1983. Esse Fórum agregava uma ampla gama do empresariado brasileiro em torno dos “economistas de oposição”, sendo alguns deles: André Lara Resende (economista que participou do Plano Cruzado em 1986), Paulo Nogueira Batista Jr. (secretário especial de assuntos econômicos do ministério do Planejamento entre 1985-1986), Pedro Malan (presidente do Banco Central entre 1993 a 1994 e ministro da Fazenda de Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 2003), Luiz Gonzaga Belluzzo (secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 1985-1987), Carlos Lessa, Edmar Bacha, Paulo Rabello de Castro e Rogério Furquim Weerneck, que declararam um rompimento total com a política recessiva do FMI adotada pelo governo Figueiredo logo após as eleições de 1982.¹³⁰

Entretanto, apesar das sucessivas tentativas de uma reorganização coerente do empresariado por meio dos mais diferentes meios (internos e externos) e das sucessivas críticas que o empresariado fazia ao governo, o que faltava para os economistas de oposição e para o conjunto do empresariado era um modelo de desenvolvimento econômico¹³¹, um projeto social que aspirasse uma hegemonia. Visto que dentro da classe empresarial, suas frações não conseguiam estabelecer um consenso total acerca do modelo de desenvolvimento a ser levado a cabo no processo de transição. No entanto, a oposição burguesa, os “economistas de oposição” e os “novos empresários”, mantinham uma unidade geral que preconizava o desenvolvimentismo, com atuação ativa do Estado em prol do desenvolvimento capitalista e contra o rentismo financeiro e o FMI. Suas divergências eram localizadas nos detalhes de como esse programa de transição deveria ser levado a cabo.

A maioria dos “economistas de oposição” apresentavam um tipo de saída para a crise brasileira sob o manto neodesenvolvimentista, neste tipo de saída, ao contrário das imposições do FMI que pretendia reduzir a atuação do Estado na economia, o Estado ainda tinha um determinado papel na promoção do desenvolvimento capitalista. De acordo com Alvaro Bianchi, o neoliberalismo no Brasil de 1982 e 1983 ainda era bem embrionário na mentalidade do empresário brasileiro, principalmente no que tange aqueles representados pela FIESP.¹³² Mas cabe pontuarmos que, mesmo na primeira metade década de 1980, já era perceptível uma

¹²⁹ Ibidem, p. 147.

¹³⁰ Ibidem, p. 170.

¹³¹ Ibidem, p. 171.

¹³² Ibidem, p. 173.

pequena cisão empresarial que se distribuía, principalmente, em duas vertentes de orientação econômica e política, o neodesenvolvimentismo: “novos empresários” e os “economistas de oposição”, e a fração de teor neoliberal, os ultraliberais:

Uns e outros, neoliberais e nacional-desenvolvimentistas, expressam projetos de reforma do pacto de dominação que o próprio governo corroía de outra forma. Os neoliberais ao reduzirem a participação das empresas estatais e da indústria em relação ao capital estrangeiro e à agricultura empresarial e distribuindo renda através de políticas sociais. E os neodesenvolvimentistas reduzindo a autonomia do capital financeiro e privilegiando a indústria local, especialmente a indústria privada nacional e a organizada em empresas estatais. [...] Estas polarizações ideológica, que expressam interesses divergentes de facções do pacto de dominação existente, vão marcar toda a década de 80.¹³³

A consolidação da aliança entre a maioria do grande empresariado brasileiro com os “economistas de oposição” foi selada no conhecido *Documento dos Doze*, fruto do Fórum Gazeta Mercantil. Esse documento foi assinado por lideranças notáveis do empresariado brasileiro: Abílio dos Santos Diniz (setor de comércio), Antônio Ermírio de Moraes (industrial), Cláudio Bardella (bens de capital), Jorge Gerdau Johannpeter (industrial), José Ermírio de Moraes Filho (industrial), José Mindlin (industrial), Laerte Setúbal Filho (empresário do ramo industrial), Manoel da Costa Santos (industrial), Olavo Egydio Setúbal (banqueiro), Paulo Vellinho (industrial), Paulo Villares (industrial) e Severo Fagundes Gomes (industrial).

Eram considerados como os “novos empresários” tanto os empresários signatários do *Documento dos Oito* (1978) quanto do *Documento dos Doze* (1983). Essa designação era baseada na concepção de um empresariado mais voltado para as questões “democráticas” e que reivindicavam um novo tipo de relacionamento entre eles (os empresários) e o Estado:

[...] líderes de projeção e prestígio reconhecidos, como José Mindlin, Cláudio Bardella e o ex-ministro Severo Gomes, vieram a público, explicitando a crítica às restrições à participação de grupos e organizações civis na vida política do país, reivindicando a necessidade da institucionalização de mecanismo de controle da sociedade sobre o Estado. O expansionismo estatal fora longe demais, argumentaram, instaurando-se um sistema caracterizado por um grau excessivo de autonomia e discricionariedade das elites governamentais.¹³⁴

Na realidade, essa crítica ao “autoritarismo” governamental feita pelos, aparentemente, “novos empresários” no final da década de 1970 e início de 1980, não é porque eles eram

¹³³ SALLUM JÚNIOR. Brasília. Transição política e crise de Estado. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M (org.). *Lições da década de 80*. São Paulo: Ed. USP; Genebra: UNRISD, 1995, p. 158.

¹³⁴ DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985. *Op. Cit.*, p. 221.

defensores de causas democráticas. Muito pelo contrário, o tipo de democracia que pregavam era àquela onde a função do Estado seja diminuta, era a democracia da livre iniciativa, ou seja, uma democracia de uma classe em benefício dela mesma, mas difundida como um valor universal. Como podemos ver, esse ramo dos “novos empresários” brasileiros tem bastante proximidade com a CFR liderada por Rockefeller, seja por acharem necessário certo grau de democracia para o melhor funcionamento do capitalismo, seja por acharem a estatização uma “distorção do objetivo de todo o sistema capitalista, que deveria ser o desenvolvimento da livre iniciativa”.¹³⁵ A efetividade dos “novos empresários” atingiu até mesmo a FIESP, onde em 1980 um dos seus representantes mais ativos e dinâmicos, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, venceu o representante do “tradicionalismo arcaico” empresarial, Theobaldo de Nigris, que fora presidente da FIESP desde 1966.

Um dos principais motivos dessa “renovação” das federações industriais se deu pela grande massa grevista que cresceu vertiginosamente a partir de 1978 com o advento do que ficou conhecido como “novo sindicalismo”. A partir de 1978 o grande empresariado brasileiro se viu na necessidade de inovar e renovar a suas práticas de dominação em oposição aos métodos tradicionais até então executados. Sebastião Velasco e Cruz expõe esse momento:

A revitalização das federações industriais (falamos, principalmente, da Fiesp e da Firjan) ocorrerá mais tarde – a partir de 1978 – sob o impulso gerado pela “eclosão” de grandes movimentos grevistas e pela reemergência do movimento operário e sindical. E é significativo que a ela tenha se seguido a renovação de quadros dirigentes, com a vitória obtida por lideranças mais dinâmicas e mais jovens em eleições fortemente disputadas.¹³⁶

Luís Eulálio foi a expressão da renovação empresarial da década de 1980 e, segundo ele: “somente a democracia permitiria aos empresários maior acesso às decisões, sendo ainda o regime adequado ao controle da ação estatal e à contenção dos poderes ilimitados da tecnoburocracia”¹³⁷. Entretanto, esse posicionamento da grande burguesia industrial, dos “novos empresários”, nada mais foi do que a execução de um modelo de dominação ideológico que escamoteia o conteúdo classista e excludente deste tipo de discurso “democratizante”. A democracia que os “novos empresários” defendiam era uma redefinição do pacto de poder no que se referia aos seus interesses de classes, ou seja, a democratização por meio de sua forma de dominação social. Florestan Fernandes esclarece esse dilema:

¹³⁵ Ibidem, p. 220.

¹³⁶ CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas-SP: Ed. Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1995, p. 75.

¹³⁷ DINIZ, Eli. *Op. Cit.*, p. 223.

A ditadura deixou de ser prioritária para esses setores, mas não perdeu o caráter de uma *necessidade* inelutável, ao mesmo tempo econômica, social e política. O ideal para eles, seria que ela se mantivesse, renovando-se e crescendo, de modo a gerar uma democracia de participação ampliada estável *esterilizada e controlada pelo tope das classes dominantes* (ou seja por suas elites no poder). O melhor dos mundos possíveis passa, portanto, para tais setores, pela ditadura, porém segundo uma lógica burguesa de capitalismo dependente internacionalizado: **ao destruir-se, a ditadura daria à luz não o seu avesso ou o seu contrário, mas uma forma de política em que a autocracia burguesa fosse compatibilizada institucionalmente com a representação política, o regime de partidos e a rotina eleitoral.**¹³⁸ (Itálicos do autor) (grifos nosso)

Até mesmo os considerados “economistas de oposição” que tanto fizeram e debateram para a construção de um posicionamento contundente contra a ditadura reproduziram, a seu jeito, o modelo autocrático burguês quando faziam parte do governo Sarney. Aliás, muitos dos pressupostos ditatoriais continuaram na “Nova República”:

Embora tenham sido um dos principais responsáveis pelas críticas que levaram efetivamente ao término do regime militar, os economistas, inclusive aqueles que foram denominados de “economistas de oposição”, atuaram como *policy-makers* neste período, reproduzindo e mesmo reforçando padrões não-democráticos (sic) de tomada de decisão.¹³⁹

O verdadeiro dilema da grande burguesia brasileira era: como “superar” a ditadura militarizada – que, conforme vimos acima, paulatinamente estava sendo considerada como um método ultrapassado de dominação de classe – e manter, ao mesmo tempo, os altos índices de concentração e centralização de capital que só foi proporcionado de forma extraordinária por um regime bonapartista? Como institucionalizar uma “democracia” mantendo e reproduzindo os seus privilégios de classe? Como apaziguar a sociedade, por meio do consenso, de modo que não houvesse movimentos populares contestatórios ou “revolucionários”? Florestan, nos fornece uma das chaves que ajuda a desvendar esse problema: “a forma política democracia seria o melhor antídoto contra a mudança social revolucionária e, no fundo, a única resposta inteligente à questão posta pela *ditadura por outros meios*”.¹⁴⁰(Grifos do autor)

A organização empresarial em torno dos “economistas de oposição” se torna efetiva somente a partir da vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Apesar de ser Francisco Dornelles, considerado ortodoxo, o nomeado para a pasta da Fazenda, o que não animou muito os “economistas de oposição”, após seis meses ele renunciaria pelas crescentes pressões dos

¹³⁸ FLORESTAN, Fernandes. *A ditadura em questão*. 2ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p. 99.

¹³⁹ LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no Brasil pós-1964: profissão e participação política*. XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 1993.

¹⁴⁰ Idem.

setores políticos e empresariais devido as suas medidas recessivas. Dílson Funaro, empresário e ex-diretor da FIESP, assume a Fazenda (1985-1987), acalmando boa parte das frações empresariais e de setores políticos ainda muito envolvidos pelo neodesenvolvimentismo proposto pelos “economistas de oposição” nos idos de 1982 e 1983¹⁴¹. Como é possível observar, o neoliberalismo não era um modelo de condução hegemônico entre os empresários, muito embora sua influência já era vislumbrada. A presença de Rockefeller em várias circunstâncias no Brasil, sob o pretexto de uma nova rearticulação entre o empresariado a nível internacional, é um indício bastante concreto, ainda que limitado, acerca da influência neoliberal.

Portanto, no início da década de 1980 se estabeleceram vários *fronts* de atuação empresarial. Externamente, temos uma iniciativa de reorganização sob a hegemonia do grande capital financeiro representado pelo Rockefeller. Internamente temos uma frente de ação empresarial pautada em um ideário de verniz modernizante, mas com posicionamentos nitidamente conservadores quando o assunto são os seus privilégios historicamente arbitrários. Maria José de Rezende observou esse posicionamento paradoxal do empresariado no período da transição:

A abertura política, defendida pela quase totalidade dos setores dominantes, tinha o sentido estreito de estabelecer as condições para a reformulação do pacto de domínio no que referia aos seus interesses de classes, portanto, à não-inclusão no projeto de abertura da necessidade de redefinição do tipo de relação estabelecida entre os dominados. Os mecanismos de poder absolutamente autoritários eram acionados contra quaisquer tentativas de avanço dos trabalhadores na arena política.¹⁴²

Como pontuado, o verniz modernizante, mas com conteúdo conservador do grande empresariado brasileiro – incluído os “novos empresários” – é uma característica *sui generis* herdada da *via colonial* na qual se objetivou o capitalismo no Brasil. Isso quer dizer que as relações sociais impressas no seio das frações da classe dominante são permeadas pelas conciliações com o atrasado e com os espectros mais reacionários, com ínfima ou nenhuma forma de concessão à classe trabalhadora.

Porém, quando o assunto é lucratividade, o grande empresariado aliado ao regime ditatorial, estabelece relações comerciais até mesmo com o bastião do inimigo ideológico. No

¹⁴¹ BIANCHI, Alvaro. *Op. Cit.*, p. 176.

¹⁴² REZENDE, Maria José de. *A transição como forma de dominação política: o Brasil na era da abertura 1980-1984*. Londrina: Ed. UEL, 1966, p. 122.

que tange as exportações, as frações do grande empresariado brasileiro iam muito bem na sua relação com a URSS:

Guerreiro [ministros das Relações Exteriores de 1979 a 1985] reconheceu, entretanto, que no comércio as coisas vão muito bem. Em 1978, o intercâmbio comercial entre a URSS e outros países do bloco socialista com o Brasil orçava cerca de 1 bilhão de dólares, com um grande superávit brasileiro. A partir de 1979, a taxa média de crescimento alcançou 33,5%, fechando a balança entre o Brasil e o bloco socialista em 1983 acima dos 2 bilhões de dólares.¹⁴³

No entanto, quando o assunto era empregar a força de trabalho sob os padrões da intensa superexploração da força de trabalho, o empresariado repudiava qualquer iniciativa de aumento salarial. Tanto que na época, primeira metade da década de 1980, foi criado um lema bastante difundido: “emprego é mais importante que salário”¹⁴⁴.

No bojo deste cenário de crise e rearticulação do bloco no poder para a consolidação de uma transição pelo alto e de forma segura, de modo que o empresariado mantenha suas taxas de exploração e lucratividade nos mesmos patamares sob o verniz democrático, temos o crescimento do setor bancário privado nacional e estrangeiro no Brasil. Com a crise gestada desde 1974 e acirrada na década de 1980, o setor mais financeirizado da economia, e, portanto, o setor mais dinâmico, foi o que mais se fortaleceu econômica e politicamente. A tabela a seguir corrobora com os nossos apontamentos.

¹⁴³ “Contradições da política externa brasileira”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 237, p. 13, 9 a 14 de fevereiro de 1985.

¹⁴⁴ REZENDE, Maria José de. *Op. Cit.*, p. 123.

Tabela 1.7 – DESEMPENHO DOS BANCOS COMERCIAIS

Cr\$ Bilhões

Bancos	Lucro líquido			Rentabilidade sobre patrimônio líquido
	1982	1983	Variação (%)	1983 Variação (%)
Banco do Brasil	177,63	489,88	175,8	65
City Bank	8,64	29,28	238,8	101
Bradesco	54,33	137,8	153,6	30
Itaú	24,93	112,20	350,0	12
Real	8,76	31,16	255,7	56
Auxiliar	4,35	6,98	60,5	3
Banco Francês e Brasileiro	12,04	31,23	159,3	72
Lloyds	3,97	29,95	653,9	180
Mercantil S. Paulo	14,45	23,81	64,8	10
Boston	0,92	11,44	1.148,5	128
América do Sul	2,72	4,61	69,5	54
Tokyo	0,80	11,11	1.288,8	148
Noroeste	4,02	6,05	50,5	13
Banco Mitsubishi	1,24	5,20	319,4	89
Banco Geral do Comercio	0,86	2,54	195,3	63
Sumitomo	0,85	5,63	561,8	143

Fonte: *Voz da Unidade*. “Eles nos exploram aqui mesmo”. Periódico semanal, São Paulo, 1985, n° 240, p. 13.

Como podemos observar, são justamente os bancos privados nacionais e, particularmente, os bancos estrangeiros que mais lucraram com a crise econômica da primeira metade da década de 1980. O critério usado para mensurar esse crescimento do lucro líquido é o cálculo: **capital** mais **reservas** mais **lucros retidos**. Por meio desta orientação podemos perceber que os bancos que mais cresceram no Brasil foram: LLOYDS (Inglaterra) com uma rentabilidade sobre o seu patrimônio de 180%; TOKYO (Japão) com uma rentabilidade de 148%; SUMITOMO (Japão) com uma rentabilidade de 143; BOSTON (EUA) com uma rentabilidade de 128% e; CITIBANK com uma rentabilidade de 101%. Mesmo o Banco do Brasil tendo em 1983 uma variação de 175,8% sobre o ano de 1982, sua rentabilidade era de apenas 65%. Os Bancos privados nacionais como o Bradesco e o Itaú também tiveram um

crescimento bastante considerável entre 1982 e 1983, principalmente o Itaú. Porém suas rentabilidades sobre seus respectivos patrimônios eram de 30% e 12% respectivamente.

Analisando o desempenho dos bancos, verificamos que a hipótese de Boschi e Diniz (Cf. p. 13) acerca da dinamização econômica estar mais presente nas empresas estrangeiras e estatais, também pode ser verificada no setor financeiro, onde a maior dinamização econômica financeira também pertencia aos setores estrangeiros e estatais. Essa dinamização é compreendida na complexidade econômica de cada empresa: seus investimentos, fusões e associações com ramos de capitais diferentes (fusão entre capital bancário e industrial), participação em *holdings* etc. Todavia, um aspecto que deve ser ressaltado, mesmo partindo destes dados, é que os bancos Bradesco e Itaú não são empresas menores, ou de menor influência econômica e política, muito pelo contrário. É justamente no período ditatorial que esses dois bancos cresceram de forma astronômica (lucro líquido), ainda que de maneira mais disforme quando o assunto é dinamização quando comparados aos bancos estrangeiros.

Esses bancos nacionais não crescem no mesmo ritmo que os grandes conglomerados estrangeiros, pois estes últimos, por suas vantagens monetárias, cambiais e, até mesmo, fiscais, pelo protecionismo do Estado brasileiro – isso sem levar em conta seu capital ativo – conseguem exercer uma pressão mais efetiva tanto no Estado quanto nas classes dominantes brasileiras, por meio da cooptação e assimilação.

Só para termos uma ideia, o “repasso” de dinheiro emprestado pelos EUA ao Brasil vinha por meio dos intermediários: Citibank, banco Lar - Chase Manhattann (grupo Rockefeller) e do Bank of America. Desses três, só o Citibank repassou mais de 1 bilhão de dólares para o Estado brasileiro, empresas privadas nacionais e multinacionais.

Com a maxidesvalorização do cruzeiro e com o incentivo do governo federal para que os grandes empresários brasileiros fizessem empréstimos em bancos estrangeiros (para entrar mais dólares na economia brasileira), acabou acarretando com que o Citibank, sozinho, emprestasse mais de 1 trilhão de cruzeiros, a preços de 1983.¹⁴⁵

O agudo crescimento do setor financeiro internacional se deu completamente à revelia do ritmo do desenvolvimento nacional, ainda que com leniência e ajuda do Estado. Um dado interessante é que esses bancos estrangeiros se instalaram no Brasil não com o intuito de gerenciar contas de pessoas físicas e no varejo, pelo contrário, muitos deles se instalaram para gerenciar os lucros das empresas transnacionais, que também tinham ajuda do próprio Estado brasileiro e dos bancos estatais.

¹⁴⁵ Idem.

A clientela alvo, como se diz no jargão bancário, dos banqueiros estrangeiros é constituída, essencialmente pelas filiais das empresas transnacionais, cujos vínculos frequentemente já nasceram nos países de origem e aqui estão estreitados. São as chamadas “economias de se trabalhar em grande escala”, privilegiando os grandes clientes – transnacionais e eventualmente alguns conglomerados nacionais e estatais – e discriminando, ao mesmo tempo, as pequenas e médias empresas nacionais. Os resultados desta estratégia encontram-se refletidos nos índices que medem os “desempenhos” por agência bancária: para 280 agências implantadas no país de bancos estrangeiros e de “associados estrangeiros”, as médias por agência (volume de operação de crédito/ número de agências) foram, em 1983, de respectivamente, 42 bilhões para estrangeiros e de 8 bilhões para os “associados”. Enquanto isso, para o conjunto do sistema bancário brasileiro, essa média fica num patamar bem inferior: 1,8 bilhões.¹⁴⁶

Não obstante, os bancos estrangeiros eram os que menos geravam empregos no território nacional quando comparados com os bancos estatais e privados nacionais. O conjunto dos bancos privados nacionais geraram, em 1983, 367.922 empregos, enquanto que os bancos estrangeiros, neste mesmo período, geraram 7.421 empregos. Isso mostra o caráter completamente agressivo dos bancos internacionais que se instalaram no Brasil simplesmente para especular e fortalecer o setor transnacional, sem nenhum tipo de preocupação ou comprometimento com o país. O banco Boston (Cf. tabela 1.8) tinha uma margem líquida de 0,92 em 1982 e 11,44 em 1983, sendo um dos bancos com maior variação positiva em lucro líquido, sua movimentação de dinheiro e capitais se davam com pouco capital próprio (investido em outros países e no país sede) quando relacionado com a massa de empréstimos gerenciados por esses bancos. Esses bancos também utilizam as “brechas da legislação na tarefa de administrar os seus lucros, de sorte a pagar o mínimo de imposto e de expatriar o máximo de seus dividendos lá para fora”.¹⁴⁷ Como qualquer outro setor do grande empresariado, o setor bancário fez do “maximizar lucros com o dinheiro alheio” a sua principal razão de ser.

Um outro fator bastante pertinente que deve ser lembrado é que o crescimento do setor financeiro não quer dizer, necessariamente, o enfraquecimento do setor industrial ou comercial. Recapitulando que uma das características do modelo *capital-imperialista* é quebrar qualquer modelo de oposição entre os diferentes capitais (industrial, comercial e bancário). Para a sua reprodução ampliada, generalizada e instantânea é necessário que essa oposição entre as diferentes formas de capitais se transforme, pelo menos de maneira imediata, em uma interação,

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

uma complementação de capitais diferenciados, *pornograficamente entrelaçados*, como pontou Fontes¹⁴⁸.

Para ficarmos em um exemplo factual, podemos ver o caso da Companhia Vale do Rio Doce e sua associação com o capital monopolista sob égide do capital financeiro. Isso é somente um exemplo particular, mas sintomático da totalidade das relações econômicas que ganharam substância e dinamismo durante a ditadura civil-militar:

Até o golpe de 1964, a composição acionária da Vale mostrava a participação do Tesouro Nacional com 80,2%; autarquias, 5,5% e o setor privado, com 9,3%. A partir de 1965, registra-se declínio, chegando a 1979 com a União detendo 80,4% das ações; desce para 77% no final de 1980; reduz para 68,8% no ano seguinte, e cai para 65,3%, 53,4% e 50,8% em 1982, 1983 e 1984, respectivamente. Em maio do ano passado [1984], a União perdeu o controle da Vale, por um dia – sua participação desceu a 49,3%. Enquanto isso a participação do setor privado (entenda-se o Bradesco) aumentou de 18,5%, em 1980, para 43,7%, em 1984.¹⁴⁹

Levando isso em consideração, o fortalecimento do Itaú e do Bradesco acaba sendo também o fortalecimento, direto ou indireto, de inúmeras indústrias e de setores de bens e serviços que estavam incorporados a esses grandes conglomerados, porém sempre sob a hegemonia do capital financeiro. O período ditatorial foi o melhor período para colocar na ordem do dia as pautas do grande capital, foi o momento onde se complexificou a economia, recrudescendo a abertura para o capital estrangeiro. É neste período em que se intensifica a consolidação dos grandes conglomerados empresariais, em detrimento de inúmeras pequenas e médias empresas. As famílias: Setúbal e Vilela (banqueiros e industriais), Amador Aguiar (Banqueiro – Bradesco – e setor de bens e serviço), Vidigal (banqueiros – Banco Mercantil – e industriais), os Ermírio de Moraes (indústrias – Grupo Votorantim), os Gerdau (indústriais, ramo siderurgia), os Diniz (comércio), os Odebrecht (construção civil), os Camargo Corrêa (indústriais e construção civil) e tantos outros, apesar de não iniciarem suas carreiras no período ditatorial, se fortaleceram e se consolidaram enquanto grande capital durante este período¹⁵⁰. Frente a esse período de crise, a palavra de ordem dos empresários descontentes com o regime ditatorial passou longe de qualquer ruptura. Muito pelo contrário, a recomposição do bloco no poder foi, na realidade, uma rearticulação das frações dominantes que se preparavam para o

¹⁴⁸ FONTES, Virgínia. *Op. Cit.*, p. 198.

¹⁴⁹ “O imperialismo está ganhando a estatal”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 247, p. 8-9, 27 a 3 de maio de 1985.

¹⁵⁰ Sobre as empresas de construção civil no período ditatorial, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar 1964-1988*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2015. Sobre escândalos de corrupção envolvendo Estado e setor privado durante a ditadura civil-militar, ver ASSIS, José Carlos de. *A chave do tesouro: anatomia dos escândalos financeiros no Brasil 1974-1983*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 e ASSIS, José Carlos de. *A dupla face da corrupção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

alvorecer do Colégio Eleitoral, uma união em torno da via indireta enquanto meio de manutenção da sua política econômica.

A tecnoburocracia, “odiada” principalmente pelos “novos empresários” não foi combatida por eles, mas sim firmou-se um pacto mútuo onde foi estabelecido um consenso mínimo acerca do papel do Estado na condução da economia. O que ocorreu nos idos da primeira metade da década de 1980 foi uma readaptação das forças dominantes às novas condições vigentes. No entanto, um ponto precisa ser esclarecido. Não se pode fazer uma separação absoluta entre empresariado e tecnocratas. A concepção de mundo tecnocrática¹⁵¹ também estava entranhada nos empresários do setor privado. O que o empresariado criticava era a tecnoburocracia e o excessivo favorecimento que o governo ditatorial, principalmente o Geisel, concedeu a essa classe. Afinal de contas, os tecnocratas, pelo menos os de alto escalão, também eram empresários. O empresariado não criticava os tecnocratas pelo seu significativo poder de decisão durante a ditadura, mas criticava o regime ditatorial que concedeu esse tipo de posição privilegiada aos tecnocratas.

O grande empresariado brasileiro, mesmo em um considerável momento de crise como foi na década de 1980, não tinha como horizonte uma ruptura com os setores econômicos e políticos que eram considerados a pedra nos seus sapatos. A palavra de ordem era a reformulação, renovação, um pacto que reorganizava os interesses entre os setores que estavam dentro da máquina burocrática do Estado – os tecnocratas – com o empresariado do setor privado. Um dos pontos principais para a relativa facilidade deste pacto se deu simplesmente pelo fato de muitos tecnocratas e grandes empresários terem “livre acesso” ao Estado e à iniciativa privada. Se levarmos em consideração a ampliação do Estado, vemos que a iniciativa privada estava no seio dos aparelhos de Estado, administrando-os. Muitos tecnocratas tinham vínculos diretos com as empresas privadas. Ou seja, trocando em miúdos, as privatizações que se sucederam não prejudicaram os tecnocratas, pois estes foram simplesmente absorvidos pelas grandes corporações empresariais estrangeiras e nacionais, os tecnocratas sempre tiveram suas posições garantidas por suas relações íntimas com a iniciativa privada.

Essa “reorganização” do bloco no poder se deu para fortalecer unidade burguesa que, mesmo com algumas divergências pontuais entre as diferentes frações de classe, se uniram por vários objetivos comuns, ainda que de forma tênue, para salvaguardar a manutenção de seus privilégios de classe. Já no final da primeira metade da década de 1980, os históricos binômios burgueses de “ordem” e “progresso” / “segurança” e “planejamento”, foram atualizados para o

¹⁵¹ Um bom estudo que aborda a tecnoburocracia e os tecnocratas é o da COVRE, Maria de Lourdes M. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

“pacto social” e “democracia” por meio da aparência “democrático-liberal”, mas essencialmente autocrático. Essa reorganização burguesa é pontuada por Rezende:

A tecnoburocracia, descontente com os rumos tomados pela política econômica do governo Figueiredo e crente que esta teria que ser reformulada, e ainda diante do desgaste político vivenciado como responsável pela crise econômica e política, mudou de estratégia nos últimos anos do regime militar e procurou reatar a aliança com a grande burguesia local: o resultado foi a Nova República.¹⁵²

A conciliação como forma de neutralizar qualquer foco que preconize rupturas, mínimas que sejam, se apresenta como um verdadeiro estilo de *ser* do desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro. A *via colonial* enquanto uma construção estrutural nos modos de *ser* e a *revolução passiva* nos modos de *ir sendo*, por meio da manutenção da conciliação com o atrasado e retrógrado.

Tendo a conciliação enquanto a “ordem do dia” no período da transição, no âmbito político os personagens que selaram a conciliação da burguesia brasileira em 1985 foram: Aureliano Chaves – candidato dos tecnocratas e de várias frações empresariais que, junto com outras figuras políticas como Antônio Carlos Magalhães, saíram do PDS para se agregarem na Frente Liberal, que era uma das forças políticas da “Aliança Democrática” –, José Sarney – candidato dos setores mais conservadores e representante de oligarquias nordestinas – e Tancredo Neves – o representante de uma ampla gama de empresários contrários a estatização e das frações mais “modernas” da economia, levando consigo a pecha do antigo PP, conhecido como “o partido dos banqueiros”.

É majoritariamente nessas frentes políticas em que o empresariado brasileiro se une. Entretanto, devemos levar em consideração que essa reorganização das diferentes frações da burguesia brasileira se deu, primeiramente, entre os próprios empresários que, para preservarem suas altas taxas de exploração, levando em conta a organização da classe trabalhadora a partir de 1978, começaram a se sentir “ameaçados” pelo possível quadro de radicalização que a classe trabalhadora poderia tomar no processo sucessório da transição. Como veremos, o papel da política foi tornar essa aliança empresarial completamente excludente, em uma aliança para a democracia, para um bem-estar geral. Foi tornar um projeto de classe e, portanto, particular, em um projeto universal.

Contudo, podemos ver ao longo desta seção uma organização externa e interna que objetivou delinear os rumos do processo de transição. Externa, por meio de nomes como

¹⁵² REZENDE, Maria José de. *Op. Cit.*, p. 110.

Huntington e Rockefeller, o primeiro em uma interlocução mais política e o segundo numa frente mais econômica, o que não impede a intersecção política/econômica na qual os dois também fizeram parte, em que se desenhou a intenção de um regime político não mais autoritário, mas sim dentro das diretrizes econômicas e políticas que a década de 1980 estava exigindo: a democracia, os direitos individuais e coletivos e a “democracia de mercado” enquanto um mote para a liberação do avanço do capitalismo etc. Por fim, e não menos importante, uma organização interna, principalmente dos “novos empresários” em torno do setor moderado do PMDB/dissidentes do PDS e dos “economistas de oposição”, para se desenhar um projeto de transição que se consolidou em uma “união sagrada” pela via indireta, ou seja, pelo Colégio Eleitoral, buscando imprimir nessa transição um sentido “popular” como se mostrou as *Diretas Já*, mas antipopular no que tange a consolidação de uma transição conservadora e pelo alto.

Outrossim, é ainda neste processo de recomposição do bloco no poder que vemos a nítida manifestação da revolução passiva, seja em discursos de políticos da oposição moderada ao regime ditatorial, seja nas intenções do empresariado brasileiro, historicamente antipopular e que reproduz na década de 1980, velhos costumes e orientações antidemocráticas e, portanto, amplamente autocrático. Aqui vamos a reprodução categorial e conceitual tanto da via colonial, por ser uma burguesia antidemocrática internamente e débil por ser dependente quanto da revolução passiva, por ser uma burguesia antipopular e eficiente no que concerna a “revolução sem revolução”.

CAPÍTULO 2: O CONTEXTO HISTÓRICO DAS *DIRETAS JÁ*: ALGUNS ELEMENTOS SOCIAIS QUE CONSTITUÍRAM O MOVIMENTO

A proposta do presente capítulo é levantar alguns aspectos essenciais que estavam presentes durante o período de transição, particularmente na primeira metade da década de 1980. Esse levantamento e análise se fazem necessários para compreendermos as *Diretas Já* como um movimento e expressão de seu tempo. Dentro desse levantamento histórico, analisaremos as *Diretas Já* enquanto um movimento surgido formalmente no interior da sociedade política e desdobrado na sociedade civil. Muito embora, concretamente, tenha sido o PT que deu o primeiro passo decisivo para o desdobramento da campanha em comício no Pacaembu em 27 novembro de 1983, reunindo mais de 15 mil pessoas.

Nesse sentido, buscamos fazer uma análise da configuração de alguns partidos da oposição burguesa durante esse período, as idas e voltas de políticos e partidos para se adequarem ao processo de transição, como também o receio do regime com uma transição “desmoralizada” tal como foi na Argentina imediatamente após a malograda Guerra das Malvinas. Ou seja, o controle tanto do regime ditatorial quanto da oposição burguesa para uma transição ordeira e sem tumultos populares, pois, mesmo com a deflagração das *Diretas Já*, a civilidade e o pacifismo foram imperantes.

Ainda, buscamos evidenciar a participação de alguns intelectuais que tiveram atuação ativa neste período, seja na política, seja em suas contribuições teóricas sobre o Brasil em geral e sobre a década de 1980 em particular. Outro ponto que buscamos analisar é a *ideologia burguesa de transição* que, a nosso ver, teve uma importância imprescindível para a manutenção da transição conservadora. Nota-se que este tópico sobre a *ideologia burguesa* está incompleto e insuficiente, sendo necessário uma análise mais detalhada de algumas fontes.

2.1 - *Diretas Já*: um movimento da sociedade política para a sociedade civil

As *Diretas Já* foi um movimento que nasceu dentro do parlamento em um período de aguda crise econômica e política. Mais precisamente, era março de 1983 quando a Proposta de Emenda Constitucional (PEC)¹⁵³ homônima, Dante de Oliveira¹⁵⁴, foi aprovada pela comissão parlamentar do PMDB para ser posta em tramitação. Aliás, a grande maioria dos movimentos “contestatórios” da ordem vigente foram historicamente geridos no interior do campo político-

¹⁵³ Ela foi apresentada com a assinatura de 23 senadores e 177 deputados federais. A emenda era clara, com 15 linhas, propunha eleições diretas para presidente em 15 de novembro de 1984.

¹⁵⁴ Dante de Oliveira foi deputado federal pelo estado de Mato Grosso. Eleito nas eleições gerais de 1982, logo quando tomou posse, passou a colher assinaturas para a validação da Proposta em janeiro de 1983.

institucional. Aqueles movimentos que nasceram “espontaneamente” na sociedade civil, sempre foram duramente reprimidos pelo aparelho repressivo do Estado, seja nos poucos períodos “democráticos” do Brasil, seja em períodos de exceção¹⁵⁵.

As eleições de 1982 acabaram sendo cruciais para a consolidação do movimento político oposicionista (principalmente do PMDB) à ditadura civil-militar. Crucial porque essas eleições gerais foram a primeira a incluir o voto direto para governador desde 1965, e a primeira após a reforma partidária e o retorno do pluripartidarismo em 1979, no primeiro ano do governo Figueiredo. A consolidação de um “forte” movimento político oposicionista confirmou a expectativa que vinha sendo construída de forma gradual com os avanços eleitorais, nas eleições gerais de 1974 e nas eleições de 1978.

O avanço político da oposição pós 1979 e, particularmente, do PMDB, caminhou *pari passu* com o aprofundamento da crise econômica que assolava as classes mais desfavorecidas da sociedade brasileira. Pela primeira vez, em 1982, o conjunto da oposição (PMDB, PT, PDT e PTB) era maior que a situação (PDS) na Câmara de Deputados.¹⁵⁶ O deputado federal Alberto Goldman (PMDB-SP), um dos deputados pecebistas no PMDB que defendia a unidade da “oposição”, sendo esta a tática do PCB durante a transição, afirmava que o PTB e o PDT comprometiam a unidade oposicionista, pois ora pendiam para o PMDB, ora pendiam para o PDS, dependendo da conjuntura e dos os interesses mais convenientes para estes partidos que, pelo menos no caso do PTB, tinha muito mais a ganhar sendo aberto ao diálogo com o PDS. Defendendo a visão da “unidade” oposicionista, Goldman pontuou: “O PTB e o PDT colocam dificuldades. Querem ficar independentes entre o PMDB e o PDS, numa espécie de fiel da balança, ora pendendo para um lado, ora para o outro”¹⁵⁷.

No caso do PDT, o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, foi talvez, no conjunto da oposição ao regime, o que mais resistiu à campanha pelas *Diretas Já*, tendo um

¹⁵⁵ Para ficarmos em poucos exemplos, durante a história do Brasil, os movimentos que nasceram organicamente da sociedade civil, como: a Inconfidência Mineira do último quartel do século XVIII, a Conjuração Baiana (1796-1799), a Sabinada (1837-1838) e a Balaiada no Maranhão (1838-1841), são sintomáticos para percebermos a ação policialesca e extremamente violenta do Estado. Mesmo após a Proclamação da República, em 1889, não houve rupturas com a ação violenta e, até mesmo, assassina do Estado para aniquilar qualquer ímpeto oposicionista das classes subalternas. A Greve Geral de 1917 deflagrada em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, é o exemplo da permanência do Estado autocrático, que neutraliza qualquer tipo de oposição oriunda da sociedade civil, principalmente quando organizada pelas classes subalternas.

¹⁵⁶ Tomando os partidos isoladamente, o PDS ainda tinha a maior bancada com 235 deputados. A oposição tinha 200 deputados com o PMDB, 23 com o PDT, 13 do PTB e oito do PT. Juntas, a oposição tinha 244 deputados. No Senado a situação era mais difícil para a oposição: 46 senadores pelo PDS, 21 do PMDB, um do PTB e um do PDT.

¹⁵⁷ “Novo Congresso pode abrir caminho para a Assembleia Nacional Constituinte”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 137, p. 05, 13 a 19 de janeiro de 1983.

relacionamento ambíguo com o presidente Figueiredo¹⁵⁸, como também foi o governador da oposição que se submeteu à uma aliança com o PDS do Rio de Janeiro para que a política de ambos os partidos (o PDT e o PDS) não se desgastassem, e para que os projetos de Brizola fossem aprovados na Assembleia Legislativa carioca sem maiores dificuldades. Sobre esse acordo:

O governador Leonel Brizola (PDT) e o presidente regional do PDS, Moreira Franco, firmaram um acordo de oito pontos [...] Essa informação foi dada por um alto dirigente regional do PDS e confirmada por assessores do governador. Pelo acordo, Brizola se compromete a não tentar aliciar nem aceitar a adesão de quadros de vereadores e prefeitos do PDS. Em troca, Moreira Franco promete facilitar a liberação de recursos para o Rio junto ao governo federal. O acordo PDT/PDS foi fechado depois de três longas conversas mantidas por Brizola e Moreira, nas últimas semanas. Um dos seus objetivos é garantir a execução de medidas administrativas e envolve o apoio da bancada do PDS na Assembleia Legislativa a alguns projetos do Palácio Guanabara.¹⁵⁹

Não obstante ao “comprometimento político” com o PDS do Rio, Brizola também preferia manter certo distanciamento da campanha pelas *Diretas Já*. Na virada de 1983 para 1984, após a declaração de Figueiredo em rede nacional se posicionando a favor da sucessão indireta, conforme estava previsto na Constituição, Brizola continuou mantendo seu posicionamento cauteloso por motivos políticos, no que tange a condução da campanha. De forma alguma, naquela altura, não queria se apresentar como o responsável individual dos comícios pelas *Diretas Já* no Rio de Janeiro. Brizola ainda optava por preservar sua imagem.

Ele [Brizola] não quer arrefecer a luta pelas *Diretas*, aí incluída a passeata prevista para após o carnaval de março. Mas também não quer (nem lhe politicamente aconselhável) assumir uma posição individual que possa parecer de confronto ao que deixou explícito o Presidente, por considerar a campanha pelas *Diretas* de “caráter meramente perturbador”. Mais do que isso, assustou Brizola a frase: “utilização abusiva dos bens de uso comum, com a transformação de cidades em centros de anarquia e desordem”. Uma ameaça inequívoca que o governador entendeu.¹⁶⁰

Mesmo no auge da campanha pelas *Diretas*, Brizola preferia manter-se uma determinada “distância segura” da campanha:

Ao afastar ontem [02 de fevereiro de 1984] a possibilidade de vir a patrocinar “como governador”, a manifestação popular pelas eleições diretas, Leonel

¹⁵⁸ Ao longo de 1983 e 1984 Brizola defendia o conhecido mandato tampão de dois anos para Figueiredo, até 1986. Somente neste ano poderia haver eleições *Diretas* para presidente.

¹⁵⁹ “Brizola e Moreira se unem contra o PMDB”. *Jornal do Brasil*: Rio de Janeiro, n° 58, 05 de junho de 1983, p. 01.

¹⁶⁰ “Brizola fica no Rio e pode convocar cúpula da oposição”. *Folha de São Paulo*: São Paulo. n° 19.996, 01 de janeiro de 1984, p. 06.

Brizola argumentou: “Porque, assim, nós estaríamos realizando um novo comício do dia 13 de março de 1964. Nós queremos é que a população faça. [...] “O movimento pelas Diretas no Rio – diz ele [Brizola] – não vai pertencer ao governador, nem será promovido pelo governo do Estado, nem por um partido só, ou uma entidade. Não, vai ser onda geral, cívica, verde e amarela, de toda a sociedade.”¹⁶¹

Brizola tomava esse tipo de atitude por causa de seu suposto receio do governo federal interferir no estado do Rio de Janeiro, alegando que “círculos direitistas, autoritários, sonham com a intervenção federal no Estado”¹⁶². Na realidade, o que ocorreu, no dia 25 de janeiro de 1984, pouco dias antes desta manchete sobre o posicionamento de Brizola, foi o primeiro grande comício pelas *Diretas* em São Paulo, levando às ruas mais de 300 mil pessoas. Brizola, neste período, não apoiava as diretas em 1984 pois não queria abrir mão do seu governo no Rio de Janeiro para concorrer às eleições presidenciais, mas sim, a princípio, defendia um mandato tampão de Figueiredo até 1986 para assim poder disputar as eleições, neste mesmo ano, com maiores chances eleitorais. Acontece que o problema de Brizola não era os tais “direitistas” que, segundo ele, sonhavam com a intervenção do governo federal no estado do Rio, mas sim a possível radicalização da campanha pelas *Diretas Já* sob o seu governo e com o seu patrocínio, fazendo com que o regime perdesse a relativa confiança legada ao governador. Após 300 mil pessoas em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, o movimento pelas *Diretas* no Rio mobilizou, no dia 14 de fevereiro, 50 mil pessoas, simplesmente porque, de início, Brizola, pessoalmente, não apoiava eleições presidenciais em 1984 pelos motivos mencionados acima.

Voltando para janeiro de 1983, dentro do campo oposicionista, não havia nenhuma margem de possibilidade de ruptura mais radicalizada com o regime, o futuro possível para a oposição era as eleições indiretas na sucessão de Figueiredo. Em 1982, Tancredo Neves já pontuava: “Creio que é possível chegar a um nome consenso, mesmo com a eleição indireta. Não há diferença substancial na eleição direta ou indireta do presidente; ambas são igualmente democráticas”¹⁶³. No final de 1982, a organização da oposição burguesa em prol das eleições diretas para presidente em 1984, tal como propunha a Emenda Dante de Oliveira, ainda era inexistente. Tanto que, na figura de Tancredo, representante da ala moderada do PMDB, eleições diretas e indiretas eram igualmente democráticas.

¹⁶¹ “Brizola diz que não patrocinará campanha”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.029, p. 04, 03 de fevereiro de 1984.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ NEVES, Tancredo. “Caçarei até centavos”. *Veja*: São Paulo, nº 743, p. 06, 01 de dezembro de 1982. Entrevista. Apud: REZENDE, Maria José de. *A transição como forma de dominação política: o Brasil na era da abertura 1980-1984*. Londrina: Ed. UEL, 1996, p. 173.

Foi somente em 1983, com o aumento da oposição política no Legislativo, que começou a se pensar em uma Assembleia Nacional Constituinte e também na possibilidade das eleições diretas somente para as prefeituras das capitais dos estados. No início de 1983, algumas das preocupações dos setores políticos que buscavam uma unidade oposicionista ao regime, como o PCB e frações do PMDB, eram:

[...]. Limpar o entulho autoritário, através da luta por reformas constitucionais. O Congresso pode eliminar a separação das duas Casas [Câmara e Senado], pode modificar radicalmente a legislação partidária e eleitoral. Desta forma estará abrindo caminho para a convocação de uma Assembleia Constituinte livre, democrática e soberana [...]. Agora mesmo estamos lutando para aprovar a emenda que restabelece eleição para os prefeitos das capitais.¹⁶⁴

A eleição direta para presidente não estava na ordem do dia, a oposição estava caminhando conforme os limites impostos pelo Estado ditatorial. Porém uma coisa que incomodava os quadros do PMDB era o seu inexpressivo vínculo com as classes populares, pois apesar da sua oposição, ainda que consentida ao regime, tanto o PDS quanto o PMDB foram partidos nascidos institucionalmente por decreto presidencial¹⁶⁵ e não vinculados diretamente à uma determinada classe da sociedade civil.

O que se verifica nesse período de início da década de 1980 no PMDB é uma crise interna de identidade. Mesmo após a decretação do pluripartidarismo, o PMDB ainda agregava quadros políticos de partidos que permaneciam clandestinos, como o PCB, o PCdoB e o MR-8. Havia muito choques internos dentro do partido, não obstante a esses conflitos, o PMDB, tal como o partido de sustentação à ditadura não tinham ligação com os movimentos populares. Mesmo após as eleições gerais de novembro de 1982, o PMDB venceu não por sua popularidade ou pela sua aproximação às causas populares, mas sim, automaticamente, pela crise econômica e pela crescente inexpressividade do PDS que veio aumentando desde 1974 sob a sigla da ARENA, ou seja, o PMDB era um partido a reboque do PDS. Esses nossos apontamentos são visíveis no próprio relatório do PMDB coordenado pelo Miguel Arraes em 1983 intitulado, “PMDB e o regime”, que pontua: “Sem retirar os méritos de todos os que se empenharam na campanha [eleições de 1982], é necessário colher as vitórias com prudência: elas não são ainda fruto de uma implantação mais profunda do partido no movimento social”¹⁶⁶.

¹⁶⁴ “Novo Congresso pode abrir...” *Op. Cit.*

¹⁶⁵ Partidos estes criados pelo AI-02 decretado em 1965 pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco. Esse Ato Institucional colocava fim ao pluripartidarismo, institucionalizando uma configuração bipartidária, aos moldes do tradicional modelo estadunidense.

¹⁶⁶ ARRAES, Miguel. O PMDB e o Regime. In: *Revista do PMDB*, 2ª edição, nº 05, 1983, p. 37.

Essa fragmentação do então MDB teve como causa o seu próprio crescimento em 1978, pois de acordo com as regras eleitorais vigentes, o MDB, em mais ou menos tempo, poderia ter a maioria no Congresso e aprovar emendas que lhe eram convenientes, inclusive uma emenda sobre eleições diretas, fim da Lei de Segurança Nacional etc. A aglutinação oposicionista ao regime ditatorial poderia se agravar com a Anistia Política de 1979, fazendo com que os mais variados grupos políticos e militantes de esquerda, exilados pelo regime, se organizassem no interior do MDB. A Anistia Política pressupunha, de certa forma, a revogação do AI-02 e a volta do pluripartidarismo com o retorno dos exilados políticos ao Brasil, pois, caso contrário, se não houvesse a Anistia, o MDB de forma mais acentuada, poderia congregiar os mais diferentes espectros políticos e ideológicos, acarretando na perda de “confiança” do regime com o partido. A função do MDB e do PMDB era ser a oposição confiável. O pluripartidarismo, entre outros efeitos, serviu para esterilizar¹⁶⁷, ainda que indiretamente, o MDB e clarear a orientação ideológica deste partido. Os que ficaram no PMDB eram aqueles que pertenciam aos partidos comunistas, ainda clandestinos, sendo, portanto, facilmente identificados.

Ou seja, dividir o MDB foi uma forma de impedir qualquer vitória sua em possíveis eleições, porém, por outro lado, fazendo com que esse partido continue apostando numa possível transição, como também mantendo esse partido em uma oposição confiável e comprometida com o possível Colégio Eleitoral, principalmente no que tange a ala moderada do partido encabeçada por Tancredo Neves.

No entanto, em 1978, os “novos empresários” já tinham como pauta no *Documento dos Oito*, as eleições diretas para todos os cargos de representação política. Ou seja, o movimento pelas *Diretas Já*, mesmo vindo da sociedade política, se configurava dentro dos limites de determinadas frações burguesas da sociedade civil e, conseqüentemente, não foi, em sua essência, um movimento de contestação radical, de alguma mudança estrutural, mas um que teve como corolário a popularização do PMDB e para oposição burguesa em geral.

Um movimento que, paradoxalmente, criou legitimidade para o um processo sucessório completamente ilegítimo até então, o Colégio Eleitoral e as eleições indiretas. Visto que imediatamente após a derrota das *Diretas Já* na Câmara de Deputados no dia 25 de abril de 1984, se iniciou um outro movimento vindo do PMDB denominado como “movimento pró-Tancredo”, ou seja, “legalizando” a disputado no Colégio Eleitoral que até o dia 25 de abril era visto como ilegítimo para o conjunto das oposições, como exceção da ala moderada do PMDB.

¹⁶⁷ Esterilizar no sentido de limpar os partidos, principalmente o MDB, do pluralismo de orientações ideológicas que se encontravam em seu interior, deixando claro e mais definido a orientação de cada partido, como também manter o PMDB, principalmente a ala moderada, como a oposição confiável para a transição.

A partir dessas colocações, vislumbramos como os moderados do PMDB (ala conhecidamente conservadora) foi “cooptando” o conjunto da oposição para a transição, ficando de fora somente o PT, muito embora os parlamentares Airton Soares, José Eudes e Bete Mendes desobedecessem a orientação do partido votando na chapa Tancredo-Sarney.

Portanto, ainda na década de 1980 temos um Estado que ainda é o protagonista do desenvolvimento social, econômico e político. E o que isso quer dizer afinal? Que a sociedade civil acaba se desenvolvendo a reboque da centralidade do Estado, se bem que a sociedade civil de 1985 não seja a mesma da Revolução de 1930. Ela se encontrava muito mais dinamizada e com intensos movimentos de bases, vide as Comunidades Eclesiásticas de Base, o Clube das Mães, o movimento de saúde, os movimentos metalúrgicos do ABC paulista de 1970-1980¹⁶⁸, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) a partir de 1984, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 etc. Acontece que nessas sociedades, principalmente a de extração colonial, a grande maioria dos movimentos populares e sindicatos acabam cooptados pelo Estado, seja desmobilizando, seja retraindo qualquer movimento de cunho mais ou menos radical.

O próprio modelo de Estado ditatorial implementado no Brasil, em 1937 e 1964, é típico das formações sociais onde o Estado tem como objetivo apagar a dinamicidade/complexidade da sociedade civil. Apesar de ser esse um dos objetivos em 1964, não quer dizer necessariamente que esse apagamento da sociedade civil chegou a ter êxito total. Isso decorre porque o Brasil, concordando com Carlos Nelson Coutinho, teve uma histórica formação – nos termos gramscianos – de tipo Oriental, muito diferente dos países plenamente desenvolvidos em que suas formações são de tipo Ocidental – onde Estado e sociedade civil tem uma justa relação –¹⁶⁹. Coutinho faz uma referência a essa ideia apontando as diferenças entre o fascismo na Europa e a ditadura no Brasil.

Numa formação de tipo “oriental” – ou, como no caso brasileiro e latino-americano em geral, de “ocidentalização” ainda não plenamente desenvolvida –, **as classes dominantes não precisam recorrer a mecanismos próprios da sociedade civil quando querem frear a ascensão das classes subalternas por meio de uma ditadura, de uma dominação sem hegemonia.** Nesse caso, **ao contrário do fascismo “clássico”, verifica-se a tentativa de**

¹⁶⁸ Para a compreensão mais delicada desses movimentos, ver: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 141 ss.

¹⁶⁹ As concepções “oriental” e “ocidental” são utilizadas de acordo com a orientação gramsciana: “No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas [...]”. (GRAMSCI, 2016, p. 266)

desativar e mesmo reprimir a sociedade civil. Isso faz com que este tipo de regime seja, também aqui em contraste com o fascismo, fortemente desmobilizador; **seu objetivo não é organizar massas, mas precisamente desorganizá-las. Se ditaduras desse tipo professam alguma ideologia, trata-se de uma ideologia da não-ideologia:** o discurso dos militares brasileiro, por exemplo, codificado na famigerada “doutrina de segurança nacional”, era o de que a política devia ser evitada porque, ao expressar e legitimar conflitos, ela dividiria a nação, divisão que prejudica a ordem e a segurança apresentadas como condição imprescindível para o desenvolvimento.¹⁷⁰ (grifo nosso)

Essa colocação de Coutinho sobre o “não político” e a “não ideologia” pode ser visualizada ainda em 1984, durante o processo de transição. Esse posicionamento era mais visível em um dos setores mais duros do regime que viam nesta metodologia um meio de desativação da sociedade civil. Essa prática pode ser visualizada no que ficou convencionado a chamar de malufismo na sua campanha de boicote ao Colégio Eleitoral, dando a entonação de Maluf como um anticandidato.¹⁷¹

Porém, o que Coutinho deixa de ver é que durante a década de 1980 a sociedade civil já estava amplamente dinamizada e o movimento pelas *Diretas Já* foram o catalisador e o engendrador da crescente mobilização social em busca de uma transição que saia fora dos planos articulados primeiramente no interior do regime de exceção e posteriormente na conciliação com a oposição moderada.

Acontece que no final do regime ditatorial o Estado, que representava o “velho” por meio dessas práticas pontuadas acima, não conseguiu cooptar imediatamente o “novo” que surgiu na sociedade civil, sendo cooptado aos poucos somente durante o regime liberal democrático do pós-ditadura¹⁷². Durante a abertura (1979-1985) o Estado, não conseguindo cooptar ou neutralizar esses movimentos surgidos da sociedade civil, foi obrigado a cooptar segmentos moderados de oposição no interior do campo político¹⁷³ para que assim, esses moderados, posteriormente, conseguissem cooptar esses movimentos mais populares da sociedade civil. Esse processo de cooptação dos quadros moderados da oposição política, como apontado acima, se deu de forma bastante segmentada, baseada na exclusão, repressão e isolamento dos quadros mais radicalizados que conseguiam ingressar com campo político-parlamentar.

¹⁷⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2008, p. 129.

¹⁷¹ ““Anti-candidato [sic]”: o jogo deles”. *Voz da Unidade*: São Paulo. n° 214, p. 04, 18 a 24 de agosto de 1984.

¹⁷² Por exemplo a CUT e, posteriormente, o MST.

¹⁷³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Op. Cit.*, p. 130.

Por fim, discordamos de Coutinho quando este afirma que foi somente após o processo de transição que a sociedade brasileira se tornou definitivamente ocidentalizada¹⁷⁴, pois esta assertiva defende, conseqüentemente, que a autocracia burguesa no Brasil tenha acabado após a transição política, o que é, a nosso ver, um equívoco, pois a transição até 1989 foi, na realidade, uma institucionalização da autocracia burguesa no Brasil, tese que foi defendida e desdobrada por David Maciel¹⁷⁵.

No caso das *Diretas Já*, apesar de formalmente ter nascida no interior da sociedade política, esta foi ativada e desdobrada no seio da sociedade civil, um movimento que mobilizou os mais variados setores e grupos sociais já mencionados acima. Um movimento de massas que destoou do projeto político de transição gestado pelo núcleo político ditatorial e nos setores moderados da oposição e, nesse sentido, o movimento teve ampla “ativação” de setores da sociedade civil, imprimindo, conseqüentemente, que a tese de Coutinho é equivocada, seja na questão da abolição da autocracia burguesa no Brasil, seja que a sociedade civil estava, em tempos ditatoriais, desativada e inócua. As *Diretas Já* mostraram juntamente o oposto a essa assertiva, ponto que abordaremos exclusivamente no capítulo III.

2.2 - Ida e volta do Partido Popular (PP): a construção de uma oposição confiável para o regime

Seguindo o raciocínio da “assimilação” dos quadros moderados levado a cabo pelo regime ditatorial, cabe analisarmos alguns desses quadros e sua configuração para e na transição. Como poderemos ver, o PP tem uma atuação imprescindível no que tange a representação política do quando empresarial do bloco no poder. Em outras palavras, ser um partido “puro” e confiável para uma possível sucessão presidencial.

A criação do PP pela ala mais conservadora do MDB (que possuía Tancredo Neves como uma das principais lideranças partidárias) e por dissidentes da ARENA¹⁷⁶, teve o intuito de “não se misturar” com a pluralidade em que o MDB estava configurado. Sua efêmera atividade partidária conseguiu deixar muito claro seu objetivo: demonstrar para o regime ser um partido mais confiável e coerente do que o PMDB, para assim participar de uma possível

¹⁷⁴ Ibidem, p. 133.

¹⁷⁵ MACIEL, David. *A Argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004; MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda, 2012.

¹⁷⁶ Alguns dos políticos arenistas que aderiram ao partido foram: o senador Magalhães Pinto, o ex-ministro Cirne Lima, o ex-prefeito e banqueiro Olavo Setúbal, os ex-governadores Sinval Guazelli, Jaime Canet, Roberto Santos, José Fragelli e Paulo Egydio Martins; na frente emedebista estavam Tancredo Neves, Thales Ramalho, Chagas Freitas, Miro Teixeira, entre outros. (MACIEL, 2004, p. 246)

sucessão em um pleito indireto em 1985. Para se ter uma ideia da configuração, representação e o objetivo do PP no período de sua criação:

O Partido Popular (PP) foi organizado por membros conservadores do antigo MDB que acreditavam em sua própria potencialidade como governo de transição no contexto da política de liberalização controlada da “abertura”. Integrado basicamente por capitalistas e representantes dos setores financeiros, o PP contava com considerável apoio econômico e suficiente cacife político para impor negociações e a partilha do poder. Também este partido já conseguira, em outubro de 1980, estabelecer sua influência e cumprir as exigências legais para sua organização em onze Estados. Representava especificamente capitalistas que pretendiam participar do processo decisório governamental.¹⁷⁷

Um aspecto importante que deve ser levado em conta é que o PP estava alinhado com os setores mais “avançados” do empresariado brasileiro – no que tange ao alinhamento com as diretrizes internacionais –, ou seja, com os “novos empresários” que já defendiam o restabelecimento da democracia. Como também era orientado pelas novas diretrizes internacionais antiestatais e da livre iniciativa. Como podemos ver, o seu objetivo programático já se configurava em

[...] restaurar a democracia, por isso ele estava na oposição, porém evitando a todo custo que esse processo desencadeasse a “desagregação social” e a ascensão política daqueles que a desejavam, justamente através da ação de contenção e mediação do conflito político exercida pelo PP. Com essa perspectiva, o PP tornou-se atraente para setores importantes do bloco no poder, até mesmo para setores hegemônicos, como o capital bancário, financeiro, o comercial e o industrial, aglutinando desde dissidentes arenistas até adesistas e moderados do MDB.¹⁷⁸

Porém, consagrada a esterilização do PMDB a partir de 1979, restando alguns poucos políticos de partidos clandestinos, aliada à tática eleitoral imposta pelo regime em novembro de 1981 que previa, dentre outras propostas, a proibição de coligações entre partidos, e a imposição do voto vinculado, onde o eleitor era obrigado a votar em candidatos do mesmo partido, caso contrário seu voto seria anulado, ocorreu uma outra fusão partidária que expressou um novo realinhamento do bloco no poder. Diante dessa tática do regime para dispersar ainda mais a oposição que já estava fragmentada eleitoralmente a partir do voto vinculado, o PP acabou se fundindo ao PMDB, tendo uma fração bem minoritária que aderiu ao PDS e ao PTB.

¹⁷⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984, p. 275.

¹⁷⁸ MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 245.

Um dos receios das alas mais moderadas do PMDB¹⁷⁹ era o seu esvaziamento, no que concerne a sua expressão popular oposicionista conforme iam se formando os outros partidos de oposição. Os que ficaram no PMDB eram algumas figuras relativamente importantes dos partidos clandestinos, o PCB e do PCdoB, que foram eleitos via eleições diretas como: Alberto Goldman de São Paulo e Roberto Freire de Pernambuco pelo PCB; e Haroldo Lima, pela Bahia, Aldo Arantes, por Goiás e Aurélio Peres de São Paulo pelo PCdoB.

Esse receio das alas mais conservadoras do PMDB era simplesmente pelo fato de que até meados de 1983, a possibilidade do PMDB de se tornar um partido de massas era quase nula.¹⁸⁰ As pautas nas quais o PMDB atuava eram para uma possível substituição gradual na capilaridade política do PDS, ou seja, tomar algumas posições políticas que pertenciam ao partido do regime, o que acabou sendo feito de forma bastante satisfatória nas eleições gerais de 1982.

Em uma outra frente peemedebista mais contestatória, que fora o símbolo dos “jovens” políticos que ingressaram na vida pública no final da década de 1970 e em 1982, se construiu, por um lado, o debate da formação da Assembleia Constituinte e, por outro, no final da primeira metade de 1983, a proposta das eleições diretas para presidente.

Particularmente, essa Emenda acerca do sufrágio universal imediato, seria o mote para selar, principalmente em 1984, o vínculo político que o PMDB necessitava com a população, selado simbolicamente com o mito criado com a morte de Tancredo Neve em 1985 e, economicamente, com o Plano Cruzado em fevereiro de 1986¹⁸¹. Evidentemente que as *Diretas Já* não foi o único fator responsável por atribuir popularidade ao PMDB. Mas contribuiu para consolidar a legitimidade deste partido na “Nova República”. Esse posicionamento torna-se factível quando levamos em consideração que uma Emenda Constitucional exige 2/3 dos votos no Congresso Nacional, ou seja, na Câmara seriam necessários 320 votos sobre os 479 totais. No Senado a situação era ainda pior, o que tornaria essa emenda simplesmente impensável dentro das circunstâncias objetivas que estavam postas: dos 69 senadores, 45 eram do PDS.

¹⁷⁹ Faziam parte desta ala mais moderada na época: Tancredo Neves, governador de Minas Gerais; Franco Montoro, governador de São Paulo; José Richa, governador do Paraná; Wilson Barbosa Martins governador de Mato Grosso do Sul; Iris Rezende, governador de Goiás; Fernando Henrique Cardoso, deputado federal por São Paulo, dentre outros.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, Dante de; LEONELLI, Domingos. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 40.

¹⁸¹ Para se ter uma ideia, o único pleito para governador nas eleições de gerais de 1986 em que o PMDB foi derrotado, ocorreu em Sergipe para o candidato Antônio Carlos Valadares do PFL, que curiosamente foi apoiado pelo prefeito de Aracajú Jackson Barreto de Lima do PMDB, eleitos nas eleições municipais de 1985 e pelo PCB. Na Câmara Federal mais da metade das cadeiras pertenciam ao PMDB.

Antes da elaboração de uma emenda de tal impacto dentro do campo político/institucional, evidentemente que já se tinha em mente a impossibilidade de sua aprovação.

A construção de um consenso para a transição, a “união nacional”, não foi só defendida por setores dissidentes do PDS e pelos quadros moderados do PMDB. O próprio PCB preconizava este tipo de tática para a conquista da democracia, e foi justamente ela que foi levada a cabo mesmo após a formação do “centrão”¹⁸² organizado no período da Assembleia Constituinte. O secretário geral do PCB à época, Giocondo Dias, que substituiu Luís Carlos Prestes por desentendimentos internos acerca das táticas a serem tomadas na transição, se demonstrou favorável a configuração política de 1983 em prol de um consenso nacional, segundo ele:

Sem dúvida. A necessidade de uma ampla convergência com o fim de assegurar os interesses nacionais decorre do reconhecimento da dramaticidade da crise e de seus efeitos perniciosos para a Nação. Mas não cabe apenas ao Governo o empenho nesta direção. Isolado, destituído de bandeiras e esvaziado de consenso, no quadro geral de um regime em visível declínio, não poderá o Governo encaminhar sozinho qualquer medida positiva, mormente se insistir em atitudes imperiais e obstinar-se na política que vem impondo. Também cabe à oposição encontrar uma alternativa global, um conjunto de medidas imediatas contra a crise, que favoreça essa ampla convergência nacional. O Governo tem, portanto, um vasto campo para futuras conversações com as forças políticas oposicionistas e com o conjunto amplamente majoritário de representações da sociedade civil.¹⁸³

Como podemos ver, não havia, até início de 1983, nenhum projeto concreto de ruptura frontal com o regime ditatorial. As oposições políticas estavam muito mais envolvidas em táticas voltadas para a negociação com a justificativa de que qualquer tipo de posicionamento mais radical de ruptura poderia recrudescer o regime novamente. Esse foi o mote “anacrônico” utilizado ao longo da primeira metade da década de 1980 para justificar a conciliação pelo alto.

2.3 - A “unidade” entre o consenso e a conciliação: a aliança entre o PTB e o PDS

A aliança estabelecida entre o PTB e o PDS, na primeira metade de 1983, mostra o caráter conciliatório das oposições partidárias. No processo de aliança entre esses dois partidos, mostrava-se um PTB preocupado com o trabalhador brasileiro e que por isso foi obrigado a fazer a aliança, para amenizar os arrochos que o governo Figueiredo estava proposto a realizar sob a hegemonia do FMI. O PTB oferecia como barganha maioria ao PDS da Câmara.

¹⁸² Conhecido formalmente como “Centro Democrático”.

¹⁸³ “Giocondo Dias propõe alternativa democrática, patriótica e consensual para a crise”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 143, p. 05, 10 a 16 de março de 1983.

De início, essa aliança foi vista por algumas frações oposicionistas ao regime de forma bastante positiva, principalmente pelo próprio PCB e por quadros moderados do PMDB, tendo visto as pautas de barganha do PTB:

a) reforma da Constituição, b) revisão da Lei de Segurança Nacional, c) estabilidade no emprego após 90 dias de admissão, d) auxílio-desemprego de 70 por cento para os que ganham até 1 salário mínimo, e) revisão do salário-mínimo de acordo com o decreto original de 1943, f) direito de greve para todas as categorias, g) revisão da Lei de Organização Sindical, notadamente no que toca ao direito de intervenção do Ministério do Trabalho nas entidades de trabalhadores, h) reajuste trimestral de salários para os que ganham até 1 salário-mínimo, i) aumento de 50 por cento em junho [1983] para o funcionalismo federal. Noticia-se também uma possibilidade de ministério para o PTB.¹⁸⁴

A proposta do PTB, aparentemente, foi bastante progressista, todavia, para elas terem viabilidade, precisariam de respaldo do regime e foi justamente isso o que não ocorreu. Nenhuma dessas reivindicações foi aceita e, pouco tempo depois, essa aliança do PTB com o PDS acabou se demonstrando completamente maléfica para a classe trabalhadora. Visto que o Decreto-lei¹⁸⁵ 2.024, símbolo do acordo entre o PDS e o PTB, previa um reajuste salarial de 10% (abaixo da inflação) para os trabalhadores que ganhavam até três salários mínimos, e para quem ganhava mais de três salários era preciso negociar diretamente com o patrão, ou seja, ficar à mercê dos interesses patronais. Dessa forma, o salário mínimo seria reajustado em no máximo 10%, abaixo da variação semestral do INPC¹⁸⁶ que girava em torno de 88%.

Essa aliança formal entre o PDS e o PTB fora bastante efêmera, pois o PDS se utilizou do decurso do prazo para segurar a aliança com o PTB e manter a maioria no Congresso por mais tempo, ou seja, postergou a aplicação do Decreto-lei 2.024 que, em comparação com os outros Decretos vindos do governo militar, era o menos oneroso ao trabalhador. Em contrapartida, ainda em 1983, o governo impôs um outro Decreto-lei, o 2.045 que, dentre outros artigos do Decreto, limitava a 80% do INPC os reajustes de todos os trabalhadores. Logo em seguida, com o Decreto-lei 2.036, a redução salarial foi expandida para os trabalhadores de empresas estatais¹⁸⁷.

¹⁸⁴ “Acordo PDS-PTB poderá redefinir auto-reforma”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 150, p. 06, 28 de abril a 04 de maio de 1983.

¹⁸⁵ O Decreto-lei foi historicamente um dispositivo de Estados de exceção. É uma medida que confere ao poder executivo a legitimidade automática e as prerrogativas do poder legislativo, sem que esse Decreto necessite passar por uma votação no Congresso caso este último não se manifeste a respeito. A partir da Constituição de 1988 o Decreto-lei foi reformulado, passando a se chamar Medida Provisória.

¹⁸⁶ “Acordo PDS-PTB pode gerar mais desemprego”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n ° 156, p. 11, 09 a 15 de junho de 1983.

¹⁸⁷ NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 235.

Essa aliança chegou a malograr pela própria falta de flexibilidade do regime e de frações da grande indústria que pressionam o governo a impor medidas econômicas impopulares sem ceder a alguma reivindicação do PTB. Mesmo no período da abertura, o regime estava pouco disposto a dialogar com os partidos de oposição que fugissem muito de seus objetivos, o que o regime necessitava era de um partido de “aluguel” para dar sustentação na Câmara de deputados que tinha maioria absoluta da oposição. Essa aproximação entre o regime e o PTB nasceu desde a disputa entre o Brizola e Ivete Vargas pela sigla do partido petebista após a reforma eleitoral em 1979. Nesse período ficou evidente o favorecimento à Ivete Vargas na luta pela sigla histórica do PTB de Getúlio Vargas e João Goulart que, na prática, não teria nenhuma aproximação com aquele trabalhismo tradicional das décadas de 1950 e 1960, muito pelo contrário, seria um partido vinculado às alas mais conservadoras e, até mesmo, reacionárias do espectro político à época. Seguindo essa linha interpretativa, David Maciel completa:

Enquanto Brizola procurava dar uma configuração popular e de esquerda ao seu partido, Ivete Vargas movimentava-se para refundar o PTB numa perspectiva diferenciada, muita mais conservadora e fisiológica, procurando atrair até mesmo setores da Arena paulista, como Rafael Baldacci e Maluly Neto, e dirigentes sindicais “pelegos”, como o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santo Andrade. Além disso, Vargas recusava qualquer vinculação do PTB com a Internacional Socialista e criticava abertamente o compromisso socialista e as posições marxistas presentes na articulação brizolista como posturas antagônicas à sua perspectiva de nacionalismo e trabalhismo. As negociações com setores arenistas contavam, inclusive, com o apoio do governo militar, o que confirmava na pressão exercida pelo governo sobre a Justiça eleitoral para conceder o registro provisório do partido a Ivete Vargas em maio de 1980.¹⁸⁸

A diferença entre o trabalhismo do PTB e do PDT é que enquanto o primeiro possuía velhos traços pelegos de períodos pré-ditadura se aproximando da reação e até mesmo das posições do regime ditatorial; o trabalhismo brizolista do PDT, na década de 1980, tinha traços social-democrata e, até mesmo, socialistas. Nesse sentido, e de acordo com Maciel, o Brizola de 1980 procurava dar uma configuração popular ao seu partido.

Mesmo com a morte de Ivete Vargas em janeiro de 1984, o PTB continuou a estreita relação com o PDS. Celso Peçanha (PTB-RJ), líder do PTB na Câmara, era o principal articulador do PTB com o PDS. Quando Celso Peçanha ganhou a convenção do PTB para líder do partido na Câmara, deixou muito claro a sua política de aliança que “representa a linha de

¹⁸⁸ MACIEL, David. *Op. Cit.*, p. 238.

atuação conjunta e estreita com o PDS”. “A decisão já tranquiliza o líder do PDS, Nélson Marchezan, que passa a contar com maioria na Câmara”.¹⁸⁹

Paradoxalmente, o PCB foi o único partido mais à esquerda que visivelmente apoiou a aliança entre o PTB e o PDS. Sob o mote da pretensa “unidade” pecebista, essa tática acabava por justificar qualquer forma de consenso e alianças contraditórias do espectro político. Esse apoio do PCB fica visível quando nos remetemos ao próprio semanário:

Se você levar em conta o que é o PTB, do ponto de vista de sua proposta política e ideológica, ele não traiu seu eleitorado [traição do PTB em relação a aliança com o PDS]. Exatamente porque buscou um acordo em torno de questões que dizem respeito a esta massa trabalhadora que votou no PTB. O PTB teve espaço para negociar com o governo exatamente porque a oposição, que venceu as eleições nos estados, ao invés de criar as condições políticas para a unidade das oposições, preferiu tratar o problema do poder local como uma espécie de condomínio dos vencedores diretos, PMDB e PDT, no caso do Rio de Janeiro. Mas o mais importante, sem dúvida, é o papel que o PMDB poderia jogar neste processo. Infelizmente, ele não articulou, não compôs os governos estaduais em amplas coalizões democráticas, mas sim, via de regra, na partilha do aparelho de estado entre seus partícipes.¹⁹⁰

Portanto, vemos que no período da transição política havia uma larga coalizão desde os setores mais reacionários até os mais à esquerda em prol do “consenso”, “conciliação” e “negociação”. A primeira metade de 1980 foi a preparação da sociedade para a transição. Quando falamos “preparação” nos remetemos à construção de um consenso mínimo para com a sociedade. Desde a Anistia, que se apresentou como um “largo passo” dado em sentido da abertura, se deu o início da difusão do “não revanchismo” e da conciliação. Como veremos, esse clima de “não revanchismo” e conciliação foi amplamente difundido nas *Diretas Já*.

2.4 - Deslocamento das frações dominantes em sentido das *Diretas Já*

Ainda na primeira metade da década de 1980, diversas frações da classe dominante, principalmente os “novos empresários”, tendo ciência do enfraquecimento e isolamento do regime pela sua ineficácia na condução política e econômica, passou a apoiar e até fazer propaganda visando a transição política e a democracia. O empresário do ramo comercial, Abilio Diniz, foi um dos primeiros a se engajar pela transição e pelas *Diretas Já*: “Tenho certeza

¹⁸⁹ “PTB mantém Peçanha como líder e reforçará laços com governo” *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.069, p. 05, 14 de março de 1984.

¹⁹⁰ “As oposições precisam se unir para negociar”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 157, p. 06, 16 a 22 de junho de 1983.

de que o candidato escolhido pelo povo nas urnas será de centro. As eleições de 15 de novembro do ano passado [1982] mostraram isso. Elas expurgaram os radicais de direita e de esquerda”.¹⁹¹

A democracia e as eleições diretas não eram mais um problema para o empresariado, principalmente para os “novos empresários” que eram aqueles que estavam vinculados as diretrizes do *Council* estadunidense liderado por David Rockefeller, como vimos no capítulo anterior. Gerdau Johanpeter em almoço com o candidato com maior credibilidade empresarial para a transição, Aureliano Chaves, logo advertiu: “a abertura política só se completará com a abertura econômica”, e completa:

O conflito nacional não se situa entre o capital e o trabalho. O conflito nacional decorre da absorção, pelo Estado, de toda ordem de recursos gerados pelos setores produtivos. O empresariado e o trabalhador se veem exauridos em sua capacidade de gerar riquezas para atender a necessidades sociais complexas.¹⁹²

A visão dos “novos empresários”, como a do Sr. Gerdau Johanpeter era completamente hegemônica dentro dos partidos de oposição burguesa, com exceção dos partidos mais à esquerda, como o PT, o PDT e os partidos clandestinos (PCB, PCdoB e MR-8). O neodesenvolvimentismo, com suas diferentes nuances, era a expressão mais nítida da oposição burguesa frente a financeirização da economia e a política monetarista que o FMI impôs ao governo Figueiredo, pautada na redução dos gastos públicos, controle do crédito e na emissão de papel moeda. Os “economistas de oposição” aliados aos “novos empresários” desenvolvem entre 1982 e 1983 um primeiro programa mais robusto contra essa orientação política e econômica do governo Figueiredo. Esse programa foi objetivado em um livro que foi o primeiro resultado de seminários exclusivos do Fórum da Gazeta Mercantil¹⁹³. Nele, dentre outros pontos, encontramos uma nítida defesa do capital produtivo nacional, como também da atividade financeira, principalmente estatal, em prol do capital que produz:

A grande empresa industrial e comercial brasileira não dará o salto à maturidade se permanecer encapsulada na rotina do que já foi conquistado. A política econômica deve promover a conglomeração do capital privado nacional. Nesta perspectiva, os bancos estatais de fomento – além de suas funções básicas de financiamento do setor público – poderão assumir um papel importante na viabilização deste processo.¹⁹⁴

¹⁹¹ MEISSNER, Teodoro. “Diniz conclama formadores de opinião a se engajarem também”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 19.960, p. 02, 26 de novembro de 1983.

¹⁹² “Gerdau condena estatização”. *Idem*.

¹⁹³ SILVA, Adroaldo Moura da *et al.* *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Ed. Gazeta Mercantil Jornalística, 1983.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 22.

Para se ter uma ideia da concepção dos neodesenvolvimentistas acerca do monetarismo de teor neoliberal, implantado no Brasil logo após as eleições de 1982 quando Figueiredo recorre ao FMI, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzo¹⁹⁵ os economistas que introduziram o livro, pontuaram: “só figuras antediluvianas como Hayek e Milton Friedman acreditam nas funções alocativas do mercado livre. Esta metafísica do mercado torna-se ainda mais ridícula quando confrontada com uma situação de crise estrutural.”¹⁹⁶

Esse posicionamento contra o monetarismo no meio empresarial foi muito assimilado quando o governo Figueiredo acionou o FMI após as eleições de 1982. No período anterior às eleições de 1982, Delfim Netto repetiu inúmeras vezes que o Brasil não estava em crise e em recessão. Essa tática do governo de negar a crise tinha o único objetivo de não perder votos nas eleições que se aproximavam. Delfim Netto exclamava: “Nós estamos muito longe de estar em uma recessão. Nós estamos, isto sim, com um nível de atividade menor do que aquele que nós desejaríamos”¹⁹⁷. Todavia, logo após as eleições de novembro, o governo recorre ao receituário do FMI, aplicando um posicionamento rigorosamente austero no que tange à coisa pública.

Foi nesse período de início dos anos 1980 que o empresariado, pela primeira vez, toma um posicionamento mais contundente e explícito contra a política do governo ditatorial. Muito embora as primeiras críticas da classe empresarial brasileira acerca do regime datem de 1974 na campanha contra a estatização.¹⁹⁸ A crítica de 1974 era contra as estatizações e a da primeira metade da década de 1980 era contra o monetarismo e o excessivo favorecimento ao setor financeiro internacional em detrimento ao capital produtivo privado nacional. O elo que unifica esses dois períodos distintos é o “menor favorecimento” que as políticas do II e do III PND dispndiam as empresas privadas nacionais.

Sobre esse posicionamento mais contundente do empresariado frente ao governo, Bianchi pontua:

O discurso cuidadoso do ano de 1981 foi gradativamente deixado de lado. Quando, em junho de 1982, a revista da Fiesp publicou o balanço do ano anterior, o que se tem é uma interessante reconstrução, que, deixando de lado

¹⁹⁵ Ambos professores titulares do Departamento de Economia da UNICAMP e Consultores do Fórum Gazeta Mercantil, à época.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ DELFIM NETTO, Antônio. “A recuperação da economia em 1980/1981” apud BIANCHI, Alvaro. *Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010, p. 167.

¹⁹⁸ DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D’ARAUJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p. 219.

a moderação excessiva do ano anterior, destacava a denúncia da recessão, dos juros e impostos elevados.¹⁹⁹

De acordo com Alvaro Bianchi e com Brasília Sallum Jr., foi após o recurso do governo federal ao FMI que o empresariado privado brasileiro começou a dissociar do bloco que apoiava o regime.²⁰⁰ Sallum Jr., completa:

O mais importante, porém, é que a dissociação do empresariado em relação ao governo não se limitou apenas a críticas pontuais. Ainda em 1983, surgiram do meio empresaria propostas de alternativas ao tipo de combate que o governo tratava para superar o estrangulamento externo e a recessão interna.²⁰¹

Nesse sentido conseguimos levantar dois marcos importantes sobre o período decisivo que foi a primeira metade da década de 1980: um rompimento empresarial mais incisivo com o regime; e a permanência do neodesenvolvimentismo enquanto uma política econômica que ainda conseguia reunir envolta de si uma parcela considerável do empresariado brasileiro, apesar do pensamento neoliberal já ganhar forma.²⁰²

No entanto, para o Sallum Jr. a crise de hegemonia durante o regime militar se iniciou somente no ano de 1983²⁰³, quando o núcleo do governo não conseguiu mais representar a aliança e o compromisso com determinada fração do empresariado brasileiro que foi um dos pilares que sustentou o regime até então. Porém, para nós, essa crise de hegemonia não deveria ser apreendida como um marco, mas como um processo, ou seja, verificar que essas fissuras no interior do bloco no poder se iniciaram ainda em 1974 com a campanha empresarial contra a estatização e contra o II PND, que vinha beneficiar, a curto prazo, o desenvolvimento da empresa estatal capitalista. Portanto, o que ocorreu em 1983 foi a manifestação mais evidente de um processo que já vinha se desdobrando desde meados dos anos 1970 e que somente em 1983 começou a tomar contornos mais decisivos.

¹⁹⁹ BIANCHI, Alvaro. *Ibidem*, p. 169.

²⁰⁰ Idem. SALLUM JR. Brasília. *Labirintos. Dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 78.

²⁰¹ SALLUM JR. Brasília. *Transição política e crise de Estado*. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M (org.). *Lições da década de 80*. São Paulo: Ed. USP; Genebra: UNRISD, 1995, p. 157.

²⁰² “Foi para dar visibilidade e difundir essa alternativa [neoliberal] que, em 1983, foram criados por empresários do Rio de Janeiro os institutos liberais. Tinham por objetivo a difusão da concepção de mundo liberal e seus valores: em primeiro lugar a primazia das leis de mercado sobre a ação estatal, a liberdade como fundamento do estado de direito, a defesa da iniciativa privada e a liberdade de todos perante a lei” (BIANCHI, 2010, p. 173). Já em 1989, havia várias empresas que contribuía com os Institutos Liberais, principalmente o de São Paulo, como: as empresas estrangeiras “Alcoa Alumínio, Carrefour, Ciba-Geigy, Citibank, Dow Química, Gessy Lever, Hoechst, Nestlé e Rhodia” e os grupos econômicos nacionais “Bradesco, Banco Itaú, Banco Crédito nacional, Indústria Villares, Paranapanema Mineração, Varig, Votorantim”. Dados retirados de GROS, Denise Barbosa. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Tese de doutorado em ciências sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003, p. 175 apud BIANCHI, Alvaro. *Op. Cit.*, p. 173.

²⁰³ SALLUM JR. Brasília. *Op. Cit.*, p. 160.

No campo da política, a oposição burguesa também seguia essa orientação econômica neodesenvolvimentista do grande empresariado brasileiro e dos “economistas de oposição”. A orientação política e econômica neoliberal era ainda muito embrionária nesse período da transição, muito embora o posicionamento do empresariado convergisse ideologicamente com este tipo de política. O próprio posicionamento frontal de Gerdau ao Estado converge muito com o discurso neoliberal, aliás, essa crítica ao Estado sempre foi a justificativa para a implementação de políticas monetaristas. Porém, apesar desse posicionamento, Gerdau e os demais “novos empresários” não estavam contra o Estado, mas sim contrários à determinadas práticas desta instituição. O que a classe empresarial brasileira desejava era um Estado mais voltado para as pautas das empresas privadas nacionais e não para o estatismo de áreas estratégicas de interesse privado, tampouco voltado para o desproporcional favorecimento ao grande capital financeiro, principalmente o internacional.

Com efeito, na sociabilidade capitalista, o Estado sempre foi o bode expiatório na aprovação de medidas impopulares, por ser a manifestação primeira deste processo de dominação de classe. Visão igualmente manifestada pela classe empresarial que imprimiu um posicionamento de não contradição entre capital e trabalho, mas sim entre trabalho (aqui incluído os próprios empresários) e o Estado. Essa forma ideológica das classes dominantes operou, e ainda opera, com efetividade na realidade prática, escondendo os nexos íntimo e complexos da relação entre Estado e capital.

Esse modelo de entendimento da realidade que é próprio das frações da classe dominante, por ser uma forma ideológica, é constituída em relações sociais concretas no seio da sociedade civil. É neste âmbito da correlação de forças entre os diferentes aparelhos privados hegemonia, com seus diversificados interesses e valores, que se constrói o consenso acerca de determinadas formas de ver a realidade. O problema é que nesta correlação de forças, as ideias dominantes, majoritariamente, são vistas como neutras, objetivas e não vistas como uma “ideologia”. Portanto, “ideologia” acaba sendo tudo aquilo que se distingue da orientação dominante. Como uma das consequências diretas, no campo da política, temos a seguinte situação:

Mas o fato de que os governos aceitam sem questionar o contexto capitalista dentro do qual eles operam é de importância fundamental na modelagem de suas atitudes, políticas e ações, a respeito de fatos e problemas específicos com que eles se defrontam e em relação às necessidades e aos conflitos da sociedade civil. O comprometimento geral marca profundamente a resposta

específica e afeta não só a solução prevista para o determinado problema percebido, mas inclusive a maneira de percebê-lo.²⁰⁴

É neste marco que a falsa neutralidade e objetividade, próprias das classes dominantes, refletem no comprometimento ideológico dos mais variados setores políticos, principalmente da oposição burguesa no período da transição política e nas *Diretas Já*. Esse comprometimento ideológico, “pode, e muitas vezes o faz, impedir qualquer percepção, tornando impossível não só fazer a prescrição para a doença, mas também sua localização”.²⁰⁵ Nesse sentido, foram esses setores empresariais e políticos que hegemonizaram o processo de transição, imprimindo sua ética com o objetivo de dirigir “corações e mentes” no processo sucessório e na “Nova República”, como de fato ocorreu.

Portanto, é por meio desse comprometimento econômico, político e ideológico que se movimenta e se reproduz a lógica posta. Ou seja, conforme vimos sustentado desde o primeiro capítulo, o desenvolvimento econômico e político brasileiro, durante o período analisado por nós (1974-1985), fica submetido aos anseios e aos interesses do grande empresariado que, por meio da correlação de forças dentro e fora do bloco no poder, lutam para estabelecer seus interesses particulares. Esse momento *econômico e privado* de disputa entre as frações de classe da sociedade civil, só se torna em um momento *político e coletivo* por meio da interferência do Estado que consolida a fração hegemônica do bloco no poder. Ralph Miliband expõe como se configura esse decurso:

É fácil compreender por que os governos desejariam auxiliar o empresariado de todas as maneiras possíveis, muito embora não sintam que isso esteja vinculado a qualquer grau de tendência preconceituosa em relação a determinadas classes, interesses ou grupos. Isso porque se o interesse nacional está de fato indissolúvelmente ligado aos azares da empresa capitalista, uma parcialidade aparente em relação a esta não constitui na verdade parcialidade alguma. Ao contrário, ao servir aos interesses do empresariado e ao ajudar a empresa capitalista a prosperar, os governos estão realmente desempenhando o seu apregoado papel de guardiões do bem de todos. Desse ponto de vista, a tão ridicularizada frase “o que é bom para a General Motors é bom para América” tem o único defeito que tende a identificar os interesses de uma empresa particular com o interesse nacional. Mas se a General Motors é o protótipo do mundo da empresa capitalista como um todo, a expressão pode ser subscrita, às vezes explicitamente, pelos governos dos países capitalistas.²⁰⁶

Ou seja, o que Miliband pontuou nessa passagem é que o interesse nacional está indissolúvelmente ligado à vitalidade da empresa capitalista. Por outro lado, é possível enxergar

²⁰⁴ MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 93.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Ibidem, p. 96.

também, nesse período de transição, a necessidade do apoio de determinados agentes de Estado para a promoção de frações do empresariado do ramo privado. Quer dizer, a necessidade de setores empresariais dominantes ao auxílio do Estado, vice-versa. Com a maior dinamização da sociedade civil cresce, diametralmente, a intensidade e a complexidade das relações de forças que precisam, cada vez mais, do coroamento do Estado.

A empresa capitalista, depende em grau cada vez maior das concessões e do apoio direto do Estado, e só pode preservar seu caráter “privado” à base desse apoio público. A intervenção estatal na vida econômica significa de fato, em sentido amplo, uma intervenção destinada a ajudar a empresa capitalista.²⁰⁷

Esse crescente movimento empresarial em busca do apoio do Estado, ou de setores políticos instalados no Estado, pontuado por Miliband, pode ser visualizado a partir de 1978 com o *Documento dos Oito*, onde já advogavam o compromisso com a democracia e com a “plena democratização”, discurso que também foi repetido e reiterado no *Documento dos Doze* em 1983. Os “novos empresários”, signatários desses dois documentos, já apelavam para uma frente paralela para os desdobramentos da transição política que, em mais ou menos tempo, viria acontecer. Essa dependência do empresariado não foi mais manifestada pelo o apoio ao Estado ditatorial, mas sim, a partir de 1978, pela intenção de uma nova forma de Estado e de regime político.

O que se almejava era a institucionalização de um novo tipo de relacionamento e de novas formas de convivência entre os setores público e privado mediante a abertura de um espaço de representação dos interesses do empresariado, sob a liderança de seu segmento mais moderno.²⁰⁸

No *Documento dos Oito*, por exemplo, os “novos empresários” repudiaram a atuação do “terrorismo de direita”, como também se posicionaram contra as pressões dos setores mais duros do regime.²⁰⁹ Esse posicionamento pautado na defesa da democratização e contra os rumos econômicos do regime foi de encontro com a oposição burguesa, principalmente com o PMDB, que, após as reformas partidárias e a incorporação do PP, já se encontrava completamente esterilizado, ou seja, um partido confiável para a representação empresarial.

Portanto, temos uma frente bastante consistente, ainda que heterogênea, que levou a cabo um projeto de “oposição” para a transição: na econômica, os “novos empresários”; na política, a oposição burguesa, principalmente o PMDB; e no campo que dá sustentação

²⁰⁷ Ibidem, p. 100.

²⁰⁸ DINIZ, Eli. *Op. Cit.*, p. 223.

²⁰⁹ Idem.

intelectual ao projeto empresarial, os “economistas de oposição”. É justamente essa frente que vai hegemonizar o processo sucessório e conquistar posições estratégicas na “Nova República”.

Esse projeto da oposição burguesa, marcado pelo neodesenvolvimentismo, era visível em um dos seus principais nomes para a transição, Tancredo Neves:

Havia questionamentos sobre as fórmulas de restabelecimento do crescimento econômico. Tancredo Neves como candidato da Aliança Democrática nacional argumentava: Está provado que tratar a inflação com política monetarista de nada adianta. (...) sou antimonetarista, antirrecessionista, pela livre-iniciativa e contra a especulação financeira, pois acredito que nenhum país do mundo consegue manter a economia em crescimento com muita gente ganhando dinheiro fora da atividade produtiva.²¹⁰

Portanto, é possível visualizar uma reorganização do campo empresarial, político e intelectual em torno de um projeto para a transição. Conforme foi demonstrado no capítulo anterior acerca da recomposição de um “novo” bloco no poder e ao longo do presente capítulo, foi difundido uma nova “ética” empresarial, uma nova maneira de se portar diante dos problemas sociais. Muito dos preceitos presentes nessa ética foram importados dos EUA por meio do *Council of the Americas*, fundado por D. Rockefeller em 1965 e pelo próprio *Council on Foreign Relations*, que, à época, também era liderado pelo banqueiro D. Rockefeller. Essa ética capitalista foi apresentada no Brasil anos 1980 como uma concepção completamente progressista, por mais paradoxal que seja.

É claro que quando nos referimos à uma “ética” capitalista, das classes dominantes, poderá ser entendido também como uma ideologia, pois cumpre o seu papel enquanto uma ideia, ou conjunto de ideias que se objetiva e tem sua efetividade na realidade prática. Cumpre também o elemento básico de universalizar e dar uma forma idealizada ao que nada mais é senão interesses privados. Por exemplo, o termo “liberdade” passou a ser muito utilizado ao longo do processo de distensão e abertura, porém, essa liberdade, na sua essência, estava vinculada à livre iniciativa, à manutenção da empresa privada capitalista que estava sendo “ameaçada” pelo estatismo, muito característico do período ditatorial até o governo Geisel (1974-1979). Miliband, descreve os princípios dessa dominação de classe “oculta”, tão característica da ideologia:

A questão importante é que definiram a liberdade em termos tais que a empresa capitalista constitui um de seus principais, e às vezes único, ingredientes. À base disso, a defesa da liberdade torna-se a defesa da livre

²¹⁰ REZENDE, Maria José de. *Op. Cit.*, p. 93.

empresa: desde que *esta* esteja salva, tudo o mais, por pior que seja, poderá ser contornado, revista e até mesmo apoiado.²¹¹ (grifo do autor)

Portanto, de acordo com Miliband, a lógica de dominação de classe não deve ser estritamente econômica e/ou cultural, em todas as suas dimensões deve conter o elemento político. É a política, enquanto uma instância própria de uma sociedade movida por contradições e conflitos de classes, que pode apaziguar e atenuar os conflitos existentes, ou seja, a política além de ser a síntese da vontade coletiva, também é o instrumento de dominação de classe, uma dominação escamoteada pelo aparato ideológico. Essa característica, como a dominação de classe, não é inerente à condição humana, conforme literatura burguesa defende, esses elementos são, primeiramente, históricos e constituídos no seio das relações sociais. O poder político é, precisamente, a expressão do antagonismo da sociedade civil. Miliband completa:

A dominação de classe é econômica, política e cultural – em outras palavras, tem muitas facetas diferentes e relacionadas; e a luta contra ela é igualmente variada e complexa. A política pode ser a expressão específica dessa luta, [...] está implicada em todas as suas manifestações. A dominação de classe jamais pode ser puramente “econômica” ou puramente “cultural”: deve ter sempre um forte e dominante conteúdo “político”.²¹²

Essa ética ou ideologia que foi difundida pelos “novos empresários”, tem como principais características a defesa da democracia em oposição ao “autoritarismo”. Passaram a preconizar sindicatos livres, eleições livres e o antiestatismo, assimilando a prática estatista ao comunismo e ao “autoritarismo”. Porém, essa visível mudança de concepção quando relacionada ao regime ditatorial, escondeu largos traços de permanência presente nos políticos e empresários adeptos a essas “novas” diretrizes do capitalismo de 1980, sendo o anticomunismo e o marcante conservadorismo.

2.5 - Guerra das Malvinas e o receio de uma transição desmoralizada

Ocorrida as esterilizações no PMDB por meio das reformas partidárias de 1979 e 1981, ficaria mais fácil tanto para os empresários quanto para o PDS e os militares discernir a oposição “amigável” da oposição que deveria permanecer marginalizada. Uma das intenções dessas reformas políticas era justamente clarear a orientação das oposições para dar continuidade ao projeto de abertura.

²¹¹ MILIBAND, Ralph. *Op. Cit.*, p. 109.

²¹² MILIBAND, Ralph. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 24.

Porém, durante esse período, mais precisamente em 2 de abril de 1982, se deu a primeira ofensiva argentina com o objetivo do controle político e econômico das Ilhas Malvinas, posse inglesa desde 1833. A Argentina nesse último período ditatorial estava passando por uma grave crise econômica e política aliada ao terrorismo de Estado recrudescido a partir de 1976: com muitas prisões, mortes, torturas e desaparecimentos de presos políticos. Galtieri, para tentar recuperar alguma popularidade e explorando, por meio do diversionismo, o sentimento patriótico da população argentina efetuou a ocupação das Ilhas. A relação entre a Argentina e a Grã-Bretanha nunca fora amistosa, exceto com a burguesia argentina associada. A dependência econômica argentina, majoritariamente, exportadora de carne e cereais, teve muita influência inglesa, o que construiu uma visão relativamente negativa do Reino Unido.²¹³

Galtieri, esperava a neutralidade estadunidense pelo *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (TIAR), para assim poder ter um conflito direto e incisivo com o Reino Unido. Todavia, essa tática de Galtieri acabou malogrando e os EUA acabaram apoiando o Reino Unido. O Brasil, pressionado por Washington, acabou oferecendo somente um discreto apoio à Argentina. O resultado deste conflito tornou-se visível no dia 14 de junho de 1982, com uma desastrosa e humilhante derrota da Argentina e sua rendição para o Reino Unido. Como consequência deste processo, apenas três dias depois da rendição argentina, Galtieri foi deposto do cargo, dando início ao processo de desagregação da ditadura argentina instaurada em 1976.

Após todo o desenrolar deste processo os militares brasileiros, principalmente aqueles vinculados ao poder, o núcleo duro do regime, ficaram preocupados com os rumos da transição “democrática” levado a cabo na Argentina. Esse processo de transição ocorreu ao lado da permanente desmoralização do Exército, consubstanciado com as descobertas de inúmeras atrocidades praticadas por um dos regimes mais violentos da América Latina. A transição argentina foi o oposto do que deveria se seguir no Brasil, onde em pouco tempo se deram as eleições diretas que elegeram Raúl Afonsín no final de 1983.

Portanto, a Guerra das Malvinas contribuiu de forma relativamente significativa para a condução da abertura brasileira, de modo que o esgotamento do regime não derivasse em uma desmoralização das Forças Armadas. Deste processo, resultou uma aproximação mais “íntima” do regime com a oposição conservadora, aprofundando o projeto conciliatório tão defendido por Tancredo Neves.

²¹³ Para compreender a histórica e conflituosa relação entre a Argentina e Reino Unido ver: ORTIZ, Raul Scalabrini. *Política britânica no Rio da Prata*. Florianópolis: Insular, 2014.

Conciliação, esta foi a tônica do discurso com o qual o governador de Minas, Tancredo Neves, saudou o presidente da República, que fez ontem [05 de maio de 1983] sua primeira visita oficial ao Estado, depois da posse da atual administração mineira [...]. Na sua saudação, Tancredo Neves afirmou que “As nações só se tornam adultas quando vencem os tropeços históricos”. Acrescentando, em seguida, “vossa excelência, senhor Presidente, e eu lhe falo com a autoridade de um leal adversário político, **vem demonstrando ter a mais difícil das coragens, que é a da conciliação, ao inaugurar e consolidar o processo de abertura política**”.²¹⁴ (grifo nosso)

Nota-se que quando Tancredo está falando que o regime está mais disposto para a conciliação é justamente durante os desdobramentos da Guerra das Malvinas, com a eleição de Afonsín. Sobre essa aproximação do regime com os setores mais conservadores da oposição, José Paulo Netto pontua:

Estes últimos [Forças Armadas] começaram a dialogar discretamente com os representantes mais conservadores da oposição democrática [...]. A aproximação a Tancredo é bem compreensível – credibilizavam-no frente aos militares que tinham consciência do isolamento do regime o fato de as suas firmes convicções democráticas estarem associadas a um moderado reformismo social, ambos conectados a dois dados comprovados ao longo de sua já larga vida política: a sua lealdade aos tratos firmados e o seu espírito conciliador. Nenhum dos outros líderes opositoristas (Ulysses, Brizola, Arraes e, menos ainda, Lula) reunia todas essas características.²¹⁵

Florestan Fernandes também pontuou sobre esse impasse dos militares durante o período de abertura: “o governo repelia uma transição virulenta, incontrolável, que ameaçaria sua obra, a ‘abertura política’... Na verdade, temia que o Brasil repetisse os acontecimentos da Argentina e que os tirasse ou os aproveitadores tivessem de pagar por seus crimes”.²¹⁶

É nesse clima de derrota e desmoralização da Doutrina de Segurança Nacional na Argentina que, no Brasil, começava a construção e a consolidação de um restrito pacto de conciliação com a oposição política mais conservadora, tradicional e confiável para o regime. Evidentemente que a Guerra das Malvinas não foi o fator central nesse processo de conciliação por parte do regime. A crise econômica brasileira, como demonstrado no capítulo passado, fez com que um dos principais pilares da ditadura, a burguesia brasileira, se dissociassem do modelo ditatorial que, a partir de 1974, começou a beneficiar o ramo estatal e o setor multinacional, setores mais dinâmicos da economia. Não obstante a essa prática característica do governo Geisel, no governo Figueiredo o grande beneficiário da crise econômica brasileira passou a ser o setor financeiro, principalmente o setor financeiro internacional.

²¹⁴ “Em Uberaba Tancredo prega conciliação”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.756, p. 05, 06 de maio de 1983.

²¹⁵ NETTO, José Paulo. *Op. Cit.*, p. 238.

²¹⁶ FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 141.

2.6 - Tancredo: o político confiável para a sucessão

Conforme exposto acima, começa a se configurar na década de 1980 uma situação completamente desfavorável para a DSN. A burguesia que outrora, na década de 1960, necessitava desta metodologia para efetivar a sua dominação de classe, na década de 1980 via-se à revelia de determinados processos decisórios levados a cabo pelo regime de exceção.

Na década de 1980, conforme demonstramos, a burguesia brasileira estava sendo orientada por uma nova “metodologia” de governabilidade e dominação de classe vindas dos EUA, porém, adaptadas a realidade brasileira. Uma dessas diretrizes era referente ao papel ativo do Estado no processo de modernização da sociedade e da economia, sendo possível associar esse papel ativo do Estado ao comunismo e contrário a sociedade. Ou seja, o papel do Estado na ditadura foi essencial para a modernização, ainda que conservadora, da economia capitalista brasileira. Porém, essas práticas, segundo as diretrizes do *Council* que foram difundidas por Roberto Campos no Brasil, já começaram a ser tachadas como metodologias comunistas, contra a livre iniciativa e a democracia. Quer dizer, contra a livre empresa capitalista. Nesse sentido, a forma de governar da ditadura não estava mais agradando nem a burguesia brasileira, nem os setores mais dinâmicos da burguesia internacional, pois começavam a encarar a ditadura como um retrocesso no campo político e econômico.

É nesse contexto que o governo se vê obrigado a negociar com setores da oposição que, após as reformas eleitorais em 1979 e 1981, já estavam bem delimitados seus campos políticos de atuação. É durante essa “maior” abertura do regime para o diálogo, datada de 1983, que veio se delinear de forma mais cristalina o candidato ideal para a sucessão, Tancredo Neves. Em um depoimento, Mauro Santayana, homem de confiança do PMDB e, particularmente de Tancredo, expõe sua opinião acerca da transição:

A transição tinha que ser com Tancredo, porque não havia ninguém mais com o perfil indispensável. A história não admite situações sem saída. Mas ela, às vezes, impõe saídas muito apertadas. Então, em certas situações, só há um homem capaz de dirigir aquele momento. Pode até haver outros, mas um só é evidente. Tancredo era o homem certo, porque era o último sujeito que tinha o **pensamento conciliador e hábil** em Minas Gerais. Não há mais pessedistas mineiros, já acabaram. Tancredo foi o último. E era realmente o homem indicado para as circunstâncias. Era mineiro, era do PSD, conhecia todo mundo neste país. Sabia como conversar com cada sujeito, porque conhecia a debilidade e a força de cada um. Os quinhentos homens mais importantes do país, o Tancredo os conhecia a todos. Sabia tudo deles! **E os militares tinham certeza de que ele não ia perseguir ninguém.**²¹⁷

²¹⁷ Depoimento de Mauro Santayana cedido para Ronaldo Costa Couto em 17 de dezembro de 1994. In: COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 339.

A conciliação e o não revanchismo foram largamente difundidos mesmo nas *Diretas Já* que pregava uma certa ruptura com os pressupostos do regime de exceção. Nota-se que o importante no depoimento de Santayana, era o candidato ser conhecido no ramo empresarial e político, estar envolvido com o alto escalão da política brasileira, ser confiável e conciliador, pregando um comportamento não revanchista etc. Ou seja, eram essas características elitistas que deveriam ser levadas em conta no processo de transição por parte dos políticos e dos empresários. A partir destes elementos levantados, conseguimos observar o quanto o aparelho político/burguês brasileiro é historicamente conservador, onde a popularidade pela aproximação com as massas é um fator secundário. Ou como o próprio senador biônico Aderbal Jurema (PDS), em entrevista à *Tribuna da Imprensa* em 15 de outubro de 1983, pontuou: “eleição direta é conversa de comunista”²¹⁸.

Porém, naquele contexto político de surgimento das *Diretas Já*, o campo “político” seguia tendo uma aceção completamente *déclasse* pela sua inorganicidade social. Essas características de um político de cúpula, voltado para o encastelamento das decisões políticas, necessitavam, no entanto, de um maior contraste para legitimar a transição política. É aí que entra o papel das *Diretas Já*, enquanto um processo que, paradoxalmente, popularizou o que era impopular.

Um outro dado concreto que mostra a proximidade de Tancredo ao regime é o seu apoio ao Decreto Lei 2.045 do governo militar, que visava limitar o aumento salarial abaixo da taxa da inflação. Nos dias que antecederem a votação, mais exatamente no dia 19 de outubro de 1983, o general Figueiredo impôs em Brasília 60 dias de “estado de emergência” para impedir qualquer manifestação contrária ao Decreto Lei, criando um clima de terror na capital federal sob o comando do general Newton Cruz. O posicionamento favorável de Tancredo ao Decreto foi mantido mesmo após a manifestação contrária do PMDB que orientou toda a sua bancada a votar contra o Decreto no Congresso. Sobre o posicionamento favorável de Tancredo ao Decreto:

[...]. Neste mesmo dia em que se se tem de relacionar o nome do governador Tancredo Neves como candidato potencial da oposição peemedebista, ele se apresenta nos jornais com uma opinião, a respeito da votação do 2.045, que contraria a posição de seu partido, de parte até do partido oficial [PDS] e da maioria da sociedade: quer a aprovação do Decreto Lei.²¹⁹

²¹⁸ “Eleição direta é coisa de comunista” *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 175, p. 06, 20 a 26 de outubro de 1983.

²¹⁹ FREITAS, Janio. “*Diretas, enfim*”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 19.922, p. 05, 19 de outubro de 1983.

A partir desses posicionamentos dúbios de Tancredo Neves (ora com o PMDB, ora com o PDS), percebe-se que sua tática era cooptar e demonstrar-se confiável aos setores situacionistas que estavam descontentes com a possibilidade da vitória de Paulo Maluf ou Mário Andreazza (ministro do Interior de Figueiredo) na convenção para presidente do PDS. Essa tática de Tancredo aglutinou importantes quadros políticos e empresariais.

No início de 1983 Tancredo Neves articulava com os dissidentes situacionistas e com os setores que estavam dando pleno apoio ao governo. Tanto um grupo como o outro haviam sido o sustentáculo da ditadura, e parte deles, naquele momento, compreendiam a necessidade de algumas inovações. Para o ex-presidente do PP, os empresários (industriais e banqueiros) estavam “ávidos por uma liderança” o que já demonstrava que estes setores compreendiam que a defesa da prática do diálogo e da conciliação apontava o governador de Minas Gerais como portador das características de liderança de que precisavam para dar continuidade ao projeto de desengajamento militar e articular o novo pacto político.²²⁰

Tancredo executou no PMDB aquilo que já era o projeto do efêmero PP no sentido de aglomerar tanto os setores conservadores e moderados do PMDB como também cooptar quadros do partido situacionistas, construindo uma grande “ala” dos moderados para a transição política. Quando incorporado ao PMDB, Tancredo Neves fez um racha no partido que era “hegemonizado” pela figura de Ulysses Guimarães. Nesse sentido, começou a haver dois projetos de transição política no interior do PMDB: o primeiro é o da “ala” de Ulysses (os autênticos, não oriundos do PP) que desde 1974, quando concorreu à presidência da República contra Geisel no Colégio Eleitoral, veio construindo sua imagem de oposição ao regime, tinha um posicionamento menos moderado ao regime e orientado pelo desenvolvimentismo; a segunda “ala” foi amadurecida a partir da incorporação do PP ao PMDB, que comportava segmentos moderados oriundos do antigo MDB, ARENA. Essa “ala” era liderada por Tancredo Neves, tendo algumas nuances neoliberais na orientação econômica.

O posicionamento de Tancredo acerca da sucessão indireta, ora era dissimulado, ora era mais aberto, dependendo com os pares com quem se encontrava. Nos comícios pelas *Diretas* ele apostava na sucessão direta, com os dissidentes situacionistas e, em bastidores, apelava para a sucessão conciliada. Tanto que confessava o conteúdo idealista da campanha pelas *Diretas*, ou seja, fazendo o jogo do regime ditatorial e se mostrando enquanto um candidato seguro e confiável, não só para o regime, mas para o PDS e para o conjunto do setor empresarial:

²²⁰ REZENDE, Maria José de. *Op. Cit.*, p. 175.

O dr. Tancredo sabe o que diz e o que faz em matéria de política. É indiscutível que, se a Convenção pedessista vier a consagrar o nome de Maluf, crescem as possibilidades de o governador de Minas chegar à Presidência. O que ele não pode dizer e não diz publicamente, é que é candidato, ainda mais em eleições indiretas. [...] Ele localizou dentro do atual quadro sucessório duas tendências. **Uma realista**, que recomenda a busca de um candidato de consenso, e **outra idealista**, que luta por eleição direta. Por enquanto Tancredo continua na linha idealista, embora esteja **convencido de que vai vingar a solução realista**.²²¹ (grifo nosso)

Quando lançada a PEC Dante de Oliveira que propunha as eleições diretas para presidente da República em novembro de 1984, o nome para a batalha do PMDB no pleito direto era o de Ulysses Guimarães caso a emenda fosse aprovada. No entanto, enquanto Ulysses se dispndia para o incentivo da campanha pelas *Diretas Já*, bastante inexpressiva até finais de 1983²²², para promover sua autoimagem opositorista, Tancredo Neves conseguia fazer os acordos de cúpulas e, ao mesmo tempo, se apresentar publicamente favorável à campanha pelas eleições diretas. Rezende pontua essa dubiedade tática dos setores moderados do PMDB, particularmente de Tancredo Neves:

[...] Posições como essas [dubiedade] dava ainda mais consistência ao projeto de conciliação nacional. Na verdade, era o que Tancredo Neves fazia por trás dos bastidores. *Diretas Já* nos palanques e consenso nas articulações com os descontentes situacionistas, o que o levou a se tornar uma espécie de candidato natural da oposição não apenas moderada e de parte do setores dominantes que vislumbravam inovações sem alterar substancialmente o modelo político vigente.²²³

Entre os vários acordos que Tancredo Neves fez ao longo de sua empreitada da primeira metade da década de 1980, inclusive em encontros com o próprio Ernesto Geisel – um dos generais mais respeitados das Forças Armadas – e Figueiredo a portas fechadas, um deles acabou sendo decisivo para a consolidação do consenso político e empresarial em torno de seu nome. Em dezembro de 1984, já sabendo de sua vitória no Colégio Eleitoral, que seria somente em janeiro de 1985, Tancredo convocou uma comissão para o plano de ação da primeira fase de seu governo. Nessa comissão, ficou claro o grande pacto político e empresarial que Tancredo conseguiu catalisar, impondo, ainda que indiretamente e de maneira velada, uma rígida linha

²²¹ “Tancredo acha que pode derrotar Maluf em indiretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 19.996, 1 de janeiro de 1984, p. 07.

²²² Conforme veremos no próximo capítulo, a campanha pelas *Diretas Já* pode ser dimensionada em duas fases. A primeira desde a proposição da emenda Dante de Oliveira até finais de 1983, que tinha uma “liderança” mais expressiva dos movimentos populares vinculados à CUT e ao PT. E o segundo momento, que vai desde o início de 1984 até a votação da emenda no dia 25 de abril de 1984, onde a CUT, o PT e os movimentos populares perdem centralidade e passam a ser submetidos às lideranças peemedebistas e à burocracia do comitê nacional pró-Diretas.

²²³ REZENDE, Maria José de. *Op. Cit.*, p. 187.

de continuidade entre a ditadura e a “Nova República”. A peculiaridade decisiva da transição²²⁴ foi a construção de um consenso com setores que, até então, estavam em conflito no interior do bloco no poder ditatorial, os liberais e a fração empresarial da tecnoburocracia. Marcus Suarez expõe como foi formada e quem participou desta comissão realizada antes da eleição no Colégio Eleitoral:

A comissão foi formada por seis membros, três do PMDB e três da Frente Liberal, sob a liderança de José Serra (PMDB), então secretário de Planejamento do Estado de São Paulo. Analisando os representantes da Frente Liberal, nota-se a presença marcante, de Hélio Beltrão, acompanhado por Sérgio de Freitas e Sérgio Quintella. Os dois acompanhantes de menor grandeza, relativamente a Beltrão, eram representantes confiáveis da “grande” burguesia nacional que consolidavam a aliança com a tecnoburocracia. Sérgio de Freitas era o vice-presidente do Banco Itaú, e Mario Quintella era presidente e um dos donos da Montreal Engenharia.²²⁵

Nessa comissão, conseguimos visualizar que estão os representantes da grande burguesia tecnocrata, confiadas ao nome de Hélio Beltrão, e os representantes da burguesia liberal que, ao longo do regime, se associou aos “novos empresários” para a construção de um projeto alternativo de transição conforme pontuamos até aqui. Sérgio Freitas, que era o vice-presidente do Banco Itaú, fora escolhido diretamente por Olavo Setúbal para comparecer à comissão. Setúbal foi o principal financiador da campanha de Tancredo após a derrota das *Diretas Já* em 25 de abril de 1984.

Para fechar o arco da conciliação e a consolidação de Tancredo como o nome do consenso, o próprio presidente Figueiredo admitiu que Tancredo era a pessoa certa para a transição, como também o nome mais confiável para a conciliação: “o presidente Figueiredo revelou ontem [24 de abril de 1984] ao deputado João Paganela (PDS-SC) que ‘Tancredo Neves é um nome confiável para a conciliação nacional’ aceito tanto pelo sistema como por ele próprio”²²⁶.

²²⁴ Para compreender o longo processo da construção do consenso para a transição, recomendamos dois livros que, embora tenha um caráter jornalístico, podem ajudar no entendimento das articulações políticas em prol da conciliação. O primeiro dele é DIMENSTEIN, Gilberto *et. al.* *O Complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985, e o segundo é de SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e transição: as armas de Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Mesmo Santayana ter sido um conselheiro e amigo próximo de Tancredo, esta obra se torna interessante por pontuar que a conciliação começou a ser construída ainda em 1978, quando Tancredo foi eleito para o Senado.

²²⁵ SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia: capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 231-232.

²²⁶ “Figueiredo considera Tancredo um ‘nome confiável’”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.111, p. 04, 25 de abril de 1984.

Essa fala de Figueiredo evidencia que quando ele se remete ao apoio do “sistema”, na realidade é o apoio das diferentes frações da classe dominante brasileira, seja industrial, a comercial e a financeira. Outro dado interessante que merece ser destacado, conforme visto na última citação, é o decisivo apoio de Hélio Beltrão²²⁷ (ex-ministro da pasta de Desburocratização do Figueiredo) que neste período foi uma das sínteses do projeto liberal mais “ortodoxo” para a transição.

A proposta de entendimento formulada ontem pelo governador Tancredo Neves é apoiada pelo ex-ministro Hélio Beltrão. De acordo com o ex-ministro, Tancredo repete o seu pendor para o entendimento e apresenta uma pauta bastante razoável em cima da qual este entendimento pode ser feito. “A pauta pode ser acrescida de alguns itens mas, em princípio, estou de acordo com ela. É bom que o entendimento comece a se objetivar. Não é só o governador Tancredo que busca o entendimento, mas diversas outras pessoas, entre as quais eu me incluo.”²²⁸

O empresário Dilson Funaro, que viria a ser ministro da Fazenda no governo Sarney, também era uma das figuras que estavam articulando a transição junto à oposição burguesa: “empresário Dilson Funaro, presidente da Trol, também apoiou a proposta de Tancredo. “É importante que haja um homem para iniciar esse processo de negociação que é inevitável. O confronto levaria o país ao desespero e à **ruptura**.”²²⁹ (grifo nosso)

Nota-se que os ministros mais importantes escolhidos por Tancredo são todos da Frente Liberal ou dos setores mais conservadores do PMDB, dentre eles: Marco Maciel (ministro da Educação), Antonio Carlos Magalhães (Comunicações, apoiado por Roberto Marinho das Organizações Globo), Aureliano Chaves (Minas e Energia), Francisco Dornelles (Fazenda) Roberto Gusmão (Indústria e Comércio), José Hugo Castelo Branco (Casa Civil), sem contar o seu próprio vice, José Sarney, e os ministros militares que integravam o governo e foram escolhidos a dedo por Tancredo. Sobre a presença e a continuidade dos militares nas questões políticas da “Nova República”, Emir Sader pontua:

[...] terminado o período ditatorial, a presença das Forças Armadas ainda pesa de forma significativa no Estado brasileiro. Isso acontece já na sua cúpula. Ao contrário dos outros países democráticos do mundo, o Brasil não possui um ministério da defesa – a proposta derrotada na Assembleia Constituinte –, mas sim um ministro para cada arma que, somados ao responsável pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e o chefe do Estado-Maior das Forças

²²⁷ Seu filho, Hélio Coutinho Beltrão, foi um dos fundadores do Instituto Millenium e, atualmente, presidente do Instituto Mises Brasil.

²²⁸ “Hélio Beltrão declara apoio à negociação com o governo”. *Folha de São Paulo*, idem.

²²⁹ Idem.

Armadas resultam em cinco ministros militares participando do ministério, afora outras instâncias que seguiram povoando o palácio presidencial.²³⁰

Ou seja, na Nova República, mesmo a escolha dos ministros sendo feita por Tancredo Neves, temos uma rígida continuidade no que tange ao campo político e econômico, pois, como vimos, nomes bastante atuantes na ditadura *civil-militar*, continuaram conduzindo o regime “democrático” da “Nova República”.

Ainda assim, cabe pontuar a importância do Estado na reorganização das classes empresariais no interior do bloco no poder, uma medida imprescindível que selou o *continuísmo*. É neste processo de centralidade organizacional do Estado que se verifica aquilo que Poulantzas pontuou certa vez: “os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas”²³¹.

Essa afirmação de Poulantzas tem uma relação direta com o processo de transição no Brasil, visto que essa organização do bloco no poder pode ser vista como uma “reabilitação”, ainda que efêmera, do bloco dirigente refletido e representado na figura de Tancredo Neves. Já a acepção da desorganização das classes dominadas, torna-se visível pela intensa fragmentação na organização e no desdobramento das *Diretas Já*: frações da militância brizolista não dialogava com a fração petista que, por sua vez, não se aliava com setores do PCB simpáticos ao consenso e à negociação para o desencadeamento da “Nova República”.

Um outro ponto importante é a relação complementar entre “projeto” e “processo”. Conforme pontuamos acima, o *processo* de transição política teve nítida centralidade do Estado, porém, o *projeto* de transição era único e exclusivamente um projeto burguês, desenhado e articulado ao longo de todo o processo de crise de hegemonia instaurado no seio do regime ditatorial, espalhando-se sucessivamente para o conjunto da sociedade civil.

Se aprofundarmos a análise deste processo de distensão e abertura chegaremos à conclusão que Gramsci já desenvolvera no seu volume III e volume V do *Cadernos do Cárcere* e aplicada no Brasil por seu interlocutor, Carlos Nelson Coutinho, a da *ditadura sem hegemonia*²³². Ou seja, deflagrada a crise de hegemonia a partir do esgotamento do “milagre econômico”, paulatinamente as frações da classe dirigente (sociedade civil) foram se afastando do seu grupo representativo (o Estado), desembocando, cada vez mais, em uma forma de domínio sem uma direção, por isso mesmo que quando nos referimos ao período pós-1974

²³⁰ SADER, Emir Simão. *Da ditadura à democracia?* São Paulo, Atual, 1990, p. 52.

²³¹ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 143.

²³² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume V. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 330.

sempre devemos levar em conta a crise de hegemonia instaurada no interior do bloco no poder, ou, em termos gramscianos, no interior do bloco dirigente.

Porém, isso não quer dizer necessariamente que esses setores dirigentes “egressos” sejam opositores radicais, ou deixaram de lucrar com o regime, mas resultado da permanente correlação de forças no interior das frações dirigentes, resultando em que algumas das frações em disputa, em detrimento de outras, consigam conquistar o “amparo” estatal. Por exemplo, conforme foi trabalhado no capítulo I desta dissertação, a partir do governo Figueiredo as frações financeiras do setor privado nacional e internacional começaram a ter maior centralidade no modelo de acumulação monopolista. Já nos governos Costa e Silva, Médici e Geisel, em maior ou menor grau, temos uma maior centralidade do setor produtivo e não o financeiro.

Portanto, é a partir da II Crise do Petróleo (1979) que se estabelece um delineamento mais nítido dos embates no interior do bloco no poder. No campo político isso pode ser visualizado com a saída de Mário Henrique Simonsen do Ministério do Planejamento, assumindo em seu lugar Delfim Netto, tendo uma pequena passagem de Golbery do Couto e Silva por cinco dias até a posse de Netto; e no Ministério da Fazenda a saída de Karlos Heinz Rischbieter, assumindo em seu lugar Ernane Galvêas. Essa troca de ministérios, como uma resposta à II Crise do Petróleo, representou em um governo de corte de gastos públicos e na emissão de títulos da dívida para aumentar a capacidade de financiamento do Estado, recrudescendo as tendências de financeirização que já estavam sendo gestadas e desenvolvidas no interior do regime ditatorial, fazendo o capital assumir uma dimensão mais rentista.

Ainda no campo político, essa mudança de no foco da orientação política econômica pode ser analisada no seguinte exemplo: Delfim Netto *versus* Helio Beltrão, Mário Henrique Simonsen *versus* João Paulo dos Reis Velloso, Delfim Netto *versus* Karlos Rischbieter. De acordo com Sallum Jr. Os primeiros representavam a face do mercado e a associação subalterna ao exterior, e os segundos uma orientação mais voltada para a “autonomia nacional” no que tange o desenvolvimento industrial.²³³

Ou seja, essa troca de ministros na área econômica durante o início do governo Figueiredo representou o combate ao déficit público, evitando colocar em xeque a subserviência do Estado no que tange a dívida pública que era uma das principais causadoras do desequilíbrio nas contas do governo.

²³³ SALLUM JR. Brasília. *Op. Cit.*, p. 71.

Assim, em lugar de questionar a redução da receita do setor público e/ou a crescente dependência do Estado em relação a seus financiadores privados (externos e internos), os condutores do Estado voltaram-se contra os “excessos” de gastos correntes e de investimentos públicos.²³⁴

Essa configuração adotada a partir de outubro de 1980 e tendo como principal expoente Delfim Netto, evitou questionar a dependência ascendente do Estado em relação ao capital financeiro, usando como bode expiatório a coisa pública, seja no corte de gastos e investimentos, seja em cortes de salários de pessoal. Porém, vale lembrar que, segundo Maciel, o desenvolvimentismo ainda continuava sendo a tônica do governo, ainda que de forma e por meio de uma relação diferente:

A preocupação do governo [em resposta ao Segundo Choque do Petróleo] em manter a estratégia de acomodação junto às classes dominantes e garantir as condições econômicas para avançar nas reformas institucionais levou à demissão de Simonsen e à indicação de Delfim Netto para o Ministério do Planejamento, em agosto de 1979. A partir disso, o governo procurou desenvolver uma política considerada “heterodoxa”, que combinasse a estabilização com a manutenção do ritmo de crescimento econômico, ainda que dentro de uma estratégia desenvolvimentista.²³⁵

No campo empresarial, essa mudança representou em uma “cisão” mais nítida. No lado dos “economistas de oposição” e dos “novos empresários” se desenvolveu críticas a esse modelo adotado pelo governo Figueiredo, dado que, na prática, essa política econômica beneficiou mais o capital financeiro. Essa fração da burguesia era partidária do “menos rentismo” e mais “produtivismo”, ou seja, produção, tendo como pano de fundo uma orientação desenvolvimentista capitalizada pelo PMDB, conforme viemos sustentando. Do outro lado, estavam os representantes do sistema financeiro nacional e internacional, o sistema financeiro, que estava baseado em uma perspectiva neoliberal de corte de gastos públicos, privatizações, financeirização etc. Esse foi o “divisor de águas” no interior do bloco no poder recrudescido pela II Crise do Petróleo e pela mudança na orientação política econômica do governo Figueiredo. No entanto, essa separação entre setor produtivo e setor financeiro acaba sendo muito arenosa, pois com a dinamização da economia esses setores estavam mais entrelaçados do que separados. No entanto, não exclui as visões e os projetos políticos/econômicos que eram diferentes.²³⁶

Particularmente, esse ponto se torna interessante para nós, porque é justamente nas *Diretas Já* e, posteriormente, com sua derrota que esse setor do bloco no poder

²³⁴ Idem.

²³⁵ MACIEL, David. Op. Cit., p. 209.

²³⁶ Ibidem, p. 208.

desenvolvimentista, “os novos empresários”, viu no PMDB a possibilidade de vitória no Colégio Eleitoral e, conseqüentemente, o avanço do projeto econômico gestado tanto pelos “economistas de oposição” quanto pelos “novos empresários”. Em outras palavras, foram as *Diretas Já* que mostrou e consolidou a força do PMDB e sua capacidade de tensionamento político para a consolidação de uma transição pactuada, trazendo consigo o projeto econômico dos “novos empresários”.

Ainda assim, esse fenômeno apareceu nas *Diretas Já* porque a política de Estado adotada por Figueiredo era justamente a de corte de gastos, insuflando as insatisfações populares, políticas e de uma fração do empresariado, levando a entender que o remédio para aquele estado de coisas era democracia e desenvolvimentismo como saída para a crise. Nesse sentido as *Diretas Já* passaram a ter um papel fundamental para tornar público essa insatisfação da oposição burguesa e empresarial e universalizar o seu projeto político de classe para a transição.

Portanto, é nesse aprofundamento da ditadura sem hegemonia que as frações dominantes e dirigentes, necessitam de um novo pacto, uma nova conciliação que consiga integrar de maneira subordinada as classes populares, resultando numa transição sem tumultos e ordeira. Com efeito, a transição brasileira veio a confirmar o seu legado de conciliações pelo alto que, na prática, significa a rearticulação dos interesses divergentes das frações de uma mesma classe e a unificação dessas várias frações em torno de interesses concretos, porém, difundidos como interesses universais.

Os interesses concretos necessitam ser escamoteados do conjunto da sociedade pelo seu forte comprometimento de classe. Interesses concretos que são camuflados pelo seu lado abstrato, este sim difundido por toda a sociedade, como, por exemplo: a democracia, livre mercado, democracia de mercado etc. São estes elementos abstratos que são fundamentais para a dominação ideológica, pois quando se desce ao nível do concreto a lógica da dominação tende a perder sua efetividade. A ideologia burguesa só consegue ser efetiva e dominante justamente por sua conotação abstrata e, aparentemente, universal.

Essa questão ideológica merece ser mencionada, visto que, nas *Diretas Já*, conseguimos captar o seu demasiado teor abstrato próprio da fetichização da “democracia”, que passa a ser a nova moralidade do ocidente a partir dos anos 1980. A conotação abstrata da transição teve sua expressão mais acabada com a formação da Aliança Democrática logo após a derrota da Emenda Dante de Oliveira na Câmara dos Deputados. O programa de transição da Aliança Democrática era completamente vago, principalmente no que tange a parte econômica:

Na parte econômica o programa da Aliança Democrática era suficientemente vago para atrair tanto o apoio das diversas frações burguesas, de “desenvolvimentistas” a “neoliberais”, quanto das classes trabalhadoras, comprometendo-se com a retomada do crescimento econômico, o combate à inflação, a reprogramação da dívida externa, a reforma tributária, o saneamento financeiro do Estado, o apoio livre à iniciativa e às empresas nacionais, o apoio às pequenas e médias empresas, o fim do arrocho salarial e a defesa da liberdade e da autonomia sindical, entre outras medidas.²³⁷

É nessa lógica abstrata mencionada por Maciel que a oposição burguesa (PMDB, PDT e PTB) mais os setores dissidentes do PDS vão conseguir cooptar os setores espectro político oposto, como: o PCB, o PCdoB e o MR-8 que, por meio de uma inserção subordinada, fizeram valer a ideologia burguesa de transição. Ou seja, na transição brasileira, temos um triste cenário de “não oposição”, de oposição cooptada e de oposição marginalizada. A única oposição política que permaneceu crítica à transição por meio do consenso foi o PT e suas tendências políticas.

Foi nos anos de 1983 e 1984 – período das *Diretas* – que se popularizou as ideias de conciliação, consenso, negociação e pacto social entre governo, empresários e trabalhadores. Essa ideia, própria dos setores burgueses, como pudemos ver até aqui, foi veiculada veementemente no jornal do PCB, *Voz da Unidade*, que engrossou de forma substancial o caldo típico da via brasileira de transição pelo alto.

Não podemos separar – se quisermos ser consequentes e fazer política séria e não apenas propaganda visando interesses eleitorais, legítimos, porém extemporâneos – mobilização popular da negociação entre as forças políticas. São duas faces da mesma moeda, caminhos paralelos que se integram dialeticamente. A negociação sem mobilização é inócua, vazia, não nos leva a nada, quando não a cooptação pelo poder. A mobilização sem ser acompanhada da negociação, por outro lado, é inconsequente, não atinge o objetivo desejado.²³⁸

Por trás deste discurso aparentemente mobilizador, esconde-se sua inclinação à conciliação por meio de uma arbitrária vinculação entre mobilização e negociação. É nestes momentos mais contraditórios que a categoria “dialética” serve para justificar as mais variadas incompatibilidades e incongruências. Goldman²³⁹, ao afirmar que a negociação era necessária, se inseriu, junto com absoluta maioria do PCB, na mesma lógica da conciliação pelo alto e impopular, fechando subalternamente em bloco com a oposição burguesa continuísta.

²³⁷ MACIEL, David. A Aliança Democrática e a transição política no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 292.

²³⁸ GOLDMAN, Alberto. “O povo nas ruas e a negociação na política”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 190, p. 04, 18 a 24 de fevereiro de 1984.

²³⁹ Ex-comunista que ingressou no PSDB em 1997. Foi candidato a vice-governador de José Serra nas eleições de 2006.

2.7 - Fragmentação do PDS e a tática para a transição sem rupturas

Na fração situacionista, no período do governo Figueiredo, o PDS já estava rachado em várias frações com projetos diferentes para a transição. Essas frações representavam os mais variados interesses burgueses para a transição que tentavam, de uma forma ou de outra, estabelecer um nome único que conseguisse sintetizar, de antemão, as inquietações burguesas e o “espírito democrático” necessário para manter a ordem com os “de baixo”.

Antes da convenção do PDS, que escolheria um presidenciável do partido para o Colégio Eleitoral, os nomes mais expressivos para a sucessão eram: Aureliano Chaves, Marco Maciel, Mário Andreazza e o Paulo Maluf. Dentro do partido situacionista, eram esses os nomes que dividiam os apoios entre os setores: militares, políticos e empresariais.

O candidato Aureliano Chaves, à época vice de Figueiredo, era o mais expressivo no meio empresarial e nos círculos militares tinha o apoio decisivo de Ernesto Geisel. No campo empresarial, os nomes que se organizavam em torno de Aureliano eram:

Um setor de empresários pesos-pesados, do tipo Olavo Setúbal e Antônio Ermírio de Moraes ou mais concretamente o “grupo dos 12”, ou a maioria deles, que defende a candidatura do vice-presidente Aureliano Chaves vem exigindo uma reversão da política econômica delfiniana, tanto no plano externo – acordo com o FMI –, como no interno. Em tom de blague se diz que estes empresários aurelianistas têm muito dinheiro mas voto nenhum, principalmente se a eleição presidencial for indireta. Ainda assim não se deve menosprezar o poder de fogo desta gente, pois no passado houve inequívoca demonstração de capacidade de articulação. A mobilização de simpatias das classes médias em torno de Aureliano Chaves se constitui numa prova desta capacidade de articulação.²⁴⁰

Cabe acrescentar também que Aureliano Chaves era quase que um candidato consenso dentro do aparelho tecnoburocrático. O alto escalão presidencial e das diretorias das empresas estatais eram, basicamente, articuladas por Aureliano²⁴¹. Era em torno de Aureliano que se concentrava parte da burguesia brasileira e uma considerável fração da tecnoburocracia. O banqueiro e ex-prefeito de São Paulo Olavo Setúbal disse ao jornal *O Globo* que Aureliano e Maluf era os melhores nomes, por causa das suas experiências administrativas à frente de dois importantes estados.²⁴²

Um dado curioso era que foram esses dois setores, burguesia privada nacional e tecnoburocracia, os responsáveis por instabilizar o bloco no poder a partir de 1974. Essas duas frações estavam em intensos embates no interior do bloco no poder em busca de direção através

²⁴⁰ “O empresariado também se divide”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.059, p. 05, 04 de março de 1984.

²⁴¹ REZENDE, Maria José de. *Op. Cit.*, p. 108.

²⁴² “Setúbal destaca Aureliano e Paulo Maluf”. *O Globo*: Rio de Janeiro, p. 03, 16 de junho de 1983.

de um consenso. Portanto, como foi desdobrado no capítulo I desta dissertação, essas duas frações buscaram a conciliação e a superação da ditadura, convergindo na questão em que o problema da tecnoburocracia não era os seus tecnocratas, mas o Estado ditatorial que, a partir de 1974, deu maior poder decisório a esses setores.²⁴³

Não obstante, essa predileção por Aureliano ressoava, inclusive, supostamente, entre empresários em nível internacional, e substancialmente em nível nacional, era o candidato com a credibilidade ideal para o empresariado brasileiro:

Primeiro, aquele carnaval promovido pelo empresário Laerte Setúbal em torno de um suposto apoio de empresários norte-americanos ao nome do vice [Aureliano].

Segundo, a pesquisa divulgada por coincidência no mesmo dia da fala presidencial [onde Figueiredo garantiu a sucessão por via indireta no Colégio Eleitoral em cadeia nacional], feita pela “Gazeta Mercantil”, apontando Aureliano como o candidato espontâneo e preferencial de um influente Colégio Eleitoral de 5.326 opiniões de autoridades, empresários e pessoas gradas de modo geral, contabilizadas através de 60 mil questionários enviados pelo jornal.²⁴⁴

A consolidação do “consenso” entre burguesia privada e a tecnoburocracia se concretiza simbolicamente com o “pacto mineiro” entre Tancredo Neves, que representava frações da burguesia brasileira industrial, comercial e financeira, e Aureliano Chaves que igualmente representava uma considerável parcela empresarial, conforme vimos acima. Esse “pacto” também reforçou a dissidência de alguns políticos influentes com o PDS, como: José Sarney, Marco Maciel e Jorge Bornhausen por causa do avanço de Paulo Maluf contra Mário Andreazza na convenção para presidenciável do PDS, possibilitando as condições para a criação de uma dissidência organizada do PDS, a Frente Liberal, que, por sua vez, viria se tornar o Partido da Frente Liberal em 1985. Depois da derrota de Andreazza para Maluf na convenção do PDS, vários governadores pedessistas do Nordeste se aglomeraram em torno da Frente Liberal, essa terceira dissidência – a primeira pelo “pacto mineiro” com Aureliano Chaves e a segunda na criação da Aliança Democrática com Sarney e consortes – liderada pelo ex-governador da Bahia (entre 1979 e 1983), Antônio Carlos Magalhães, foi decisiva para a vitória da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral.

Os nomes de Aureliano Chaves e Tancredo Neves foram muito fortalecidos com o apoio dos “novos empresários” e dos “economistas críticos”. Como foi exposto no capítulo I, os

²⁴³ Idem; SALLUM JUNIOR, Brasília. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 106.

²⁴⁴ “Tancredo acha que pode derrotar Maluf em inDiretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 19.996, 1 de janeiro de 1984, p. 07.

empresários do “Grupo dos Oito” e “Grupo dos Doze”, se articulavam em torno de um projeto de transição que pudesse ser potencializado a partir de um nome político consensual e conciliatório para o conjunto da sociedade. Esse nome foi amadurecido aos poucos conforme o desenrolar do processo de transição, ou seja, o nome para a sucessão foi construído de forma gradual e, principalmente, segura, impossibilitando que algum aventureiro lançasse mão do processo sucessório.

O candidato Marco Maciel tinha uma estável representatividade empresarial, porém nada comparável à representatividade de Aureliano Chaves. Seu posicionamento marcadamente conservador se convertia em mais um nome confiável para o grande empresariado caso algo saísse fora dos conformes na sucessão. Marco Maciel foi o vice-presidente de Fernando Henrique Cardoso nos seus dois mandatos, e em 1994-1995 o nome de Maciel já estava muito bem consolidado no empresariado, diferentemente da primeira metade da década de 1980.

Se simpatia fosse tudo, o senador Marco Maciel que insiste em aparecer como o quarto nome na disputa presidencial indireta, estaria muito com os setores empresariais. Pois sua postura conservadora, aliada a uma experiência político-administrativa no governo de Pernambuco, além da atuação parlamentar, deram-lhe uma áurea de sedução. E basta testar isso, perguntando-se a qualquer grande empresário o que pensa em relação a Maciel para se perceber esta realidade.²⁴⁵

Outro dado interessante sobre Marco Maciel é que apesar de ser um candidato “menor” quando comparado com a credibilidade de Aureliano Chaves, Maciel já concentrava, ainda na primeira metade da década de 1980, simpatia e confiança pessoal do presidente da FIESP, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho²⁴⁶.

Já o candidato Mario Andreazza tinha relativa influência com as grandes empreiteiras e com os grandes proprietários fundiários do nordeste brasileiro, tanto que ficou bastante conhecido por ser o candidato das “oligarquias nordestinas”. Tinha também o apoio dos setores militares da linha-dura representado pelo chefe do SNI, o general Octávio Medeiros, como também tinha o apoio do presidente Figueiredo. Andreazza ficou conhecido no eleitorado nordestino pela política dos carros-pipa e obras contra a seca no Nordeste, o que fez Virgílio Távora, certa vez quando governador do Ceará pelo PDS (entre 1979 e 1983), a dizer que o

²⁴⁵ “O empresariado também se divide”. *Op. Cit.*

²⁴⁶ “Figueiredo prometo acatar partido. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.007, 12 de janeiro de 1984, p. 06.

ministro era um “nordestino de coração”²⁴⁷. A coluna da Folha expõe parte da influência de Andreazza, à época, ministro do Interior de Figueiredo:

O ministro Mario Andreazza, diz-se, é homem das empreiteiras. As conexões conseguidas quando de sua passagem pelo ministério dos Transportes [entre 1967 a 1974, nos governos Costa e Silvas e Médici] – de onde comandou grandes obras, e enormes verbas, de engenharia civil – aparentemente foram conservadas e mesmo no ministério do Interior nota-se o cuidado de Andreazza em entender esses interesses. A nômima dos amigos que estão financiando a campanha, publicada pela imprensa, mostra que o candidato preferencial do presidente Figueiredo – que com a nomeação de Nestor Jost para o ministério da Agricultura confirma obliquamente esta preferência – continua sendo o preferido dos empreiteiros. Mas as conexões com o patronato não se esgotam aí. Mario Garnero, o brasileiro de ligações mais explícitas com o capital norte-americano, chegou a bolar um esquema de financiamento para o projeto de maior impacto político do candidato, o desvio das águas do rio São Francisco para o Nordeste, numa evidente ajuda ao ministro quando seu nome estava em baixa.²⁴⁸

Ainda, Andreazza, era identificado com:

[...] o desenvolvimentismo do período Médici, com o ministro Delfim Netto, com o presidente Figueiredo e as elites regionais “revolucionárias” que detinham o poder nos estados, prometia retomar o crescimento sem recusar a estratégia adotada pelo governo no enfrentamento da crise.²⁴⁹

O candidato Paulo Maluf rachava o apoio da linha-dura com o ministro Andreazza. Nos setores militares da linha-dura, Maluf tinha o apoio do general e ex-presidente Garrastazu Médici, com os moderados tinha o apoio do general Golbery do Couto e Silva e de Heitor Aquino Ferreira que, por sua vez, era um nome confiável de Figueiredo. Maluf também tinha apoio de frações empresariais do ramo da indústria e de muito políticos influentes, conhecidos como “malufistas”.

Em torno de Paulo Maluf, ele próprio herdeiro de um império industrial e agropecuário, se concentram pequenos capitalistas, cujos interesses ele “o candidato” articulou quando presidiu a Associação Comercial de São Paulo. Maluf tem, contudo, conseguido expandir sua base de apoio em estratos mais altos do empresariado e não há dúvidas de que o apoio ostensivo do hoje senador Roberto Campos, um dos teóricos da multinacionalização da economia brasileira – teoria que tentou implantar quando todo-poderoso ministro do Planejamento de Castelo Branco –, influi neste sentido e chega a dar foros de verdade à notícia de que o empresário Antônio Azevedo Antunes “Grupo Caemi” [setor da mineração] aderiu ao malufismo.²⁵⁰

²⁴⁷ OLIVEIRA, Dante de; LEONELLI, Domingos. *Op. Cit.*, p. 52.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ SALLUM JUNIOR, Brasílio. *Op. Cit.*, p. 105-106.

²⁵⁰ Idem.

No campo da política, Maluf ficou conhecido por fazer uma forte política clientelista com os políticos do PDS para angariar votos no Colégio Eleitoral, política que ficou conhecida como o “estilo Maluf de fazer política”.

Na Convenção Nacional do PDS do dia 10 de julho [de 1983], Maluf aproveitou a convenção do PDS para angariar mais apoios. Entre um abraço e outro (ele deu mais de seiscentos), fazia questão de demonstrar “intimidade” com os delegados e deputados do partido. Chamava-os pelo apelido, lembrava fato importantes, perguntava da família (citando inclusive o nome de esposas e filhos), mencionava até as datas de aniversários de alguns correligionários. Era um *show* de memória que ele apresentava em público, por telefone ou em particular, com grande sucesso. Os políticos tradicionais invejavam-lhe a memória desenvolvida tecnicamente e com o auxílio de arquivos informatizados.²⁵¹ (grifo do autor)

O mesmo ainda tinha uma orientação que “opunha-se ao oficialismo com base em uma retórica neoliberal, que dava cores modernas a seu estilo patrimonialista de gestão da coisa pública. Tinha o apoio de parte dos parlamentares do PDS e das elites regionais “pedessistas” fora do poder nos estados.”²⁵²

No entanto, frente a todos esses nomes do PDS que, em maior ou menor grau, tinham uma considerável influência no campo político e empresarial, uma das principais preocupações para a sucessão na transição era o binômio credibilidade e popularidade. Nenhum dos pré-candidatos do PDS se encaixavam no binômio, exceto Aureliano Chaves que tinha uma considerável credibilidade com as frações dominantes, mas baixa popularidade nos extratos populares. Era somente no cumprimento deste binômio que poderia se consolidar uma transição segura e ordeira, sem revoltas sociais.

Já nos setores militares, se aglomeravam em torno de Figueiredo os militares moderados que apoiavam a “volta aos quartéis” representados nas figuras do Ministro da Casa-Civil, general Golbery do Couto e Silva, e do Ministro da Aeronáutica, general Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, que, timidamente, apoiavam o processo de abertura e até mesmo o movimento pelas *Diretas Já*, desde que o movimento não prejudicasse a ordem e a paz social. Cabe pontuar que muito embora esses generais não vissem maiores problemas nas *Diretas Já*, não apoiavam a transição por meio das eleições diretas em novembro de 1984, mas sim a solução via Colégio Eleitoral. A fração moderada foi perdendo força a partir de 1981 quando do atentado do Riocentro. Diante deste acontecimento Golbery do Couto e Silva se afastou do cargo de ministro da Casa-Civil. O afastamento do general Maximiano se deu por causa de alguns de

²⁵¹ OLIVEIRA, Dante de; LEONELLI, Domingos. *Op. Cit.*, p. 186.

²⁵² SALLUM JUNIOR, Brasílio. *Op Cit.*, p. 105.

seus pronunciamentos públicos com “forte teor político” demonstrando ser pouco simpático a influência da linha-dura sobre Figueiredo, como também pelo seu posicionamento favorável ao movimento pelas *Diretas Já*, desde que não ocorresse badernas e tumultos. Por conta desses posicionamentos, Maximiano é exonerado do governo no dia 21 de março de 1984, no auge da campanha pelas *Diretas Já*.

Outra fração militar que se aglomerava em torno de Figueiredo era a linha-dura, representados pelo o chefe do SNI, o general Octávio Medeiros, e pelo Ministro do Exército, general Walter Pires, este último conhecido pelo seu marcante antigetulismo e por liderar uma das tropas que desceram de Minas Gerais para depor o então presidente da República João Goulart em 1964.

A relação de força entre essas frações militares era bastante presente no governo Figueiredo. Os setores mais duros não queriam voltar aos quartéis mesmo por meio de uma eleição indireta, defendiam um prolongamento indefinido do governo militarizado. O facciosismo desta fração militar ficou bastante conhecido com o malogrado Atentado Riocentro, em 1981, que objetivava convencer a fração moderada e as Forças Armadas em geral da necessidade do endurecimento do regime contra as organizações terroristas de esquerda²⁵³.

Porém, por outro lado, a aproximação de Tancredo Neves com um dos generais mais respeitados do exército, Ernesto Geisel, foi substancial para conquistar o apoio do setor moderado do exército e do próprio Geisel. Tancredo visava, ao mesmo tempo, obter informações privilegiadas por dentro dos setores militares no que tange ao processo de transição. Sobre a aproximação de Tancredo com Geisel em 1984, Stepan pontua:

A figura de maior prestígio entre os militares, o ex-presidente Ernesto Geisel, manteve uma entrevista de duas horas com Tancredo, em 4 de setembro de 1984, e o abraçou publicamente no final da entrevista e em particular assegurou-lhe que não havia entre os militares condição para um golpe.²⁵⁴

Ao mesmo tempo que os candidatos do PDS recorriam ao apoio dos mais variados setores militares, empresariais e políticos, Tancredo Neves foi o que melhor conseguiu barganhar com vários setores da oposição, do empresariado, com os setores moderados do exército e com os mais variados setores políticos, desde o PCB e PCdoB clandestinos até os

²⁵³ Para um estudo aproximado da participação dos militares na política do regime ditatorial, ver: STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 78-79. Em nota, Stepan dá mais alguns detalhes sobre o encontro: “Geisel, geralmente frio, formal e distante, é visto em camisa esporte, sorrindo e abraçando Tancredo com os dois braços. *Veja* argumenta que Geisel disse a Tancredo que não havia clima dentro do exército para sustentar qualquer aventura golpista, mas lhe pediu que mantivesse contato com aqueles militares que se encontrassem em nível ministerial. Tancredo deixou o encontro certo de que Geisel emprestaria seu apoio moral às forças antigolpistas.” (p. 79)

setores mais conservadores do PDS. Foi sua aliança com o Aureliano Chaves e a formação da Aliança Democrática incluindo José Sarney como vice, que conseguiu aglomerar grande parte do apoio dos governadores dos estados do Nordeste capitaneados por Antônio Carlos Magalhães, como também a própria aglomeração dos ministros militares de Figueiredo em torno da Aliança Democrática, por meio de negociação de cargos e indicações para o novo governo²⁵⁵.

Vale frisar que o principal objetivo da burguesia multinacional e associada que apoiou e financiou o golpe era liquidar com o trabalhismo do PTB junto com o bloco histórico populista e todas as mobilizações populares. No que tange a este objetivo, a burguesia golpista o cumpriu com bastante êxito, restando no processo de transição apenas alguns nomes com raiz trabalhista, porém, os que restaram já tinham sido, de uma forma ou de outra, cooptados pela ditadura. Essa cooptação fica evidente quando levamos em consideração que aquele trabalhismo mais radical, de aprofundamento das reformas necessárias para o pleno desenvolvimento da sociedade civil, representado por João Goulart, fora completamente aniquilado da política e do Estado brasileiro. Por fim, desse trabalhismo, sobraram somente os setores mais conciliatórios e moderados.

Essa forma de desenvolvimento econômico baseado na conciliação com o passado e na aniquilação ou cooptação do “novo” tem sua aparência mais imediata no campo da política, que, por sua vez, sempre foi o palco restrito das mudanças sociais no Brasil. Aliás, esse é um traço bastante substantivo e específico da via colonial brasileira com suas sucessivas revoluções passivas, onde o velho se perpetua no poder por meio das transições pelo alto.

2.8 - Rupturas e continuidades na transição brasileira

Pensar nas rupturas e continuidades em processos de transição é uma tarefa bastante pertinente para conseguir discriminar o que é o “novo” e o que é o “velho”. No caso brasileiro, essa separação, em caráter analítico, deve ser exposta como: a) estrutural/repetitivo ou permanente e; b) conjuntural/singular ou dinâmico e inédito. É a partir deste binômio que desenvolveremos uma rápida análise sobre o processo de transição política ocorrida em 1985.

Nessa transição, como muitas outras que ocorreram no Brasil, entre o “novo” e o “velho” temos a conciliação que para o novo se desenvolver deve pagar um preço muito alto para o velho. Essa metáfora representa de antemão os limites do desenvolvimento do “novo”, pois, tendo que pagar um preço alto, se torna impedido ou desestruturado para levar a cabo o seu

²⁵⁵ MACIEL, David. *Op. Cit.*, p. 293.

projeto de modernização em sua integridade. Sobre esta tradicional conciliação política presente no Brasil, Aspásia Camargo pontua que:

Temas tão antigos quanto a conciliação, a união nacional e a busca de consenso acompanham insistentemente as nossas sucessões, que não mudaram de roupagem nem de estilo. Mudou, no entanto, o papel dos atores em cena, embora os atores sejam os mesmos. Nessa sucessão encontraremos, como em tantas outras, a influência atuante do regionalismo, quase tão vivo hoje quanto na República Velha, que o erigiu em força ordenada no regime. Estão aí os militares, presentes nesses episódios desde o início da República, embora o compromisso tácito seja, agora, não o de avançar, mas o de recuar e encerrar o seu ciclo.²⁵⁶

Camargo, pensando na transição de 1985, pontua como esse processo foi permeado por inúmeras continuidades quando pensamos processos passados, seja 1889, 1930 e 1945. Ela vê como ponto determinante destas continuidades o elemento da “conciliação” enquanto um fator impeditivo e, até mesmo, limitador dos processos de crise institucional que Gramsci, sabiamente, caracterizou como crise de hegemonia. Outro aspecto que Camargo pontua é a presença do regionalismo, que também teve uma preponderância bastante clara na transição de 1985, principalmente na correlação de forças entre diferentes frações da classe dominante. Porém, essa análise de Camargo é bastante fechada na questão dos sujeitos, ou seja, como um processo de escolha.

A literatura marxista construiu uma análise pautada em um modelo objetivo de desenvolvimento que, por meio deste modelo, as conciliações pelo alto, os regimes políticos impopulares, a inorganicidade dos partidos políticos etc., são condições *sine qua non* das vias não pertencentes ao modelo clássico de revolução burguesa.

Não que a análise de Camargo esteja equivocada, mas, como podemos ver na citação acima, há uma individuação do processo de desenvolvimento brasileiro e suas transições. Na análise de cunho metodológico marxista, a apreensão se dá para além da mera ação individual ou grupal. Ela é pautada na apreensão das formas objetivas que estão circundadas em determinadas particularidades históricas. É dentro desta objetividade que é posta as possibilidades de transformação social, seja ela parcial (reforma) ou radical (revolução).

A concepção metodológica de Camargo, como de boa parte da literatura sobre a ditadura civil-militar, tende a redimir a burguesia privada nacional, sendo esta última, refém dos tecnocratas e de uma suposta “burguesia de estado” conforme defendeu Fernando Henrique

²⁵⁶ CAMARGO, Aspásia. Introdução. In: GÓES, Walder de; CAMARGO, Aspásia. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 16.

Cardoso em 1975.²⁵⁷ Ou seja, para Camargo, a burguesia privada ficou marginalizada no regime ditatorial, teve um papel inócuo frente a superfetação estatal.

O recuo, em grande parte deliberado, acentua os pontos frágeis do pacto político, como a ausência de participação de outros segmentos de elites nas decisões estratégicas – políticos e empresários, por exemplo – que isolam a cúpula burocrático-militar, tornando o processo decisório ineficaz ou ilegítimo. O resultado é a fugacidade e a inconsistência das políticas empreendidas.²⁵⁸

A burguesia brasileira, nesta literatura, assistiu de forma passiva e inocuamente o processo de transição, sendo consagrados estritamente aos militares o processo de transferência do poder que, segundo Camargo, foi de forma “deliberada”:

Diante da transferência, deliberada, do poder militar para o poder civil, podemos observar que esse retraimento provocou, inevitavelmente, alterações substanciais no fluxo de poder que se transferiu para os partidos políticos e para o Congresso e que, segundo a estratégia da abertura, deveria se concentrar no partido do governo.²⁵⁹

Para Camargo, a suposta “transferência” de poder para partidos civis foi um fator que saiu fora do planejamento acerca do processo de transição política. Entretanto, como vimos no início deste capítulo, a volta do pluripartidarismo se efetivou como um processo que veio fragmentar a oposição e não fortalecer, como Camargo pontua. Do ponto de vista do regime ditatorial, essa fragmentação partidária teve o intuito de “separar” o joio do trigo presente no então MDB, para assim ficar mais nítido os espectros políticos que atuavam no processo de transição. A tática delineada pelo regime de exceção foi atrair a alta cúpula do MDB e depois PMDB para o projeto da transição lenta, gradual e segura e, nesse sentido, desenhar uma

²⁵⁷ A suposta “burguesia de estado” de FHC seria “autoritária” e, por isso mesmo, “centralizadora”, enquanto que a burguesia privada seria “liberal” e “democrática”. Esta frágil tese de FHC pode ser encontrada em seu livro, CARDOSOS, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, particularmente a partir do capítulo V, “Estado e sociedade no Brasil” p. 165 ss. Aliás, este livro foi o marco da inflexão de FHC para uma teoria liberal e privatista – muito embora o seu livro *O modelo político brasileiro* de 1972, já mostrasse, de forma mais tímida, esse posicionamento – pois o problema do desenvolvimento brasileiro era de responsabilidade da burguesia estatal perdulária e “autoritária”, que existia em detrimento do empresário privado empreendedor, modernizador, liberal (econômico e politicamente) e, por isso, democrático. Evidentemente que esta tese acerca da existência de uma suposta “burguesia estatal” tem pouca sustentação empírica. Já há uma ampla documentação mostrando o papel da burguesia privada nacional e multinacional na conspiração, no investimento e na direção do golpe e do regime ditatorial que se instaurou em 1964. A literatura que conseguiu comprovar esta tese foi, dentre outros, os clássicos de: DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. 6ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006 e IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

²⁵⁸ CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 58.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 59.

oposição confiável para a consolidação de uma transição política pelo alto, tal como foi concretizado pelo Colégio Eleitoral em 1985.

A importância de levantarmos essa oposição às contribuições de Camargo se dá pelo fato de que as suas análises acerca das rupturas e continuidades imperantes na transição de 1985 se esquece do principal elemento de continuidade, que vai para muito além do regionalismo e dos pactos defendidos por ela, o empresariado. Camargo, se pautando na metodologia de análise weberiana, assim como FHC, se restringe a uma análise muito restrita ao aparelho estatal e política, se esquecendo das classes dirigentes. São elas que têm o poder material e, conseqüentemente, ideológico mais expressivo e mais determinante, muito embora não sejam a única expressão social. Em outras palavras, por deter o maior poder material e ideológico, essas classes ou frações de classes por meio de seus intelectuais, dos aparelhos privados de hegemonia e consagrados pela égide do Estado, se tornam dirigentes e, portanto, conseguem organizar um consenso majoritariamente ativo, que preserva a autonomia das classes sociais. Já as classes opositoras são integradas subalternamente, por meio de um consenso passivo, à reboque, bastante visível no processo de transição, principalmente nas *Diretas Já*, quando a oposição comunista se integrou ao projeto político estrito de eleições diretas e, posteriormente, de apoio à Aliança Democrática, desarmando a oposição à esquerda no processo de transição e, conseqüentemente, marginalizando a perspectiva do “trabalho” e contribuindo, ainda que involuntariamente, para a consolidação da perspectiva do “capital” na chamada transição “democrática”.

Essa integração subordinada das classes, outrora opositoras, é vital para a consolidação da hegemonia enquanto um modelo de estabilidade social. Pois a hegemonia só pode ser vista enquanto tal, quando as classes dirigentes ou em disputa, propagando os interesses universais, levam em consideração os interesses, ainda que parciais, dos grupos que serão subordinados à hegemonia destas classes ou frações de classe dirigentes. Desta forma, Gramsci pontua:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; **mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica**, não pode deixar de ter seu fundamento na função

decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.²⁶⁰ (grifo nosso)

Nesse apontamento de Gramsci conseguimos perceber que a direção intelectual e moral, ou ético-política não está dissociada do caráter material, ou seja, do caráter econômico da dominação de classe. É por isso mesmo que a direção intelectual e moral acaba sendo fundamental para o processo de conquista da hegemonia de uma classe ou fração de classe, pois é a direção intelectual e moral que apaga ou esconde a dominação econômica, particularista e, fundamentalmente, de classe.

Marx e Engels também pontuaram como se dá essa relação dialética entre a força material e a força ideológica, chamados por eles durante a “juventude” de força espiritual, fundamentais para a consolidação da direção de uma classe. Marx e Engels, em um dos seus clássicos apontamentos, expõem que:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. **A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias;** portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.²⁶¹ (itálicos do autor) (grifo nosso)

De acordo com Marx e Engels, são essas classes dirigentes que, por deter a força material, constroem e constituem a sua força ideológica universal, ou, como acabamos de ver, o que Gramsci chamou de direção intelectual e moral. Gramsci, até onde se sabe, não teve acesso aos manuscritos de Marx e Engels sobre *A Ideologia alemã*²⁶². Desta forma, conseguimos ver o quanto suas análises se aproximam das formulações marxianas e engelsianas

²⁶⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 49.

²⁶¹ MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 47.

²⁶² O manuscrito foi organizado pela Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA) e publicado pelo Marx-Engels-Institut na União Soviética somente em 1932. Muito embora alguns excertos já tivessem sido publicados em meados de 1926 na Alemanha, como o “I. Feuerbach”. Nota-se o trabalho de fôlego de David Riazanov para colocar esses manuscritos em circulação, uma vez que as circunstâncias do período não eram nada favoráveis, seja pelo fascismo na Europa, seja pelo stalinismo na União Soviética.

de 1846, que são um princípio metodológico fundamental para se levantar a crítica materialista ao modelo de sociabilidade capitalista.

Essa digressão feita por nós serve para entendermos que, diferentemente dos apontamentos de Cardoso e Camargo, as classes empresariais que financiaram e dirigiram o golpe de 1964 são praticamente as mesmas que se organizaram e investiram na recomposição de um projeto para a transição, ou seja, foram essas as classes, vistas naquele período como “novos empresários” que dirigiram junto com os seus intelectuais, os “economistas de oposição”, e com a “oposição burguesa”, um novo projeto social.

Esses três grupos já foram nomeados e trabalhados de forma mais específica no final do capítulo anterior, mas para realçar, os “novos empresários” estavam articulados nos três ramos fundamentais do mercado brasileiro, industrial, comercial e financeiro, representado por figuras como: Antônio Ermírio de Moraes (industrial), Abílio Diniz (setor do comércio) e Olavo Setúbal (banqueiro do grupo Itaú). Os intelectuais deste grupo, os “economistas de oposição”, são vistos em figuras como: André Lara Rezende (economista que participou do Plano Cruzado em 1986), João Manuel Cardoso de Mello (assessor privilegiado de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda entre os anos de 1985 e 1987) Paulo Nogueira Batista Jr. (secretário especial de assuntos econômicos do ministério do Planejamento entre 1985-1986), Pedro Malan (presidente do Banco Central entre 1993 a 1994 e ministro da Fazenda de Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 2003), Luiz Gonzaga Belluzzo (secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 1985-1987)²⁶³.

Grande parte destes economistas que construíram um modelo econômico e político para a transição foram indicados diretamente pelo próprio Tancredo Neves. Outro ponto interessante que é necessário realçar é a presença representativa de Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da FIESP entre os anos 1980 e 1986, ao lado dos “novos empresários”.

Junto com o movimento dos “novos empresários” e com os “economistas de oposição” se desenvolveu também a “oposição burguesa” que, desde 1974, veio ganhando força política dentro do Congresso Nacional e, a partir de 1982, com os governos dos estados mais importantes economicamente, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul entre outros. Com efeito, é por meio deste tripé que se desenvolve o modelo alternativo para a transição política ocorrida em 1985.

²⁶³ O plano econômico dos “economistas de oposição” para a transição pode ser visto no livro que foi fruto dos debates realizados por este grupo no Fórum Gazeta Mercantil: SILVA, Adroaldo Moura da *et al.* *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Ed. Gazeta Mercantil Jornalística, 1983.

Portanto, conforme pontuamos, o limite da análise de Camargo ao tentar evidenciar as rupturas e as continuidades impressas na transição de 1985, foi o descarte da atuação empresarial que teve papel fundamental no processo decisório da “redemocratização”. Somente esse dado nos revela a profunda linha de continuidade. A análise de Camargo fica envolvida com os movimentos estritos do aparelho estatal, como se esta entidade conseguisse desvelar e resolver todas, ou boa parte, das contradições existentes na sociabilidade capitalista, método este muito presente na vertente weberiana como também na vertente liberal, conforme discutimos no capítulo anterior.

Ao focalizarem somente a atuação do Estado, evidenciando a sua superfetação na sociedade civil, que, nesta literatura, aparece como uma espécie de “vítima” do “autoritarismo”, tanto as classes dominantes quanto as classes dominadas são vistas em um mesmo nível, pois ambas sofreram com os mandos e desmandos estatais. O conceito de FHC de “burguesia do estado” vem esconder, na realidade, toda a atuação de classe do grande empresariado brasileiro, visto por ele como liberal e inclinados a princípios democráticos.

Tendo como o pressuposto a longa linha de continuidade empresarial. No campo da política, a conciliação com o “passado” se torna mais evidente a partir do momento em que Tancredo Neves se aproximou e se aliou aos setores mais conservadores e retrógrados da política brasileira, para poder levar a cabo o processo de transição. Me refiro a sua aliança com José Sarney, que fora o símbolo das “oligarquias nordestinas” e do que é de mais atrasado no modelo de desenvolvimento capitalista.

A continuidade na transição também pode ser vista na presença das figuras políticas que fizeram a sua imagem e se consolidaram durante o regime ditatorial, são alguns deles: José Sarney, Jorge Bornhausen e Antônio Carlos Magalhães, Nelson Marchezan, Marco Maciel etc. Ou seja, figuras que ganharam densidade política e de articulação com a oposição moderada justamente durante a ditadura.

Houve ainda, no primeiro plano da transição, os quadros políticos do antigo Partido Democrata Cristão (PDC), também criado em 1945, no mesmo período da UDN, marcado igualmente pelo seu conservadorismo e pelo antigetulismo mais “moderado”. Nesse partido estavam figuras como Nelson Marchezan (presidente da Câmara dos Deputados entre 1981-1983 e líder do PDS na Câmara de 1979 a 1985) que junto com Sarney e Leitão de Abreu, ministro da Casa Civil de Figueiredo, desenvolveram uma tática de cooptação dos políticos do

PDS pró-Diretas nos dez últimos dias que precederam a votação da Emenda Dante de Oliveira, impondo que os parlamentares se ausentassem da sessão ou se abstivessem do voto²⁶⁴.

Essa tática de cooptação foi bastante substancial visto que em abril de 1984, antes dos dois maiores comícios, da Candelária no Rio de Janeiro do dia 10 de abril (com 1 milhão de pessoas) e do Anhangabaú em São Paulo do dia 16 de abril (com 1,5 milhão de pessoas), o grupo pró-Diretas do PDS já se somava em 64 parlamentares e havia uma possível margem para o aumento deste número.

Sendo necessário 76 votos dos parlamentares do PDS que somando com os 244 deputados da oposição atingiria os dois terços da Câmara, ou seja, 320 votos, apenas 55 deputados do PDS votaram a favor da Emenda, um número menor do que o apresentado pelos parlamentares do PDS pró-Diretas no início de abril de 1984. Essa queda no número dos parlamentares que votaram a favor das *Diretas*, deveu-se muito à tática de cooptação utilizada por Sarney, Marchezan e Leitão de Abreu.

Mesmo Ulysses Guimarães, conhecido como Sr. das *Diretas*, e o arauto democrático do PMDB, que na segunda metade de 1983, no início da campanha pelas *Diretas Já*, era o favorito para o pleito direto, teve um passado bastante obscuro pelo PSD, principalmente quando ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, entre 1961 e 1962, mandando reprimir os trabalhadores grevistas da Cia. Ácalis²⁶⁵.

Ulysses tem um passado político que o identifica como um socialdemocrata do antigo PSD (Partido Social Democrático) paulista, de ideologia centrista. Isto lhe confere a habilidade de ser um liberal na defesa dos interesses das classes dominantes e um duro contra as mobilizações dos trabalhadores, quando estes ameaçam àquelas classes. É assim que no regime parlamentarista de 1962, quando foi Ministro da Indústria e Comércio, teve o papel principal na repressão à greve dos operários da Cia. Ácalis..²⁶⁶

No aparelho executivo do PMDB temos nomes que também foram egressos de partidos conservadores e reacionários, como: Wilson Barbosa Martins vindo da UDN, Franco Montoro, do PDC, José Richa, do PDC, Gerson Camata, da ARENA etc. São esses os nomes, do Legislativo e do Executivo, dentre muito outros, que foram os mais presentes e atuantes no processo de “redemocratização”.

²⁶⁴ OLIVEIRA, Dante; LEONELLI, Domingos. *Op. Cit.*, p. 508.

²⁶⁵ Foi uma estatal brasileira produtora de carbonato de sódio e sal. Criada em 1942 por Getúlio Vargas e privatizada em 1992 por Fernando Collor de Melo.

²⁶⁶ “Ulysses, *Diretas* para salvar o regime militar”. *Alicerce da Juventude Socialista*: São Paulo, n° 43, p. 03, 24 de fevereiro a 09 de março de 1984.

Por outro lado, os nomes mais expressivos eram: Leonel Brizola e Tancredo Neves. O primeiro estava orientado com novas concepções políticas (social-democrata e, até mesmo, socialista) que divergiam do antigo PTB do período pré-ditadura. Já o segundo, como se sabe, fazia parte da ala moderada do PMDB, egresso do velho PSD e, posteriormente, do PP que, desde sua criação, em 1980, já era considerado uma alternativa civil para a sucessão de Figueiredo. O PP foi um partido que conseguiu aglomerar políticos da ARENA e do MDB como uma alternativa para a crise de hegemonia instaurada no regime. Tendo como filiados Magalhães Pinto, Hebert Levy e Olavo Setúbal, todos banqueiros e ex-arenistas, o Partido Popular fora muito conhecido como o partido dos banqueiros. Dessa forma:

O programa político do partido refletia essa composição social e política. Apesar de criticar a concentração de renda e a submissão da economia às multinacionais, o programa propunha apenas a regulamentação e o controle do capital externo, e não a sua nacionalização. Além disso, defendia a livre iniciativa, limitava o “capitalismo estatal” aos setores estritamente indispensáveis e propunha uma nova organização rural que favorecia a empresa capitalista, na medida em que eliminava o latifúndio improdutivo e o minifúndio antieconômico. No plano político [...] não propunha a extinção de elementos básicos da institucionalidade autoritária, apenas a revisão da Lei de Segurança Nacional e a recomposição do Conselho de Segurança Nacional.²⁶⁷

Ainda, o PP era o único partido de oposição que não defendia a Constituinte enquanto parte integrante de seu programa de atuação política²⁶⁸. Nesse sentido, devemos compreender que aquele “getulismo” presente em Tancredo em períodos que precederam o golpe de 1964, enquanto líder do governo Goulart na Câmara dos Deputados, estava quase que completamente morto nos idos da transição política de 1985.

Dito isto, conseguimos visualizar vários elementos de continuidade na transição brasileira que impediu qualquer ímpeto de transformação radical. A presença do mesmo empresariado na condição de classe dirigente e dos mesmos políticos, que já atuavam entre 1945 e 1964, como condutores principais da conciliação conservadora representada na aliança de Tancredo Neves com José Sarney, marcou e preservou a profunda linha de continuidade no processo de desenvolvimento econômico e político brasileiro.

Nesse processo, os movimentos populares da sociedade civil – CEB’s, clube das mães, CPT, movimento custo de vida, Teologia da Libertação, movimento saúde etc. – e as greves dos trabalhadores no grande ABC paulista representaram a irrupção de um novo personagem coletivo que, organizado enquanto classe, resultou no surgimento do Partidos dos

²⁶⁷ MACIEL, David. *Op. Cit.*, p. 245.

²⁶⁸ Idem.

Trabalhadores (PT). O problema deste rico período que resultou na criação do PT, foi que sua fração sindicalista dirigente era, majoritariamente, economicista, com baixa formação teórica, política e ideológica²⁶⁹. *Post festum*, é possível compreender que foram exatamente estes elementos que contribuíram de forma substancial para o transformismo das frações dirigentes do PT.

Esse será o “caldo de cultura” histórico-político que formará o Partido dos Trabalhadores, que surge, sem dúvida alguma, do *hiato* de um PCB totalmente distanciado das reais condições históricas do país como um todo e da situação das classes trabalhadoras em particular. Além disso, por ser um produto de um poderoso movimento de massas em ascensão, o PT, naquele momento, veio responder positiva e objetivamente os anseios do conjunto dos trabalhadores das cidades e do campo. Pensamos ser importante assinalar, nessa análise, que dentro do PT nunca estruturou-se uma linha ideológica clara. De fato, o PT nunca foi um partido *stricto sensu*, isto é, uma organização com unidade ideológica, programática e mesmo de ação. Os grupos que o constituíram, articulados em tendências políticas, por sua heterogeneidade, conseguiram apenas delinear tenuemente um programa político que nunca foi além de uma postura vaga e genericamente socialista. Em realidade, o PT apareceu como uma frente de “esquerda” unificada em torno das grandes bandeiras reivindicativas que não eram o produto de elaboração teórico-prática do Partido, *mas sim dos novos movimentos sociais, particularmente do movimento sindical do ABC*.²⁷⁰ (itálico do autor)

Vivendo sob esta formação social, o *novo*, para ingressar no campo de disputa partidária e fazer o embate de classe, precisa ser cooptado e inserido subalternamente no jogo político e na configuração historicamente clientelista, fisiologista e patrimonialista que marcam de forma *sui generis* a forma autocrática da burguesia brasileira, o *velho*.

Como em 1822, 1840, 1888, 1889, 1930 e 1945, a transição política brasileira se deu pelo alto, mantendo a sua tradição fortemente conservadora consagrada pelas sucessivas revoluções passivas. Porém, para ser hegemônica, a transição de 1985, de acordo com Gramsci, é necessário que o grupo dirigente faça algum tipo de “sacrifício” de caráter secundário, que não envolva aquilo que é essencial. Esses “sacrifícios” para a burguesia brasileira foram: direito de greve, o voto direto, a liberdade sindical e legalização dos partidos comunistas.

²⁶⁹ Há atualmente uma vasta e, certa vezes, contraditória bibliografia que se propôs a compreender a riqueza dos movimentos populares do final da década de 1970 bem como a criação e organização do PT. Para compreender esse processo, bem como os desdobramentos que fizeram do PT um partido da “ordem” e voltado para o grande capital, ver: KECK, Margaret. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991. MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. Acredito que esses três livros já consigam dar uma base inicial das questões que são atinentes quando nos remetemos às contradições do PT.

²⁷⁰ MAZZEO, Antonio Carlos. *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 88-89.

Nos países desenvolvidos, principalmente nos países europeus, esses direitos são plenos e indiscutíveis, próprios da tradicional democracia pluralista e liberal. No Brasil, porém, foi constituída uma burguesia historicamente conservadora e dependente, dominante internamente e subalterna ao capital internacional, tendo a sua gênese marcada pela escravidão e na modernidade pela superexploração da força de trabalho, sempre se posicionando contrária a quaisquer movimentos de cunho popular. Em suma, qualquer destas reivindicações de origem propriamente liberal, é vista, no Brasil, como comunismo, subversão e radicalismo.

2.9 - Os intelectuais na transição e nas *Diretas Já*

Outro ponto interessante que devemos levar em consideração para compreendermos os meandros do movimento pelas *Diretas Já* e os horizontes da transição brasileira, é o papel dos intelectuais que estavam produzindo e publicando nesta época da primeira metade da década de 1980. Nesse sentido, muito das reivindicações do movimento pelas *Diretas* que saíam fora do escopo pelo sufrágio foram também reflexos dos debates que ocorriam entre os intelectuais deste período, marcado pelos temas: democracia/socialismo, reforma/revolução, representação/democracia direta e democracia como valor universal.

Os intelectuais que tiveram uma atuação mais ou menos relevante na transição política foram: Fernando Henrique Cardoso, Alberto Goldman²⁷¹, Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort e numa perspectiva mais crítica, destaca-se, isoladamente: Florestan Fernandes. Todos eles atuaram em linhas diferentes, mas, com exceção Florestan Fernandes, defendiam um objetivo comum, a democracia no seu sentido formal. Toda a elaboração teórica e política destes intelectuais desaguou num certo tipo de “vale tudo” para conquistar a democracia, desde alianças espúrias como foi a Aliança Democrática, até a inserção claramente subalterna das esquerdas no projeto burguês de transição.

A escolha foi pautada levando em consideração que cada um deles, em maior ou menor grau, teve alguma projeção coletiva nos grupos que representavam, fosse na representação política e ideológica, como no caso de Fernando Henrique Cardoso, Alberto Goldman e Francisco Weffort, seja na representação teórica e intelectual com implicações políticas, como Carlos Nelson Coutinho e Florestan Fernandes. Ou seja, cada um deles falavam em nome de uma determinada coletividade e seriam os seus porta-vozes. Como alguns deles também publicavam em jornais de grande veiculação, como Fernando Henrique Cardoso, Florestan

²⁷¹ A utilização de Goldman vai servir como um mote para entendermos de forma mais ampla o posicionamento majoritário do PCB no processo de transição. Ou seja, qual linha teoria e prática o partido defendia para o presente processo. Goldman será usado aqui, somente como uma síntese do posicionamento majoritário do Partido e não como um intelectual orgânico.

Fernandes e Alberto Goldman, suas opiniões e análises de conjuntura contribuía, igualmente, para a arregimentação de posicionamento político em torno de determinadas ideias.

Francisco Weffort foi um dos dirigentes do PT como também exerceu a função de secretário-geral do partido na primeira e segunda metade da década de 1980. Sua produção intelectual, bem como sua participação política se tornou um dos pontos de referência dentro dos quadros do partido e da militância em geral. Seu livro, *Por que democracia*, foi lançado em 1984, imprimindo uma perspectiva de democracia política muito próxima a de Carlos Nelson Coutinho no início dos anos 1980.

Carlos Nelson Coutinho, teve uma participação mais afastada do campo político-prático propriamente dito, limitando-se, neste período, a embates teóricos sobre democracia e socialismo, papel do Estado etc. No entanto, influenciou quadro partidários e militantes do período da primeira metade da década de 1980. Instigado pela reformulação do PC italiano que se afastou substancialmente das diretrizes da III Internacional, Carlos Nelson Coutinho, que fazia parte do grupo dos “renovadores” do PCB em oposição à ala “stalinista”, sai do partido no início da década de 1980 motivado pela polêmica recepção e pelas fortes críticas que a primeira edição do livro *A democracia como valor universal* gerou no interior do partido no qual, segundo ele, tinha uma tradição fortemente arraigada na III Internacional, com velhos vícios “marxistas-leninistas”. Carlos Nelson pregava uma “renovação” no marxismo seguindo a tradição do PCI dentro dos marcos do eurocomunismo, no qual o Estado possa ser conquistado pela classe trabalhadora por via parlamentar, como também de se chegar ao socialismo por uma via democrática e pacífica, como veremos abaixo.

Ou seja, esses intelectuais tinham participação ativa nesta primeira metade da década de 1980 e são suas teorias e práticas que estavam em voga naquele momento, sendo, por isso, necessário analisa-los um a um para compreendermos melhor suas ideias.

Uma chave explicativa que vem desvelar a atuação destes intelectuais é entendermos estes indivíduos enquanto sínteses de relações sociais, ou seja, como um indivíduo resultado de múltiplas determinações sociais. Nesse caminho, vemos esses indivíduos como categorias sociais, bem como definiu Marx no seu prefácio à primeira edição de *O Capital*:

[...] Só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, [...] pode tornar o indivíduo responsável por relações sociais das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queria colocar-se subjetivamente acima delas.²⁷²

²⁷² MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, volume I. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 19.

Levando em consideração a categoria de indivíduo em Marx podemos compreender que estes são expressões singularizadas de uma classe, um grupo ou coletivo, indivíduo que acaba sendo o resultado e o efeito de suas relações sociais, estando imerso em seu contexto, produzindo e reproduzindo categorias e expressões próprias de sua forma de sociabilidade. É por meio desta definição de Marx que podemos compreender a atuação destes homens, como expressões singulares de uma determinada coletividade, ou classe social.

Já na questão do papel dos intelectuais, cabe pontuarmos a sua importância decisiva na elaboração e na construção de um tipo hegemônico de *pensar* (ideal) e de *agir* (concreto). Nota-se também o papel central dos intelectuais na organização da classe ou grupo social do qual, e no qual, são porta-vozes. Gramsci foi o intelectual marxista²⁷³ que trabalhou de forma bastante pormenorizada a questão do papel dos intelectuais na sociedade, sua importância e especificidade na construção da hegemonia. Os intelectuais têm um papel central para a sustentação do conceito gramsciano de hegemonia, sem os intelectuais o conceito de hegemonia pode ficar sem historicidade, são os homens e suas relações sociais que sustentam a hegemonia de uma classe sobre a outra.

Quando falamos em intelectuais, principalmente quando nos remetemos às formas de sociedade e organizações de projetos sociais, Gramsci acaba sendo uma figura central para nortear as análises que se seguem. O ponto fundamental para pensarmos na questão da formação do intelectual, bem como sua práxis política, deve estar orientado numa análise onde:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...].²⁷⁴

²⁷³ Lembrando que Gramsci, quando encarcerado pelo fascismo, era o secretário-geral do Partido Comunista Italiano. Suas produções jornalísticas, para além da crítica literária, eram voltadas para a agitação das massas trabalhadoras e para prática política concreta. Gramsci não foi um intelectual “tradicional” formado por uma “escola” de pensamento ou uma “universidade”, embora tenha passado pela Universidade de Turim, mas um político voltado aos problemas atinentes de seu tempo que, por meio de suas preocupações imediatas, o levou, no cárcere, a produzir os seus cadernos versados sobre os mais variados temas que, direta ou indiretamente, eram vinculados aos problemas candentes daquele período dos anos 1920 e 1930. Dentre uma vasta bibliografia que se preocupou a estudar a sua vida e pensamento, me limitaria a indicar apenas duas obras: DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000, obra que vem identificar a especificidade do pensamento gramsciano buscando entender o contexto de formação intelectual e política do jovem Gramsci. O segundo livro tem um caráter mais abrangente e traz algumas orientações gerais sobre a vida de Gramsci e o seu pensamento teórico e político, bem como da aplicabilidade de alguns conceitos gramscianos na realidade brasileira: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

²⁷⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 15.

Como Gramsci pontuou, o papel específico do intelectual é homogeneizar a classe na qual ele é ou passa a ser organicamente vinculado. Podemos observar que o intelectual, enquanto produto de seu contexto e produtor, também tem o papel de construir a consciência à classe que representa, cabendo ao intelectual orgânico, por meio de um salto de qualidade, sair do momento propriamente econômico e individual para atingir o momento político e coletivo de sua classe, para assim criar as condições mais favoráveis para a expansão máxima da própria classe. Essa expansão não se dá necessariamente pela condição estritamente material, mas é uma expansão de classe propriamente no conteúdo ideológico, produto dos intelectuais que elaboram modelos explicativos universais com o objetivo da criação do consenso.

Os intelectuais que escolhemos para analisar se aproximam da concepção gramsciana pelo seu grau de representatividade dentro da arena política e teórica que cada um deles exerceram neste período da década de 1980. Nesse sentido, todos eles tentaram, a seu modo, homogeneizar, coletivizar e ampliar suas ideias para determinado grupo ou classe que os cercam, fosse na interlocução política e parlamentar como no caso de Fernando Henrique Cardoso, seja nos quadros da militância partidária como no caso de Carlos Nelson e Francisco Weffort e Goldman. Todos eles, por meio de suas formulações, exerceram uma batalha no campo das ideias, como também no campo propriamente prático.

A necessidade da escolha de Fernando Henrique Cardoso nesse “caldo cultural” de intelectuais que tiveram participação bastante contundente na transição foi precisamente a sua atuação política para “forjar” o PMDB enquanto um partido de massas para sua consolidação hegemônica na transição política de 1985. Sobre a produção da primeira metade da década de 1980 de FHC, focalizaremos algumas de suas contribuições na *Revista do PMDB*, lançada em 1981, como intuito de defender uma maior amplificação e popularização programática do PMDB para a transição. Já neste primeiro número, FHC pontuava da necessidade do PMDB em se tornar um partido de massas:

Nós partimos da ideia de que é preciso ter um partido de massas, que é outra afirmação que está contida no nosso programa. Podem parecer banalidades, mas não são. Rigorosamente, no Brasil, talvez nós nunca tenhamos tido um partido de massas na acepção moderna. Por que? Nós tivemos vários partidos no passado com conteúdo ideológico. Nós tivemos partidos no passado, como temos no presente, com voto popular. Mas, um partido de massas não é simplesmente um partido que tenha conteúdo ideológico e que tenha voto popular. É um partido que, na sua organização, recolhe a presença da massa, abre espaço para que a massa possa participar da vida do partido. Não se trata de um partido de quadros, apenas. Não se trata de um partido de vanguarda que vai, elitisticamente, até certo ponto, o “bem”, o “interesse geral da massa”. Trata-se de um partido que vai tratar de criar as condições de organização para

que a própria massa possa, dentro dele, ter a presença e direcionar o movimento principal do partido.²⁷⁵

Vemos no início da década de 1980, com a volta do pluripartidarismo, a necessidade do PMDB em forjar uma base de massas para a sua sustentação no processo de transição. O interessante é que veremos o quanto essas afirmações de FHC em 1980 e 1981 fazem sentido no movimento pelas *Diretas Já*, locus onde o PMDB conseguiu forjar a sua base de massas. Essas formulações de 1981, se concretizam, na prática, nas mobilizações pelo sufrágio imediato.

Uma das importâncias do FHC no PMDB no início da década de 1980²⁷⁶ foi na insistência da necessidade de o partido ter um vínculo mais “orgânico” com a sociedade e não fosse um partido que surfasse na onda do crescimento da impopularidade do PDS, que a popularidade do partido não ficasse a reboque da crise da ditadura. É a partir destas formulações que fazem de FHC um homem envolvido com os problemas populares, um dos intelectuais mais importantes na orientação da “oposição burguesa” no processo sucessório. Por outro lado, FHC, em 1983, também teve um papel decisivo no fortalecimento dos quadros moderados reafirmando a necessidade do PMDB ter um cronograma próprio para poder negociar com o regime:

Continuo reafirmando que é preciso, como em todos os países onde se operou a transição, termos um cronograma, uma agenda dos temas de negociação, temo que esquematizar isso. Não podemos simplesmente ficar assistindo à [sic] luta interna do PDS., ficar espectadores, esperando que eles afundem para aí nós... Não, isso não vai haver.²⁷⁷

As formulações de FHC na *Revista do PMDB*, estão todas pautadas em uma máxima muito utilizada por ele, e que passou a ser usada na transição política como uma das palavras de ordem: a sociedade contra o Estado.²⁷⁸ Como podemos ver, sua elaboração analítica mistifica todo o problema da crise econômica e política do Brasil quando aponta isoladamente o Estado como o culpado daquele estado de coisas. Esse tipo de análise, caudatária da teoria do autoritarismo, isola o Estado da sociedade civil, criando um maniqueísmo entre indivíduo e Estado, típico da teoria liberal. O máximo que FHC conseguia avançar na sua crítica é quando

²⁷⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. PMDB: um partido de massas? In: *Revista do PMDB*, n° 01, 1981, p. 26-27.

²⁷⁶ Partido em que ingressou em 1980, ficando até 1988, quando da criação do PSDB, símbolo de uma grande dissidência dos mais variados partidos, principalmente do PMDB.

²⁷⁷ “A população espera resposta concreta das oposições”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 157, p. 05, 16 a 22 de junho de 1983.

²⁷⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. Cit.*, p. 26.

afirma: “sim, ele [o Estado] é um inimigo que está controlado pelas forças reacionárias, pela direita, pela direita econômica”²⁷⁹.

Ainda assim, já vemos FHC, no início dos anos 1980, apoiando abertamente uma proposta de negociação para a transição política. Esse seu posicionamento conciliador foi sustentado até meados de 1984, quando no dia 25 de janeiro deste ano, a mobilização de 300 mil pessoas na cidade de São Paulo em prol das *Diretas Já* acabou obrigando boa parte dos moderados a uma adesão mais efetiva à campanha. A crítica que FHC sustentava às *Diretas Já* era uma crítica mais à direita, pontuando, naquele momento, a necessidade de minimizar a importância do jogo político e focalizar os olhares ao setor econômico, atribuindo a si mesmo uma perspectiva de análise “marxista” do período de transição²⁸⁰. Acontece que FHC era favorável ao pacto pelo alto, à negociação, levando a cabo uma prática política bastante característica dos políticos moderados do PMDB nas mobilizações pelo sufrágio imediato: *Diretas Já* nos palanques, e conciliação nos bastidores com os aliados e situacionistas. Essa tese se confirma simplesmente pelo fato de declarar abertamente que a partir do início de 1980 o Brasil já respirava os ares de uma semidemocracia, apagando qualquer caráter ditatorial do regime autocrático burguês: “Você queira ou não, houve uma certa abertura, estamos num **regime semidemocrático**, a população espera propostas concretas, e nós ainda somos muito tímidos. Então, muito frequentemente, diante de uma conjuntura específica, o PMDB reage com princípios, teses”²⁸¹. (grifo nosso)

Até o *Projeto Emergência*²⁸², de Teotônio Vilela²⁸³, sofreu uma “conspiração” por parte de FHC na alteração de algumas das propostas e na inclusão de outras, rompendo com o posicionamento mais duro e sem “pacto” de Vilela, dando um tom mais conciliatório, seja com o governo, seja entre capital e trabalho²⁸⁴. A intervenção de FHC e Furtado teve o intuito de “harmonizar” o documento redigido por Vilela, fortemente atingido por um câncer, chegando a falecer ainda neste mesmo ano de 1983.

O *Projeto emergência* de Vilela, quando concluído os acréscimos e alteração, estava mais de acordo com a perspectiva de FHC e Furtado do que com a perspectiva do autor do

²⁷⁹ Ibidem, p. 30.

²⁸⁰ OLIVEIRA, Dante; LEONELLI, Domingos. *Op. Cit.*, p. 122.

²⁸¹ “A população espera respostas concretas das oposições”. *Op. Cit.*

²⁸² VILELA, Teotônio. *Projeto emergência*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1983. Esse era o pequeno programa do PMDB desenvolvido por Teotônio Vilela com o apoio de Celso Furtado, com as políticas que seriam necessárias caso, eventualmente, o PMDB chegasse ao poder. O *Projeto emergência* era o condutor oficial do PMDB para a transição.

²⁸³ Outra figura que passou pela UDN e ARENA, se filiando ao MDB somente em 1979,

²⁸⁴ OLIVEIRA, Dante; LEONELLI, Domingos. *Op. Cit.*, p. 212.

projeto de governo para a transição. Vilela, quando leu a versão final do projeto, chegou a criticar o texto, classificando-o de “conservador”²⁸⁵.

Entretanto, no final das contas, acabou vigorando o projeto de Ulysses Guimarães chamado de *Travessia*, cabendo ao *Projeto emergência* uma importância simbólica. A *Travessia* foi elaborada em meados de julho e agosto de 1983. Tinha como conselheiro econômico Celso Furtado, nos assuntos políticos, FHC, e nos assuntos econômicos, o senador Severo Gomes ficou responsável pela inclusão da perspectiva do empresariado no projeto²⁸⁶. Esse documento do PMDB veio agradar o partido inteiro, pois tinha pautas que agradavam os moderados, por exemplo, a negociação, como também permanecia a ideia do aprofundamento da campanha pelas *Diretas Já*, o que veio agradar os setores mais à esquerda do PMDB e das esquerdas em geral, elemento que o *Projeto Emergência* de Vilela não conseguiu. Esse documento é a síntese de duas alas do PMDB, a dos moderados, que nos bastidores defendiam uma conciliação (estando o FHC nesta ala), e a dos autênticos, que queriam aprofundar a campanha pelas eleições diretas.

A necessidade destes apontamentos é para mostrar que FHC, enquanto um intelectual que, inclusive, liderou as *Diretas Já* em São Paulo, levantava algumas bandeiras que se efetivaram nas *Diretas Já* como posteriormente, sendo elas: a) necessidade do PMDB em se torna um partido de massas para adquirir um maior consenso na transição; b) a ampliação da ideia genérica de “sociedade contra Estado”, que contribuiu para criar uma caricatura moral e maniqueísta do Estado e da sociedade civil; c) e favorável à negociação e por uma transição pactuada. Em FHC, conseguimos verificar organicidade na sua atuação política, pois este conseguiu generalizar e homogeneizar as suas ideias, bem como orientar, de forma eficaz, a transição necessária, ou seja, tensionando para conquistar o consenso da sociedade civil, no qual as *Diretas Já* foram o campo privilegiado.

No campo das esquerdas, particularmente no PCB, Alberto Goldman foi uma das figuras mais representativas do partido, principalmente da ala mais conciliadora, na primeira metade da década de 1980. Apesar de não possuir uma carreira acadêmica tradicional tal como possuía FHC, Goldman pode ser visto como um intelectual por sua postura representativa e dirigente de uma fração do PCB, como também por ser uma representação do posicionamento majoritário do partido. Sua atuação no semanário *Voz da Unidade* foi bastante efetiva e, conseqüentemente, responsável pela difusão de uma saída negociada e conciliada para a transição. Goldman, na primeira metade da década de 1980, era uma das vozes do PCB dentro do PMDB, vice-versa.

²⁸⁵ Ibidem. p. 213.

²⁸⁶ Idem.

Coadunado pelo discurso conciliatório de Roberto Freire, a transição negociada foi ampla e intensivamente difundida para a população como a possibilidade única e concreta de se conquistar a democracia.

Ter um posicionamento crítico frente a pauta por “eleições diretas” como a saída única para resolver os problemas econômicos e políticos é absolutamente legítimo. Porém, a crítica que essas personalidades fazem às eleições diretas, tinha como objetivo a sugestão da conciliação, como podemos ver: “Para deixar bem claro, eu acho que se a campanha pela eleição direta for colocada como excludente da busca da negociação, isto será um equívoco”²⁸⁷.

Acontece que nesse período entre 1983 e 1984 o PCB estava hegemonizado pelas diretrizes do VII Congresso do partido iniciado em 1970 e interrompido pela repressão, tendo sua continuidade somente em 1981 e 1982, com a redação das teses do partido e a sua última etapa em 1984. Esse congresso foi marcado pela oposição de dois polos divergentes e atuantes no interior do PCB.

O primeiro deles é a histórica burocracia interna do PCB e o núcleo dirigente estagnado que dirigia o partido há mais de trinta anos. O segundo grupo, mais jovem, tinha um agrupamento de militantes e dirigentes que se orientavam pelas posições “eurocomunistas”²⁸⁸. Esse último grupo era mais voltado para a realidade brasileira da época, enxergando nela a ascensão dos trabalhadores enquanto sujeitos ativos e potencial transformadores da realidade, apreendiam ainda, melhor que o primeiro grupo que fazia de forma mecânica e esquemática, as complexas e modernas relações entre sociedade e Estado no Brasil daquele período. O primeiro grupo se pautava em leituras dogmáticas e esquemáticas oriundas da III Internacional, enquanto que o segundo se orientava com as publicações de teóricos mais atuais da época. A ascensão política desse segundo grupo no interior do PCB, foi uma das principais motivações da saída do secretário-geral do partido, Luiz Carlos Prestes, representante da velha burocracia partidária.

Acontece que esse segundo grupo submetia a sua análise estratégica de transformação social na luta pela democracia de caráter progressivo por meio do processo eleitoral²⁸⁹. Tanto Goldman quanto Freire estavam nesse segundo grupo, que via na democracia a resolução dos males econômicos e políticos do período. Durante fins da década de 1970 e início de 1980 ocorreu o que podemos chamar de “fetichização” da democracia, onde se via nela a única e exclusiva possibilidade de transformação social.

²⁸⁷ “Goldman e Roberto Freire: é necessário que o PMDB tome a iniciativa de uma negociação”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 159, p. 04, 30 de junho a 06 de julho de 1983.

²⁸⁸ PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 32.

²⁸⁹ Idem.

Ocorreu uma primazia da política sobre a economia e sobre as outras instâncias da totalidade social. De forma pouco mediada, a democracia seria a realização da classe trabalhadora e da sociedade como um todo.

Nessa perspectiva eurocomunista há uma exaltação do político em detrimento de todas as outras instâncias da totalidade, acarretando na conclusão na qual a tomada do Estado e de seus sucessivos aparelhos ideológicos, possam, de fato, conseguir atravancar o desenvolvimento progressivo do capitalismo. Vemos nesse posicionamento um excessivo politicismo que, de uma forma ou de outra, tende a apagar as contradições concretas da sociedade civil, buscando progressivamente um melhor “capitalismo” para todos. Esse posicionamento eurocomunista é bastante visível num editorial do *Voz da Unidade*, intitulado “lutar para negociar, negociar para mudar”:

De um lado, ficou patente que palavras de ordem do tipo **“greve geral por tempo indeterminado”** estão inteiramente descoladas da vida social brasileira e que suas variantes apenas conduzem a becos sem saída. De outro, que a busca de alternativas concretas implica a mais ampla articulação, não só das várias instâncias sindicais, mas destas com as instituições políticas, partidárias e sociais que se inserem na frente democrática. **Isto é tanto importante quanto, dada a existência de executivos e legislativos democráticos, os trabalhadores devem contar com – e têm que exige-la – a solidariedade de governantes e legisladores que foram eleitos com os seus votos.**²⁹⁰ (grifo nosso)

Esse posicionamento do *Voz da Unidade* é referente à programação sindical onde se estabeleceu o Dia Nacional de Protesto em 1983 contra a política econômica do governo Figueiredo. Dentre as tendências sindicais, havia uma fração mais combativa que exigia a paralisação dos trabalhadores por tempo indefinido, é exatamente destas frações que, em agosto de 1983, surgirá a CUT. Como podemos ver o *Voz da Unidade* é contundentemente contra a pauta de greve geral como uma forma de luta concreta dos trabalhadores, não obstante a isso, sugere que os trabalhadores exijam de políticos “democráticos” sua “solidariedade”, pois foram eleitos com os votos dos trabalhadores.

A partir do posicionamento editorial, é perceptível que o eurocomunismo no Brasil toma a sua face mais contraditória, a redução da luta de classes ao direito de votar e contar com a solidariedade dos políticos, para que olhem a causa dos trabalhadores. Ainda vemos que esse posicionamento tem o objetivo de preterir a única arma concreta de negociação do trabalhador, o direito de greve. É nesse sentido politicista e conciliador que segue o editorial: “Também

²⁹⁰ “Lutar para negociar, negociar para mudar”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 161, p. 03, 14 a 20 de julho de 1983.

entendem os comunistas que a ultrapassagem da crise econômica-social no rumo da defesa dos interesses nacionais e populares e da democracia transita hoje por uma grande negociação política, que envolva, em pé de igualdade, todas as forças da sociedade brasileira”²⁹¹.

Para finalizar a tática defendida pelo PCB no embate dos trabalhadores durante o processo de transição, o editorial ainda pontua:

Diante dos impasses nacionais, as forças políticas podem investir em várias alternativas. Aquela que mais convém aos trabalhadores, aos democratas e aos patriotas – num potencial e urgente bloco democrático e nacional – é a negociação dirigida a romper com a dependência e o modelo econômico, e retomar o desenvolvimento, promovendo a reorganização democrática da sociedade brasileira. O êxito desta perspectiva, todavia, está diretamente ligado a um novo movimento operário e sindical unido e unitário, representativo, capaz de acumular forças e crédito para apresentar-se combativa e responsabilmente diante de todos os trabalhadores e amadurecida e positivamente diante da sociedade. **Um movimento operário e sindical habilitado a lutar para negociar, negociar para mudar.** (grifo nosso)²⁹²

Conforme é possível ver na citação acima, há uma análise *positiva* e, portanto, harmoniosa da sociedade, onde todas as divergências podem ser resolvidas por meio da negociação. Apagou-se aquilo que é mais caro na teoria crítica: a totalidade e a crítica *negativa* da produção e reprodução da forma social capitalista.

A característica mais visível nas ramificações do eurocomunismo é o apagamento da *luta de classe* no seu sentido *forte* e tradicional presente na literatura marxiana e marxista. O que acaba substituindo esse sentido forte da luta de classes é justamente o seu oposto, o sentido *fraco*, baseado nos pequenos conflitos, conflitos isolados e localizados, onde os indivíduos ou grupo de indivíduos buscam, por meio de variados subterfúgios, fazer valer as suas reivindicações. Nota-se que essa luta de classes no sentido fraco, própria do eurocomunismo, se aproxima da teoria do poder foucaultiana, uma teoria baseada nos micros poderes que buscou criticar a ideia, considerada por Foucault como a teoria tradicional do poder, ou seja, a teoria marxista. A concepção foucaultiana, desenvolvida, principalmente, em dois livros seus: *História da sexualidade: a vontade de saber* de 1976 e, de forma mais sistemática, na *Microfísica do poder* de 1979, é uma ideia de poder *institucionalmente difuso* e *socialmente difuso*, desdobrada na descentralização do exercício do poder, tanto das classes dominantes, quanto das classes dominadas, nivelando de forma mútua o poder.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

A diferença substancial entre a teoria foucaultiana e a teoria marxiana é visível se levamos em consideração que Foucault situa o poder nas relações interindividuais, enquanto Marx situa o poder nas relações de classe. Marx tem uma teoria de “longo alcance”, universal, que busca retratar as formas de reprodução da vida social, o chamado “modo de produção”, bem como retratar as *possibilidades* e o *ato* concreto de transformação das formas de organização da vida social, uma teoria baseada e pautada no processo de desenvolvimento histórico e, portanto, social, onde as formas de dominação de classe, o poder, é levado literalmente em consideração.

Foucault atua em uma outra frente, não há nesses seus dois livros mencionados uma tentativa de sistematização e universalização de sua teoria do poder, mas apenas analisar o poder onde ele manifesta. Foucault, por meio de sua teoria do poder, para nas manifestações do mundo imediato, própria de uma leitura não dialética da realidade. Como é sabido, Foucault foi muito influenciado pelo pensamento de Nietzsche com intersecções kantianas, e não pelo pensamento de Hegel.

O próprio politólogo greco-francês Nicos Poulantzas em seu livro *O estado, o poder, o socialismo*, de 1978, evidencia o seu flerte teórico com a teoria do poder de Foucault. Muito embora ele não deixe de levantar as devidas críticas a essa teoria que virou “moda” na década de 1970²⁹³, na totalidade do seu escrito de 1978, é visível essa influência que perpassa pelo eurocomunismo e pela teoria do poder foucaultiana²⁹⁴.

O editorial da *Voz da Unidade*, desde a sua fundação, em 1980, até 1992, foi marcado por essa orientação geral embasada pelo eurocomunismo capilarizado, em maior ou menor grau, pelo grupo dos “renovadores”, tendo como um de seus representantes político-institucionais o parlamentar Alberto Goldman, que tinha voz ativa ao longo das edições do *Voz*.

Portanto, a orientação tática do PCB na transição: “lutar para negociar, negociar para mudar”, foi sintomático para termos a dimensão da adesão política do PCB às fileiras da oposição burguesa, desembocando no desmonte completo do partido em 1992 e que, desde 1982, foi uma linha auxiliar do modelo político de transição negociada²⁹⁵.

²⁹³ O marco histórico para o desenvolvimento destas teorias sobre o poder é o Maio de 1968.

²⁹⁴ Um estudo que vem investigar essa aproximação do último Poulantzas com Foucault e a teoria do poder é: MOTTA, Luiz Eduardo. *Poulantzas e o seu diálogo com Foucault: Direito, Estado e Poder*. In: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009, Campinas. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: Cemarx, 2009. v. 1. p. 1-12.

²⁹⁵ PINHEIRO, Milton. *Op. Cit.*, p. 39.

Salomão Malina, que foi eleito presidente²⁹⁶ do PCB em 1987, tinha um posicionamento bastante convergente com a conciliação e a negociação em 1983 e 1984, quando ainda era membro do Comitê Central (CC), por meio da defesa de uma “frente democrática” que aglutinasse os mais variados espectros políticos e ideológicos, quase um prenúncio da famigerada “Aliança Democrática”. Posicionamento que consubstanciou as alas mais “jovens” e reformistas do partido, como a de Alberto Goldman e Roberto Freire:

Para realizar a inversão agora tornada possibilidade concreta e objetiva, a frente democrática *deve ser capaz de manter-se aberta a novos aderentes (sem discriminações, inclusive para aqueles que se deslocarem do regime)* [...] Mas ela [a “frente democrática”] terá que realizar uma nova e dupla articulação dos seus componentes: uma articulação **interna** - vínculos entre partidos, compartilhando executivos (**governos de ampla coalizão democrática**), entre bancadas e entre lideranças institucionais (valendo-se, mesmo, das fraturas do PDS) – e uma articulação **externa** – vínculos entre seus componentes e os movimentos de massa – particularmente a unidade do movimento operário e sindical – é um **fator essencial** para o êxito das causas democráticas em todos os níveis e planos²⁹⁷. (grifo do autor) (itálico nosso)

A necessidade de evidenciarmos esses posicionamentos de outros políticos integrantes do PCB é interessante para notarmos a equidade e a orientação majoritária do partido, que refletia diretamente aos posicionamentos de Goldman. Mesmo após a derrota das *Diretas*, a tática da “negociação” e “unidade” permaneceu firme dentro do partido.

Agora [tática após a derrota da Emenda Dante de Oliveira em 25 de abril de 1984], a definição passa pela construção de uma **alternativa de poder** viável, que enfrente o projeto do regime no terreno em que ele se apresenta, nas condições institucionais existentes. Trata-se, neste momento, de colocar a candidatura única dos *democratas* não mais como uma proposta, mas como uma realidade imediata, *com todas as consequências que dela decorrem*. Uma candidatura que una as posições e polarize as forças mudancistas que se abrigam formalmente no PDS.²⁹⁸ (grifo do autor) (itálico nosso)

A fragilidade deste posicionamento do PCB pode ser visível quando se menciona os “democratas”, pois dentro desse balaio que apoiou a chapa Tancredo no Colégio Eleitoral, estava ACM, o próprio Sarney, Ernesto Geisel, etc. Não obstante, eles defendem que a política de “negociação” e de aliança devam continuar mesmo com todas as consequências que poderia ocorrer durante e após a transição política de 1985.

²⁹⁶ A clássica nomenclatura referente à direção do Partido “secretário-geral”, foi trocada por “presidente” após a transição política de 1985, se igualando aos partidos burgueses. Somente em 2008 que se retoma a utilização de “secretário-geral” para o dirigente do Partido.

²⁹⁷ “A Frente Democrática após vitória eleitoral”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 141, p. 08, 24 de fevereiro a 02 de março de 1983.

²⁹⁸ “A hora do candidato único”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 207, p. 03, 30 de junho a 06 de julho de 1984.

Os posicionamentos de Goldman e, conseqüentemente, dos quadros majoritários do PCB, contribuíram para prejudicar a mobilização da classe trabalhadora e de consideráveis frações da esquerda durante o processo sucessório. No conjunto desta orientação, da qual Goldman era uma das vozes, era possível visualizar, pelo menos, cinco rompimentos substantivos com as diretrizes históricas das esquerdas, principalmente as de orientação marxista: a primeira é a mudança do horizonte estratégico, que gradualmente se deslocou do socialismo para a democracia; o segundo é a mudança de uma análise crítica e, portanto, negativa da sociedade para uma visão positiva e harmoniosa da mesma; a terceira, resultado direto da segunda mudança, é a possibilidade de complementação, e não oposição, entre trabalho e capital; a quarta foi uma mudança paulatina dos termos que conduziam a organização dos partidos, de revolução para transformação e desta última para mudança que, inclusive, foi a palavra de ordem na transição política de 1985; a quinta é o abandono da fidelidade no método de Marx.

Carlos Nelson Coutinho teve uma participação política tímida, mas notável teoricamente durante o processo de transição, por ser um dos primeiros intelectuais que importaram para o Brasil a perspectiva eurocomunista como uma possibilidade tanto tática quanto estratégica no embate social e político-institucional. A principal obra dele que marcou essa luta no campo das ideias para afirmar a viabilidade teórica e prática do eurocomunismo no Brasil é o famoso e polêmico ensaio *A democracia como valor universal* publicado em 1979 na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* de Ênio Silveira²⁹⁹.

Coutinho, quando publicou o artigo em 1979, era militante do PCB – partido que ingressou em 1961 e militou até 1983 – sua recepção provocou polêmica tanto com intelectuais à direita, com José Guilherme Merquior em seu artigo “Marxismo e Democracia”, quanto com intelectuais à esquerda, como Otávio Rodrigues que qualificou o ensaio de Coutinho de “revisionista” em seu artigo “Contra o revisionismo”, e como Adelmo Genro Filho em seu artigo “A democracia como valor operário e popular”, chamados por Coutinho de “doutrinadores” e “marxista-leninistas”³⁰⁰.

Coutinho fazia parte daquela fração do PCB “renovada” junto com um grupo bastante influente do partido encabeçado por Armênio Guedes. Este grupo tinha largos traços de

²⁹⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio *et al.* *Encontros com a Civilização Brasileira*. Volume 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 33 – 47. As ideias centrais deste artigo foram qualitativamente preservadas no livro: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Salamandra, 1984. Por possuir somente algumas correções pontuais entre o artigo de 1979 e o livro, na sua segunda edição de 1984, utilizarei os dois escritos.

³⁰⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio à segunda edição. In: *Ibidem*, p. 12.

orientação eurocomunista, como pudemos ver nas páginas que discutimos sobre Goldman. Esses traços são bastante visíveis em algumas produções teóricas de Carlos Nelson, principalmente no livro supracitado. O primeiro deles e, talvez, o mais importante é a perda da estratégia revolucionária, podendo ser encontrada logo nas primeiras páginas do ensaio de Coutinho:

Em primeiro lugar, tentaremos indicar como o vínculo entre socialismo e democracia, com os desdobramentos requeridos pela evolução histórica, é parte integrante do patrimônio categorial do marxismo; e, em segundo, mostraremos como a *renovação democrática* do conjunto da vida nacional – enquanto elemento indispensável para a criação dos pressupostos do socialismo – não pode ser encarada como um objetivo tático imediato, mas aparece como o conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira.³⁰¹ (grifos do autor)

Vemos que a partir destes dois objetivos propostos por Coutinho a “renovação democrática” aparece não como uma tática, mas sim uma estratégia, como se o “aprofundamento” da democracia dentro da lógica capitalista levasse necessariamente a uma situação propícia ao socialismo. Como vemos, não há nenhuma aceção revolucionária, de rompimento com a ordem estabelecida, mas sim a “renovação”, “evolução” e “superação”.

Coutinho em seu ensaio chega à conclusão que a estratégia é conquistar uma “democracia de massas” e que somente por meio dela as massas conseguirão conquistar a hegemonia, esse processo de implementação da “democracia de massas” se dará, exclusivamente, por meio da política e pelo aprofundamento da democracia:

A democracia de massas - enquanto democracia real - pressupõe que a conquista da hegemonia se faça através da obtenção do consenso *majoritário* das correntes políticas e das classes e camadas sociais (Talvez não seja inútil lembrar que maioria implica minoria, cujos direitos – na medida em que sua ação oposicionista não viole a legalidade constitucional democraticamente fundada – terão de ser respeitados).³⁰²

Ou seja, fica pressuposto para Coutinho que os “capitalistas” aceitarão algum tipo de hegemonia das classes populares ou algum tipo de “democracia de massas” sem nenhum tipo de conflito, mas sim por meio do consenso entre os polos antagônicos. Outro ponto que merece ser destacado, conforme pontuado na citação acima, é o não rompimento com o fundamento da sociabilidade burguesa – a propriedade privada dos meios de produção, trabalho alienado e

³⁰¹ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia... Op. Cit.*, p. 20.

³⁰² COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. In: SILVEIRA, Ênio *et al.* *Op. Cit.*, p. 45.

estranhado, mais valor etc. —, focalizando sua análise no Estado, na política e na democracia que busque harmonizar por meio do consenso as classes sociais.

Com efeito, a tática de Coutinho é baseada na “renovação democrática” por meio da socialização da política, e não dos meios de produção:

A tarefa da renovação democrática, implicando a crescente socialização da política, a incorporação permanente de novo sujeitos individuais e coletivos ao processo de transformação social, **não poderá ser obra de um único partido, de uma única corrente ideológica e nem mesmo de uma só classe.** É tarefa que deve envolver a participação de múltiplos sujeitos sociais, políticos e culturais.³⁰³ (grifo nosso)

A partir deste posicionamento de Coutinho de 1979 e 1984, conseguimos ver que a “socialização da política” não seria somente de um partido ou de uma classe social, mas do conjunto delas, dando a entender uma aliança entre partidos do capital com partidos do trabalho e burgueses com trabalhadores. Esse posicionamento, logo nas últimas páginas de seu escrito, mostra o quanto Coutinho vislumbrava essa possibilidade no processo de transição política de 1985, visto que essa parte do livro tem uma diferença considerável da mesma parte no artigo de 1979. Mostra também o quanto Coutinho influenciou e foi influenciado por essa tática política do eurocomunismo, pautada pela harmonia e conciliação de classes, mas inconciliáveis no plano concreto.

Apesar de Coutinho destoar qualitativamente do próprio PCB em seu conjunto, seus estudos sobre o “valor universal” da democracia acabaram contribuindo com o programa reformista e conciliador do PCB. Outrossim, vemos que essa análise positiva da política e da democracia opera, querendo ou não, na confiabilidade das instituições burguesas, no seu aparelho jurídico e político. Como se a burguesia e seus agentes aceitassem, de forma consensual, o aprofundamento da “socialização da política” para assim se chegar à uma “hegemonia de massas” e na “democracia política”. Esquecendo-se que a burguesia, principalmente a brasileira, nunca optou por nenhuma saída propriamente democrática. Quando se vê ameaçada, opta pela desestabilização institucional/econômica e pelo golpismo.

Entrando nos quadros do Partido dos Trabalhadores encontram-se as contribuições substantivas de Francisco Weffort durante a primeira metade da década de 1980. Weffort, enquanto militante do PT, escreveu o seu conhecido livro *Por que democracia?*³⁰⁴, no período

³⁰³ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia... Op. Cit.*, p. 47.

³⁰⁴ WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

do movimento pelas *Diretas Já*, em 1984.³⁰⁵ Uma simples averiguada na ficha catalográfica deste livro editado pela Brasiliense, mostra que em 1985, um ano depois de sua primeira publicação, a obra já se encontrava em sua terceira edição. De certa forma esse dado “técnico” acaba evidenciando uma grande recepção do livro pela sociedade. Sua intenção era que o livro fosse lido: “Menos a academia e mais os jovens que estão chegando à política, lideranças sindicais e populares”.³⁰⁶

Interessante notar que mesmo fazendo parte dos quadros do PT, muito de sua análise remete à mesma efetuada por FHC, colocando que a liberalização regime foi uma iniciativa exclusiva do Estado, acentuando, igualmente, o “princípio” da “sociedade contra Estado”.

Nenhum dos críticos do regime – nem mesmo os mais radicais – se recusaria a reconhecer que, nos últimos dez anos, nós percorremos um pedaço da caminhada no rumo de uma maior liberalização política. E não poderiam deixar de reconhecê-lo, **até porque a caminhada não teria sido possível sem eles** [sem o regime e os militares] [...]. Desde de 1974, tem havido uma **complexa relação** entre regime e oposição, por um lado, e entre Estado e sociedade, por outro, que faz de todos responsáveis, embora em graus diversos, pelo caminho percorrido.³⁰⁷ (grifo nosso)

Nesse posicionamento de Weffort, vemos o quanto a sua análise, de uma forma ou de outra, acaba convergindo com todos os intelectuais trabalhados até aqui, ou seja, de conciliação e harmonia entre ditadura e oposição, bem como o apagamento do termo “conflito”, substituída por “complexa relação”. Posicionamento coroado na pergunta que busca defender: “Por que democracia? Por que não revolução?”³⁰⁸. Essa visão aparentemente liberal se confirma quando Weffort pontua que os primeiros democratas, durante o período ditatorial, foram os liberais:

O fato de que a questão da democracia apareça ligada, e de modo indissolúvel, à questão do Estado, complica as coisas nesta revisão necessária. **Complica para todos, em particular para os liberais, que, embora tendo sido os primeiros a dar voz às reivindicações democráticas**, são também, desde sempre, os que se acham mais próximos do Estado. Mais difícil ainda quando se sabe que um poder de origem autocrática não tem como deixar de afetar os que deles se aproximam.³⁰⁹ (grifo nosso)

Weffort se contradiz ao afirmar que os liberais foram os primeiros a ter demandas democráticas, muito embora fosse eles, “os democratas”, que sempre estiveram “perto” do

³⁰⁵ Dez anos depois, quando filiado ao PSDB e sendo ministro da Cultura de FHC, escreveu o livro *Qual democracia?*

³⁰⁶ WERRORT, Francisco. *Op. Cit.*, p. 09.

³⁰⁷ WEFFORT, Francisco. *Por... Op. Cit.*, p. 58-59.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 11.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 77.

Estado. Para resolver essa contradição Weffort pontua que a autocracia é um poder “irresistível” aos que dela se aproximam, justificando, de maneira pouco convincente, o histórico conteúdo antidemocrático do liberalismo e dos liberais brasileiros, sempre se remetendo à “autocracia”, “autoritarismo” e “antidemocrático” como características do “Estado” e não das classes dirigentes.

Não obstante esses frágeis apontamentos, Weffort atribui a característica de “antidemocrático” aos comunistas em geral, particularmente os que foram para a luta armada:

Embora as dificuldades maiores estejam com os liberais, é no campo da esquerda que elas mais aparecem. Ainda que a esquerda esteja distante do poder, **pesam sobre ela enormes preconceitos. Pode-se, por exemplo, tomar a sério os comunistas quando afirmam querer a democracia? E os remanescentes da esquerda armada de 1968? Os adversários, muitos deles pelo menos, estão sempre propensos a pensar que adesões da esquerda à democracia só podem significar um cínico jogo tático.** E o pior é que – à parte setores minoritários de esquerda, que, realmente, não conseguem conceber a democracia senão como tática – **mesmo aqueles que se empenham numa verdadeira luta pela democracia acabam tendo dificuldades com outro tipo de preconceitos, os que vem de sua própria tradição.**³¹⁰ (grifo nosso)

Esse apontamento de Weffort acaba evidenciando muitas questões importantes. A primeira é a transferência do caráter historicamente antidemocrático e antipovo das classes dirigentes brasileiras para as esquerdas, bem como o seu caráter golpista, apagando, de certa forma, o que verdadeiramente foi o Golpe de 1964. O segundo é que os comunistas são inexoravelmente antidemocráticos e com muitos “preconceitos”, pois isso seria um problema de “tradição”, ou seja, está na raiz do comunismo. E ele continua:

Nota-se, aliás, que a perda de entusiasmo pela democracia não é exclusiva dos comunistas. Depois de 1947, eles passam a pregar o que chamavam de “a derrubada do governo Dutra”, bom ou ruim um governo democraticamente eleito pelo povo. Mas a verdade é que o clima da guerra fria afetou o próprio governo, que, desde o início, **passou a uma política anticomunista, denunciada na época, até por parlamentares liberais filiados à UDN [...].** Uma boa parte do golpismo característico do período democrático se explica por essas decepções que conduzem muitos dos liberais a posições de direita.³¹¹

Weffort esqueceu de mencionar que o PCB se tornou ilegal durante os primeiros anos do governo Dutra e sofreu duras repressões do governo chamado por ele de “democrático”. Nota-se também que ser liberal, para Weffort, não é ser de direita, colocando a tradição golpista

³¹⁰ Ibidem, p. 77-78.

³¹¹ Ibidem, p. 79-89.

entre a esquerda e a direita e, conseqüentemente, afirmando que a tradição verdadeiramente democrática é a dos liberais.

Ao longo do livro, vamos vislumbrando o intuito de Weffort, que aliás é o objetivo central da obra, de substituir o socialismo pela democracia, apesar dele, contraditoriamente, se considerar um socialista, fazendo uma relação bastante abstrata e sem alguma mediação na qual: “ser democrata é ser socialista”:

A democracia pela qual lutamos será socialista? O futuro dirá. São muitos os que já estão na luta, que, aliás, não começou ontem. Mas creio que o número dos que lutam vem aumentando e cresceu muito quando fomos aos poucos descobrindo um “novo jeito de caminhar”, como ele, um novo caminho [...]. Então, a luta pela democracia será também a luta pelo socialismo.³¹²

Por fim, analisando esses quatro intelectuais, principalmente FHC, Goldman e o Weffort, vemos o quanto essa esquerda, surgida no final da década de 1970, tem um conteúdo “anticomunista”, justamente por associar as experiências ditas “comunistas” ao autoritarismo e, portanto, a um regime antidemocrático. A mudança de tática da “nova esquerda” representada por Weffort era justamente acerca dessa mudança de direcionamento: lutar pela democracia em primeiro lugar, sendo o socialismo uma possível consequência dessa luta.

Outro ponto interessante é perceber o quanto essas teses acerca da “negociação”, da socialização da democracia e da política dos três últimos intelectuais, estavam profundamente equivocadas, pois nenhuma destas teses se verificaram até o presente momento. O que se verifica, na realidade concreta, é diametralmente oposto: a impossibilidade da política enquanto uma instituição que harmoniza de forma estável os interesses antagônicos; os limites da democracia política sob a égide do capitalismo; e a barreira intransponível para se atingir a socialização da política, simplesmente por esta forma de sociabilidade burguesa ser avessa a qualquer iniciativa de cunho popular ou que ameace minimamente os interesses do capital.

Neste período das *Diretas Já* e da transição, entre 1983 e 1985, Florestan Fernandes foi um dos poucos intelectuais críticos e sem utopias sobre a “unidade” da Aliança Democrática e, muito menos, com algum olhar positivo sobre a “Nova República” dada a configuração conservadora imposta de antemão para a transição.

Conforme colocamos, Florestan foi um dos principais críticos nas análises acerca dos desdobramentos da transição, principalmente no que tange ao movimento da burguesia brasileira para a “oposição” do regime. A mesma burguesia que apoiou e financiou o golpe em 1964, na década de 1980, se apresentava como “democrática. Esse tipo de discurso, em maior

³¹² Ibidem, p. 132-133.

ou menor grau, acabou afetando os mais variados intelectuais à esquerda da época conforme pontuamos. Porém, para Florestan, esse discurso empresarial não se verificava na realidade:

As classes não foram prejudicadas por igual pelo aparato estatal da ditadura. De outro lado, **existem classes que se dissociam da ditadura, apesar de ainda carecerem dela, como um freio à luta política das “classes baixas” ou como um instrumento dócil de acumulação capitalista.** Então, por que se dissociam e participam com clamor pelas “diretas”? Porque é óbvio que a ditadura está em seu leito de morte. Ela ameaça os antigos aliados e principais beneficiados civis, porque os arrastará em sua queda. **Daí a necessidade de uma prudente “volta por cima” e a descoberta tardia de um ardor democrático epidérmico, que não engana ninguém,** mas permite uma guinada à esquerda, no sentido de articular um consistente centro burguês e de buscar para ele novas oportunidades de assalto ao poder do Estado e ao comando na Nação.³¹³ (grifo nosso)

Olhando, *post festum*, essa colocação de Florestan no jornal *Folha de São Paulo*, conseguimos verificar o quanto que os seus apontamentos estavam corretos acerca do período que se desenhava para transição. Ou seja, uma burguesia historicamente antidemocrática que necessitou do aparelho ditatorial para se realizar plenamente, mas que, no crepúsculo do regime, por meio de uma “volta por cima”, se apresenta como “democrática” como uma forma de se infiltrar e bloquear o avanço dos movimentos populares. Burguesia que se pautou em um discurso democrático epidérmico e na possibilidade de um capitalismo “dócil”.

Florestan só cai em equívoco quando diz que esse discurso burguês “não engana ninguém”. Enganou parte da esquerda que novamente se iludiu, apostando em uma tal “burguesia brasileira progressista” que nunca existiu. Essa pequena colocação de Florestan acabou sintetizando os desdobramentos da transição política de 1985, pontuando, inclusive, a “nova” articulação da burguesia – a falsa guinada à esquerda – para a sua consolidação no bloco no poder pós-transição.

Ao contrário dos intelectuais que pontuamos acima, Florestan se posicionava contrário as possíveis alianças que estava surgindo entre partidos comunistas com partidos burgueses e trabalho com capital, apontando que havia somente uma “convergência entre classes opostas contra a ditadura” e não uma necessidade objetiva de alianças:

Desse ângulo, há um a convergência entre classes opostas – não uma “união de classes”. Como Marx e Engels afirmaram e Gramsci repetiu a propósito do fascismo, **a aliança de classe é desnecessária onde se trata de derrotar um inimigo comum. Derrubada a ditadura e eliminadas as estruturas que ela**

³¹³ FERNANDES, Florestan. “Significado político das eleições *Diretas*”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.076, p. 02, 21 de março de 1984.

deixa montada de um Estado de Segurança Nacional (se é que isso irá suceder), os objetivos comuns se desvanecerão.³¹⁴ (grifo nosso)

Esse argumento de Florestan se mostra bastante importante uma vez que a tática aliancista dos movimentos de esquerda, principalmente do PCB, PCdoB e MR-8, acabaram desarmando importantes segmentos dos movimentos sociais. Ademais, o argumento acaba sendo interessante por ser uma contracorrente à “moda” do chavão pela “unidade”, palavra esta utilizada tanto pelos partidos de esquerda quanto pelos intelectuais que analisamos acima, para justificar as alianças mais espúrias e claramente desfavoráveis aos movimentos populares.

Por fim, Florestan se esforça em demonstrar o aspecto oculto por detrás da “conciliação”:

Retirado o véu ideológico, a conciliação mostra-se como ela é (e como continuará a ser, se não for eliminada). Os vários estratos das classes burguesas entendem-se por *conciliação* de *interesses*: à falta de uma coalescência social de classe suficientemente forte e elástica, na ausência de uma verdadeira solidariedade de classe, **esses estratos apelam para arranjos momentâneos, esporádicos, mais ou menos superficiais, mas por isso mesmo duros para a Nação como um todo, estreitamente egoístas e invariavelmente oportunistas [...]. O avesso da conciliação contém seu alvo oculto e sua racionalidade: não admitir brechas na subalternização dos de baixo**, especialmente da massa pobre e oprimida da população, com as classes trabalhadoras e *suas ameaças* à frente [...]. **A conciliação é, em si e por si mesma, contrarreforma, o expediente para banir e excluir a reforma social da história viva.**³¹⁵ (itálico do autor) (grifo nosso)

Florestan foi um dos poucos intelectuais mais conhecidos³¹⁶ a emplacar uma crítica incisiva aos rumos que estavam se desenhando para a transição, denunciando o seu nítido caráter conservador e impopular. Como também foi um dos poucos que rechaçou a política de conciliação e negociação que cooptou e desarmou as esquerdas, demonstrando, de forma cabal, que a conciliação é, em por si mesma, uma contrarreforma social, que impede o livre desenvolvimento político e econômico da classe trabalhadora.

Era nesse “caldo cultura” que a década de 1980 estava situada. A totalidade social deste período é substancial para compreendermos como se desdobraram determinados

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ FERNANDES, Florestan. *Nova República. Op. Cit.*, p. 69, 70-71. Outro livro do Florestan escrito no período da transição é o *Que tipo de República?* Este livro é a reunião de uma série de artigos escritos para a *Folha de São Paulo* entre os anos 1984 e 1986.

³¹⁶ Dentre os menos conhecidos havia José Chasin que, inclusive, já levantava críticas ao Lula e ao PT na primeira metade da década de 1980. Cf. CHASIN, José. *A miséria brasileira: do golpe militar à crise social 1964-1994*. Santo André-SP: Ed. Ad Hominem, 2000. Particularmente, “Lula versus Luís Inácio da Silva”, “A sucessão transada”, “A esquerda e a Nova República” e “A sucessão na crise e a crise na esquerda”.

posicionamentos, não só desses intelectuais, mas de todo o conjunto da sociedade brasileira. A visão “positiva” e harmoniosa da sociedade se tornou a “dominante” do período, sendo considerados “dogmáticos” e “sectaristas” todos àqueles que tinham uma visão crítica a respeito desses posicionamentos que paulatinamente foi se tornando hegemônico no interior dos partidos de esquerda.

2.9.1 - A ideologia burguesa de transição

Em diferentes momentos de crise e aparente apogeu do modo de produção capitalista, o fator ideológico teve um papel central para a consolidação da produção e reprodução da ordem social vigente. Durante o *welfare state* dos anos 1950 e 1960 nos EUA e Europa, com o relativo crescimento econômico e maior distribuição de renda intermediado pelo ativo dispêndio dos Estados Nacionais, surge junto com esse momento econômico e material o fator ideológico, como por exemplo, nos EUA, o *american way of life* que, apesar de ser uma ideologia da década de 1930, foi muito difundida no período pós-guerra.

Quando do surgimento do neoliberalismo enquanto uma regulação econômica durante as décadas de 1970 e 1980, veio consigo também o fator político e ideológico que respaldasse as contrarreformas executadas no período em questão. Esse fator ideológico estava pautado na eficiência e na flexibilização, como também no declínio da política e do Estado para a exaltação e a confirmação do mercado. O neoliberalismo pregou – e ainda prega – a “falência” da política enquanto possibilidade de realização do indivíduo, passando essa tarefa, evidentemente, para o mercado. Como o *american way of life*, o neoliberalismo também tem sua expressão cultural posta cotidianamente pelo pós-modernismo, identificado enquanto uma defesa da fragmentação do sujeito, a exaltação de identidades plurais e dispersas, um processo de identificação não mais pautado na unidade da classe social.

No período da transição política durante 1979 e 1985, particularmente entre 1982 e 1985, também se criou, frente às circunstâncias postas, uma ideologia de transição. Evidentemente que seria mais correto falarmos em “ideologias”, tendo em vista que muitos movimentos sociais e partidos à esquerda também estavam pensando e idealizando a transição que caberia melhor àquele momento. No entanto, cabe pontuar aqui, a ideologia que foi dominante e que se efetivou na realidade prática, denominado por nós como *ideologia burguesa de transição*.

Conforme pontuado ao longo deste capítulo, a ideologia cumpre determinados papéis que são imprescindíveis para a manutenção de uma sociedade dividida em classes sociais. Enquanto que no feudalismo os desiguais eram tratados desigualmente, ou seja, a vida privada

refletia na vida política, vice-versa, constituindo um dualismo real, no capitalismo, esse dualismo passa a ser inteiramente abstrato, pois mesmo a sociedade de classes sendo concretamente desigual, essas classes são formalmente unificadas no campo político-jurídico e, conseqüentemente, no fator ideológico³¹⁷.

Nesse sentido, a ideologia, como a institucionalidade político-jurídica, tem um papel relevante para a *reprodução* desta forma de sociabilidade. O capitalismo, por ser um modo de produção que exige, como condição *sine qua non*, a desigualdade entre as classes e, portanto, uma desigualdade concreta, evidenciando neste sentido *estricto* da desigualdade uma certa continuidade com os outros modos de produção precedente, muito embora, evidentemente, as relações sociais sejam substancialmente diferentes, se desdobrou no capitalismo uma superação positiva que não havia nos modos de produção precedentes, a *emancipação política*.

Essa emancipação no nível formal e político, transformou o servo, na Europa, e o escravo, na América, em trabalhadores livres, despojados de qualquer instrumento ou algum meio de produção, proprietários, somente, da sua força de trabalho que passa a ser uma mercadoria como qualquer outra³¹⁸, mas que contém, no entanto, um elemento especial, que não pode ser encontrado em alguma outra mercadoria simples, o *valor*. Emancipação que unificou, em suma, todas as diferenças concretas presentes na sociedade, por meio da democracia, dos direitos universais, da possibilidade de escolha da representação política etc.

Portanto, a ideologia, fruto de determinadas relações desdobradas historicamente, possui um caráter positivo e universal, que possibilita a unificação de classes sociais concretamente diferentes.

[...] (uma “ideologia”, pode-se dizer, desde que se dê ao termo “ideologia” o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) – isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia.³¹⁹

³¹⁷ Marx desenvolveu a análise acerca do dualismo capitalista em seus dois primeiros escritos da juventude, tirando a sua tese de doutorado. Sobre essa diferença entre o feudalismo e o capitalismo ver: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 48-62. Sobre o dualismo presente no capitalismo que une de maneira abstrata uma cisão concreta entre o cidadão de vida pública – *citoyen* – e o burguês da vida privada – *bourgeois* –, Cf. MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 33-60, particularmente as páginas 40-45.

³¹⁸ Marx, pegando o exemplo da Inglaterra, chamou esse processo de despojamento do trabalhador, principalmente do camponês, de acumulação primitiva. Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, volume II. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988, especificamente o capítulo XXIV: A assim chamada acumulação primitiva, p. 251-284.

³¹⁹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume I. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 98-99.

Sendo assim, o processo mais relevante da dominação ideológica é o de cimentar uma unidade social dos contrários e dos distintos. Ainda assim, de acordo com Gramsci, a ideologia tende a “esconder” ou atenuar as contradições concretas: “A crítica das ideologias, na filosofia da práxis, engloba o conjunto das superestruturas e afirma a sua rápida caducidade na medida em que tendem a esconder a realidade, isto é, a luta e a contradição”³²⁰. Esses apontamentos em nível mais teórico e amplo demonstram, em termos gerais, a particularidade teórica e prática da dominação ideológica.

A ideologia, portanto, pode ser vista por meio de duas concepções presentes na literatura marxiana. A primeira delas é a concepção negativa presente na *Ideologia alemã*, onde, para Marx e Engels, a ideologia era uma falsa consciência, uma falsa elaboração ideal da realidade – Marx e Engels desenvolveram essa concepção negativa de ideologia para caracterizar os jovens hegelianos, que elaboravam, muitas vezes, uma visão filosófica muito avançada da Prússia, quando, na realidade, a Prússia era retrógrada e atrasada. Por isso, a ideologia para Marx e Engels em 1846 tinha uma concepção estritamente negativa.

A segunda concepção de ideologia é apresentada por Marx em 1859, na sua famosa obra *Contribuição à crítica da economia política*. Se referindo mais amplamente ao conceito, Marx via a *potência* positiva em que a ideologia e o conjunto do aparelho superestrutural podem ter no processo de “aquisição” de consciência, sempre pensando essa “aquisição” enquanto um processo.

[...] convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.³²¹

Seguindo essa concepção marxiana, Lukács reafirma a ideologia enquanto uma elaboração ideal do movimento real, que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir.

Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. [...] toda a reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia.³²²

³²⁰ Ibidem, p. 388.

³²¹ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 48.

³²² LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, II. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 465.

Ou seja, a ideologia é, necessariamente, uma expressão imediata da realidade social. Uma expressão que nasce desta realidade seja para conservar ou para transformá-la, ela faz parte de uma “reação” humana frente aos desdobramentos objetivos do desenvolvimento ou da crise social. Porém, o mais importante, de acordo com Lukács, não é a simples compreensão abstrata da função social da ideologia, se ela é falsa ou verdadeira, mas sim a sua verificação na realidade prática. Como ela enquanto um *pôr teleológico*³²³, opera especificamente nas circunstâncias dadas. É nesse sentido que, de forma breve, analisaremos como a transição política de 1985 se transformou em uma ideologia.

A partir de 1974 iniciou-se um longo processo de crise de hegemonia no interior do bloco no poder. Desta crise, causada pelo o esgotamento do “milagre” econômico, temos um longo período de tentativas de retomada do crescimento econômico, representado no governo Geisel pelo II PND (1974-1978) e no governo Figueiredo pelo III PND (1979-1985). Diante destes processos se deu a eminência de uma crise política que, paralelamente à crise econômica, foi ganhando dimensões mais decisivas durante a transição.

Não obstante essa crise econômica e política do regime, a crise social era também um fator que ia se agravando vertiginosamente, culminando em 1978 em um ciclo de greves bastante expressivo, o que mostrava não somente para o regime, mas para toda a classe empresarial dirigente, o poder de mobilização da classe trabalhadora. É exatamente neste processo, particularmente a partir do governo Figueiredo, que o regime fez um trabalho chamado por Maria José de Rezende de “psicossocial”, que buscasse construir em meio àquele caos econômico, político e social, uma imagem positiva de toda a ditadura para a população, incentivando também a constituição de um imaginário conservador historicamente presente no conjunto das classes dominantes.

Durante o último governo militar ficavam fortemente evidenciados os anseios da ditadura para sedimentar uma visão positiva do regime militar que fosse capaz de se projetar para o futuro. A construção intermitente de uma imagem favorável a seus feitos e realizações fez, indiscutivelmente, parte de sua estratégia psicossocial.³²⁴

O que Rezende chamou de “estratégia psicossocial” chamaremos aqui de ideologia, uma vez que esse termo utilizado por Rezende está mais voltado aos estudos de psicologia, nos

³²³ O *pôr teleológico* deve ser compreendido pensando no movimento entre: as circunstâncias objetivas dadas, as possibilidades de transformação que passam sob o processo criativo da subjetividade, para chegar assim, à uma nova objetividade. Ou seja, o *pôr teleológico* é um movimento que pressupõe uma criação subjetiva dentro de determinadas circunstâncias objetivas, visando uma mesma ou outra objetivação. Objetivo – subjetivo – objetivo.

³²⁴ REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 286.

remetendo a algum tipo de convívio social que apaga, de uma forma ou de outra, o germe da dominação contida nesta estratégia de controle social levado a cabo pela ditadura civil-militar. Um dos mentores do processo de “descompressão” do regime e da elaboração de uma visão positiva da ditadura foi o general Golbery do Couto e Silva, no sentido de “evitar as explosões sociais e políticas, tendo em vista a emergência dos movimentos grevistas e reivindicatórios que eram uma espécie de desafio constante no início da década de 80”³²⁵.

O conteúdo desta forma de dominação imposta a partir do Estado no início da década de 1980 era a divulgação de uma “indiscutível aproximação entre o povo e o militar através de suas perspectivas, anseios, desejos e amor à pátria”³²⁶ Essa estratégia militar era difundida, na era da abertura, para os civis como uma forma de alcançar o desenvolvimento e todas as outras aspirações presentes na sociedade. Ou seja, mesmo em um período de aguda crise econômica, o regime mostrava essa situação como uma etapa para a progressiva modernização da sociedade brasileira.

Dentro do *modus operandi* “ufanista”, uma característica bastante presente no exército brasileiro, ainda que de maneira difusa e dispersa, Figueiredo, direcionava a culpa da crise para os movimentos de origem estritamente externa, atribuindo a seu governos um postura defensiva, uma vez que estaria reagindo de forma decisiva contra as pressões externas para assim retomar, em curto prazo, os trilhos do desenvolvimento.³²⁷ Porém, como vimos ao longo do primeiro capítulo desta dissertação, as medidas tomadas pelo governo Figueiredo frente a crise econômica que assolava principalmente as classes populares, era de agravamento da política recessiva por meio das medidas cíclicas e ortodoxas levadas a cabo pela equipe econômica a mando de Delfim Netto. É justamente neste período onde o regime tenta estabelecer para a sociedade uma frágil ideologia de “consciência nacional”:

O empenho do governo João Batista Figueiredo contra a sedimentação de uma consciência negativa sobre o regime ganhava proeminência através da insistência de que a não-prosperidade e o não-alcance do bem-estar social eram vinculados a fatores fora do controle do regime em vigor, tais como: clima (seca, geadas e inundações que haviam comprometido o orçamento da união e obrigado o regime a recorrer à expansão monetária para atender a esses problemas e ao mesmo tempo sustentar o sistema de subsídios a alguns produtos básicos), crise do petróleo, encarecimento do dinheiro no mercado internacional, elevação da dívida externa, insuficiência da produção, dentre outros.³²⁸

³²⁵ Ibidem, p. 290.

³²⁶ Ibidem, p. 292.

³²⁷ Ibidem, p. 295.

³²⁸ Ibidem, p. 295-296.

Como podemos ver, essa afirmação de que o Brasil era uma vítima do sistema econômico mundial, tinha bastante capilaridade na sociedade, muito embora esse discurso fosse somente retórico, pois todos estes fatores levantados nas falas de Figueiredo são consequências do próprio caráter heteronômico da economia brasileira.

Neste período do Figueiredo temos um incessável trabalho do regime para reabilitar sua imagem frente a população, principalmente após os desdobramento da Guerra das Malvinas e a transição na Argentina que ocorreu por meio de uma considerável desmoralização do Exército, como também não conseguiu reabilitar ideologicamente o sentimento patriótico e nacionalista, seja pelo desmonte do parque industrial levado a cabo pela ditadura argentina, seja pela vergonha mundial que passou diante da rendição às tropas inglesas.

Porém no Brasil, mesmo em 1983, a *Folha de São Paulo* divulgou uma pesquisa realizada pela revista *Visão* onde a maioria entre a classe média via com positividade a figura de Figueiredo, mesmo não o aprovando para uma possível reeleição: “a maioria entre a classe média brasileira admira o presidente Figueiredo e o indicou como personalidade positiva do ano, mas rejeita a tese de sua reeleição e prefere escolher seu substituto através do voto direto”³²⁹.

Sendo essa matéria de 1983, conseguimos vislumbrar que a estratégia montada para criar uma imagem positiva do regime, mesmo com a profunda crise econômica, obteve um relativo êxito, pelo menos nas denominadas classes médias. Até onde essa estatística correspondia realmente com o posicionamento médio da sociedade à época, é difícil de evidenciar, mas o que nos importa aqui é mostrar o esforço dispendido para a manutenção de uma visão positiva não só das Forças Armadas, mas também de uma segura canalização ideológica em prol de uma transição impressa com valores liberais/burgueses. Um outro detalhe importante que também deve ser levado em consideração, é que na primeira eleição direta para presidente da República, em 1989, o candidato que foi eleito, Fernando Collor, era uma das figuras gestadas nesta mesma ditadura e que, inclusive, votou em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. Apesar dessas nossas aproximações serem insuficientes, são alguns indícios de uma ideologia burguesa de transição que, em diferentes momentos históricos, se transveste de diferentes formas: em 1985 em prol da democracia, da conciliação, do não “revanchismo”, do civismo etc.; em 1989, na figura de Collor, em prol do moralismo, do combate à corrupção, da “eficiência” na gestão etc.

³²⁹ “Classe média admira o Presidente, mas não quer a sua reeleição”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 19.735, p. 05, 15 de abril de 1983.

Essa ideologia difundida pelo Estado ditatorial resultou em uma transição sem maiores tumultos para o regime, sendo os dois períodos de mobilização popular, o ciclo grevista de 1978 e as *Diretas Já*, muito bem administrados não só pelo regime, mas pelos próprios partidos da oposição burguesa, que fizeram o possível para controlar e canalizar as insatisfações populares para o jogo estritamente político-partidário. Esse processo de transição se desenvolveu por meio de uma seguida e incessante política de cooptação da sociedade civil, seja pelo Estado, seja pelas instituições políticas, que fizeram o possível para detonar qualquer perspectiva popular que visasse algum tipo de autonomia social, ou que buscasse imprimir na transição um ponto de vista popular.

Já na sociedade civil, no conjunto de seus aparelhos privados de hegemonia, também houve uma difusão ampliada de valores ideológicos burgueses enquanto uma estratégia para evitar qualquer revolta de caráter social. Conforme viemos pontuando até aqui, os “novos empresários”, amparados não somente pelo regime, mas também pela “oposição burguesa”, tiveram uma importância impar na difusão de uma ideologia burguesa para a transição.

Uma das concepções mais marcantes deste período foi a “democracia” e a “harmonização” social, sendo estes os únicos responsáveis para a resolução da grande maioria dos problemas postos naquele período. Essa ideia universal de democracia difundida pelo empresariado escondia os interesses mais particularistas do grande empresariado brasileiro: livre comércio, “democracia de mercado” e liberdade individual. Nota-se que a democracia para o empresariado tem um nítido sentido econômico e particularista que não corresponde com os interesses gerais da sociedade. Por exemplo, a liberdade individual, ideia tradicional do liberalismo, é, na realidade, um eufemismo de livre troca de mercadorias e livre negócio sem algum tipo de cerceamento do Estado. Esse tipo de ideário foi bastante capilarizado nas camadas médias brasileiras: “do ponto de vista político ideológico, o sistema ideal para o Brasil, indica pesquisa de *Visão*, deve ser fundado na liberdade individual, com regime econômico de mercado (80,8%)”.³³⁰

Desta forma, o problema no processo de transição não é a defesa da democracia, mas sim a sua defesa de uma democracia com conteúdo estritamente empresarial, sem nenhum valor popular, sobrando para essa última classe um valor abstrato, que não correspondia concretamente à sua classe social.

Já no campo da “oposição burguesa”, como veremos no próximo capítulo de forma mais pormenorizada, evidenciam-se alguns elementos de dominação de classe que foram centrais

³³⁰ Idem.

para a condução ordeira das *Diretas Já* e do processo de transição. Dentre outros elementos que conseguimos visualizar neste período entre 1983-1985, destacamos: a) o apagamento dos conflitos de classes e a disseminação da “harmonia”, nas *Diretas Já* podemos ver isso por meio da difusão do movimento como uma “festa política”; b) a falsa ideia de “integração” manifestadas pela aproximação dos partidos da “oposição burguesa” aos movimento populares; c) como consequência do primeiro elemento temos a difusão da “coesão social”, ou seja, as classes sociais passam a ser complementares e não a ser antagônicas; d) há também o elemento de “desmobilização” do movimento social, uma vez que o movimento não são mais contestatórios no sentido forte da palavra, mas sim movimentos cívicos e ordeiros, que deveriam pregar, como foi nas *Diretas Já*, a paz, a ordem e a civilidade.³³¹

Todo esse conjunto de elementos levantados por nós fazem parte da ideologia burguesa de transição que, como podemos ver, pretendeu “esconder” as contradições da realidade social, sendo estes os interesses exclusivos das frações de classe do bloco no poder, da ditadura como também da “oposição burguesa” em prol de uma transição negociada e conciliada. Esses “valores” difundidos no conjunto da campanha pelas *Diretas Já*, tinham quase que total convergência com os princípios da esquerda (principalmente a clandestina) aliada à oposição burguesa, conforme apontamos acima. Principalmente no que tange a harmonização das relações social em detrimento da luta de classes, como também o próprio politicismo que sempre foi uma tática dos setores burgueses para esconder as contradições fundamentais inerentes da sociedade civil. Politicismo que durante o processo sucessório teve seu nutriente principal na ideologia burguesa de transição. Esses pontos estarão presentes, em maior ou menor grau, no *marketing* político utilizado pela oposição burguesa ao longo da trajetória das *Diretas Já*. Ou seja, é dessa forma que eles se materializaram no conjunto do movimento social.

Entre a primeira metade da década de 1980 se dissemina, principalmente pela oposição moderada, a conciliação e a democracia para a saída da crise. No campo empresarial, identidade entre democracia e empresa livre, mote da ideologia liberal, ou seja, democracia política como solução para a crise econômica. Nesse sentido, a conciliação para uma saída negociada, por dentro do que está dado institucionalmente, uma saída molecular, por todos os lados. A Lei de Segurança Nacional e tanto outros dispositivos oriundos do regime ditatorial permanecem, consolidando uma transição com participação popular, mas antipopular, como veremos no próximo capítulo.

³³¹ Todos estes elementos serão vistos na prática no próximo capítulo, quando analisaremos os principais comícios no Brasil e em Mato Grosso do Sul.

É na forma deste projeto burguês que se evidencia a ideologia burguesa de transição, tendo como conteúdo a hegemonia gestada no interior deste projeto. Hegemonia que se estabeleceu por meio da cooptação e pela integração subalterna dos diversos setores oposicionistas ao regime, sendo imprimida de forma indelével na maneira de como o conjunto dominante da Aliança Democrática atuou no Brasil após a transição, revelando o seu verdadeiro conteúdo conservador de uma burguesia antidemocrática que se envolveu em meio de uma ideologia aparentemente progressista, pois era conveniente para o período, velando as contradições e os antagonismos sociais, fazendo de seu projeto social, um verdadeiro projeto hegemônico para a transição política em 1985.

CAPÍTULO 3: DIRETAS JÁ: DO MOVIMENTO POPULAR AO MOVIMENTO ANTIPOPULAR E A CONSOLIDAÇÃO DA TRANSIÇÃO CONSERVADORA

O movimento pelas *Diretas Já* foi o coroamento da crise do regime ditatorial, movimento este que saiu da orientação liberalizante, gradual e segura desenvolvida pela cúpula Geisel/Golbery. Ou seja, os desdobramentos, principalmente na primeira metade da década de 1980, saíram, mesmo que parcialmente, do caminho traçado pela alta cúpula do regime ditatorial.

A liberalização teve características sustentadas pela expansão econômica e pela força material e política do Estado Desenvolvimentista. Tais características podem ser visualizadas na elaboração do II PND, o qual preconizava uma liberalização orientada por meio de um Estado forte e em pleno desenvolvimento. Porém, com a década de 1980 e suas sucessivas crises econômicas, fossem elas externas: II Crise do Petróleo e o estrangulamento externo; fossem internas: perda da capacidade material do Estado de superar a crise, recessão e a aceleração inflacionária³³²; houve mudança na orientação posta em marcha no início da década de 1970, e a Nova República surgiu por meio de um crise econômica, da debilidade material e política que acometera aquele Estado, de um Estado Desenvolvimentista que não conseguia sanar os novos problemas e diretrizes que a conjuntura da década de 1980 demandavam, como vimos no final do primeiro capítulo e ao longo do segundo.

Ainda assim, essa transição saiu dos trilhos concebidos pelo regime muito por conta do fato da “elite política” que levaria a cabo tal transição não ter sido forjada nas rédeas do regime ditatorial, como o planejado, mas sim em torno da oposição política, ainda que moderada.³³³ Portanto, podemos afirmar que o movimento pelas *Diretas Já* foi o coroamento deste processo, mais um “ponto fora da curva” que tensionou e mudou, em maior ou menor grau, o complexo de correlações de forças que marcaram o processo de transição política no Brasil, seja pela necessidade do regime elaborar a “emenda Figueiredo” (que defendia eleições em 1988) como uma resposta à emenda Dante de Oliveira, seja pelas inúmeras táticas engendradas pelo regime e pelo partido situacionista, o PDS, para encampar a votação da emenda no dia 25 de abril de 1984. Na primeira situação decretando “estado de emergência” no Distrito Federal e em dez municípios goianos das redondezas e colocando o general Newton Cruz, um dos representantes da “ala dura” do regime, como comandante militar do Planalto, evitando qualquer tumulto e mobilização popular nas redondezas; na segunda situação, pressionando os parlamentares do

³³² SALLUM JUNIOR, Brasília. *Labirintos. Dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 90.

³³³ *Ibidem*, p. 110.

PDS ao não comparecimento no Congresso Nacional no dia da votação da emenda, tática esta liderada basicamente por Nelson Marchezan, José Sarney e Leitão de Abreu³³⁴.

No campo da oposição burguesa, principalmente a moderada, para ficarmos em um rápido exemplo, também houve inúmeros episódios de manifestações contrárias ao desenvolvimento pleno da campanha pelas *Diretas Já*. No caso do estado de Minas Gerais liderado por Tancredo Neves, dentre outros acontecimentos que marcaram o conjunto dos comícios lá desenvolvidos, estava a determinação de Tancredo permissiva à repressão policial da manifestação “Vigília pelas Diretas”, organizada pelos movimentos sociais e partidos de esquerda de Belo Horizonte. Não obstante, uma série de “empecilhos” ao movimento era coadunada pela oposição burguesa como, novamente, em Minas Gerais, informa Ricardo Kotscho, ao lembrar do acordo entre Tancredo e o PCdoB em relação ao não uso de bandeiras e camisetas vermelhas no dia do comício:

[...] o partido clandestino, através do qual seu líder, João Amazonas, teria um lugar no palanque, seria condignamente tratado, mas não faria discurso. Em troca, os militantes comunistas abririam mão das grandes bandeiras que inundaram os outros comícios, e se contentariam com pequenas bandeirolas, que com certeza não se destacariam nas fotografias exibidas mais tarde em todo o país.³³⁵

Ou seja, mesmo permeadas por uma série de obstáculos vindos tanto do regime, quanto do partido situacionista e da própria oposição burguesa, as *Diretas Já* conseguiram mudar o quadro da correlação de forças que saíam tanto fora do eixo do regime, que vislumbrava um sucessor militar e, posteriormente, um civil escolhido pelo presidente Figueiredo, quanto das rédeas do próprio PDS, visto que considerável fatia do partido, encabeçada pela chapa “Participação”, fez com que Paulo Maluf conquistasse 35% dos votos na convenção partidária em julho de 1983, garantindo aos malufistas a direção do partido.³³⁶ Essa configuração garantiu não só o PDS enquanto uma instância decisiva na definição de uma candidatura governista, enfraquecendo a figura do presidente na escolha do candidato, como também garantiu a própria vitória de Paulo Maluf para concorrer ao pleito indireto no Colégio Eleitoral. Esse dado também representou a crise interna do PDS, uma vez que não se estabeleceu um consenso para a sucessão presidencial.

³³⁴ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004, p. 508.

³³⁵ *Ibidem*, p. 418.

³³⁶ DIMENSTEIN, Gilberto et. al. *O complot que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985, p. 26.

Também vemos uma quebra na orientação tradicional do regime ditatorial no processo de sucessão presidencial, qual seja: militar sobre o civil, Executivo sobre o Legislativo, base congressual subordinada ao seu comando sobre a oposição parlamentar.³³⁷ Cito essas mudanças para evidenciar o peso que as *Diretas Já* tiveram na mudança do quadro político. Outrossim como o coroamento de que o regime ditatorial se tornara anacrônico, “um invólucro político muito estreito para conter, sem rupturas, as tensões entre as diversas facções da aliança desenvolvimentista e a força democratizante da sociedade”.³³⁸

Desta feita, procuraremos mostrar neste capítulo como se deu o processo de consolidação, desenvolvimento e derrota das *Diretas Já* que mesmo alterando substancialmente o quadro da correlação de forças acabou por se tornar, no mínimo, uma máquina que aumentou o cacife da oposição na sucessão presidencial, ainda que ocorrendo por via indireta. Em outras palavras, um movimento que foi sucessivamente encampado pela oposição burguesa e canalizado ao campo político-institucional, fazendo com que este mesmo movimento se configurasse não na mudança da estrutura do Estado, mas no plano político.

Mas essas vicissitudes não se deram de uma hora para outra. Os anos de 1983 e 1984 foram marcados por sucessivas disputas em torno da hegemonia, leia-se disputas por projetos sociais, na condução do movimento, fazendo com que ele passasse de uma configuração popular e de organização de base, como em 1983, tendo à frente, principalmente, o PT, para um movimento popular, mas antipopular em 1984, liderado pelo conjunto da oposição burguesa: as pessoas se mobilizavam nas ruas e nas praças, mas o centro decisório estava longe de sua alçada, restringindo-se aos acordos e pactos de cúpula, fazendo do movimento pelas *Diretas* um vetor de pressão ao regime, mas para a consolidação de um projeto político que pouco tinha a ver com a tônica do movimento. É o que vamos descobrir nas linhas que se seguem.

3.1 *Diretas Já* em 1983: o conteúdo anticesarista e antiautocrático

As *Diretas Já*, como vimos no capítulo anterior, foram lançadas em junho de 1983 pelo PMDB, tendo o seu primeiro comício, bastante tímido, em Goiânia, representado, principalmente pela figura de Ulysses Guimarães. Sob este prisma, as *Diretas* em 1983 podem ser analisadas por meio de dois matizes que configuraram o ano em questão. O primeiro matiz a ser visto é a indecisão do PMDB acerca do movimento bem como a subestimação do mesmo pela grande maioria do partido, representada pelo posicionamento do governador de Minas

³³⁷ SALLUM JUNIOR, Brasília. *Op. Cit.* p. 121.

³³⁸ *Ibidem*, p. 101.

Gerais Tancredo Neves: “A oposição não pode deixar de montar alternativas mais realísticas. Afinal, a campanha pelas *Diretas* é necessária, mas lírica”³³⁹. Dentro desta primeira nuance interna do PMDB podemos levantar dois pontos: o primeiro é que as *Diretas Já* em 1983 conformaram um movimento que começou a ser levado a cabo pelos parlamentares do partido, liderado por Ulysses Guimarães, e não pelos governadores dos estados como no caso de 1984; o segundo é a intenção de Ulysses de levantar um “contraponto” à sucessão que há tempos vinha sendo defendida por Tancredo e sua ala, qual seja: um consenso por meio de um via indireta, e é claro tendo em seu nome, no caso, Tancredo Neves, a possibilidade de articulação num possível Colégio Eleitoral. O pontapé inicial de Ulysses também tinha igualmente a intenção pessoal de levantar seu nome enquanto possível candidato para a sucessão, nesse caso, por via direta.

O segundo matiz é a tentativa do PT e CUT em conduzir a campanha, não sendo possível tal condução, ao menos imprimir sua visão e programa político para a transição política junto com os movimentos de base e com a classe trabalhadora, programa que entra em disputa com àquele utilizado por Ulysses em 1983, denominado *A Travessia*, como veremos. Ou seja, o primeiro propriamente *antiautocrático* e o segundo *anticesarista*, mas permeado com a defesa do voto direto, diferente do *anticesarismo* da ala moderada do PMDB³⁴⁰, que se organizava por meio da conciliação no Colégio Eleitoral.

A falta de unidade do PMDB acerca da questão das *Diretas* em 1983 foi bastante tangente no interior do partido, especialmente nas propostas de condução política e econômica: a de Ulysses baseada na *Travessia*, documento apresentado em agosto de 1983, que, dentre outras propostas para a transição, estabelecia um diálogo com o empresariado em torno da manutenção do Estado Desenvolvimentista; e a de Tancredo, baseada em grande medida numa política mais conservadora de austeridade e corte de gastos, tonalidades estas que acabaram ganhando formas mais concretas após a derrota das *Diretas*. Não à toa, Tancredo indica Francisco Dornelles como seu ministro da Fazenda, cuja perspectiva se aproximava àquela levada a cabo pela ortodoxia do governo Figueiredo após 1980.

A proposta política e econômica de Ulysses para a transição era estreitamente vinculada com a condução da embrionária campanha pelas *Diretas Já*. Sobre a proposta econômica

³³⁹ “Tancredo acha que oposição influirá na sucessão de 85”. *Jornal do Brasil*: Rio de Janeiro, nº 65, 12 de junho de 1983, p. 04.

³⁴⁰ Anticesarismo e antiautocrático foram termos usados por David Maciel para separar a oposição política ao regime ditatorial no processo de transição. MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República*. São Paulo: Xamã, 2004.

expressada no discurso de Ulysses na Câmara Federal, denominado *Travessia*, Sallum Junior pontua:

No polo oposicionista, foi absorvida a orientação desenvolvimentista, dominante entre as principais lideranças empresariais. Só que no universo partidário do PMDB o desenvolvimentismo empresarial adquiriu mais contundência em relação aos credores externos, a marca do liberalismo político e um viés popular ajustado às disputas eleitorais. O discurso de Ulysses Guimarães, denominado *Travessia*, em que o partido tomava posição sobre a crise em agosto de 1983, tem precisamente essa modulação. Ele indicava para as fragilizadas hostes governistas não só que a oposição apresentava uma política não recessiva para superar a crise mas também que se apresentava a si própria como alternativa de governo.³⁴¹

A *Travessia* de Ulysses Guimarães nasceu do seminário “O PMDB, o salário, o emprego e as eleições diretas”, realizado nos dias 17, 18, e 19 de junho de 1983 em São Paulo³⁴², e tinha como uma das propostas suplantar o tom “radical” do *Projeto Emergência* de Teotônio Vilela³⁴³ e dotar o PMDB como um instrumento de negociação e saída da crise econômica³⁴⁴.

O *Projeto Emergência* de Vilela acabou tendo somente um tom simbólico dentro do PMDB, muito por conta do câncer que o acometeu levando-o ao falecimento em novembro de 1983. Para termos uma pequena noção do programa do *Projeto Emergência*, devemos entender que enquanto *A Travessia* buscava utilizar o PMDB como instrumento para a transição, ou seja, buscando em maior ou menor grau uma linha de diálogo com a situação, o *Projeto Emergência* buscava um rompimento mais incisivo com o governo e com o PDS, rompimento que seria engendrado com o aprofundamento da campanha pelas *Diretas*. A linha que segue transversalmente o projeto é marcada pela questão da crise econômica, necessidade da moratória da dívida, lei salarial, distribuição de terras improdutivas, e fortes críticas ao setor financeiro. Dentre tais apontamentos, seguem alguns imperativos do *Projeto*...:

1. Uma lei salarial justa que garanta agora os reajustes semestrais e propicie um processo firme de redistribuição de renda, começando pelo

³⁴¹ SALLUM JUNIOR, Brasília. *Op. Cit.*, p. 92-93.

³⁴² LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 161.

³⁴³ Teotônio Vilela teve uma carreira política um tanto curiosa e marcada por contradições. Filho de proprietário rural, entrou no campo político em 1954 como deputado estadual de Alagoas pela UDN. Em 1964 apoiou a movimentação militar golpista contra João Goulart e, em 1966, se filiou ao ARENA. Somente em 1979 migrou para o MDB, fazendo uma oposição tímida aos rumos do regime ditatorial, principalmente no que tangia a condução econômica. Em 1982, quando descobriu que era afetado por um câncer, passou a fazer uma oposição mais dura ao governo, sendo uma das linhas de frente do movimento pelas *Diretas Já* em 1983. Essa oposição mais “dura” de Vilela ao regime pode ser visualizada no já mencionado *Projeto Emergência*, elaborado como uma possível plataforma de orientação partidária, possuindo como meio a defesa pelo sufrágio imediato. Alguns dados foram retirados do jornal *Folha de São Paulo*. “Teotônio, consciência moral do país”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.962, 28 de novembro de 1983, p. 05.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 212.

estabelecimento de um salário-mínimo que dê condições de vida digna ao trabalhador e à sua família.

2. A imediata revogação das medidas recessivas, mediante uma política de investimentos planejada em função de duas prioridades: o mercado interno (efetivo e potencial) e o emprego de toda a força de trabalho disponível. Isto se faria pela imediata criação de frentes de trabalho através de investimentos em infraestrutura e obras públicas a nível municipal, estadual e federal; e a efetiva aplicação do Estatuto da Terra, desapropriando o latifúndio improdutivo – o que poderia propiciar a curto prazo terra e trabalho para mais de 6 milhões de famílias, ou cerca de 30 milhões de pessoas.³⁴⁵

[E conclui] A moratória, o reordenamento do mercado financeiro, a política de emprego e salário e o restabelecimento das eleições diretas para Presidência da República são propostas que se situam no mesmo caminho de reencontro da nacionalidade e recuperação da dignidade e da identidade dos brasileiros. [...] Desta vez as classes privilegiadas terão de ser afetadas. Os sacrifícios não serão mais impostos, apenas, à classe trabalhadora. Todos teremos de contribuir, com trabalho e esforço, para superar a crise.³⁴⁶

No *Projeto Emergência* vemos um traço mais acentuado de enfrentamento não só às “classes privilegiadas”, mas também ao setor do latifúndio com a questão da expropriação de terras improdutivas. Esse programa enquanto documento do PMDB para a transição acabou sendo reformulado no crepúsculo da vida de Vilela, conforme pontuamos. No caso da *Travessia* não se vê em nenhum momento algo relacionado a esse tipo de enfrentamento, muito menos alguma questão voltada à expropriação de terras. No *Projeto Emergência* o empresariado é configurado como setor privilegiado e que também terá de pagar o preço pela crise, na *Travessia* o empresariado é caracterizado como “espoliado” e “expropriado” pela política econômica do governo, buscando trazer uma identificação entre classe trabalhadora e empresários. Ou seja, todos estariam submetidos em pé de igualdade à ortodoxia de cortes de gastos na condução econômica de Delfim Netto (Planejamento) e Ernane Galvêas (Fazenda).

A questão empresarial e o vínculo do projeto político e econômico com as eleições *Diretas* podem ser notados em alguns pontos defendidos pelo projeto de Ulysses:

Mas o consenso há de ser o bom senso da reivindicação pela eleição direta, com dimensão publicitária, de quase 90% da Nação pesquisada, da exigência dos trabalhadores e seus sindicatos, vários submetidos a intervenções iníquas; do clamor dos jovens interpretados pela voz independente e mensageira do futuro das associações estudantis; das mulheres que trabalham e enfrentam na família a luta desesperada e desigual contra o custo de vida e o desemprego; de revolta do empresariado espoliado e expropriado por uma política econômica que contraria os interesses da maioria da Nação. Em recente Manifesto Empresário foram feitas denúncias candentes e propostas progressistas.³⁴⁷

³⁴⁵ VILELA, Teotônio. *Projeto Emergência*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1983, p. 39.

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 48-49.

³⁴⁷ GUIMARÃES, Ulysses. *A Travessia*. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 24 de agosto de 1983, pelo presidente do Diretório Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, p. 02.

Verifica-se aí o ponto que colocamos sobre o conteúdo do Estado Desenvolvimentista defendido por Ulysses e como essa orientação para a transição estava vinculada à campanha pelas eleições diretas. Como podemos notar, essa orientação é baseada numa união entre empresariado e classe trabalhadora contra o regime ditatorial, tônica indelével que vamos visualizar ao longo deste capítulo por meio dos comícios pelas *Diretas*, principalmente em 1984 e, não obstante, fazendo das *Diretas Já* o canal político/prático do que David Maciel chamou de “canal de interlocução liberal”³⁴⁸ sob o manto da conciliação política, ponto que é claramente visível no discurso de Ulysses Guimarães.

O que, aparentemente, levanta um contrassenso entre eleições diretas e conquista de consenso, a campanha pelas *Diretas*, dentre outras lições que deixou, serviu para mostrar que esse contrassenso pode não se verificar na prática, desvelando a concreta possibilidade de “unificação” entre classe trabalhadora e empresariado por meio de uma eleição direta. É nesse sentido que chancelamos a importância da *ideologia burguesa de transição* desenvolvida por nós no capítulo anterior.³⁴⁹

Em termos programáticos *A Travessia* defendia:

- 1) Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, para reunir-se, se não for possível antes, em 15 de novembro de 1985. A Constituição como Lei suprema da nacionalidade, é criatura exclusiva da soberania popular.
 - 2) Eleição direta, universal e secreta em 15 de novembro de 1984 do sucessor do presidente João Batista Figueiredo, decorrência de Emenda à Constituição, a ser votada a tempo para a campanha e propaganda.
- [Concluindo] A eleição direta em todos os níveis, principalmente para o executivo federal, é o caminho para devolver à sociedade o direito de dirigir o seu destino. Não se trata de escolher personalidades, mas de submeter ao juízo popular as propostas distintas para a administração do presente e para a construção do futuro.³⁵⁰

Como podemos observar, no ano de 1983, as *Diretas Já* se originam por meio dos parlamentares do PMDB, estando os governadores, principalmente a ala de Tancredo Neves, aquém deste processo. Neves, desde quando eleito para o governo de Minas Gerais e até mesmo

³⁴⁸ MACIEL, David. *Op. Cit.*, p. 289-299.

³⁴⁹ Edmundo Fernandes Dias levanta apontamento importante para pensarmos o papel da ideologia ao longo da transição, particularmente nas *Diretas Já*. Ele pontua: “O campo ideológico é assim a linguagem cotidiana das classes, a forma na qual e pela qual a diversidade semiológica das lutas se realiza. [...] As classes dominantes buscam construir, com o liberalismo, uma espécie de “esperanto da política”, uma linguagem aceitável e passível de ser falada por todas as classes”. DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2006, p. 13. Ou seja, nas *Diretas*, vemos esse exemplo de Dias quando a pauta de democracia, historicamente defendida pela classe trabalhadora, é absorvida pelas frações das classes dominantes, conforme vimos na parte final do primeiro capítulo e ao longo do segundo, fazendo dela (a democracia burguesa) algo acessível e almejado pelas classes populares.

³⁵⁰ GUIMARÃES, Ulysses. *Op. Cit.*, p. 05.

quando senador deste estado, eleito em 1978, já buscava articular uma solução negociada. Em maio de 1983 foi formada a Comissão de Eleições Diretas com parlamentares ligados ao tema, indicados por líderes do Senado e da Câmara, composta pelos senadores Álvaro Dias (PR), Itamar Franco (MG), Mauro Borges (GO), e os deputados Dante de Oliveira (MT), Domingos Leonelli (BA), Márcio Braga (RJ), Aldo Arantes (GO), Oswaldo Lima Filho (PE) e Flávio Bierrenbach (SP)³⁵¹.

Um dos primeiros objetivos desta comissão era a negociação com os governadores do PMDB para a execução das mobilizações pelas *Diretas Já*. O ano de 1983 foi de disputas internas dentro do partido acerca do projeto político que devia ser seguido para a sucessão presidencial, tanto que foi somente em 1984 que os governadores entraram em peso no movimento, mudando, inclusive, o “tom” das mobilizações.

O próprio Ulysses Guimarães foi conversar com Tancredo Neves antes da reunião da Executiva Nacional no dia 11 de maio. Em síntese, o que ficou acordado entre o deputado e governador foi o seguinte: “Tancredo defenderia prioridades para as eleições diretas, mas manteria a tese do consenso caso a Emenda Dante de Oliveira não lograsse aprovação”³⁵². De tal modo, os dois estavam contra o posicionamento de Brizola sobre o mandato tampão de dois anos de Figueiredo, posicionamento que era tático para Brizola, não precisando abandonar seu mandato no Rio de Janeiro sem que este tivesse sido concluído. A negociação de Tancredo e Ulysses se resumiu assim: “Ulysses trocava o veto à proposta de Brizola, que não interessava Tancredo, pelo apoio deste último à campanha das Diretas, com a ressalva conhecida de que, na hipótese da não aprovação da emenda, examinar-se-ia a tese do consenso”³⁵³.

Deste acordo entre Tancredo e Ulysses podemos tirar duas conclusões: a primeira é que o apoio dos governadores não se deu de forma maciça em 1983, mesmo com Tancredo Neves declarando “prioridade” pelas *Diretas Já*, ou seja, na prática isso não se efetivou, pois 1983 foi marcado por pequenos comícios e sem maior mobilização da máquina dos estados na questão da propaganda e divulgação dos comícios; a segunda conclusão é que com a emenda Dante de Oliveira derrotada, no dia 25 de abril de 1984, grande parcela do PMDB se fechou na solução indireta e pelo Colégio Eleitoral, principalmente quando levamos em consideração que duas emendas preconizadoras de eleições diretas, a Theodoro Mendes e a Altino Dantas, foram barradas pelo conjunto da oposição burguesa em conformidade com o governo. A escolha, nesse momento, era a solução via o consenso no Colégio Eleitoral.

³⁵¹ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 149.

³⁵² *Ibidem*, p. 151.

³⁵³ *Idem*.

A movimentação dentro do PMDB era de permanente indecisão com relação à condução do movimento, pois, como mostramos no capítulo anterior, a tese pela conciliação em um pleito indireto, tendo como nome articulador Tancredo Neves, estava bastante capilarizada no interior do partido. No entanto, estabelecido o acordo intrapartidário do PMDB em maio de 1983 acerca da condução das *Diretas Já*, foi somente no dia 15 de junho que ocorreu o primeiro comício em Goiânia, convocado pelo PMDB, particularmente por Ulysses Guimarães que, seguindo a linha oposta de Tancredo, queria se lançar como um candidato do PMDB num possível pleito direto para presidência da República³⁵⁴. Se esta afirmação se faz correta, aos poucos a campanha pelas *Diretas Já* foi se tornando uma campanha eleitoral dissimulada, característica que se reforça no ano de 1984. Ainda, sobre uma possível candidatura para eleições diretas, Ulysses completa:

Se o PMDB quiser lançar o meu nome, eu não posso recusar. O PMDB não deve ter a exclusividade do candidato. Por isso, acho que podemos fazer conciliações com os demais partidos de oposição. Se isso não for possível, aceito da mesma forma. Sempre fui bom de urna. Nunca perdi uma eleição, nem de diretório estudantil.³⁵⁵

A expressão das indefinições e conflitos no interior do PMDB a respeito de qual orientação seguir pode ser vislumbrada no próprio dia 15 de junho com o lançamento oficial da campanha pelas *Diretas Já*. Esse lançamento se seguiu de forma cautelosa e discreta por ainda haver discordâncias internas no PMDB³⁵⁶, pois o conjunto dos partidos da oposição burguesa ainda não havia definido uma orientação concreta pelas eleições diretas. O que estava dado até então, conforme viemos pontuando, eram os pactos e negociações via bastidores em busca de uma conciliação segura para a transição. Outro ponto visível acerca deste impasse de levar a cabo uma campanha por eleições diretas foi uma “inauguração” opaca do movimento pelo PMDB, sem quase nenhuma preparação para a mobilização do dia 15 de junho.

A campanha começava sem que a direção partidária tivesse realizado uma articulação mais profunda com associações, sindicatos e outros setores representativos da sociedade, cujo apoio era imprescindível. Havia também um certo descontentamento pela escolha de Goiânia para o lançamento da campanha.³⁵⁷

³⁵⁴ “Ulysses aceita disputar presidência em diretas”. *O Globo*: Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1983, p. 03.

³⁵⁵ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 219.

³⁵⁶ “PMDB lança em Goiás campanha pelas diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.797, 16 de junho de 1983, p. 07.

³⁵⁷ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 165.

O lançamento da campanha em Goiânia reuniu em torno de 5 a 8 mil³⁵⁸ pessoas defronte à quadra de esportes da Faculdade de Economia da UCG³⁵⁹. Outrossim, a ausência de associações, entidades da sociedade civil, sindicatos e dos partidos opositoristas em Goiânia, fez do lançamento da campanha um ato próprio do PMDB e de Ulysses Guimarães, mostrando que o caráter suprapartidário das *Diretas Já* era apenas aparente.

Apesar da *Travessia* pregar um determinando nível de diálogo com o PDS, e evidenciar o PMDB enquanto uma peça chave para a transição, Ulysses Guimarães, nos seus discursos, pregava um certo nível de firmeza e de não diálogo com o governo e, ao mesmo tempo, sugeria a si próprio, ainda que de forma dissimulada, como um possível candidato.

Ulysses salientou que não respeitar a vontade popular constitui um aspecto “provocador” de “insensatez” e acrescentou: “Inegavelmente tal postura deriva da tese autoritária de que o povo também não está preparado para votar. Mas a questão fundamental não é esta. A questão é saber quem está preparado para substituir o povo na competência que inclusive a Declaração Universal dos Direitos dos Homens lhe atribui.”³⁶⁰

Já o posicionamento de Íris Rezende era bastante dúbio, pois apesar de aceitar e participar da mobilização em Goiânia pelas *Diretas*, tinha considerável aproximação com a tese da conciliação levada a cabo por Tancredo Neves. A sua estratégia foi a união da tese por eleições diretas somada à possibilidade do consenso.

[..] No plano partidário, [Íris buscou] equilibrar-se entre o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o governador Tancredo Neves, a quem era ligado. Reafirmou as diretas e não descartava o consenso. Segundo ele, “a luta pelas eleições diretas – aspiração da nacionalidade como instrumento eficaz para a plenitude democrática – deve vir acompanhada da disposição para um consenso nacional.”³⁶¹

Por meio de tais falas conseguimos visualizar as implicações geradas sobre o processo de transição política. Em outras palavras, notamos a possibilidade concreta de congruência entre autocracia burguesa e voto direto, sendo a autocracia um complexo de dominação e exploração que possui várias formas e feições, mas que não descaracteriza seu conteúdo permanentemente antipopular e de dominação, opressão e exploração mais ou menos violentos. Essas características ficam mais claras quando levamos em consideração que a via pela qual o Brasil se modernizou, a colonial, tem implicações diretas na formação do Estado autocrático burguês

³⁵⁸ NERY, Vanderlei Elias. *Diretas Já: a luta pela redemocratização*. Curitiba: Ed. Prismas, 2015, p. 118.

³⁵⁹ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 166.

³⁶⁰ “PMDB lança em Goiás campanha pelas diretas”. *Op. Cit.*

³⁶¹ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.* Idem.

brasileiro, por meio do qual a revolução passiva se torna uma contrarrevolução preventiva das classes dominantes como um meio de manter as classes populares marginalizadas, isoladas, ou como se deu na transição política em 1985, incorporadas subalternamente ao processo, como também pela incorporação da oposição partidária ao processo decisório. Isso ao levarmos em consideração que o processo de transição, particularmente durante as *Diretas Já* e posteriormente com o movimento pró-Tancredo, denominado *Mudança Já*, teve uma forma popular, porém com um conteúdo marcadamente antipopular.

Entre junho e novembro de 1983, o movimento pelas *Diretas Já* passou por um considerável refluxo. Esse imobilismo era, na realidade, um reflexo do impasse no qual a oposição burguesa se encontrava, pois, não tendo a maioria no Congresso para aprovar suas emendas, um dos principais receios da oposição, principalmente do PMDB, era que a campanha se radicalizasse e saísse do controle e das rédeas do partido, ou seja, que o movimento pelas *Diretas Já* fosse além da mudança do regime institucional.³⁶²

Outro ponto interessante levantado pelo editorial do periódico *Em Tempo*³⁶³ era a pressão exercida pelo conjunto da oposição burguesa para isolar o movimento sindical independente, como também o próprio PT, no sentido de “sufocar” suas manifestações políticas em uma espécie de “gueto”, como asseverava a seguinte sentença: “É este pressuposto básico de toda a política das forças burguesas no atual período”³⁶⁴.

Esta colocação do editorial se mostra factível simplesmente pelo fato de que somente após o comício na praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, no dia 27 de novembro de 1983, liderado basicamente pelo PT e pela CUT e com a participação de mais de 70 representantes de entidades (diferentemente do ato homogêneo e personalista do PMDB em Goiânia), foi que o PMDB se lançou, na prática, enquanto partido central da campanha, a partir de janeiro de 1984. Uma das principais consequências da entrada do PMDB na campanha foi justamente o ofuscamento do PT, muito embora o partido e seus militantes continuassem fazendo pressão não só nos comícios ao longo de todo o movimento, mas também no Comitê Suprapartidário pró-*Diretas*, comitê este que reunia as lideranças partidárias, sindicais, estudantis e de associações da sociedade civil para definir os rumos do movimento.

Foi em outubro de 1983, numa reunião em Foz do Iguaçu, que os governadores do PMDB, junto com o representante de Brizola, Fernando Lopes, decidiram entrar na campanha

³⁶² “As oposições burguesas fazem suas apostas”. *Em Tempo*: São Paulo, n° 167, 2 a 15 de junho de 1983, p. 03.

³⁶³ Vinculado à tendência do PT, Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS).

³⁶⁴ “As oposições burguesas fazem suas apostas”. *Op. Cit.*

pelas *Diretas*, porém com os olhos somente em 1984, visto que a emenda Dante de Oliveira estava prevista para ser votada somente em meados do final do primeiro semestre de 1984.

No entanto, no dia 27 de novembro de 1983, em São Paulo, em comício convocado pelo Comitê Suprapartidário Pró-Diretas, mas claramente liderado pelo PT na questão político-partidária e pela CUT na organização sindical, que o movimento pelas *Diretas Já* teve um início oficializado em termos práticos. Em São Paulo, na praça Charles Miller, o comício conseguiu reunir mais de 15 mil pessoas e congregou representações de mais de 70 entidades da sociedade civil, sendo, portanto, completamente diferente do ato do PMDB realizado em Goiânia no dia 15 de junho.

O relativo sucesso da campanha na Charles Miller pode ser visto se levarmos em consideração que Lula foi candidato para governador de São Paulo em 1982, ficando em quarto lugar com quase 11% das intenções de voto³⁶⁵. Com mais de um milhão de votos para governador do estado em 1982, o PT conseguiu engendrar a iniciativa pioneira de colocar o povo na Praça em 1983 com uma proposta objetiva e direta de tensionamento popular ao regime ditatorial, diferentemente do ato em Goiânia de Ulysses Guimarães, mais formal e moderado. Pode-se dizer que foi o sucesso da mobilização na praça Charles Miller, apesar dos escassos e precários recursos materiais das agremiações antiautocráticas, que possibilitou a mobilização na praça da Sé, no dia 25 de janeiro de 1984, e forçou a oposição burguesa a sair do aparente “imobilismo” e entrar de fato na mobilização pelas *Diretas Já*. O corolário dessa assertiva é o fato do MDB-PMDB não ter “conseguido” mobilizar a população durante os mais ou menos quinze anos em que esteve como única “oposição” ao regime ditatorial. Pelo contrário, sempre buscou uma sucessão pela via institucional como foi nas eleições presidenciais em 1974, em que Ulysses Guimarães formou chapa com Barbosa Lima Rodrigues para concorrer com Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos.

Foi nessa mobilização que o PT conseguiu tensionar de maneira mais incisiva a condução do movimento pelas *Diretas Já*, obrigando a oposição burguesa a ingressar de vez nos rumos do movimento. A grande dificuldade do PT neste momento foi não ter sob sua alçada algum governo de estado e com isso não ter, conseqüentemente, a máquina estatal para poder investir, a seu modo, nas mobilizações que se aproximavam. Dificuldades materiais que também assolavam a CUT de Jair Meneghelli: “para Jair Meneghelli, a mobilização foi difícil

³⁶⁵ O primeiro foi o Franco Montoro, do PMDB, com 49% dos votos; o segundo foi o Reynaldo de Barros, do PDS, com 25%; e o terceiro foi o Jânio Quadros, do PTB, com 13%.

porque a CUT ‘não tem recursos, está completamente sem dinheiro e, além do mais, temos sindicatos cassados, sofrendo toda sorte de problemas de infraestrutura’”.³⁶⁶

A única figura do PMDB com maior representação que estava no comício era Fernando Henrique Cardoso. Nenhum governador do partido participou do comício, nem Leonel Brizola, do PDT. Apesar do PMDB ser um dos signatários da aprovação da mobilização para o dia 27 de novembro, sua contribuição para o comício foi o empréstimo da aparelhagem de som.

Essa não investida dos partidos da oposição burguesa ao movimento pelas *Diretas* ao longo de 1983 consegue, por si só, demonstrar a indecisão e os conflitos internos acerca do projeto de transição que seria levado a cabo: transição com participação formal da população a partir do voto direto para presidente; ou uma transição com a exclusão da participação da população.

O nível de comprometimento da oposição burguesa com o movimento pelas *Diretas* pode ser sintetizado pela figura do governador de São Paulo, Franco Montoro, que, no dia do ato (27 de novembro de 1983), estava no Jockey Clube apostando:

No Jockey Clube assistindo as corridas (jogou 10 mil cruzeiros e perdeu), o governador Franco Montoro recusava-se confirmar se iria ou não ao ato no Pacaembu. “Talvez”, limitava-se a dizer Montoro, acrescentando que ver os cavalos correrem “também tem importância”. Seus assessores, no entanto, o mantinham constantemente informado sobre o que acontecia na praça Charles Miller.³⁶⁷

Por outro lado, o PT, em 1983, se mostrava como um partido que buscava uma determinada direção ou, pelo menos, ter a capacidade concreta de levar as *Diretas* em frente sem estar a reboque dos partidos da oposição burguesa. Mais: construir uma perspectiva democrático-popular para a transição com um conteúdo claramente antiautocrático, fazendo frente à perspectiva limitada da oposição burguesa anticesarista. Nesse sentido, a mobilização popular contida nas *Diretas Já* era um *locus* essencial para ambos os partidos construírem e imprimirem suas perspectivas de transição para a conjunto da população, vide a proporção e a popularidade que os comícios foram tomando ao longo de 1984. Em outras palavras, defendemos que os partidos da oposição, principalmente o PT, buscavam consolidar sua hegemonia não só no interior do Comitê Nacional Suprapartidário Pró-*Diretas*, mas também nas próprias manifestações, ou seja, interna e externamente.

³⁶⁶ “Ato pelas diretas leva 15 mil à praça Charles Miller”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.962, 28 de novembro de 1984, p. 04.

³⁶⁷ “Montoro no Jockey”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.962, 28 de novembro de 1983, p. 04.

Essa conquista da hegemonia pode ser assegurada por nós a partir do momento em que, nas *Diretas*, o conjunto das oposições buscava criticar não só a estrutura das formas de dominação (do regime ditatorial), como também alterar as regras do jogo institucional dadas objetivamente. No caso do PT abriram-se duas frentes oposicionistas compostas num mesmo ponto de vista, uma ao regime ditatorial e outra frente ao avanço político e parlamentar da oposição burguesa que tinha não só maior capilarização parlamentar como também um número substancial de governadores eleitos.

As implicações das condições postas acima resultam todas na atenuação participativa e diretiva do PT ao longo do movimento pelas *Diretas*, uma vez que os governadores da oposição burguesa detinham sob sua alçada a máquina estatal para investir não só em propaganda política, vislumbrando saldos eleitorais de forma dissimulada (pois aparentemente se apresentavam como conteúdo suprapartidário), mas também imprimiam com maior facilidade sua perspectiva de classe para a transição, conforme vimos no item sobre a *ideologia burguesa de transição* no capítulo anterior. O projeto social da oposição burguesa, difundido com maior facilidade pela localização estratégica do PMDB, possuía enquanto forma ideológica aquilo que era próprio da visão liberal, na qual todas as categorias desta referida ideologia são abstrações vazias para as classes subalternas, e abstrações reais para a burguesia, ou seja, ideologia que representa um resumo acerca de sua prática³⁶⁸.

De forma similar, o PT via no conjunto da oposição burguesa o mote e o *locus* privilegiado para a transição política que se aproximara, pois detinham uma base congressual considerável como também ocupavam estados importantes, não só materialmente, mas popularmente, contribuindo para intensificar sua pressão ao regime.

A burguesia oposicionista, considerando a ditadura militar uma forma inadequada de poder burguês para esse período de crise, pretende substituí-la e reorganizar o aparelho de Estado segundo os moldes mais flexíveis da democracia burguesa. Aliada a esquerda reformista e ao populismo brizolista e apoiado nos governos estaduais conquistados pelo PMDB e PDT, a oposição burguesa vai tentando administrar a crise nos estados em que detém a direção política e pressionar o regime para desgastá-lo e preparar a sua substituição.³⁶⁹

Essas características levantadas pela análise de conjuntura partidária podem ser percebidas ao longo das mobilizações pelas *Diretas*, principalmente no ano de 1984, uma vez

³⁶⁸ DIAS, Edmundo Fernandes. *Op. Cit.*, p. 25.

³⁶⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. A situação nacional e projetos políticos (análise de conjuntura). 15 de abril de 1983, p. 01.

que a oposição burguesa se utilizou do movimento não só para autopromoção eleitoral, mas também para mostrar poder de pressão e tensionamento ao conjunto do regime de exceção.

Mesmo antes dos desdobramentos da campanha pelas *Diretas Já*, a partir do mês de junho de 1983, o PT já vinha se orientando sob a real condição que o processo de transição política estava tomando, consubstanciado e engendrado por meio do papel fundamental da oposição burguesa em isolar os movimentos mais à esquerda, ou seja, de conteúdo antiautocrático, para assim manter o desenvolvimento e manutenção da transição.

A oposição burguesa carrega uma contradição. De um lado, a necessidade de aliar-se com o reformismo de esquerda do PMDB e o populismo brizolista do PDT para pressionar por baixo o regime e isolar os setores mais combativos do movimento e entre esses o PT. De outro, a conciliação com o regime militar para poder administrar os estados onde assumiu os governos e que em sua maioria representam as unidades da federação mais importantes do ponto de vista econômico e político.³⁷⁰

Se a categoria hegemonia é o terreno fundamental no qual se engendra e se desdobra a luta de classes, vemos aqui a constituição de um projeto paralelo ao regime de exceção e à oposição burguesa nos marcos do movimento pelas *Diretas Já*, no primeiro semestre de 1983. Consequentemente fica claro que o PT, nesta análise de conjuntura, também desenvolveu e entrou no embate contra a *ideologia burguesa de transição* então dominante, característica visível, na prática, no comício do dia 27 de novembro de 1983.

Se o embate é em torno de projetos potencialmente hegemônicos para a transição: o primeiro, da oposição burguesa, democrático-liberal e anticesarista; o segundo, principalmente do PT, do conjunto de suas tendências e da CUT, democrático-popular e antiautocrático, essa disputa traz consigo a luta ideológica que se materializa no cotidiano, não cotidiano como rotina, mas como espaço de intervenção consciente (mas também involuntária) que busca conservar ou transformar a realidade. Esse embate ideológico em torno de um projeto hegemônico para a transição fica claro quando:

Frente a uma situação política onde, de um lado, a ditadura procura acertar alguns acordos, e de outro, **o descontentamento das massas e o avanço do movimento popular apontam para a retomada das lutas**, a oposição burguesa procura definir sua tática para substituir o regime militar. O desenvolvimento da crise econômica e de suas contradições coloca a possibilidade de duas saídas para a burguesia opositora. A primeira é estabelecer acordos com o regime ao mesmo tempo em que articula uma proposta de governo de união nacional e organiza a transição por cima, deixando as massas trabalhadoras completamente à margem desse processo. A segunda é aprofundar os laços com os setores reformistas e populistas

³⁷⁰ Idem.

presentes no PMDB e PDT, procurando articular um novo pacto social e a eleição direta para a presidência da República. Essa é a linha de substituição do regime através da ruptura burguesa com a ditadura. **Ambas as táticas serão encaminhadas porque a oposição burguesa oscila entre dois comportamentos políticos e a predominância de um sobre o outro depende do avanço das lutas populares, que obrigaria a burguesia a se definir.** No momento, lideranças políticas como, por exemplo, os governadores Tancredo Neves, Gerson Camata, e Franco Montoro, do PMDB, adotariam prioritariamente a primeira saída, enquanto Brizola, do PDT, e Iris Resende do PMDB, ficariam com a segunda opção.³⁷¹ (grifo nosso)

Ou seja, dessa análise de conjuntura podemos tirar algumas conclusões, mas aqui nos interessa evidenciar duas. A primeira aceção é que o descontentamento das massas populares poderia mudar a correlação de forças no processo de transição, apontando para um possível avanço da perspectiva popular (ou do Trabalho) sobre a posição burguesa (do Capital); a segunda, consequência direta da primeira, é que possíveis inflexões no processo de transição dependeriam em parte do avanço das lutas populares. Sendo esse documento de abril de 1983, fica expresso, portanto, a importância das *Diretas Já* na tática da oposição antiautocrática enquanto condição *sine qua non* para o avanço do tensionamento popular nos rumos da transição política.

Nessa perspectiva, o cuidado deveria ser tomado também com a segunda opção, visto que a saída por meio de um pacto social não descartava o uso das eleições diretas, como vimos nas páginas acima a partir do posicionamento de Iris Resende, aliando o sufrágio imediato com a possibilidade do pacto, ou seja, de um consenso. Essa possibilidade fica mais detalhada a partir das semelhanças e diferenças levantadas pelo partido:

Qual a diferença fundamental, porém, entre o Projeto Ulysses e o Projeto Tancredo? É que o Projeto Ulysses tenta chegar ao Poder – ou, pelo menos, ao comando do aparelho do Estado - através da disputa das preferências populares, por meio do voto direto. E o Projeto Tancredo tem o mesmo objetivo de alcançar o Governo, mas por acordos de cúpula, se possível com o voto direto, mas, se necessário, com acordos e conchavos espúrios no Colégio Eleitoral.

E qual é a principal semelhança? É que ambos os Projetos – Tancredo e Ulysses – acabarão por servir fundamentalmente aos interesses das classes dominantes, ainda e mais uma vez em detrimento da classe trabalhadora. A alternativa liberal do Projeto Ulysses, mais vinculada a esses interesses populares que a de Tancredo, não é capaz de apresentar propostas concretas para a política econômica, embora possa atender a alguns pequenos e parciais interesses dos trabalhadores.³⁷²

³⁷¹ Ibidem, p. 02.

³⁷² BOLETIN NACIONAL. ORGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Projeto político do PT. São Paulo, 20 de novembro de 1983, p. 14.

É por meio desse marco acerca das alternativas para a transição política que o PT apresenta sua tática frente à organização do regime como também à oposição burguesa, levantando, nesse cenário, uma outra alternativa frente às existentes, ainda que estas alternativas, da oposição burguesa, fossem material/ideologicamente dominantes visto a inexpressividade eleitoral do PT nas eleições de 1982, mesmo após as longas jornadas grevistas do que se convencionou chamar de “novo sindicalismo” entre 1978 e 1981.

Uma política consequente para o movimento operário e popular na atual conjuntura visa mobilizar as massas contra a ditadura e sua política, desmascarar a oposição burguesa, que procura desviar o movimento operário e popular de seus objetivos, e avançar na luta e organização dos trabalhadores.³⁷³

Com isso, vemos o papel fundamental exercido pelo partido: ser o “porta-voz” e o “organizador” da classe que representa, buscando dentro do embate hegemônico vislumbrar uma possibilidade de transição que estava fora dos interesses dominantes. Pois, mesmo que esta perspectiva democrático-popular fosse inviável poderia alterar a correlação de forças conforme as lutas populares avançassem, e, assim, as *Diretas Já* passaram a ter um papel imprescindível que a orientação antiautocrática buscou utilizar como um instrumento para consolidar sua tática, seja para conquistar a hegemonia do movimento, seja para obrigar a oposição burguesa a continuar no movimento pelas *Diretas*, pois, caso não o fizesse, a oposição antiautocrática o faria.

Para a disputa em torno da hegemonia da campanha pelas *Diretas Já* o PT se organizava em torno de cinco eixos principais que atravessavam o programa político para a transição. Eram eles:

- 1 – A luta contra o arrocho salarial, por aumento de salário real, contra o desemprego e pelo tabelamento de preços.
- 2 – A luta contra a Lei de Segurança Nacional, contra a lei anti-greve e contra as demais leis repressivas.
- 3 – A luta pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.
- 4 – A luta pela moratória unilateral da dívida externa, contra o FMI (Fundo Monetário Internacional) e pela nacionalização dos bancos e dos monopólios.
- 5 – A luta pela convocação imediata de eleições *Diretas* para a Presidência da República em 1984, que exige, do Partido, o início dos debates para a apresentação de uma candidatura própria.³⁷⁴

³⁷³ Ibidem, p. 02-03.

³⁷⁴ BOLETIM NACIONAL. ORGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Op. Cit.*, p. 18.

Nota-se que a pauta programática do PT na luta pela transição política e durante as *Diretas Já* tinha como última alternativa o ponto acerca das eleições diretas em 1984, fazendo referência, ainda que indiretamente, à emenda Dante de Oliveira. A partir desta constatação podemos tirar duas conclusões: a primeira é que o PT valorizava mais os ganhos concretos para a classe trabalhadora como aumento salarial, fim do arrocho, abolição da Lei de Segurança Nacional, fim da Lei de Greve, reforma agrária etc; a segunda é que o partido, diante da inexpressividade eleitoral observada em 1982, precisava achar uma alternativa factível para um possível pleito em 1984.

A conclusão diametralmente contrária pode-se tirar a respeito da atuação e programa do PMDB, que valorizava, única e exclusivamente, a reivindicação pelo voto direto, não acompanhando nenhuma outra pauta que buscasse ganhos que fossem mais presentes no cotidiano da classe trabalhadora, configurando-se enquanto um programa *politicista* e também como um canal privilegiado de interlocução liberal. Evidentemente que essa pauta defendida pelo PMDB, eleitoralmente, era muito oportuna, visto seu crescimento expressivo nas eleições de 1974, 1978 e 1982. Ou seja, conforme vimos as eleições diretas não descartariam um pacto social entre burguesia e trabalhadores, pacto este que seria mediado pelo PMDB, que estaria inclinado substancialmente na lógica do Capital e incorporando subalternamente a perspectiva do Trabalho. Essa via era claramente a defendida por Ulysses Guimarães por meio do seu programa *A Travessia*, no qual mostrava claramente a convergência e congruência entre burgueses e trabalhadores contra o Estado ditatorial.

Na questão sindical tanto a CUT quanto a CONCLAT também davam maior densidade para uma proposta antiautocrática para a transição, dentre outras propostas, suas pautas programáticas eram:

- Fim do desemprego e estabilidade no emprego
- Fim do arrocho salarial e da alta do custo de vida
- Contra a política econômica do governo
- Pelo rompimento do acordo com o FMI
- Pela reforma agrária ampla, massiva e imediata
- Por um salário mínimo real e unificado
- Pela manutenção das conquistas e aperfeiçoamento do sistema previdenciário
- Pela revogação da Lei de Segurança Nacional e de todos os atos de exceção
- Por ampla liberdade de organização e de expressão
- Liberdade e autonomia sindical com o fim das intervenções e devolução dos sindicatos às diretorias eleitas
- Pelo livre exercício do direito de greve

- Por eleições livres e diretas em todos os níveis, inclusive para presidência da República.³⁷⁵

Nesse contexto de 1983 cabe nota que apesar de formalmente a luta pelas *Diretas Já* ser uma proposta do PMDB, tanto os partidos de caráter antiautocrático quanto os sindicatos que imprimiam o ponto de vista da classe trabalhadora já defendiam, entre outros pontos, as eleições diretas para presidente da República. Conforme apontamos acima, o primeiro ato pelas *Diretas Já* ocorreu em Goiânia em julho de 1983. No entanto, o PMDB ainda se encontrava vacilante por motivos políticos e eleitorais acerca da participação e condução do movimento.

Não podemos dizer o mesmo dos partidos e sindicatos que lutavam contra a autocracia, seja a militarizada, ditatorial e burguesa, fosse a burguesa de verniz democrático. A CUT em setembro de 1983 já tinha definido a pauta das eleições diretas para presidente como uma proposta essencial da classe trabalhadora no embate pela transição política. Porém, como vimos acima, diferentemente da oposição burguesa, a luta pelo voto direto estava acompanhada por uma série de reivindicações classistas próprias do movimento dos trabalhadores, ou seja, com a intenção de colocar a perspectiva do Trabalho nos rumos da transição que, em 1983, poderia não ser somente uma transição política outorgada pela revolução passiva, mas ter uma perspectiva *possível* da classe trabalhadora. “Não se trata de uma questão de quantidade (melhoria das posições diferenciais no interior da institucionalidade), mas de qualidade (o embate hegemônico)”³⁷⁶. Pois, de fato, a institucionalidade, em particular, e as instituições, em geral, têm como regra e iniciativa pressuposta de perpetuar a forma social dominante. Em setembro de 1983, assim se apresentava a pauta programática e de luta da recém-fundada CUT para a transição na I CONCLAT:

O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora que ora se realiza reveste-se de uma importância histórica fundamental, na medida em que vem denunciar e desmascarar tanto as propostas dos patrões, quanto as manobras daqueles que buscam atrelar o movimento sindical aos interesses das classes exploradoras e, na medida em que reafirma a saída independente dos trabalhadores para a crise e aponta no sentido da criação de instrumentos e formas de luta: a CUT e a GREVE GERAL.

- Fim da política econômica do governo;
- O rompimento dos acordos com o Fundo Monetário Internacional – FMI;
- A liberdade e a autonomia sindical;
- A liberdade de organização política;
- A reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
- O não pagamento da dívida externa;
- O fim da Lei de Segurança Nacional – LSN;

³⁷⁵ DELIBERAÇÃO DOS CONGRESSOS DE TRABALHADORES – CONCLAT E CUT. São Paulo, 19 de dezembro de 1983, p. 01.

³⁷⁶ DIAS, Edmundo Fernandes. *Op. Cit.*, p. 44.

- O fim do regime militar e por um governo controlado pelos trabalhadores;
- Eleições diretas para Presidente.³⁷⁷

Diferentemente do PCB, PCdoB e MR-8 que embora tivessem uma configuração objetiva antiautocrática, buscavam reafirmar a política aliancista com a oposição burguesa na transição, o PT (e suas tendências, com as devidas nuances) e a CUT buscavam uma política sem maiores concessões para a burguesia, fosse no campo da política, fosse no campo econômico. Ou seja, se isso se faz verdadeiro, buscavam construir e/ou evidenciar uma identidade própria da classe trabalhadora, fugindo do canal de interlocução liberal, onde os partidos proscritos se encontravam.

O PMDB, como um partido da oposição burguesa, no processo de transição e, particularmente nas *Diretas Já*, tornava das categorias sociais abstrações vazias para as classes subalternas e abstrações reais para a burguesia, doravante fazendo destas abstrações reais e particulares burguesas uma universalidade. Configura-se assim, nesse processo, um embate de projetos de sociedade, em outras palavras, um embate hegemônico, de distintos projetos sociais para a transição brasileira. Todavia, cabe salientar com a devida atenção, o nível desproporcional na correlação de forças entre as posições de classe anticesarista e antiautocrática, muito embora os dois projetos tenham a potencialidade hegemônica.

Tanto é, pois, hegemonia, no sentido gramsciano do termo, por se configurar não só numa crítica radical às formas práticas e teóricas da estrutura de dominação, mas também por levar em consideração a possibilidade de alteração nas regras dadas *a priori*, sejam elas institucionais e/ou sociais. Hegemonia, portanto, leva em consideração não só a estrutura e o desenvolvimento enquanto relação e movimento contraditório, mas também, para que isso seja afirmado, necessita do aspecto crítico às formas estabelecidas de exploração e opressão de uma classe pela outra. Ademais, traz implicitamente a advertência de se reduzir o Estado à vontade dos dominantes, não levando em conta a importância da correlação entre as classes e no interior delas entre suas frações. Sinteticamente, hegemonia, nesse processo analisado por nós, é a permanente relação entre estrutura e conjuntura e seu desenvolvimento contraditório, bem como a possibilidade de alteração no quadro objetivo por meio da luta política.

Essa afirmação se faz necessária nessa altura do texto, pois foi justamente por meio disso que o movimento pelas *Diretas Já* se apresentou e se efetivou na transição: alteração das regras dadas por meio da correlação de forças. O que havia naquele período era uma disputa em torno do *sentido* que o movimento deveria imprimir na transição: no setor anticesarista,

³⁷⁷ RELATÓRIO GERAL DAS RESOLUÇÕES. I CONCLAT. São Bernardo do Campo – SP, 02 de setembro de 1983, p. 03.

tanto a eleição direta como a indireta não descartariam o “pacto social”, o consenso. A oposição burguesa disputava em seu interior nomes que conseguissem articular o binômio “credibilidade” *versus* “popularidade”, criando um caráter *sui generis* para a transição de 1985 que pretendemos discutir ao longo deste capítulo, qual seja: diferente das outras transições que ocorreram na história do Brasil, a de 1985 teve uma ampla presença popular engendrada, particularmente, pelas *Diretas Já*, no entanto, isso não quer dizer que a transição foi popular, muito pelo contrário, confirmou-se antipopular. No setor antiautocrático, vislumbrava-se o ponto de vista do Trabalho, por meio da direção dos trabalhadores ou, pelo menos, com clara participação e intervenção desta classe nos rumos da transição. Enfim, buscando realizar uma transição plenamente democrático-popular, sob a hegemonia da classe trabalhadora.

Essas características apresentadas por nós podem ser vistas a partir do comício realizado na Praça Charles Miller no dia 27 de novembro de 1983, convocado pelo PT, PMDB, PDT, pela CUT, CONCLAT-Praia Grande, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, UNE e outras entidades, num total de 70, mas claramente organizado e liderado pelo PT.

Sua organização, diferentemente dos comícios de 1984, se deu de forma direta com os movimentos de base engendrados por sindicatos, pela UNE e tantas outras entidades da sociedade civil. Contudo, dificuldades financeiras evidenciadas tanto pelo PT quanto pelo conjunto dos sindicatos dos trabalhadores dificultaram a divulgação e, com isso, uma maior aglomeração social em prol das eleições diretas em 1984. Não obstante, a própria vacilação da oposição burguesa diante das *Diretas*, foi um outro motivo substancial para o não alavancamento do movimento ainda em 1983, mesmo porque o PT, ainda que com um poder de tensionamento embrionário, estava conseguindo disputar a direção do movimento, consolidando esta direção no comício do dia 27. Em outras palavras, não seria taticamente vantajoso para a oposição burguesa investir num movimento em que o PT tinha uma relativa margem de manobra com os movimentos de base. A questão que estava posta para o conjunto da oposição burguesa era o estabelecimento de uma direção comprometida com uma transição pactuada e pela não abolição da autocracia burguesa, sendo as *Diretas Já* um fenômeno deste processo, após o isolamento da oposição antiautocrática na correlação de forças impressa no interior da disputa em prol do sufrágio imediato.

No entanto, conforme sustentamos, 1983 foi o ano em que surgiu a possibilidade das *Diretas* optarem por num caminho democrático-popular, fosse pela pluralidade representativa, fosse pela frente antiautocrática que catalisou o movimento do dia 27.

Na primeira grande manifestação pública pela volta das eleições *Diretas* para a Presidência da República, cerca de 15 mil pessoas se reuniram ontem à tarde na praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, para ouvir representantes do PT, PMDB e PDT e de 70 entidades que organizaram o ato. O governador Franco Montoro não compareceu.

Durante o comício, discursaram defendendo as *Diretas* o presidente da UNE, Acildon Matos; o representante da Conclat, Antônio Rogério Magri; o coordenador da CUT, Jair Meneghelli; a representante da Comissão Justiça e Paz, Margarida Genevois; o pedetista Rogê Ferreira; e Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT.³⁷⁸

Não à toa, a *Folha de São Paulo*, ao mencionar os partidos que participaram do comício, colocou o PT em primeiro lugar em comparação com o PMDB e PDT, o que caracteriza, ainda que seja no campo da linguagem, a frente que o PT tomou no comício. Outro dado que merece ser mencionado é que no dia do referido comício, Teotônio Vilela, veio a falecer, o que contribuiu para o estabelecimento de um “ar” contestatório, visto que Vilela foi um dos símbolos que se tornou popular no que tange a uma transição sem negociação e com características populares, ainda que não fugisse do aspecto liberal presente no seu programa político para a transição, o já referido *Projeto Emergência*. Aspecto popular que veio sendo construído desde as greves do ABC no final da década de 1970, uma vez que Vilela apoiou formalmente o direito de greve e o movimento grevista dos operários³⁷⁹.

Desta forma, na questão prática, o comício do dia 27 de novembro de 1983 foi a inauguração da mobilização em prol do sufrágio imediato e com nítida participação popular de *base*, uma característica *sui generis* quando comparado ao movimento de 1984, que ganhou delineamentos de um movimento de *massas*, amplamente direcionado pela oposição burguesa, características estas: base e massas, que iremos determinar mais à frente. Essa “inauguração” prática das *Diretas* pode ser vista na fala de Meneghelli, segundo o jornal *Folha de São Paulo*: “O coordenador da CUT, Jair Meneghelli, disse, no entanto, que a eleição direta em 1984 é fato irreversível e a campanha, agora nas ruas, deverá crescer a cada nova manifestação, engajando a sociedade civil como um todo”³⁸⁰.

É por meio deste apontamento que estabelecemos uma diferença substancial da manifestação *Diretas Já* ocorrida em Goiânia, em junho, e a ocorrida em São Paulo, em novembro. A primeira não tomou as ruas e muito menos teve representatividade social, se configurando mais num lançamento eleitoral dissimulado de Ulysses Guimarães como possível

³⁷⁸ “Manifestação de 15 mil exige a volta das diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.962, 28 de novembro de 1983, p. 01.

³⁷⁹ “Ato pelas diretas leva 15 mil à praça Charles Miller”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.962, 28 de novembro de 1983, p. 04.

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 01.

candidato caso a sucessão fosse via pleito direto. Em síntese, foi meramente um comício do PMDB lançando um candidato para eleições diretas. O comício de São Paulo tomou a praça e ruas adjacentes e, apesar de ter clara liderança do PT, contou também com uma larga representatividade da sociedade civil, o que demonstrou uma clara pluralidade representativa e horizontalidade no movimento, pluralidade representativa unida na tática primeira para a derrocada do regime ditatorial, qual seja: as eleições diretas e uma clara pauta democrática e popular para a transição, características estas que foram se perdendo ao longo do ano de 1984. Esta pauta democrática e popular, conforme demonstrada acima nos programas políticos para a transição, principalmente do PT e da CUT, também pode ser vista, na prática, no comício do dia 27 de novembro, ou seja, não ficou só no papel de orientação partidária, sendo também expresso o vínculo entre programa político e movimento de base: “os oradores deixaram claro que as eleições *Diretas* não são, contudo, a única aspiração da sociedade. Elas deverão ser o início de um processo de transformação social, econômica e política, ‘capaz de devolver aos brasileiros o direito de participar da condução dos destinos do País.’”³⁸¹

Mesmo com 15 mil pessoas nas ruas, o comício do dia 27 foi considerado abaixo da expectativa dos organizadores. Por conta da dificuldade financeira que os sindicatos e o próprio PT estavam enfrentando, houve dificuldades consideráveis na veiculação de propaganda de agitação política e na mobilização popular. Também a falta de engajamento de grande parte da mídia burguesa comprometida com o regime ditatorial e a vacilação do PMDB acerca das *Diretas*, contribuíram igualmente para o relativo “fracasso” do comício. Essa dificuldade na mobilização pode ser constatada na própria fala dos sindicalistas na matéria da FSP, dentre eles destaque a de Meneghelli:

Mesmo do lado da CUT, os sindicalistas admitiram que a convocação das bases para o ato deixou a desejar. Para Jair Meneghelli, a mobilização foi difícil porque a CUT “não tem recursos, está completamente sem dinheiro e, além do mais, temos sindicatos cassados, sofrendo toda a sorte de problemas de infraestrutura”.³⁸²

Essa dificuldade na mobilização também foi levada em consideração no editorial da FSP, deixando mais claras as dificuldades enfrentadas pela oposição antiautocrática na condução de um movimento de magnitude nacional, conforme se configurou o movimento pelas *Diretas Já*.

³⁸¹ Ibidem, p. 04.

³⁸² Idem.

A presença popular, estimada em cerca de 15 mil participantes, foi bem abaixo das expectativas dos organizadores. Como o próprio presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, afirmou, não adianta ficar lamentando, pois mobilização implica necessariamente capacidade para tal. E isto os organizadores devem reconhecer. Faltou trabalho e capacidade efetiva de mobilização para levar o povo à praça. Vários fatores podem aí ser arrolados: **o viés amadorista e por vezes ainda sectário do que persiste no discurso do PT, o que dificulta o entendimento com outras forças oposicionistas; o caráter hesitante e reticente do apoio oferecido pelo PMDB ao evento, o que transforma sua adesão em mero respaldo formal e não em compromisso concreto com o trabalho de base;** e o silêncio significativo de boa parte da imprensa, em especial setores de rádio e TV, que não se empenharam em dar a cobertura que a importância do ato merecia.³⁸³ (grifo nosso)

Estes dois apontamentos foram destacados por nós para podermos desdobrá-los. O primeiro sobre o “viés sectário” do PT, demonstra o desconhecimento do editorial em relação aos dois projetos políticos de oposição que estavam em disputa nas *Diretas Já*: o antiautocrático, com vínculo e viés popular permeado por pautas concretas que iam além do mero voto direto, defendido apenas como um meio, e que objetivava uma ruptura incisiva com o regime ditatorial; e o anticesarista, que ganha forma concreta, nas *Diretas Já*, em 1984, voltado para o viés de massa, na defesa única das *Diretas* como um fim em si mesma, em valores amplamente abstratos e pautados no consenso e numa saída pelo alto e sem maiores rupturas com o regime ditatorial.

Por outro lado, a própria esquerda antiautocrática, principalmente aquela vinculada ao quadro pecebista comprometida com a unidade burguesa e ressentida com os 15 mil que o PT, suas tendências e a CUT conseguiram colocar nas ruas, pontuou:

Entretanto, é preciso imediatamente rever os erros que marcaram essa primeira manifestação pelas *Diretas* para presidente da República. O primeiro deles é romper com a instrumentalização de manifestações com esse fim, como ficou claramente caracterizada na de domingo último, quando o Partido dos Trabalhadores e suas barulhentas tendências tentaram monopolizar todo o processo. Os resultados em termos de inserção política da população foram os mais catastróficos, ao ponto da estimativa em torno da “manifestação dos cem mil” acabar sendo uma concentração muito inferior.³⁸⁴

Dois problemas que marcam profundamente esse posicionamento do PCB são: não compreender a dificuldade de mobilização de um partido sem condições materiais para tal, dependendo única e exclusivamente do seu contato com os movimentos de base e com a

³⁸³ “Diretas nas ruas”. Ibidem, p. 03.

³⁸⁴ “A nação tem o direito de ser ouvida”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 181, 01 a 07 de dezembro de 1983, p. 07.

militância sindical e operária; e não ter feito ao menos uma crítica, ao longo de 1984, à real instrumentalização do movimento levado a cabo pelo PMDB.

Acerca da oposição anticesarista, um dia antes da mobilização do dia 27 de novembro, foi lançado um manifesto intitulado “A nação tem o direito de ser ouvida” em prol das eleições diretas e assinado pelos seguintes governadores: Tancredo Neves (PMDB-MG), Franco Montoro (PMDB-SP), Leonel Brizola (PDT-RJ), Íris Resende (PMDB-GO), José Richa (PMDB-PR), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Jader Barbalho (PMDB-PA) e Gerson Camata (PMDB-ES). Vamos reproduzir o manifesto na íntegra pois assim podemos elucidar a diferença entre as duas oposições ao regime ditatorial:

A eleição direta para presidente da República é o caminho para a superação da nossa crise econômica, política e social.

É a possibilidade de novos rumos para a economia brasileira, com a reafirmação de nossa soberania e o primado do mercado interno.

É a possibilidade de mudança que substituirá as decisões centralizadas pela consulta democrática aos grandes setores da sociedade.

É a forma de assegurar a confiança da cidadania naqueles que são responsáveis pela condução de seu destino.

É a melhor alternativa para os estados e municípios, que precisam ter sua autonomia fortalecida em benefício da população e do País.

É o alento de que necessitam os que vivem de salário e as empresas.

É a esperança para a juventude.

É a grande opção patriótica para o governo federal que, acima de interesses de grupos e ambições pessoais, poderá assegurar ao País o instrumento democrático capaz de permitir que a própria Nação fixe os rumos de sua história.

A eleição direta para presidente da República é uma reivindicação de consciência nacional. A imensa maioria dos brasileiros a reclama.

A nação tem o direito de ser ouvida.³⁸⁵

A partir deste manifesto, lançado estrategicamente um dia antes do comício do dia 27 de novembro, podemos estabelecer parâmetros comparativos com o programa da oposição antiautocrática. Neste manifesto fica ausente a questão de classe, como conseqüentemente a perspectiva da classe trabalhadora, fazendo com que a democracia ganhasse dimensão de salvaguarda para os demais problemas econômicos e sociais em que o país se encontrava. Não obstante, mostra também a intencionalidade do pacto entre Capital e Trabalho, entre empresários e trabalhadores. Elementos estes completamente diversos do programa da oposição antiautocrática expresso não só enquanto uma orientação formativa interna e de organização da militância, mas também difundido no comício do dia 27 de novembro de 1983.

³⁸⁵ “A nação tem o direito de ser ouvida”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 19.961, 27 de novembro de 1983, p. 06.

O segundo apontamento do editorial da *FSP* evidencia o lado vacilante do PMDB em relação às *Diretas Já*. Esse apontamento facilita trazer à luz as disputas internas entre o lado autêntico e moderado acerca da sucessão ser direta ou indireta, ambas pactuadas e em busca do “consenso nacional”. Sobre ambas as correntes, autênticos e moderados, estarem em prol do consenso nacional, fosse direto ou indireto (mas claramente pendendo para a sucessão indireta), fica evidente a partir do encontro de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves com o presidente Figueiredo em outubro de 1983 em busca de uma solução negociada³⁸⁶; como também demonstra a inexistência de um vínculo concreto com o movimento pelas *Diretas* fruto, conseqüentemente, de sua inexpressividade com os movimentos de base. O apoio do PMDB em relação às *Diretas* era limitado ao campo meramente retórico.

Esse imobilismo do PMDB em relação às *Diretas* pode ser verificado por meio de críticas de deputados correligionários tanto no que se referia à articulação de Tancredo para as indiretas quanto às vacilações de Ulysses conforme viemos pontuando, caso que foi exposto pelo deputado federal Elquisson Soares (PMDB-BA):

“O governador Tancredo Neves que controla de fato a maioria do PMDB nacional, defende as eleições diretas apenas da boca para fora, trabalhando a favor das indiretas nos bastidores do partido”. [...] “Tancredo joga para ser o candidato consenso, em notória articulação com o sistema dominante. Basta ver a recente declaração do general Danilo Venturini, ministro para Assuntos Fundiários, durante sua visita a Belo Horizonte. Ele postulou publicamente a mesma tese consensual do governador, que estava ao seu lado, numa inequívoca combinação de forças”. [...] Em suas críticas o deputado baiano não poupa nem o presidente nacional de seu partido, Ulysses Guimarães: “como ele não tem uma decisão formal do PMDB pela sua candidatura à sucessão presidencial, também não se mexe, permitindo que as forças partidárias permaneçam imobilizadas, sem levar à frente como deveria estar acontecendo há muito tempo a campanha pelo restabelecimento das eleições *Diretas*, mediante uma ampla mobilização da sociedade civil brasileira”.³⁸⁷

Desta forma, os motivos pelos quais o PMDB não a tomou frente da campanha pelas *Diretas* em 1983 são, majoritariamente, oriundos deste impasse instalado no interior do partido, visto que em dezembro daquele ano de 1983 ocorreu a Convenção Nacional do Partido, em que se elegeu um novo Diretório Nacional e este sua Executiva, tendo o senador biônico Afonso Camargo no lugar do “autêntico” Francisco Pinto, Roberto Cardoso Alves, um agressivo anticomunista paulista, e Milton Reis. Estes nomes na Comissão Executiva eram os mais claros representantes dos interesses moderados. Em troca da perda de maioria na Comissão Executiva,

³⁸⁶ “A conspiração contra o povo”. *Em Tempo*: São Paulo, n.º, 20 de outubro a 02 de novembro de 1983, p. 04.

³⁸⁷ “Deputado afirma que Tancredo trabalha a favor de indiretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n.º 19.972, 08 de dezembro de 1983, p. 06.

Ulysses conseguiu manter-se presidente do partido, segurando o seu primeiro e segundo vice, Pedro Simon e Miguel Arraes, respectivamente³⁸⁸. O que aconteceu de fato é que esta troca já vinha sendo negociada entre Ulysses e Tancredo ao longo de outubro e novembro de 1983. Desta forma, chegaram a seguinte resolução: Ulysses aceitaria o diálogo com a situação³⁸⁹ e Tancredo aceitaria a tese das *Diretas*. Um grande acordo interno consolidado em dezembro de 1983 e que acabou fortalecendo os moderados no interior do aparelho partidário, uma vez que a Executiva do PMDB passou a ter uma maioria francamente favorável ao governador mineiro. Ulysses continuaria presidente, porém, Tancredo, ganhava maior margem de manobra em suas articulações e transformava o PMDB em um partido ainda mais disposto à negociação com o PDS, conforme ressaltou José Sarney³⁹⁰.

No dia anterior ao comício da praça Charles Miller, uma série de empresários declarou apoio ao movimento pelas *Diretas*, dentre eles: Abilio Diniz (grupo Pão de Açúcar – comercial), Dilson Funaro (Grupo Trol – industrial), Míriam Lee (Molas Suéden – industrial), Roberto Vidigal (Confab – industrial), Claudio Bardela (diretor-presidente do Grupo Bardella – industrial), Thiers Fattori (Confederação Nacional dos Transportes), Paulo Francini (vice-presidente da FIESP), José Papa Jr. (presidente da Federação do Comércio de São Paulo) e no dia do comício do dia 27 as *Diretas* receberam apoio de Jeremia Lunardelli Neto (presidente da Associação dos Empresários da Amazônia), João de Mendonça Furtado (presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) que também era membro do PDS³⁹¹.

Ainda neste campo empresarial havia alguns outros posicionamentos similares, como o do presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, que propôs ao regime fazer um plebiscito:

O governo deveria realizar um plebiscito para saber se a população quer as eleições *Diretas* para Presidente ou se prefere ficar com as atuais regras do jogo e manter a escolha por intermédio do Colégio Eleitoral. [...] O presidente da Volkswagen acredita que a meta da democracia deve ser as eleições *Diretas* e, mais que isso, o respeito pelas regras escolhidas pela maioria, a não ser que a maioria resolva mudar tais regras, manifestas pelo plebiscito.³⁹²

O representante dos industriais de São Paulo à época, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, havia proposto a implementação do parlamentarismo aliado às eleições diretas, ou seja, manter

³⁸⁸ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 324 - 325.

³⁸⁹ “Se quiserem conversar comigo é só marcar a hora”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.971, 07 de dezembro de 1983, p. 05.

³⁹⁰ *Idem*.

³⁹¹ “Diniz conclama formadores de opinião a se engajarem também”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.960, 26 de novembro de 1983, p. 04, e “Empresários do Amazonas também dão seu apoio”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.961, 27 de novembro de 1983, p. 09.

³⁹² “Sauer propõe plebiscito para definir eleição”. *Folha de São Paulo*: São Paulo. nº 19. 971, ibidem, p. 04.

o presidente eleito submetido aos movimentos do Parlamento, uma proposta estratégica caso algum nome de cunho popular fosse eleito no pleito. No campo político, essa posição foi consubstanciada pelo senador Jorge Konder Bornhausen, irmão do presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos e da Federação Nacional dos Bancos, Roberto Konder Bornhausen. Até mesmo o senador Fernando Henrique Cardoso (presidente do Diretório Regional de São Paulo pelas *Diretas*) se prestou em assinar o substitutivo de Jorge Bornhausen caso fosse necessário, como também essa frente pró-parlamentarismo tinha o apoio de alguns políticos da oposição, como: Néelson Carneiro (PTB-RJ), Jorge Viana (PMDB-BA), Aldo Pinto (PDT-RS) e Airton Soares (líder do PT)³⁹³. O que essa fração do empresariado paulista temia era a vitória de um candidato popular via eleição direta e, no Colégio Eleitoral, indiretamente, a vitória de um candidato que não representasse os anseios do empresariado paulista do ramo industrial e bancário, como o deputado Paulo Maluf, indicando claramente um racha no interior do PDS conforme vimos no capítulo anterior.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, acredita que o parlamentarismo – com eleição direta – é a melhor fórmula para se superar a longo prazo a crise nacional. E prepara uma ação didática junto ao empresariado (como um seminário sobre o assunto em janeiro) pois em sua concepção “o povo ainda não sabe que o parlamentarismo é o melhor regime”.

Luís Eulálio convidou ontem [07 de dezembro de 1983] o senador Jorge Konder Bornhausen (PDS-SC), autor de um substitutivo à emenda que restabelece o parlamentarismo no Brasil, para uma discussão preliminar na entidade sobre os rumos da campanha [...]. Bornhausen e Luís Eulálio se mostram particularmente preocupados com o atual quadro político brasileiro. Eles acreditam que uma eleição presidencial indireta poderá produzir resultados inaceitáveis para a Nação. Mas também temem a direta, da qual o governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, poderia emergir vencedor.³⁹⁴

O apoio de parte da fração empresarial se mostra importante para nós, pois confirma a ideia que viemos trabalhando no final do primeiro capítulo e ao longo do segundo, em que as *Diretas Já* se enquadravam na “nova” orientação que o empresariado brasileiro estava seguindo de forma gradual e paulatina, qual seja: a defesa da democracia política se tornou um mote ideológico no campo de interlocução liberal para a defesa da “democracia de mercado”, somente com a democracia política poderia haver maior “democracia econômica”, isso para o Capital, logicamente. Essa foi uma das teclas em que o empresariado bateu ao longo do processo de transição no embate ideológico e prático, no qual, junto com a oposição burguesa,

³⁹³ FREITAS, Galeno de. “Vidigal quer parlamentarismo e diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 19. 972, 8 de dezembro de 1983, p. 06.

³⁹⁴ Idem.

formularam um projeto social para a transição que foi capilarizado ao longo das *Diretas Já*, transformando-se em um importante *locus* de interlocução liberal. Esse apontamento levantado por nós fica mais claro quando defendido pelo próprio representante empresarial: “O presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Jeremia Lunardelli Neto, enviou telegrama ao governador Franco Montoro em apoio à campanha nacional pelas eleições diretas. **‘Só vamos sair da crise com a abertura política e a consequente abertura econômica’**”³⁹⁵. (grifo nosso)

No entanto, o que estava posto neste ano de 1983 em última instância, não era o apoio ou não da pauta pelas *Diretas*, mas sim os desdobramentos que esta campanha poderia tomar, ou seja, da campanha sair fora do controle dos setores que a criaram, podendo desembocar em alguma forma de radicalismo que impedisse a conciliação conservadora pelo alto que estava se desenvolvendo. A campanha precisava de uma condução segura e verticalizada que pendesse para o lado da oposição anticesarista e não da forma que estava sendo gestada pela oposição antiautocrática, de cunho de base e voltada para a ruptura. Tanto é isso que os próprios termos e palavras de ordem eram utilizados pela oposição burguesa com bastante cuidado, vide a campanha pró-Tancredo, após a derrota das *Diretas*, pautada na “Mudança Já” e sem nenhuma margem para alguma transformação ou ruptura substancial.

Nesse sentido, o lado antiautocrático tinha ligações diretas com a classe operária, fruto das greves do ABC paulista, e carregava consigo elementos de embate claramente classistas. Elementos estes que foram impressos na campanha pelas *Diretas Já* em 1983 por parte da oposição antiautocrática. Perspectiva que fica evidente a partir do discurso de Meneghelli no comício do dia 27:

“Eleições *Diretas* não bastam.” Para ele, “não basta votar em homens, mas em programas que se comprometam com os anseios da classe trabalhadora, com a classe sindical, contra a Lei de Segurança Nacional, pelo direito de greve e pelo fim das intervenções em sindicatos livremente eleitos.”³⁹⁶

No periódico *Em Tempo* fica claro o chamado de greve geral da CUT para abril de 1984, chamado este, presente no seu programa de ação para a transição, conforme demonstramos acima, e que também foi veiculado na mobilização pelas *Diretas* no comício do dia 27 de novembro de 1983. A decisão foi tomada pela direção nacional da Central Sindical em Goiânia entre os dias 12 e 13 de novembro de 1983, articulando a pauta de greve geral como uma forma

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ “Ato pelas diretas leva 15 mil à praça Charles Miller”. *Op. Cit.*

de pressão a favor da aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Era uma luta contra a política econômica do regime e a favor do sufrágio imediato.³⁹⁷

A data indicativa para a greve geral [abril de 1984] coincide com os 20 anos da ditadura militar. No plano de lutas aprovado no Conclat, além da luta contra a política econômica do governo e pelas reivindicações trabalhistas, está a luta pelas eleições *Diretas*.

A CUT deve orientar a mobilização dos trabalhadores, desde já, não apenas contra os decretos de arrocho, não apenas contra a política econômica do governo, mas pela derrubada da ditadura militar.³⁹⁸

E assim se desenhou o comício do dia 27 de novembro de 1983, permeado por discursos de cunho classista e de mobilização da população em geral, e da classe trabalhadora em particular. Como veremos logo abaixo, os comícios de 1984 passaram a ter um contorno completamente diverso deste de 1983, que teve um conteúdo propriamente orgânico com parte da classe trabalhadora, orgânico é aqui entendido no sentido da organização desta classe pela oposição antiautocrática, basicamente o PT e suas tendências e os partidos clandestinos.

O tom popular do comício pode ser apreendido a partir do relato de Ricardo Kotscho que esteve presente na grande maioria dos comícios, escrevendo o seu “diário das Diretas”³⁹⁹.

As quatro da tarde, o cheiro de churrasquinho, cerveja e cachaça já impregnava o ar, num clima de beira-mar: rapaziada de calção e sem camisa, mocinhas de mini-mini, grupos de teatro mambembe, cachorros, Plínio Marcos vendendo seus livros, jornaleiros ambulantes oferecendo a variada gama da imprensa alternativa, abaixo-assinados de todo o tipo e até um homem de paletó, gravata e sapatos brancos.⁴⁰⁰

O tom representativo e de vínculo orgânico com setores da sociedade civil estava como uma das formas organizativas partidária do PT. Em seu Boletim Nacional divulgado no dia 20 de novembro de 1983, ou seja, sete dias antes do comício na praça Charles Miller, o PT já estava apostando suas fichas no movimento de massas e em prol das *Diretas Já*, como também delineou os lugares onde atuava e deveria atuar no movimento de base. A citação que se segue será um tanto longa, mas se faz necessária para levantarmos a peculiaridade da mobilização pelas *Diretas Já* em 1983.

E, para mobilizar os trabalhadores e os setores populares nessas lutas [dentre elas as *Diretas*] de massa, bem como para garantir, consolidar e ampliar as

³⁹⁷ “Começa a mobilização popular pelas diretas”. *Em Tempo*: São Paulo, nº 179, 1 a 15 de dezembro de 1983, p. 03.

³⁹⁸ “Greve Geral em abril”. *Ibidem*, p. 02.

³⁹⁹ KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil. Diário da Campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴⁰⁰ KOTSCHO, Ricardo. “Um domingo de bandeiras, no Pacaembu sem futebol”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.962, 28 de novembro de 1983, p. 04.

conquistas obtidas no processo de luta, o PT deve estimular a criação ou o fortalecimento de inúmeras formas organizativas, das quais as principais são as seguintes:

- a) sindicatos urbanos e rurais; entidades intersindicais; associações profissionais; a CUT (Central Única dos Trabalhadores); comissões de fábrica e comissões de empresa; comissões de desempregados e de luta contra o desemprego;
- b) associações de moradores, comitês de bairro, comissões e conselho populares;
- c) entidades de luta por direitos das mulheres, dos negros, dos índios, de minorias sociais e culturais;
- d) entidades sociais contrárias à deterioração da qualidade de vida da população sob quaisquer aspectos;
- e) entidades de luta no campo da habitação, do transporte, da educação e da saúde pública;
- f) entidades culturais de defesa do patrimônio cultural brasileiro e contrárias à alienação cultural, parta de onde ela vier;
- g) comissões e comitês de defesa dos direitos humanos, de anistia, de luta contra a repressão policial e política;
- h) comissões e comitês de solidariedade aos povos que lutam por sua libertação antiburguesa e anti-imperialista, especialmente na América Latina;
- i) entidades que lutam contra as formas de dominação ideológica, principalmente no campo da comunicação de massa, e que se proponham disseminar formas populares de imprensa, de expressão, comunicação e de manifestação artística;
- j) entidades políticas e partidárias com ampla e total liberdade e autonomia.⁴⁰¹

É a partir desta estrutura organizativa que o PT estava organizado. Desta forma, a preocupação do partido em estar presente nas organizações da sociedade civil era latente. Mesmo com o relativo fracasso do comício no Pacaembu, este só chegou a aglomerar mais de 15 mil pessoas a partir do trabalho de base e na participação ativa do partido com o movimento operário e fabril, características estas que não estavam presentes em nenhum dos partidos da oposição burguesa, estando voltados aos rumos e às negociações de cunho propriamente institucional.

Outro fator que merece destaque e que impulsionou a mobilização do dia 27 de novembro encontra-se nas declarações favoráveis de Figueiredo, no dia 16 de novembro, em visita à Nigéria, às eleições diretas. Segundo o então presidente, quem impedia a concretude do pleito direto não era ele, mas o PDS. “Eu sou pelas eleições diretas. Acho que assim deve ser. Mas no momento não há possibilidade, pois meu partido não iria se conformar” Ainda, segundo ele, “a impossibilidade está em que meu partido não abre mão do direito de eleger o futuro

⁴⁰¹ BOLETIN NACIONAL. ORGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Op. Cit.*, p. 18.

presidente”⁴⁰². Essa afirmação provocou mais confusão no interior do PDS, favorecendo até a criação de um grupo pró-Diretas dentro do partido⁴⁰³, fazendo com que diversos políticos coligados tentassem capitalizar o discurso de Figueiredo para si próprios, como no caso de Moacir Dalla, presidente do senado, afirmando ser favorável às eleições *Diretas* caso houvesse um plebiscito que confirmasse a vontade popular⁴⁰⁴.

Portanto, o ano de 1983 se encerra com o contundente tensionamento da oposição antiautocrática na condução do movimento pelas *Diretas Já*. Em comparação com 1984, esse comício de 1983 acabou sendo peculiar pelo sentido popular e de base que assumiu, com clara linha de orientação partidária voltado para a organização da classe trabalhadora enquanto uma classe que poderia imprimir sua perspectiva no processo de transição.

A massificação do movimento pelas *Diretas* a partir da liderança do PMDB em 1984, contribuiu para o desaparecimento da categoria “classe trabalhadora” substituída pela categoria “povo”. Ainda, o colorido presente no movimento em 1983 foi sendo substituído paulatinamente pelo verde e amarelo⁴⁰⁵, pela padronização dos comícios, graças ao trabalho de *marketing* considerado “inovador” para a época, e a disseminação de propaganda em larga escala patrocinada pelas máquinas estaduais dos partidos da oposição burguesa, item que a oposição antiautocrática não possuía. Em outras palavras, o poder material foi decisivo para a mudança de rumo que as *Diretas Já* enfrentaram. Muito embora a oposição antiautocrática continuasse participando ativamente do movimento ao longo do ano de 1984, esta acabou sendo engolida e “apagada” pela imensa multidão presente nos “Comícios Monstros” geridos pelo PMDB, como também pelo aparelho burocrático do Comitê Nacional Suprapartidário pró-Diretas, no qual o PMDB tinha maior peso deliberativo. Os comícios que inicialmente tinham um caráter de mobilização política, passaram a ter um rótulo de festa da democracia, festa da política, conforme veremos abaixo.

3.2 As *Diretas Já* em 1984: do movimento antiautocrático para o movimento anticesarista

Um dos pontos nodais que sustenta nossa argumentação em torno do movimento pelas *Diretas Já* é a sua transformação na passagem do ano de 1983 para 1984. Transformação

⁴⁰² “Figueiredo quer diretas mas diz que PDS não aceita”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 19. 951, 17 de novembro de 1983, p. 06.

⁴⁰³ “Pedessistas fazem jantar pelas diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 19. 965, 1 de dezembro de 1983, p. 01.

⁴⁰⁴ “Leitão participa de jantar do grupo pró-diretas”. *Ibidem*, p. 05.

⁴⁰⁵ A ideia de o amarelo ser a cor oficial da campanha pelas *Diretas* veio de Caio Gracco Prado, da Editora Brasiliense e filho de Caio Prado Júnior. Ao que parece, Caio Gracco não tinha como intenção a massificação e padronização da campanha por meio do aparato estético de *marketing*, mas foi o que acabou ocorrendo na trajetória da campanha.

consubstanciada a partir dos acordos intrapartidários no PMDB com a mudança do seu Diretório Nacional, como também a partir do acordo estabelecido entre Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

Neste ano de 1984, os grandes comícios serviram para massificar a mobilização. Se em 1983 o voto direto era apresentado como um avanço tático para a conquista dos demais diretos para a classe trabalhadora, em 1984 o voto direto passa a ter um fim em si mesmo. Se em 1983 havia uma direção política que prezava a representatividade das várias entidades da sociedade civil, em 1984, apesar dessas entidades continuarem participando do movimento pelas *Diretas*, assim como a oposição antiautocrática, estas foram subsumidas à direção partidária da oposição burguesa em geral e do PMDB em particular.

No presente item desta dissertação, não nos deteremos na análise de todos os comícios que ocorreram em 1984, mas sim nos seus mais expressivos, que ocorreram em Curitiba (por ser o primeiro comício a ser instrumentalizado pela oposição burguesa), São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Evidentemente que a escolha dessas capitais não se dá exclusivamente pela expressividade quantitativa, mas sim enquanto critério de demonstração de como as *Diretas Já* foi subsumida em torno de pautas particulares e serviu como um canal privilegiado de interlocução liberal. Desta forma, tomaremos casos particulares e abstrairmos enquanto uma condição geral da campanha, dado que a estrutura organizativa desta última era exatamente a mesma em todo o Brasil.

3.2.1 O *marketing* político e a interlocução dos governadores: a inflexão anticesarista da campanha em 1984

Uma das inovações no movimento pelas *Diretas Já* foi a utilização do *marketing* político em torno não só da campanha, mas também em torno de alguns políticos da oposição burguesa. O pontapé inicial deste investimento em infraestrutura ocorreu entre os dias 15 e 16 de outubro de 1983 numa reunião em Foz do Iguaçu articulada por José Richa e Tancredo Neves. Nesta reunião os governadores da oposição burguesa⁴⁰⁶ decidiram apoiar materialmente a campanha⁴⁰⁷, muito embora não tivessem estipulado uma data para tal apoio, pois o comício de 27 de novembro de 1983 teve escassos apoios do PMDB de São Paulo por motivos partidários que analisamos acima.

⁴⁰⁶ Entre os presentes estavam os governadores e seus secretários de planejamento: Tancredo Neves (Ronaldo Costa Couto), Franco Montoro (José Serra) e José Richa. Leonel Brizola estava ausente, pois recepcionava o presidente Figueiredo no Rio de Janeiro, mas seu Secretário, César Maia, esteve presente na Reunião.

⁴⁰⁷ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 270.

Entre outros desdobramentos da reunião em Foz do Iguaçu, merece ser destacada a inflexão que tal encontro representou, pois ficou posto a necessidade dos governadores tomarem a frente da campanha, tirando a expressividade do legislativo que até então estava dando o tom na condução do movimento, particularmente representado por Ulysses Guimarães e por políticos da oposição antiautocrática.

Os pontos deliberativos da reunião, dentre outros, foram:

- Uma engenhosa forma de **continuar sendo oposição sem agredir o presidente e o governo**, apenas defendendo uma tese que até o presidente admitia discutir;
- **Ultrapassar as dificuldades financeiras e administrativas dos seus governos estaduais com uma emocionante mobilização popular**;
- Unir ou manter unidas as forças políticas que os elegeram, sob a bandeira amarela e vibrante das *Diretas Já*;
- **Colocar a campanha, que já se iniciava com alguma força, sob o comando de cada governador em seus estados**, ou pelo menos ampliar sua participação na coordenação da campanha;
- **Atrair para eles a interlocução com o governo**, que avançava para uma negociação em torno das *Diretas Já*.⁴⁰⁸ (grifos nossos)

A partir destes cinco pontos, se pode traçar um desenho de como as *Diretas Já* se desdobraram no ano de 1984, uma vez que cada ponto exposto acima foi levado a cabo pelos partidos da oposição burguesa, principalmente pelo PMDB. Pontos deliberativos que são sínteses da atuação do PMDB nas *Diretas Já* em 1984.

Se em 1983 a campanha representava uma oposição mais incisiva ao regime ditatorial, bastava fazer dela um movimento mais dócil frente ao governo, transformar uma mobilização estritamente política opositora em uma grande festa, meio que foi encontrado pela oposição burguesa para que a campanha não saísse fora de seu controle e que não se radicalizasse. O próprio carnaval, a produção em massa de confetes, slogans “animados”, a participação de vários artistas, atores e atrizes de renome nacional contribuíram para que o clima de festa fosse instaurado nas *Diretas Já*.

A campanha também se mostrou atrativa para os governadores da oposição burguesa porque servia para mascarar as dificuldades políticas administrativas que os estados da oposição estavam enfrentando, como por exemplo em São Paulo, onde uma manifestação de desempregados em Santo Amaro, na primeira semana de abril de 1983, resultou em alguns dias de depredação ao patrimônio público e privado como também em saques generalizados em

⁴⁰⁸ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 269-270.

supermercados pela população pobre e desempregada⁴⁰⁹. Desta forma as *Diretas Já* gerariam uma forte comoção popular e ainda poderiam dar o conteúdo popular que o PMDB necessitava para continuar mantendo seu peso no processo de transição, sendo por via direta ou indireta. A campanha pró-Tancredo, após a derrota da emenda Dante de Oliveira, dava um aspecto de participação popular num processo que era impopular, o Colégio Eleitoral.

Vemos ainda que as deliberações resultadas dos encontros nos dias 15 e 16 em Foz do Iguaçu, mostraram a preocupação na recomposição das forças oposicionistas ao regime em torno da bandeira pelas *Diretas Já*. Esse ponto se mostra importante, pois coloca, de antemão, a possibilidade do fechamento em bloco dos diferentes espectros políticos em torno de uma causa e a capitulação das esquerdas clandestinas, principalmente o PCB, PCdoB e MR-8, no que tange a conciliação conservadora. Na prática esse ponto serviu para integração subalterna destes partidos à causa conservadora da Aliança Democrática, como demonstramos no capítulo passado.

O quarto ponto exemplifica o que viemos sustentando ao longo do capítulo: mudança na direção que conduzia a campanha, ou seja, do legislativo para o executivo. Assim a condução do movimento ficaria mais vantajosa para os partidos e para os próprios políticos do executivo, dado que dois deles tinham claras intenções de concorrer às eleições presidenciais fossem as de 1984, 1985 ou 1986, como Tancredo Neves e Leonel Brizola, contra um que tinha a mesma intenção, mas menos influência com o empresariado e políticos do PMDB, como Ulysses Guimarães, principalmente quando este último perdera maioria no Diretório Nacional do PMDB para os moderados do partido.

O quinto e último ponto adianta aquilo que era essencial para o PMDB: ser o partido de negociação com o governo e com a oposição, contribuindo para isolar setores políticos inoportunos do PDS como também sendo, ao mesmo tempo, o partido confiável para a transição. A atuação do PMDB se revelou exitosa nas *Diretas*, uma vez que mostrou para o regime o seu “potencial” de agitação por meio dos governos estaduais, mostrando-se, concomitantemente, ser o partido confiável para o processo de sucessão pela maneira que conduziu a campanha: de forma ordeira, com hino nacional, pacificada e não revanchista. A mão que “batia” era a mesma que “afagava” o governo e o regime de exceção.

Mas para o sucesso de todos estes pontos, um item se mostrava essencial: o *marketing* político que serviu como um instrumento privilegiado para a disseminação e capitalização da

⁴⁰⁹ Sobre o ocorrido, ver “Manifestação de desempregados em Sato Amaro degenera em violência contra o comércio; muitos feridos; 70 presos”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.725, 05 de abril de 1983, p. 13, 14 e 15.

ideologia burguesa de transição durante o desenvolvimento dos comícios. Mauro Montoryn, um publicitário profissionalizado pelo PMDB, explicou, ainda que sem muito detalhes, como funcionava a rede de *marketing* do PMDB nas *Diretas*:

[...] Na verdade, todos os recursos eram em *off*. Como fazer as *Diretas*? As agências que estavam trabalhando com as contas de estatais ou diretamente dos governos dos estados apoiando. Agora, do ponto de vista da comunicação, as agências entravam com comerciais de chamada, cartazes, folhetos etc., arregimentando os comícios.⁴¹⁰

O dinheiro que patrocinou todos os gastos com o material de comunicação visual⁴¹¹:

Vinha de agências de publicidade que atendiam as contas do governo. Na verdade, elas entraram como opcional obrigatório, ou seja, você tem a conta, você paga. Essa era a linguagem. Porque é o seguinte, em 82-83, foi a primeira vez que o PMDB assumiu o governo. Uma coisa é estar na oposição, fazer discurso, e outra é ter que gerenciar e trabalhar com os ditames da legislação. Aqui, em São Paulo, a grande agência que fez as *Diretas* foi a Companhia Brasileira de Publicidade (CBP), do Armando Santana. [...] Naquela época, as agências de publicidade que tivessem interesse futuro em ter conta do governo participavam ativamente e investiam em *marketing*.⁴¹²

Mauro Montoryn ainda revela que o termo “marketing político” era muito recente, sendo que sua atividade propriamente dita começou com as *Diretas Já*. Dentre alguns elementos presentes no *marketing*, estavam os broches, as camisetas, os cartazes, bonés, e uma série de outros objetos que eram distribuídos ao longo dos comícios, todos com cores predominantemente amarelas, sob a palavra de ordem que foi exitosamente levada a cabo pela oposição burguesa: “eu quero votar para presidente”, aprovada em conjunto com algumas das principais entidades de classe e representantes da sociedade civil, como: UNE, OAB, CUT, UBE, Conclat, Comissão da Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e alguns artistas:

Navegando no oceano plácido do consenso, aprovou-se, com certa tranquilidade, a campanha publicitária para o evento e o *slogan* “Eu quero votar para presidente”, que acompanharia toda a campanha estampado em amarelo nas camisetas. [...] **A prolixidade decorria, obviamente, das exigências dos “clientes”, ou seja, dos dirigentes partidários que solicitavam as peças: um cartaz, um panfleto com texto mais longo para atender as exigências políticas e ideológicas**, um volante, uma bandeira para automóveis e bandeiras para a praça.⁴¹³ (grifo nosso)

⁴¹⁰ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 270.

⁴¹¹ As agências de propaganda e publicidade responsáveis pelas *Diretas* eram: Denison, CBP, DPZ, Adag e a Exclan, esta última de Curitiba.

⁴¹² *Idem*.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 351.

Mesmo com o próprio apoio da CUT, na aprovação das palavras de ordem e propaganda política, fica claro o desequilíbrio na correlação de forças entre as entidades representativas e de classes, ainda mais quando se tem um mesmo objetivo comum, o voto direto. No entanto, para a oposição antiautocrática esse objetivo era tático, um meio; para oposição burguesa antiesarista era um fim em si mesmo. Outrossim, a citação acima mostra como se dava a produção de propaganda política por meio de “exigências políticas e ideológicas”. Se se utilizava a máquina estatal para a produção destas propagandas com considerável *marketing* político e estas máquinas estavam sob controle da oposição burguesa, se torna evidente que, hegemonicamente, a grande maioria do *marketing* político era da oposição burguesa, a partir de 1984, uma vez que era essa oposição que tinha o poder material e, portanto, decisivo para tal. As cores verde e amarela, com predominância desta última, também foram ideologicamente utilizadas a favor da referida oposição. “Eu sou pelo Brasil verde e amarelo. O PMDB é pelo Brasil verde e amarelo”. Muito embora a cor vermelha continuasse a aparecer nos comícios, hegemonicamente, predominava o verde e amarelo.

Ainda em 1984, as *Diretas Já* começaram a se apresentar como um bom negócio. A exigência do voto direto se transformou numa “tendência”, numa “moda”. Isso, evidentemente, produto de *marketing*, no qual a razão política se transformou numa razão instrumental, mecanizada, massificada. Afirmamos isso, simplesmente, porque as *Diretas* passaram a ser definidas pelo “mercado”. O diretor e publicitário paranaense da Exclan, agência que foi contratada diretamente pelo PMDB “para dar unidade visual aos apelos que seriam utilizados em favor do restabelecimento do voto popular”⁴¹⁴, Ernani Buchmann, quando interpelado acerca de seu logotipo ter virado capa da *Veja*, admitiu: “Nada mais fácil do que bolar essa campanha, porque as eleições *Diretas* são o melhor produto para se vender atualmente no Brasil”⁴¹⁵.

Essa posição de Buchmann não era caso isolado quando se olhava para o *boom* que estava representando as *Diretas*. Ainda em janeiro, antes do primeiro grande comício de Curitiba, o *marketing* já era algo inexorável e indispensável para o sucesso da campanha.

O gerente comercial da Loja da China (ele pediu para não publicar seu nome) considera a comercialização de camisetas pintadas com o tema das *Diretas* “o melhor negócio do momento”. Ele explicou que a Loja da China não produz, por conta própria, nenhuma camiseta, pois só atende encomendas, mas garantiu que muitos lojistas têm telefonado à procura do produto e que está fabricando, no momento, três modelos sobre as *Diretas*:

⁴¹⁴ SGANZERLA, Eduardo. “O Paraná se mobiliza pelo comício pró-Diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.003, 8 de janeiro de 1984, p. 06.

⁴¹⁵ Idem.

uma para o PT, outro para a coordenação da campanha, e outro para um particular. As camisetas, na verdade, parecem ser o material de propaganda mais requisitado. Tanto é que os jornalistas Hélio de Almeida e Toninho Mendes da *Isto É*⁴¹⁶, que fizeram algumas camisetas para alguns amigos, estão recebendo pedidos em quantidade, inclusive de outros Estados.⁴¹⁷ (grifo nosso)

Se entendemos a jogada de *marketing* político nas *Diretas* como uma manifestação da ideologia burguesa de transição; e se entendemos a “ruptura” como um momento histórico em que o regime político não acolhe mais os interesses sociais, caracterizado na acepção marxista como “crise orgânica”, ou crise de hegemonia⁴¹⁸, no Brasil, essa ideologia burguesa intuiu por meio da conciliação o caminho a ser levado a cabo, desviando-se de qualquer iniciativa que preconizasse alguma forma de ruptura social. A peculiaridade das *Diretas* é que, diferentemente de outros levantes sociais ocorridos na história do Brasil, esta não foi esmagada a ferro e fogo pelas classes da ordem, mas sim capitalizada, incorporada e transformada em um projeto social congruente com os objetivos defendidos por frações da classe dominante, principalmente pelos “novos empresários”: “democracia de mercado”, “empresa livre” e a perspectiva que a democracia política seria condição *sine qua non* para a democracia econômica⁴¹⁹. Por este ângulo e por meio desta aproximação, podemos notar um *transformismo*⁴²⁰ operado no conjunto do movimento, mudando quase que completamente seu sentido e direção, mas envolto com a mesma forma aparente, a luta por eleições *Diretas*. A luta por democracia e eleições que

⁴¹⁶ A revista *Isto É*, igualmente ao jornal *Folha de São Paulo*, deu amplo apoio à mobilização pelas *Diretas Já*.

⁴¹⁷ SOUZA, Hamilton de. “Diretas geram um novo “marketing””. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.007, 12 de janeiro de 1984, p. 04.

⁴¹⁸ Para a discussão de Gramsci sobre a crise de hegemonia, ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume III*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 60 – 71.

⁴¹⁹ Esse debate está colocado no final do primeiro capítulo da presente dissertação, que se propôs a analisar a recomposição do bloco no poder e as “novas” diretrizes difundidas tanto por Samuel Huntington quanto por David Rockefeller.

⁴²⁰ Para o acesso a discussão fundamental sobre o conceito de transformismo, ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume V*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Particularmente, utilizo a acepção gramsciana de transformismo quando este se dá em “grupos inteiros”, suposto que utilizo aqui para compreender a mudança do sentido das *Diretas*, como o próprio Gramsci pontuou, “transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado”, p. 286. É nesse sentido que procuro entender a passagem das *Diretas Já* entre 1983 e 1984: do campo antiautocrático ao campo anticesarista; do campo razoavelmente radical para o campo moderado; do campo da ruptura para o campo da conciliação; do novo para o velho e assim sucessivamente. Sendo essa transformação possível graças, primeiro, à correlação de forças internas e externas ao PMDB; segundo, ao poder material que determinado partido possuía; e terceiro, mas não menos importante, ao êxito da oposição burguesa em transformar as *Diretas Já* num privilegiado campo de interlocução liberal, incorporando subalternamente não só a esquerda pró conciliação como o PCB, PCdoB e MR-8, mas também a própria “nova esquerda” representada pelo PT e pelo conjunto de tendências que nele se encontravam. Pois, inviabilizada de continuar à frente do movimento, buscou imprimir sua perspectiva dentro deste campo de interlocução liberal, ou seja, utilizou as *Diretas* como um instrumento para se mostrarem enquanto partido que possuía um projeto paralelo ao da oposição burguesa e, nesse caminho, as *Diretas*, mesmo sob direção burguesa, representaram um campo de disputa política entre os diferentes setores políticos com diferentes projetos sociais.

historicamente foi uma luta da classe trabalhadora, passava a ser também uma luta incorporada pelas classes dominantes e dirigentes.

O próprio papel dos intelectuais como Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, trabalhado no segundo capítulo da presente dissertação, foi igualmente imprescindível, *post festum*, para a reafirmação do projeto social que agradava a oposição burguesa. A luta pela “democracia” serviu como mote para essa unidade do diverso. No entanto, essa unidade preconizava a conciliação, e neste processo de arregimentar as oposições políticas em torno de um projeto o lado mais vulnerável foi subsumido, qual seja: a perspectiva do Trabalho junto com a oposição antiautocrática. O que queremos supor aqui é que os intelectuais analisados por nós no capítulo anterior, mesmo os “à esquerda” contribuíram para o êxito e capitalização da ideologia burguesa de transição bem como, ainda que em última instância, a reafirmação da interlocução liberal, sendo Florestan Fernandes um dos poucos que continuou na batalha das ideias denunciando e evidenciando a farsa que representava a “democracia universal” defendida pela oposição burguesa.

Se essa argumentação se mostra verdadeira, tanto a via colonial de objetivação do capitalismo no Brasil quanto a revolução passiva se mostram pertinentes para o entendimento dos desdobramentos presentes na transição política. Primeiro pelo fato da posição débil e subalterna da burguesia brasileira que na incapacidade de elaborar um projeto nacional se mantém vinculada à posição dependente externamente e opressora internamente, ou seja, mantém o seu projeto antipovo em benefício para extração de alta lucratividade. Segundo que a saída por meio das indiretas foi optada tanto pelo setor político quanto pelo setor econômico. A “união sagrada” pelas indiretas confirmou, mais uma vez a opção impopular e antipovo dentro dos marcos da revolução passiva, ou seja, uma recomposição e reorganização da burguesia que evitou o surgimento de alternativas fora da aliança “desenvolvimentista” que estava em curso, como também a opção da burguesia periférica pela “modernização conservadora” aliada à dependência e à exclusão social, esterilizando qualquer possibilidade de uma revolução nacional e democrática⁴²¹. E dentro dos marcos da revolução passiva, sendo uma de suas características a incorporação subalterna de setores de oposição, estamos de acordo com Sallum Jr. quando se refere a este problema: “No entanto, apesar de fortes para evitar a participação popular no processo sucessório, o núcleo dirigente e sua base política não conseguiram monopolizá-lo. Enfraquecidos pela crise, tiveram de incorporar a oposição política ao processo sucessório”.⁴²² Desta forma complementamos colocando que esta

⁴²¹ SALLUM JR. Brasília. *Op. Cit.*, p. 111 – 112.

⁴²² *Idem*.

incorporação ocorreu não somente com setores da oposição burguesa, mas também com outros setores antiautocráticos, ainda que de forma diversa, pois estes últimos, em nenhum momento, estiveram presentes em posições decisórias, fosse na transição como um todo, fosse nas *Diretas Já* em particular, bastando a essa oposição continuar o seu tensionamento no processo de transição na tentativa de imprimir um projeto popular em oposição ao projeto burguês da oposição anticesarista, encoberto com o verniz democrático.

Ainda se faz necessário levar em consideração que toda essa “unidade” no *marketing* político era imprescindível para maior aglomeração possível de pessoas nos comícios, pois resolvia dois problemas com uma única solução: diminuiria o peso da oposição antiautocrática nos comícios com suas palavras de ordem, bandeiras, vaias etc., uma vez que os “comícios monstros” aglomeravam mais de 100 mil pessoas das mais distintas orientações políticas; como também acarretaria, caso os comícios lograssem êxito, em um maior peso de barganha do PMDB não só para a aprovação da emenda Dante de Oliveira, mas também aumentaria o seu poder no Colégio Eleitoral – a participação da ala moderada nos comícios objetivava essa barganha, pois muitos não acreditavam na aprovação da emenda na Câmara de Deputados. “Afim, a campanha pelas diretas é necessária, mas lírica”⁴²³, afirmou certa vez Tancredo Neves. A jogada de *marketing*, como uma forma de linguagem e, portanto, ideológica, tem impacto direto nas relações sociais/materiais seja na sua transformação ou mesmo na sua conservação. Diante disto, uma das “jogadas” da oposição burguesa moderada era a seguinte: apesar de não acreditarem na aprovação da emenda Dante de Oliveira pelo Congresso, acreditavam na campanha.

Para essa maior aglomeração, já que a oposição burguesa não tinha vínculos substantivos com a grande população, o *marketing* se fazia indispensável.

A própria Exclan, aliás, foi quem sugeriu ao diretório peemedebista que encomendasse uma música para animar a campanha. O partido convidou o cantor e compositor Moraes Moreira e o poeta Paulo Leminski para executar tal tarefa. O esperado frevo das *Diretas*, “Quero votar para presidente” foi o resultado. A música está sendo gravada num compacto simples juntamente com uma composição de sucesso de Moraes Moreira.⁴²⁴

A tônica para a mobilização em 1984 se fazia por meio da música, pelo conteúdo festivo que a campanha passava a representar, pela atração artística que comparecia aos comícios, pela difusão da ideia de comparecimento nos eventos como um ato “cívico” (e não político).

⁴²³ “Tancredo acha que oposição influirá na sucessão de 85”. *Jornal do Brasil*: Rio de Janeiro, nº 58, 05 de junho de 1983, p. 04.

⁴²⁴ SGANZERA, Eduardo. “O Paraná se mobiliza pelo comício pró-Diretas”. *Op. Cit.*

Portanto, essa foi uma das inflexões ocorridas entre os anos de 1983 e 1984 durante o desenvolvimento da campanha pelas *Diretas Já*.

Nos arquivos do SNI, órgão de inteligência e informação do regime, foi possível encontrar a relevância que este órgão atribuía à propaganda como a principal mobilizadora da opinião pública e que isto estava sob o controle da oposição burguesa em 1984.

b. Dentro deste quadro, cresceu, ainda mais, a importância do papel da COMUNICAÇÃO SOCIAL, no desenvolvimento do evento. De sua função de caixa de ressonância e/ou formadora da Opinião Pública, muito dependeria a consecução do objetivo psicológico fixado pelo opositoristas e comunistas.⁴²⁵

Todo aquele programa político desenvolvido pela oposição antiautocrática e difundido ao longo de 1983 em pequenos comícios relâmpagos como também no comício do dia 27 de novembro, com perspectiva classista e orgânica com os movimentos de base, foi sendo substituído por esses artifícios que contribuíram para a massificação da campanha, como também para a perda de identidade de classe que o movimento teve em 1983, passando a ser uma mobilização indiscriminadamente do “povo”. Não obstante, foi um “povo” que participou e se mobilizou nas ruas e praças, porém permaneceu com uma distância bastante segura dos centros decisórios no processo de transição política.

Ou seja, 1984 se diferencia em um outro aspecto fundamental quando comparado com as mobilizações de 1983. Em 1983 o sucesso das mobilizações era fruto da militância política dos partidos da oposição antiautocrática, fruto do trabalho de base, de atividade sindical para com os trabalhadores. Em 1984, a militância deixou de ser o centro catalisador do sucesso dos comícios pelas *Diretas*. Neste ano a militância política foi substituída pelo poder econômico dos partidos da oposição anticesarista, tanto pelo *marketing* quanto pela infraestrutura estadual que estava à disposição destes partidos, o que acabou beneficiando uma grande estrutura de comícios⁴²⁶. Foi o poder material dos partidos de oposição burguesa que possibilitou os grandes comícios, os “Comícios Monstros”, com alta adesão popular, e não fruto de atividade por meio da militância política. Muito embora a militância continuasse durante o ano de 1984, fosse nos partidos da oposição antiautocrática, fosse nos partidos da oposição burguesa, não foi tal

⁴²⁵ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA CENTRAL. A comunicação social e o movimento pró-diretas (MPD). Brasília, 27 de janeiro de 1984.

⁴²⁶ O setor mais a esquerda do PMDB, principalmente a ala “autêntica”, também possuía trabalho de base com seus militantes políticos. No entanto, em comparação qualitativa com os partidos da oposição antiautocrática, sua capilarização se mostrava mais eficiente pela conformidade do *marketing* e pelo poder econômico que o PMDB detinha. Sobre esse problema do PMDB que envolve a relação entre partido, movimento/ militância, ver: CARDOSO, Fernando Henrique. PMDB: um partido de massas? In: *Revista do PMDB*, nº 01, 1981. Nesse artigo, FHC defende a necessidade de tornar o PMDB um partido de massas para o coroamento da transição.

militância a catalisadora dos comícios com mais de 1 milhão de pessoas no Rio de Janeiro e 1,5 milhão de pessoas em São Paulo, mas sim o massivo papel do *marketing* político.

Sobre a importância do poder material na condução das *Diretas Já* em 1984, Mauro Montoryn completa:

Uma diferença básica: os locais onde nós éramos governo e os estados onde não éramos governo. Uma coisa era o processo que envolvia a preparação de um comício em um local em que éramos governo. Eu lembro que em São Paulo tinha mais ou menos sessenta pessoas operando. Cada uma responsável por um setor. Montagem de palanque, montagem de som, logística, transporte, comunicação, segurança, para cada uma dessas montava-se uma equipe. [...] Quando nós éramos governo, tinham as secretarias de comunicação participando, do estado e da prefeitura. Ou seja, as empresas de turismo, as empresas de ônibus, as empresas de transporte... Eu acho que se formou a estrutura da campanha das *Diretas*, inclusive aí, a condição econômica, a partir do apoio dos governos estaduais.⁴²⁷

Seguindo esse caminho apontado pelo próprio responsável por coordenar o *marketing* da campanha pelas *Diretas Já*, Mauro Montoryn, vislumbramos, por um lado, o aspecto “instrumental” que a campanha passou a ter no ano de 1984. Instrumental pelo fato do movimento ser “produzido”, concebido *a priori* pela oposição burguesa (na reunião de Foz do Iguaçu), tanto pelo aspecto estrutural que a campanha deveria ter, quanto pelo aspecto estético.

Ora, relacionando estes dois aspectos, o estrutural e o estético, chegamos à forma política e ideológica que foi impressa na campanha. Isso foi o que chamamos no capítulo anterior de ideologia burguesa de transição, posta em prática durante todo o processo de transição, porém de modo mais eficaz e integral, na campanha pelas *Diretas Já*. Desta forma, o *marketing* político passa a ter um papel fundamental no imaginário da população, pois, como afirmou o diretor da Exclan: eleições diretas era o produto mais vendido no Brasil daquele período de 1984.

3.2.2 Os comícios de Curitiba e São Paulo de janeiro de 1984: o sucesso da oposição burguesa

A escolha do comício de Curitiba para a análise que se segue se faz importante por ser o primeiro comício em nível nacional realizado no ano de 1984. O referido comício ocorreu no dia 12 de janeiro, e era decisivo para a oposição burguesa, não só porque foi dispendido um valor considerável de dinheiro para as chamadas de mobilização, mas também porque o sucesso ou o fracasso do movimento poderia ser crucial para sua continuidade. O PMDB-PR, se utilizou de toda a máquina estatal disponível para divulgar a campanha pelas *Diretas*:

⁴²⁷ Ibidem, p. 360.

O PMDB paranaense acionou esta semana todas as forças possíveis para preparar a manifestação pró-eleições diretas de quinta-feira próxima [12/01/1984], em Curitiba – a primeira a ser realizada a nível nacional em 1984 –, ciente de que, como disse o governador José Richa à *Folha* na última sexta, “o seu êxito ou malogro terá um peso fundamental” para a continuidade da campanha e, por isso, complementou, “temos grande responsabilidade com a população brasileira”. O partido não vem poupando meios para divulgar o ato: desde tradicionais cartazes passando por anúncios de rádio e televisão, até “fazendo chover”, com a ajuda de um avião, “santinhos” de “quero votar para presidente”, por sinal o nome do frevo das *Diretas*.⁴²⁸

Todo o material de propaganda foi produzido pela Exclan de Publicidade e o contato entre a empresa e o partido era feito pelo recém-eleito secretário-geral do PMDB, o senador biônico Afonso Camargo. Este último afirmava que as *Diretas Já* deveriam virar uma moda nacional.

Ainda no que se refere ao material de propaganda produzido para o comício de Curitiba: “camisetas, pôsteres, cartazes, viseiras de praia, chaveiros e até suportes para copos de cerveja, passavam a inundar o Brasil com o *slogan* ‘Eu quero votar para presidente’”⁴²⁹. Ou seja, conforme viemos sustentando, foi o mercado publicitário que começou a dar o tom no sucesso ou não da campanha pelas *Diretas Já*.

“Vamos vender um produto que já tem mercado garantido” explicou o jornalista e publicitário Antonio de Freitas, da agência Exclan. Um trunfo publicitário anunciado para o comício de Curitiba era a marchinha da dupla Paulo Leminski e Moraes Moreira: “Se a meta é democracia, se democracia é a meta, eleição é direta. Em matéria de *Diretas* todo mundo diz presente, agora sim esse povo vai pra frente, eu quero votar para presidente”⁴³⁰.

Como podemos ver, a marchinha produzida por Leminski e Moreira era o ponto de orientação central da oposição burguesa na condução do movimento. Não havia mais chamado de greve geral, debate sobre a fome e desemprego, intervenção dos sindicatos, fim da Lei de Segurança Nacional etc., como foi o desenvolvimento do comício popular de 1983. Fica claro, por meio da marchinha, repetida ao longo de toda a campanha pelas *Diretas Já*, que a meta a ser atingida era o voto para presidente e a conquista da democracia.

É por meio destas acepções abstratas que a oposição burguesa vai conduzindo o movimento. Esta última não tinha, até então, nenhum programa definido que visasse o processo de transição com exceção da *Travessia* de Ulysses. O que a oposição burguesa dispunha até então era uma ala que assumidamente se dispunha ao pleito direto, tendo como candidato

⁴²⁸ SGANZERLA, Eduardo. “O Paraná se mobiliza pelo comício pró-Diretas”. *Op. Cit.*

⁴²⁹ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 343.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 343-344.

assumido, Ulysses Guimarães; e uma ala que estava comprometida e disposta a ir ao Colégio Eleitoral, cujo candidato ideal seria Tancredo Neves. Em outras palavras, o programa da oposição burguesa estava mais voltado para objetivos puramente eleitorais, ainda que de forma dissimulada, veiculada ao longo da campanha pelas *Diretas Já*.

Dito isto, podemos levantar mais uma diferença entre as campanhas de 1983 e 1984. No primeiro momento da campanha a oposição antiautocrática exercia um modelo de mobilização *formativa*, ou seja, de ativação e didatização da população que se mobilizou; já no segundo momento, se deu uma campanha *informativa*, que buscava não a “ativação” da população, mas sim informá-la sobre quem é que estava à frente dos comícios, qual era o partido pelo Brasil, quem estava contra a ditadura, quem “lutava” pela democracia e pelo voto direto etc.

O apagamento, ou a atenuação da oposição antiautocrática no conjunto dos comícios em 1984, pode ser visto, por um lado, pela sua participação inexpressiva na lista de oradores que falavam em cima dos grandes palanques montados. Enquanto que em 1983 havia uma maior participação sindical nos palanques, por meio de órgãos de representação de classe; em 1984 efetivou-se um palanque político-partidário, com clara hegemonia do PMDB. Lula, uma das figuras que representava a oposição antiautocrática, à época, era apenas um naquele mar de políticos de “alto escalão” da oposição burguesa.

Um dia antes do comício em Curitiba, no dia 11 de janeiro, o PDS negou formalmente a tese das eleições diretas para presidente da República. O partido pontuou que o Colégio Eleitoral era legítimo e deveria manter o rito normal para a sucessão presidencial conforme a Constituição. José Sarney foi uma das peças-chave contra as eleições diretas, como também pelo seu “boicote”, na tática do “não comparecimento” no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. O texto do PDS decidindo ser favorável ao Colégio Eleitoral foi redigido pelo próprio Sarney:

A posição intransigente contra as eleições *Diretas*, adotada pela Executiva do PDS, teria sido feita em termos ainda mais incisivos caso tivesse sido aprovado, na íntegra, o texto elaborado previamente pelo presidente do partido, senador José Sarney (pró-indiretas), que condenava radicalmente o pleito direto. Na reunião, as passagens do esboço apresentado por Sarney foram substituídas por formulações mais suaves, deixando margem para que a legenda oficial possa voltar atrás, se julgar necessário.⁴³¹

Essa decisão do PDS, estrategicamente um dia antes do comício de Curitiba, mostrou para a oposição burguesa, a pretensa “unidade” da situação em torno das eleições indiretas, ainda que o PDS tivesse os pró-Diretas. Desta forma, esse posicionamento do partido

⁴³¹ “PDS repele formalmente as diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.006, 11 de janeiro de 1984, p. 05.

governista, mostra, pelo menos, duas questões-chave para a transição: a primeira é a intransigência do PDS na aprovação da emenda Dante de Oliveira; e a segunda, decorrente da primeira, é a sinalização de negociação com o partido do governo para levar a cabo as eleições indiretas.

No mesmo dia 11 de janeiro de 1984, a campanha de divulgação das *Diretas* a partir das 18:30, dia 12, na Boca Maldita, centro de Curitiba, foi encerrada no período da noite. A divulgação ficou por conta do senador Álvaro Dias, presidente do PMDB do Paraná, e pelo prefeito de Curitiba, Maurício Fruet. Foi justamente neste mês de janeiro que a campanha pelas *Diretas* passou a ser chamada de “festa das *Diretas*” de maneira oficial, o que contribuiu para mudar o sentido político e ideológico da campanha.

A “festa das *Diretas*”, como a campanha vem sendo chamada por seus promotores, começa logo cedo. Na “Boca Maldita”, onde foi instalado um palanque de 150 metros quadrados e 58 caixas de som, vários artistas farão apresentações, em meio a comícios-relâmpagos e a distribuição de volantes “Eu quero votar para presidente”.⁴³²

As dimensões do palanque e a estrutura montada para o que deveria ser o primeiro grande comício de 1984 não têm comparação com a estrutura “amadora” do comício de 1983, no qual havia problema até com a aparelhagem de som que, emprestada pelo PMDB-SP (única contribuição do partido para a realização do comício do dia 27 de novembro, visto que nem o governador Franco Montoro compareceu), apresentou dificuldades na instalação.

Sobre o comício de Curitiba, algumas foram as polêmicas políticas em torno do movimento. O primeiro acontecimento foi a crítica do PTB, partido mais próximo do PDS do que da oposição burguesa, à suposta demagogia que a campanha estava envolta. A Comissão Executiva Regional do PTB destacou que o objetivo do PMDB era “ludibriar” a “boa fé” e explorar em proveito exclusivo o sentimento patriótico da população e revelou não participar do comício em Curitiba uma vez que desconfiava das boas intenções do partido, muito por conta de os principais promotores do comício na capital serem o senador biônico Afonso Camargo Neto e o prefeito biônico de Curitiba, Maurício Fruet.⁴³³

O segundo acontecimento que estava fora do previsto foi a convocação de uma reunião a portas fechadas com a cúpula do partido no Palácio Iguazu a pedido de Tancredo Neves. O que havia acontecido de substancial entre os dias 11 e 12 foi a oficialização do PDS no que tangia a sua posição favorável às eleições indiretas. Destacamos que esta reunião entre a cúpula

⁴³² “Curitiba realiza hoje o grande comício pró-diretas”. Folha de São Paulo: São Paulo, nº 20.007, 12 de janeiro de 1984, p. 05.

⁴³³ “PTB não participa”. Idem.

do partido foi marcada em cima da hora e não com antecedência. De tal modo que, provavelmente, essa decisão do PDS seria um dos possíveis temas a ser tratado. Todos os peemedebistas que participaram da reunião não falaram sobre o assunto. No entanto, ao questionar um membro da executiva local do partido, este revelou que o assunto era acerca a intensificação da campanha pelas *Diretas Já* no Brasil⁴³⁴.

Já Ulysses Guimarães foi claro ao revelar que o ato em Curitiba seria uma resposta frontal à decisão do PDS de se manter favorável às indiretas.

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem [dia 11 de janeiro] em São Paulo que o comício de hoje, em Curitiba, pelas eleições diretas para a presidência da República será “uma resposta” à direção nacional do PDS, que aprovou a posição pela manutenção das indiretas e reafirmou a legitimidade do Colégio Eleitoral.

Ulysses justificou seu otimismo em relação ao comício de hoje com base em informações que recebeu do Paraná e afirmou estar surpreendido pela mobilização que a tese das *Diretas Já* está provocando em todo o País.⁴³⁵

Fernando Henrique Cardoso deu sua contribuição do que seriam as mobilizações pelas *Diretas Já* no Brasil, particularmente em São Paulo, tirando todo o viés contestatório que a campanha tinha em 1983, ao afirmar: “é um ato cívico dentro da lei, em apoio à Emenda Dante de Oliveira (PMDB-MT) a favor do pleito direto, já em tramitação no Congresso. O presidente João Figueiredo será o primeiro a concordar com a realização desses comícios.”⁴³⁶ Essa afirmação de Fernando Henrique se fazia no mínimo estranha porque o presidente Figueiredo já havia se pronunciado em dezembro de 1983, considerando a campanha meramente perturbadora.

Neste comício de Curitiba participaram 52 entidades da sociedade civil, um número menor quando comparado com as 70 que participaram do comício em novembro de 1983. O poder material se mostrava presente enquanto um dos fatores decisivos para o sucesso da campanha, dado que a prefeitura de Curitiba, no dia do comício, disponibilizou 130 ônibus, 20 acima dos prometidos anteriormente e do interior do estado 100 ônibus levaram para a capital milhares de manifestantes⁴³⁷.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ “Ato será resposta ao PDS, diz Ulysses”. Idem.

⁴³⁶ “Fernando Henrique: comício não pretende um confronto”. *O Globo*: Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1984, p. 02.

⁴³⁷ NERY, Vanderlei Elias. *Diretas Já: a luta pela redemocratização*. Curitiba: Ed. Prismas, 2015, p. 141.

Conforme o esperado pela direção do PMDB, o comício na “Boca Maldita” foi um sucesso – calculava-se no máximo 30 mil pessoas, e compareceram em torno de 50 mil. Esse comício tem importância decisiva para nós, pois nele foi realizado pelo partido o primeiro investimento de *marketing* político em prol das *Diretas Já*. A partir do sucesso da mobilização, ficou comprovado que não era necessária uma ligação orgânica e programática com os movimentos de base para arregimentar qualquer tipo de movimento social. O *marketing* substituía exitosamente essa tarefa.

Os mais otimistas esperavam 30 mil pessoas. E vieram, no mínimo, 50 mil (houve até quem calculasse o número em 60 mil), uma multidão alegre e pacífica que, durante quase quatro horas, prestigiou o comício com que os partidos de oposição lançaram a campanha pelas eleições *Diretas*. Curitiba quase parou após a manifestação: espalhou-se pela cidade um clima de feriado. E a grande preocupação da cidade foi mesmo discutir *Diretas*.⁴³⁸

No comício, as falas que se fizeram presentes foram as dos governadores do Paraná, José Richa; Minas Gerais, Tancredo Neves; São Paulo, Franco Montoro, do prefeito da capital, Maurício Fruet, e do presidente do PMDB Ulysses Guimarães, do PT falou somente a atriz e deputada federal Beth Mendes, sendo os outros quadros políticos do partido, incógnitos. Uma configuração bastante diversa do comício realizado em São Paulo no ano de 1983, no qual se manifestaram várias entidades de classe e setores da oposição antiautocrática. Ou seja, a campanha pelas *Diretas* foi mudando completamente o seu sentido político e ideológico.

Para o PMDB a campanha pelas *Diretas*, de fato, se iniciou em janeiro de 1984, e não em 1983⁴³⁹. A palavra de ordem “eu quero votar para presidente” foi capilarizada já neste primeiro evento de lançamento da campanha nacional pró-*Diretas*, bem como a “padronização” estética dos comícios, nos quais a cor amarela passou a predominar, “no meio da multidão, a cor dominante era o amarelo: o amarelo das camisetas com as inscrições ‘Quero votar para

⁴³⁸ BRICKMANN, Carlos. “Em Curitiba, 50 mil pedem diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.008, 13 de janeiro de 1984, p. 06.

⁴³⁹ Posicionamento este que inclusive é reafirmado por certa literatura acadêmica que buscou versar sobre as *Diretas Já*. “A rigor, o início da Campanha se deu apenas em 1984, pois somente com a mobilização dos principais governadores de oposição e com a participação mais ativa da sociedade, a luta por eleições diretas ganhou abrangência nacional e amplo apoio sociopolítico, adquirindo mais claramente as características de um movimento social”. BERTONCELOS, Edison. *A campanha das Diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.p. 117. Esse argumento não se sustenta, pois, primeiro, o comício de novembro de 1983 tinha mais representatividade de entidades de classe e da sociedade civil, em torno de 70, do que o comício de Curitiba, em torno de 52, conforme pontuamos neste trabalho; segundo, não levando em consideração o papel do *marketing* político e do poder material dos partidos da oposição burguesa, realmente acredita-se que em 1984 houve uma participação “mais ativa da sociedade”. Entretanto, em 1983 também houve essa participação, porém em quantidade menor, pois não havia o *marketing* responsável pela massificação do movimento, como também os partidos e sindicatos que promoveram a manifestação na Praça Miller não detinham poder material algum, dependendo única e exclusivamente do trabalho e mobilização de base.

presidente”⁴⁴⁰. Indo ao “xis” da questão, a padronização estética desemboca em duas implicações: primeiro, massificação e, segundo, uma padronização política e ideológica. Massificação no sentido que o movimento começou a ser determinado pela lógica do mercado, padronização política e ideológica porque a “cor” representava, em si, um posicionamento concreto frente àquele estado de coisas: eleições diretas, fim da ditadura e democracia. O que foi isso se não o programa político da oposição burguesa?

Que a palavra de ordem – “Eu quero votar pra presidente” – correspondia à vontade da imensa maioria dos brasileiros, isto já se sabia. Que ela, além disso, mobiliza a população, ficou provado ontem [12 de janeiro]. Mobilizou os paranaenses. Certamente mobilizará os brasileiros de todos os quadrantes. [...] A população está a mostrar que acredita numa solução pacífica e construtiva para a crise político-institucional. Cabe aos homens de governo e de partido viabilizar essa saída através de negociações cujo pressuposto básico só pode ser um: o respeito à vontade popular.⁴⁴¹

A campanha levada a cabo pela oposição burguesa começou a render frutos positivos no que tangia ao posicionamento de algumas frações empresariais. Empresário do ramo comercial, vice-presidente do grupo Pão de Açúcar, à época, Abílio Diniz se posicionou claramente a favor das *Diretas* e contra o Colégio Eleitoral que para ele representava a vitória de um candidato do PDS. No entanto, havia pontuado que os candidatos ideais para a sucessão presidencial eram Tancredo Neves e Aureliano Chaves, embora não opinasse claramente se tal sucessão devesse se dar por vias direta ou indiretas, deixando explícita a dubiedade do processo: “a favor das diretas, mas que seja um candidato seguro”, evidentemente que por meio das indiretas se resolveria com mais facilidade essa questão.

Abílio Diniz almoçou ontem [11 de janeiro] com o governador Tancredo Neves. Ele citou o nome do governador mineiro e do vice-presidente da República, Aureliano Chaves, como homens capazes de realizar um bom governo, “pois são pessoas inteiramente identificados com a sociedade brasileira”.⁴⁴²

A partir desta fala de Diniz, mostra-se a confiança que parte do empresariado brasileiro tinha com os nomes de Tancredo Neves e Aureliano Chaves. O papel das *Diretas Já* se desdobrou em atribuir um conteúdo popular na candidatura de Tancredo, de legitimar uma sucessão por via indireta. É por este fato que a campanha pelo sufrágio imediato tem papel substancial para entender parte do processo sucessório, pois analisando somente a

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ “Sinal de esperança”. Ibidem, p. 02.

⁴⁴² “Empresário receia a falta de apoio com a sucessão indireta”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.007, *Op. Cit.*, p. 06.

movimentação da classe dirigente e dominante, corre-se o risco de sublimar a importância que o movimento teve para legitimar esse processo, como, igualmente, as contribuições que a campanha proporcionou para tensionar a correlação de forças entre os partidos e as classes dirigentes. As *Diretas* representaram “um ponto fora da curva”, uma tentativa de atropelar o processo sucessório definido pela classe dirigente. No entanto, por outro lado, analisando a trajetória da campanha torna-se possível apreender suas contradições e limites que foram sendo impostos ao longo de seu desenvolvimento.

O movimento representou uma intervenção na correlação de forças na sucessão, por um lado, pelo relativo crescimento da oposição antiautocrática no que tangia sua capacidade de mobilização e condicionamento na formação de opinião de classe. Neste início de 1984, os quadros políticos do PT ainda tinham como objetivo disputar a hegemonia do movimento pelas *Diretas*, imprimindo sua perspectiva às mobilizações e, ao mesmo tempo, denunciando as vacilações da oposição burguesa:

A campanha pelas *Diretas* tomou conta do país e encurrala o governo. Nas fábricas, nas escolas e nas ruas se percebe um forte sentimento de que agora as coisas vão mudar. Mas toda a esperança pode se frustrar, se a oposição burguesa (PMDB, PDT e PTB) “negociar” com o governo. É hora dos trabalhadores assumirem a vanguarda da campanha. Por isso, o PT tem a responsabilidade de dar a direção clara a essa luta contra a ditadura de Figueiredo e Delfim.⁴⁴³

O programa do PT em 1984 continuava sendo a congruência da defesa pelas eleições diretas e a reivindicação pela greve geral enquanto formas de pressão ao conjunto das classes dirigentes, mas também como meios de pressão política.

Hoje é necessário participar de forma decidida da campanha por eleições *Diretas*, buscando encaminhá-la para a greve geral. Não acreditamos que, como diz a oposição patronal, tendo na frente o PMDB, que é possível conquistar as *Diretas* só com a pressão sobre o parlamento. Essa pressão é positiva, mas a maior pressão sobre os parlamentares no dia da votação, seria este país totalmente parado. Os trabalhadores, dessa forma, estarão incorporando aos atos de rua pelas *Diretas*, sua mais eficiente arma de luta contra a ditadura: a Greve Geral. Esta proposta foi aprovada por 90% dos presentes.⁴⁴⁴

Ainda, em assembleia, havia sido aprovada a proposta na qual o PT deveria, por meio das *Diretas Já*, lançar a candidatura de Lula, mas diferentemente da oposição burguesa, essa candidatura estaria aliada à didatização do que representaria o movimento pelo sufrágio imediato junto aos movimentos de base, sendo discutido nos bairros, locais de trabalho e

⁴⁴³ CONTRIBUIÇÃO AO ENCONTRO ESTADUAL DO PT-SP. São Paulo, fevereiro de 1984, p. 01.

⁴⁴⁴ Idem.

núcleos, “fazendo com que o PT assumira a campanha das Diretas de maneira educativa, conscientizando os trabalhadores do verdadeiro papel das eleições *Diretas*”⁴⁴⁵. Essa proposta foi aprovada por 55% dos presentes no encontro estadual do Partido ocorrido em fevereiro de 1984, em São Paulo. 40% dos presentes votaram pelo lançamento imediato da candidatura de Lula na campanha das *Diretas Já*, contrariando a tese da “via educativa”. Já a perspectiva do próprio Lula se mostrou bastante diversa, pelo menos publicamente, dos quadros políticos que integravam o PT-SP, uma vez que segundo ele o lançamento de candidatos por parte da oposição poderia “pôr em risco a unidade da campanha a favor das eleições diretas”⁴⁴⁶.

Assim se desenhou o início do ano de 1984: a liderança do PMDB na condução do movimento que passou a ser chamado oficialmente de “suprapartidário” – o que não foi feito durante o ano de 1983 –; e a persistência da oposição antiautocrática na disputa por direção e participação no movimento pelas *Diretas*. O comício de Curitiba conseguiu demonstrar a força que o *marketing* político possuía no que concernia à arregimentação das massas e, conseqüentemente, a força que o PMDB passou a ter a frente da campanha.

No entanto, cabe ressaltar que, principalmente o PT, continuou disputando a hegemonia do movimento em 1984. Em reunião no Diretório Estadual de São Paulo, os partidários, acerca do comício do dia 25 de janeiro e a continuidade das *Diretas*, decidiram:

- 1 – Tomar como objetivo na campanha pelas *Diretas* o estímulo ao povo para assumi-la e para isso o encaminhamento unitário é muito importante. Mas para que os trabalhadores a assumam é necessário estimular a relação entre a campanha pelas *Diretas* e os objetivos econômicos, políticos e sociais dos trabalhadores.
- 2 – Estimular a edição de uma cartilha de orientação sobre a nossa participação na campanha.
- 3 – Ir para o Ato marcando nossa presença, com camisetas, cartazes e bandeiras próprias. Para isso encaminhar a feitura de 30 mil bandeiras.
- 4 – Discutir sobre o significado das vaías, para a militância compreender suas implicações políticas.
- 5 – Recomendar que o Lula esteja presente nos comícios nas capitais.
- 6 – Preocupar-nos com a continuidade da campanha após o dia 25 [de janeiro].
- 7 – Eixos para palavras de ordem:
 - Contra o FMI
 - Contra o arrocho e o decreto 2087 da Previdência
 - Contra o desemprego
 - Contra LSN e intervenção nos sindicatos.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ “Lula condena lançamento de candidatos”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.010, 15 de janeiro de 1984, p. 06.

⁴⁴⁷ REUNIÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL - PT. São Paulo. 14 de janeiro de 1984, p. 04.

O comício na praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984 – dia do aniversário da capital –, veio para consolidar, de fato, a direção do PMDB no movimento. Porém, a campanha de 1984 foi considerada à época e, ainda hoje, em boa parte da literatura acadêmica, como “suprapartidária”⁴⁴⁸.

Apesar do PT continuar disputando a hegemonia do movimento, os quadros não exigiam disputar a “paternidade” dos comícios, com exceção do comício do dia 27 de novembro de 1983, pois admitiam não ter condições materiais para disputar com o PMDB. Na reunião do Diretório Regional, Hamilton, um dos participantes do quadro de resoluções, pontuou:

Quando aprovamos a campanha – entre elas a das *Diretas* – sabíamos da importância, inclusive como ponte com outros setores sociais. Com o nosso comício do dia 27 queríamos também tirar o PMDB da onda do consenso. Agora está se dando enorme oportunidade para sair com tudo para a rua. Que a paternidade é do Montoro é o de menos. É ilusão querer competir com a máquina do PMDB, que é governo. Devemos é participar das atividades e promover outras. E não deixar que a coisa morra dia 25 [de janeiro]. Jogar no Comitê Unificado [Comitê Estadual pró-*Diretas* de São Paulo] da Assembleia Legislativa. Para o dia 25 levar bandeiras do PT e camisetas, etc.⁴⁴⁹

Dando continuidade à ideia de Hamilton, José Genoíno completa:

A crise nacional pode ter um desfecho sério: 1) a campanha pelas *Diretas* é de ação direta de massas e não é mais pura propaganda. Os atos de Curitiba e de Franca mostram isso; 2) foi a oposição liberal que tomou a hegemonia; 3) mas há fortes possibilidades de repercussão e por isso é provável que a campanha se radicalize com a intervenção das massas. Existem problemas no PMDB. Há um setor que joga hoje nas *Diretas* para barganhar depois. Mas será mais difícil se a campanha for de massa e se radicalizar. O PT deve entrar com tudo. Mas relacionar as *Diretas* com denúncias agressivas das ações do regime e com os objetivos sociais e políticos dos trabalhadores.⁴⁵⁰

Desta forma, considerar a campanha pelas *Diretas Já* como suprapartidária tem uma implicação metodológica e política: metodológica no fato de que aparentemente a campanha se apresenta como suprapartidária, na qual não houve algum tipo de dominação política e verticalização no movimento, ou seja, não leva em consideração a questão de classe, a exploração, a correlação de forças, os projetos políticos distintos para a transição, etc.; e política no sentido de reafirmar o lado estritamente positivo da campanha sem levar em consideração

⁴⁴⁸ Principal referência que apresenta essa perspectiva acerca das *Diretas Já* é: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Para a autora, “nenhum político de carreira ou líder partidário em particular sobressaiu na condução do movimento”, p. 415.

⁴⁴⁹ REUNIÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL – PT. *Op. Cit.*, p. 02

⁴⁵⁰ Idem.

os limites e contradições presentes na trajetória do movimento, reafirmando a posição do PMDB e da oposição burguesa.

A quantidade de material utilizado para promover o comício na Sé foi bastante considerável. Se utilizando da tática de Curitiba, o *marketing* passou a ser a tônica do movimento pelas *Diretas*, como também um dos principais elementos responsáveis pela arregimentação popular:

Para a divulgação do comício, houve a distribuição de cerca de 5 milhões de folhetos, 225 mil cartazes, 600 outdoors foram cedidos pela Central de Outdoors e houve a inserção de anúncios em emissoras de rádio e TV. O PMDB arcou com cerca de 20 milhões de cruzeiros, a maior parte do custo.⁴⁵¹

Neste comício de São Paulo o crescimento na mobilização não se deu somente no número de pessoas presentes, cerca de 300 mil, mas também em número de entidades representativas da sociedade civil, em torno de 100. O comício do dia 25 de abril em São Paulo, teve uma estrutura profissionalizada, própria para mobilizar o maior número possível de manifestantes. Este comício contou com cerca de 10 mil pessoas operando voluntariamente nos mais diversos setores criados para a organização da estrutura do movimento, como: som, propaganda, infraestrutura, equipe técnica, etc..⁴⁵²

Em São Paulo, com a grande possibilidade de se aglomerar, no mínimo, 100 mil pessoas, o clima de “comoção nacional” difundido por alguns artistas presentes e pela oposição burguesa foi bastante oportuno, visto que o necessário era manter o movimento sob controle.

Fafá de Belém foi uma das pessoas responsáveis pela disseminação da “comoção nacional” uma vez que aliada à oposição burguesa, contribuiu para a criação do “mártir” Teotônio Vilela que veio a falecer em novembro de 1983. Em São Paulo, com mais de 300 mil pessoas, Fafá cantou o *Menestrel de Alagoas*. Para demonstrar como a comoção foi um mote utilizado pela oposição burguesa para o “controle” do movimento, reproduziremos parte da letra cantada por ela no comício do dia 25 de janeiro.

Quem é esse viajante, quem é esse menestrel, que espalha a esperança e transforma sal em mel? Quem é esse saltimbanco falando em rebelião como quem fala de amores para a moça no portão? Quem é esse que penetra no fundo do pantanal como quem vai manhãzinha buscar fruta no quintal? Quem é esse que conhece Alagoas e Gerais e fala a língua do povo como ninguém fala mais? Quem é esse? De quem essa ira santa, essa saúde civil, que tocando na ferida redescobre o Brasil? Quem é esse peregrino que caminha sem parar,

⁴⁵¹ BERTONCELOS, Edison. *Op. Cit.*, p. 128.

⁴⁵² “Comissão substitui tensão por euforia”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.019, 24 de janeiro de 1984, p. 04.

quem é esse meu poeta que ninguém pode calar? Quem é esse? De quem essa ira. Quem é esse?⁴⁵³

Não cabe fazer aqui uma análise discursiva da letra, ela foi transcrita somente para demonstrar como foi viabilizado, ainda por meio da estética, o clima de comoção. Clima este que perduraria até o final das mobilizações em abril de 1984, com Fafá de Belém soltando pombas brancas e coisas do tipo. Não que esse clima tenha sido arquitetado conscientemente e voluntariamente pela oposição burguesa como forma de passivização da campanha, mas sim que este tipo de atitude contribuiu para tal consequência. Não há margem para dúvida que a campanha por *Diretas* mexeu com a subjetividade coletiva, contribuindo com a real mobilização popular que acreditava em algum tipo de mudança, seja ela qual for. No entanto, o que faz desta análise importante é compreender como a oposição burguesa se utilizou de “voluntarismo” coletivo para adquirir dividendos políticos na transição. Ou seja, se manifestando estritamente contra a ordem estabelecida institucionalmente, tornava-se posteriormente em um partido da ordem e pela ordem.

É claro que o conteúdo conservador da oposição burguesa já estava dado na realidade prática. No entanto, a campanha pelas *Diretas* acabou, como uma forma de diversionismo, servindo para escamotear, direcionar e condicionar boa parte da oposição política e popular contra a “ditadura militar” e a favor das “eleições diretas”. A primeira manifestação pública dos desempregados em abril de 1983 sob o recém empossado governo de Montoro, foi publicamente rechaçada e a comissão formada por 15 representantes do movimento não foi recebida por Montoro, designando o secretário da Casa Civil para tal. Mais, caso a “baderna” continuasse, Montoro pediria intervenção ao governo federal para a “pacificação” da manifestação⁴⁵⁴.

Assim, o comício de São Paulo foi a mistura de uma grande festa, a partir da apresentação musical e participação de vários artistas de renome nacional, como a do radialista esportivo Osmar Santos – considerado o “locutor oficial das *Diretas*” –, que misturava futebol, política e piada, com o clima de “comoção nacional”. Outro instrumento utilizado para demonstrar o civismo e patriotismo da população presente na mobilização, a partir do comício de São Paulo, foi o canto do hino nacional ao final de todo comício.

⁴⁵³ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 369.

⁴⁵⁴ ARQUIVO NACIONAL – SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). Manifestação dos desempregados em São Paulo. 5 de abril de 1983.

O único considerado “incidente” por Ricardo Kotscho, mas que na realidade mostra o limite democrático da oposição burguesa, foi a irritação de Franco Montoro ao ouvir uma fala no palanque da Sé que exigia a legalização do PCdoB.

O único incidente da tarde: nervoso e aos berros, Montoro está irritado com a demora dos discursos e pergunta a Fernando Henrique Cardoso: “quem está mandando aqui? Se não tiver ninguém, eu assumo. Assim não dá. Os governadores precisam viajar”. Na verdade, a reação de Montoro também se deu pelo fato de ter sido lido um manifesto pedindo a legalização do PCdoB.⁴⁵⁵

Nota-se aqui uma outra grande diferença com o comício de 1983, se lá havia algum tipo de respeito à pluralidade representativa, em 1984 essa representação passou a ser controlada pela burocracia do comitê pró-*Diretas*, que estipulava o tempo de fala dos representantes de partidos, sindicatos e entidades da sociedade civil. A irritação de Franco Montoro é sintomática do posicionamento da oposição burguesa, principalmente do setor moderado do PMDB: estabelecer um controle do movimento em prol de utilizá-lo enquanto dividendo político e para fins particulares eleitorais. Como veremos, em Minas Gerais esse conteúdo pouco democrático também foi utilizado por Tancredo Neves. Confessadamente, a utilização de bandeiras vermelhas com “foice e martelo” por partidos como PCdoB e PCB, mas também pelo vermelho do PT, causava um “desagrado” na oposição burguesa que por meio do *marketing* difundia a necessidade do amarelo.

Jorge Cunha Lima, secretário de Informação e Comunicações do governo estadual e coordenador executivo dos comícios pelas *Diretas* em São Paulo, ficou pessoalmente “irritado” com as bandeiras:

Do palco, ele olhou a praça quase lotada e ficou irritado com 36 bandeiras do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB) que formavam um bloco ostensivo no marco zero da praça da Sé. “Pelo amor de Deus, vamos tirar esse negócio de lá”, gritava para seus assessores.⁴⁵⁶

Vale ser destacado que o conjunto da mídia tradicional não deu a mesma atenção para todos os discursos pronunciados no comício da Sé. O exemplo disto é a não menção do discurso de Paulo Azevedo que, na ocasião, foi o representante da CUT. Sua fala foi pautada na união dos trabalhadores para a luta não só das eleições diretas, mas também pelo fim do arrocho salarial, autonomia sindical, direito de greve, estabilidade no emprego, entre outras

⁴⁵⁵ KOTSCHO, Ricardo. “Na Sé, um brado retumbante pede eleições diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.021, 26 de janeiro de 1984, p. 05.

⁴⁵⁶ “Domar o monstro foi a tarefa do coordenador-geral”. *Ibidem*, p. 06.

ponderações⁴⁵⁷. O mesmo aconteceu com Lula, posto que, de todo o seu discurso, a Folha de São Paulo, prezou justamente a parte em que ele defendia a “unidade das oposições em prol das eleições diretas” e não a ligação que fez entre eleições diretas com a luta pela reforma agrária e a “organização da campanha nas fábricas, nas escolas e nas ruas como condição para conquistar as eleições diretas”⁴⁵⁸. Desta forma fica claro a opção da mídia em trazer à tona somente o lado unitário da campanha, escamoteando as divergências presentes no interior da mobilização, bem como as relações de força que estavam postas entre a oposição antiautocrática e a oposição anticesarista. Ainda, fato um tanto conhecido e polêmico, foi a primeira menção da Rede Globo de Televisão acerca da manifestação no Jornal Nacional, concebendo a mobilização como uma grande festa cívica que comemorava os 430 anos da capital paulista, sem nenhuma conotação ao movimento pró-Diretas.

Neste comício de São Paulo, os doze empresários eleitos pelo Fórum Gazeta Mercantil foram convidados com algum entusiasmo pelo governador Franco Montoro. As principais lideranças empresariais, como: Antonio Ermírio de Moraes, Olavo Setúbal, Laerte Setúbal, Jorge Gerdau Johannpeter, José Mindlin, Cláudio Bardella, Paulo Villares⁴⁵⁹, entre outros, preferiram não participar da campanha. Contudo, tais convites nos mostram, no mínimo, a ligação que a oposição burguesa, principalmente o PMDB, detinha com esse setor empresarial, conforme viemos trabalhando ao longo do primeiro e segundo capítulos desta dissertação. Os únicos empresários mais conhecidos que compareceram à mobilização foram, Dílson Funaro, presidente da Trol, e Paulo Francini, diretor superintendente da Coldex e vice-presidente da FIESP.⁴⁶⁰

Apesar do grande empresariado brasileiro estar alinhado aos setores políticos que faziam oposição à condução econômica do regime, como no caso do PMDB e setores do PDS, como Aureliano Chaves e Marco Maciel, isso não representava, necessariamente, que esses empresários preferissem uma saída por meio das eleições diretas, muito pelo contrário. A necessidade latente dos empresários era a saída por meio das regras institucionais estabelecidas, ou seja, buscar uma alternativa confiável dentro dos quadros políticos atuantes no processo sucessório, consolidar uma “aliança sagrada” pelas indiretas.

⁴⁵⁷ “Fala a CUT”. *Em Tempo*: São Paulo, n° 181, 26 de janeiro a 8 de fevereiro de 1984, p. 03.

⁴⁵⁸ “Em São Paulo, o comício inesquecível”. *Ibidem*, p. 8-9.

⁴⁵⁹ Os empresários que já haviam declarado apoio às *Diretas*, mas que não haviam comparecido ao ato, eram: Abílio Diniz, Mírian Lee, Cláudio Bardella, José Papa Jr., Roberto Vidigal, Manoel Gomes dos Santos e Thiers Fattori. (NERY, 2015, p. 155)

⁴⁶⁰ “Só dois empresários compareceram ao ato”. *Ibidem*, p. 06.

Após a mobilização do dia 25 de janeiro na Sé ocorreu um fator que dividiu os setores que integravam a comissão pró-Diretas em São Paulo. Franco Montoro queria reduzir o ritmo da mobilização nas ruas e os partidos da esquerda antiautocrática exigiam a aceleração e intensificação do movimento⁴⁶¹. Evidenciando, mais uma vez, o lado conciliador e pró-indiretas que a ala moderada do PMDB disfarçava publicamente.

3.2.3 Fevereiro e março de 1984: os comícios no Rio de Janeiro sem Brizola, Belo Horizonte e, novamente, no Rio, “com” Brizola

Ainda no início de 1984 o posicionamento dos três governadores dos principais estados da federação era marcado por vacilações quando o assunto era as *Diretas Já*. Franco Montoro, após o comício da Sé, já havia manifestado o seu desejo por “diminuir” o ritmo da campanha. Tancredo Neves não fazia questão de mobilizar em prol da campanha em seu estado, tanto é que durante mais ou menos um ano em que o movimento tomou corpo ocorreu somente um comício em Belo Horizonte, enquanto que em São Paulo e Rio de Janeiro houve três. Leonel Brizola ainda não havia entrado de “cabeça” na campanha, fosse por sua postura pessoal de cunho eleitoreiro de defender o “mandato tampão” de Figueiredo, fosse pelo suposto medo de intervenção federal no estado que governava.

O editorial da *FSP* explanou a respeito do “temperamento” destes três governadores acerca das *Diretas*:

Montoro, depois de uma administração desastrosa, com críticas dentro do seu partido, foi praticamente compelido a comandar o comício da praça da Sé. Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, antes mesmo de qualquer concentração popular de porte ter sido programada, advertiu que sua participação deve-se mais à condição de “cidadão” do que como “dirigente ou líder partidário”. Talvez por causa desta postura, somente anteontem [10 de fevereiro] marcou o comício da Cinelândia (dia 21 de março). [...] Tancredo Neves espera o momento exato de dar o bote. Diz que é pelas *Diretas*, insiste ser um homem de partido, mas admite a participação do PMDB na disputa indireta do Colégio Eleitoral. O comedimento de Tancredo e sua proposta de conciliação nacional se adequam ao estilo governante de oposição bem aceito no Palácio do Planalto.⁴⁶²

A vacilação de Brizola foi tamanha que o comício do dia 14 de fevereiro no Rio de Janeiro não teve a sua participação. Comício este que foi organizado pelo recém-criado Comitê Estadual pró-Diretas do Rio de Janeiro, que seguindo a tendência de outros comitês estaduais congregou diversas entidades da sociedade civil. A falta de participação do governo estadual

⁴⁶¹ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 389.

⁴⁶² “Governadores evitam desafiar Planalto”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20. 038, 12 de fevereiro de 1984, p. 08.

dificultou o desenvolvimento da mobilização e depois de 300 mil na Sé, o comício do Rio conseguiu mobilizar 50 mil pessoas. A justificativa de Brizola foi baseada na defesa de que o comício “oficial” no Rio seria o da Cinelândia marcado para o dia 21 de março e não este do dia 16 de fevereiro, que foi uma iniciativa paralela.

O governador, que voltou ontem [16 de fevereiro] do Uruguai, recebeu a imprensa em seu gabinete, no Palácio Guanabara, exatamente no momento em que 50 mil pessoas desfilavam pela avenida Rio Branco em passeata pelas *Diretas*. Indagado porque não estava também lá, com o povo, respondeu: “esta é uma iniciativa preparatória, parcial, que se dependesse de nós aguardaria a do dia 21 de março próximo, quando estaremos participando da grande manifestação que vem sendo preparada para aquela data”⁴⁶³.

O não envolvimento do governador do estado fez este comício no Rio de Janeiro ser similar ao que ocorreu em São Paulo no dia 27 de novembro de 1983, uma vez que foi somente neste comício no Rio que foi possibilitada uma participação mais abrangente das entidades de classe e da sociedade civil, sem a burocracia e rigidez impostas pelos governadores acerca dos nomes que iam discursar e quem poderia ficar no palanque.

Outrossim foi somente neste comício e no posterior, ocorrido em 21 de março, que um representante do PCdoB e Luís Carlos Prestes conseguiram discursar, junto com a marcante presença de Lula. O periódico *Em Tempo* fez a sua análise acerca da ausência de Brizola no comício: “preso na própria trama que armou, Brizola não pode comparecer ao ato ficando reduzido a criticar o presidente do PT nos jornais do dia seguinte por ter ‘interferido’ nos assuntos internos do estado”, defendendo os “camelôs cariocas, constantemente atacados pelo governo do estado”⁴⁶⁴.

O periódico da *AJS* foi enfático ao desferir críticas sobre o posicionamento de Brizola no que se referia às *Diretas Já*:

No Rio de Janeiro, o governo de Brizola tentou de forma desesperada, frear a campanha desde o seu início.

Porém, não conseguiu e acabou assumindo o ato marcado para o dia 21 de março. Mas em troca, golpeou a passeata do dia 16 deste mês. Na última reunião da executiva do comitê carioca pelas *Diretas*, o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, homem de confiança de Brizola, afirmou categoricamente que o governo do Estado não assumiria a passeata, não colocaria nenhum dispositivo estatal, rádio, TV, etc., na convocação da passeata, e chegou a desafiar ao resto do comitê a fazer a passeata sozinho, para ver quantas pessoas levariam...

Quando fechávamos esta edição, a passeata do dia 16 estava ameaçada, graças a esta política do governo do Rio. É bom lembrar, que as vacilações do Sr.

⁴⁶³ “Brizola vê fraqueza no Planalto”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.043, 17 de fevereiro de 1984, p. 05.

⁴⁶⁴ “Rio: a grande passeata atropela Brizola”. *Em Tempo*: São Paulo, n° 182, 5 a 18 de fevereiro de 1984, p. 8.

Brizola não estão impedindo a realização de várias manifestações locais, tanto no centro da cidade, como nos bairros operários.⁴⁶⁵

Brizola aderiu, de fato, à campanha pelas *Diretas* somente após o comício do dia 16 de fevereiro que, mesmo sem o apoio da máquina estadual, conseguiu reunir em torno de 50 mil manifestantes. A diferença deste ato para os outros é que, igual ao comício de novembro de 1983, este não contou com a propaganda massiva da mídia em torno do comício. O seu sucesso deveu-se muito pelo que as *Diretas* representavam para a população como também pela mobilização dos sindicatos e partidos da oposição antiautocrática em torno do comício.

Oficialmente, foi no dia 19 de fevereiro de 1984 que Brizola decidiu assumir a condução do movimento pelas *Diretas* no Rio. O embasamento de seu posicionamento pela direção do movimento ficou pautado, segundo o próprio governador, após o discurso inoportuno de um representante do PCdoB, no qual defendia que somente o seu partido, o PCdoB, teria condições de levar a população a mudar o País. Para Brizola esse episódio ilustrou a “falta de organização do movimento”, o que permitiu que fossem feitos “proselitismos inoportunos e paralelos”⁴⁶⁶. Nesse sentido:

[...] Brizola anunciou decisões importantes, que modificaram substancialmente o comportamento do partido daqui por diante. Ele não só instruiu os dirigentes a se “sentarem à cabeceira” da organização da campanha estadual pelo restabelecimento do pleito direto, como exigiu a dedicação de todos ao fortalecimento da legenda pedetista, afastando a hipótese da criação de uma nova agremiação, como previsto anteriormente.⁴⁶⁷

Em outras palavras, fica explícita a verticalização da campanha por meio da direção da oposição burguesa por meio deste posicionamento. A partir do momento em que Brizola tomou a frente da campanha no Rio, o controle e a censura de manifestações de setores oposicionistas também foi utilizado como uma ferramenta pelo governo, assim como foi em São Paulo e em Belo Horizonte. A tônica do movimento no Rio deveria ser majoritariamente brizolista, como veremos.

Os vultos do crescimento da campanha pelas *Diretas Já* acabaram fazendo com que o regime junto com o PDS, elaborassem uma emenda paralela que também tinha como centro as eleições *Diretas*, mas em 1988, 1989 ou 1990 (quatro, cinco ou seis anos de mandato). Nesse período de fevereiro ainda não estava acertada qual seria a data das eleições diretas que deveria constar no projeto que ficou conhecido como emenda Figueiredo/Leitão, este último sendo o

⁴⁶⁵ “A campanha cresce e responde ao imobilismo de oposição”. *Alicerce da Juventude Socialista*: São Paulo, n° 42, 17 a 24 de fevereiro de 1984, p. 05.

⁴⁶⁶ “Brizola decide liderar campanha”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.046, 20 de fevereiro de 1984, p. 04.

⁴⁶⁷ Idem.

ministro chefe da Casa Civil. Em torno deste projeto se reuniram dois grupos: o grupo moderado de Leitão de Abreu, e o grupo “duro” do general Octávio Medeiros, chefe do SNI.

O primeiro grupo defendia a “negociação” e admitia concessão à oposição, com o objetivo de evitar a debandada do PDS forçando Tancredo a negociar com o regime e com o próprio PDS, referente à emenda alternativa do governo; Leitão sustentava que essa emenda deveria ser apresentada antes da Dante de Oliveira no Congresso e defendia um futuro governo de coalizão. O grupo dos “duros” defendia uma “demonstração de força” frente a campanha das *Diretas Já*, para assim angariar recursos para a negociação. Seria mostrando a concreta inviabilização da emenda e a total intransigência do governo, que obrigaria a oposição a negociar. O único consenso em torno dos dois grupos era que a emenda deveria defender o mandato de seis anos para o próximo governo (1990) sucedido por eleições diretas, apesar de Leitão ser mais flexível em relação ao tempo de mandato, aceitando sem resistência as eleições para 1988. Essa tática dava maior poder de negociação junto com a oposição burguesa.

Essa emenda se fazia necessária pelo crescente racha do PDS diante do avanço da mobilização pelas *Diretas*. O próprio setor de inteligência do regime, o SNI, no dia 29 de fevereiro, já sinalizava e orientava o governo a tomar alguma decisão que viesse recompor o partido, pois a pressão do movimento e de seus políticos apoiadores contribuía para que os parlamentares do PDS votassem a favor da emenda. O SNI sugeriu que o governo orientasse os parlamentares do PDS a como votar na emenda. Caso não fosse tomada alguma providência pelo regime, as *Diretas Já* tinham reais condições de aprovação na Câmara:

[...] Durante o “recesso carnavalesco”, a cúpula partidária deverá enviar emissários a todos os recantos do País, a fim de que orientem os parlamentares pedessistas, sobre como votar a Emenda DANTE DE OLIVEIRA, pois, reiniciadas as atividades parlamentares, após o Carnaval, as pressões sobre eles, a nível de Congresso, crescerão ainda mais, alertando que, se a “orientação” não for desencadeada, já, quando o for, será tarde demais: **a Emenda poderá ser aprovada.**⁴⁶⁸ (grifo nosso)

Essa informação nos é importante, pois publicamente, tanto o PDS quanto o regime demonstravam a impossibilidade da aprovação da emenda. No entanto, nos documentos do governo, fica nítida a preocupação da cúpula com a eventual possibilidade de aprovação da emenda Dante de Oliveira, obrigando o presidente a se movimentar para arregimentar o PDS. Caso isso não fosse feito, a aprovação da emenda era factível.

⁴⁶⁸ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA CENTRAL. Orientação aos parlamentares pedessistas sobre como votar na emenda Dante de Oliveira. Brasília, 29 de fevereiro de 1984.

No entanto, apesar da reunião ser no dia 8 de março, foi somente no dia 16 de abril que a emenda foi apresentada ao Congresso, defendendo diretas não mais para 1990, mas sim para 1988. Tanto o grupo de Leitão quanto o de Medeiros foram convencidos pelo líder do governo Nelson Marchezan que 1988 apresentaria uma melhor alternativa aos possíveis dissidentes do PDS, aglomerando-os novamente e dando força ao partido para negociar com a oposição institucional. Participavam da reunião do dia 8 de março os ministros Leitão de Abreu, Casa Civil, Rubem Ludwig, Gabinete Militar, Octávio Medeiros, do SNI, Danilo Venturini, do Conselho de Segurança Nacional, Jarbas Passarinho, da Previdência Social, e Abi-Ackel, da Justiça. Participaram também o presidente do PDS, José Sarney, e os líderes do governo na Câmara e no Senado, Nelson Marchezan e Aloysio Chaves, respectivamente.

O posicionamento do governo sem tolerância para a eleição direta se manifestou no dia 19 de março quando Figueiredo exonerou o ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, considerado moderado e de perfil brando, entrando em seu lugar, Alfredo Karam, ex-ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). O motivo da exoneração não foi explicitado por Figueiredo, mas pode-se dizer que o posicionamento favorável de Fonseca às *Diretas* não agradou setores duros do governo, nem ao presidente Figueiredo. Entre as principais medidas da emenda Figueiredo, destacavam-se:

- a) eleição *Diretas* do sucessor de Figueiredo, em 1988;
- b) eleição direta dos prefeitos das capitais, casada à dos governadores e com mandato de igual duração;
- c) eleição direta dos prefeitos das estâncias hidrominerais, em 1985, e redução do número de municípios (de 125 para 30) considerados áreas de “segurança nacional”;
- d) restabelecimento da inviolabilidade do mandato parlamentar, perdida em 1969, de deputados federais e estaduais, que não mais poderiam ser processados pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) limitação do instrumento do decreto-lei, proibindo-o em matéria tributária, que passaria então a ser atribuição exclusiva do Legislativo.⁴⁶⁹

O fechamento da questão por parte do governo e das lideranças pedessistas pela não aprovação das eleições diretas, contribuiu para que alguns deputados pró-Diretas do PDS levantassem a ideia da criação de um novo partido, ideia essa que foi anunciada por Teodorico Ferraço do PDS-ES⁴⁷⁰. Essa ideia viria a se confirmar após a derrota das *Diretas* com a criação da Frente Liberal, que depois se tornaria o PFL. A ala que mais defendia a criação de um novo partido era àquela vinculada a candidatura de Aureliano Chaves.

⁴⁶⁹ RODRIGUES, Alberto Tossi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003, p. 85.

⁴⁷⁰ “Ferraço anuncia adesão a novo partido”. *O Globo*: Rio de Janeiro, 9 de março de 1984, p. 03.

Em Belo Horizonte, no dia 24 de fevereiro de 1984, aconteceu mais um grande comício pelo sufrágio imediato, reunindo 300 mil pessoas, fazendo com que Belo Horizonte se igualasse ao comício da Sé, em São Paulo.

Tancredo Neves, apesar de ter se mostrado um tanto distante da campanha bem como da sua organização em Belo Horizonte, deixando para que o comitê estadual se incumbisse desta tarefa, cuidou pessoalmente da “proibição” do uso de bandeiras vermelhas com nome de partidos clandestinos, como também cuidou pessoalmente da lista de oradores que estariam presentes no palanque. As bandeiras vermelhas que eventualmente apareciam eram somente “dos partidos legalizados em cartório: PMDB, PDT e PT. Enxerga-se uma única bandeira do PCdoB e nenhum do PC. Ah! sim, há algumas bandeiras do MR-8, mas todas verde-amarelas”.⁴⁷¹

Tancredo fez questão de negociar pessoalmente com os dirigentes dos partidos clandestinos para que se evitasse a utilização de bandeiras vermelhas no comício. Exemplo disso foi a negociação com João Amazonas, líder do PCdoB, na qual Tancredo exigiu a ausência de bandeiras vermelhas em troca de ceder um lugar no palanque para Amazonas, porém não faria discurso algum. Também, Tancredo exigiu que nesse comício não se fizesse críticas contundentes ao presidente Figueiredo e às Forças Armadas, defendendo que a agressão a essas autoridades não resolvia o problema do Brasil e não ajudaria os partidos de oposição no processo de transição, como explicou o próprio Tancredo em uma entrevista coletiva na véspera do comício⁴⁷², mostrando mais uma vez o seu lado conciliador na defesa de uma transição pelo alto.

Além disso, o governador se reuniu com o comandante da II Divisão do Exército, General Eduardo Lopes, para assegurar que a manifestação seria cívica, ordeira e pacífica, como também que a PM seria o instrumento utilizado por ele para assegurar a ordem. Desta forma, não necessitaria a arregimentação do Exército.

Este comício de Belo Horizonte foi o mais bem preparado e organizado pelo PMDB. Dentro da ideia de “Comício Monstro”, sua estrutura era a seguinte: “O palanque com 136 metros quadrados, com 11 metros de altura, banheiros, sala de imprensa e camarins, tinha apenas uma enorme bandeira brasileira dominando toda a frente”⁴⁷³. Diante disto, este comício

⁴⁷¹ KOTSCHO, Ricardo. “Minas sai às ruas para exigir eleições diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.051, 25 de fevereiro de 1984, p. 04.

⁴⁷² LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 418.

⁴⁷³ KOTSCHO, Ricardo. *Op. Cit.*

foi inteiramente pensado na figura pessoal de Tancredo Neves, dissimuladamente uma campanha com cunho eleitoral:

O comício de Minas foi muito bem armado. Foi onde mais se investiu, onde mais as agências ligadas ao estado tiveram participação. [...] Investiu-se uma barbaridade e a festa foi muito grande. Eu diria que foi o primeiro comício da campanha de Tancredo. Ele preparou o comício das *Diretas* pensando na sua candidatura. Tanto que se falava no comício “*Diretas Já*, Brasil urgente e Tancredo presidente.”⁴⁷⁴

Em outras palavras, era um comício pelas *Diretas*, mas que buscou agregar dividendos para uma campanha indireta em torno da figura de Tancredo. Quando da sua fala no palanque, enfatizou que a “tranquilidade desse comício foi uma demonstração de civismo”⁴⁷⁵. Fafá de Belém ficou, de fato, com os momentos de “comoção”, pois um dos pontos altos do “showmício” foi quando ela cantou o Hino da Independência, instaurando o clima de emoção e comoção nacional. Assim, o conteúdo e o sentido das *Diretas Já* se consolidavam de forma inversa ao movimento crítico e mais combativo impresso em 1983. Da mobilização de 1983 ao “imobilismo” e passivização em 1984, liderado pela oposição burguesa que canalizou a luta política em potência de 1983 ao terreno institucionalizado em 1984 e consolidado com o Colégio Eleitoral em 1985.

No dia 22 de fevereiro a campanha pelas *Diretas* oficializou o Comitê Suprapartidário Nacional Pró-Diretas. Esse comitê nacional foi criado em reunião entre os partidos de oposição (PMDB, PDT, PT, incluindo o PTB) junto com os quadros pró-Diretas do PDS. A intenção da criação do comitê nacional era “democratizar” o movimento, tendo apoio do PT que, inclusive, foi o primeiro partido a lançar essa ideia de um comitê nacional. Neste encontro foram convidadas seis entidades da sociedade civil para compor a coordenação nacional: UNE, OAB, ABI, CUT, Conclat e o Andes⁴⁷⁶.

Na realidade, a criação do Comitê Nacional pró-Diretas contribuiu para burocratizar a campanha, uma vez que todas as decisões de movimentos pró-Diretas teriam que passar pelo crivo deste Comitê Nacional. Ou seja, seria inviável pensar os comícios de São Paulo do dia 27 de novembro de 1983 e o do Rio de Janeiro do dia 16 de fevereiro de 1984, pois tanto o primeiro quanto o segundo comício foram elaborados e efetivados à revelia do apoio do governo estadual. A partir da criação deste comitê todo o movimento ficaria subsumido a esta

⁴⁷⁴ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 417.

⁴⁷⁵ “Diretas mudam a velha tradição dos comícios”. *Folha de São Paulo*. *Op. Cit.*

⁴⁷⁶ “Criado o comitê suprapartidário nacional pró-diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.049, 23 de fevereiro de 1984, p. 05,

burocracia, como também as deliberações e reivindicações programáticas dos partidos deveriam passar por uma votação interna para assim serem veiculadas enquanto programas das *Diretas Já*. Apesar de ter o apoio pessoal de Lula na criação do comitê, porque ele via essa possibilidade como a única forma de quebrar o certo “paternalismo” de Ulysses acerca do movimento, fazendo o PT conquistar mais espaço no interior da campanha, essa coordenação nacional serviu para estabilizar o ritmo da campanha ao ritmo da oposição burguesa que estava disputando o processo sucessório. Como veremos à frente, a proposta de greve geral do PT e CUT, foi barrada pelo comitê. Lula e o próprio PT, querendo enfraquecer Ulysses, esqueceram-se que os fortes da vez, fora e dentro do PMDB, compunham a turma do Tancredo. A criação do Comitê representou a realocação da luta política para dentro do cenário político-institucional, quebrando a autonomia dos movimentos de base e das entidades de classe enquanto instrumentos de pressão. Resultado que contribuiu para os partidos de oposição assumirem uma postura de negociação dentro do aparelho institucional e não mais nas ruas.

Um outro recuo da oposição burguesa foi o cancelamento das marcha-monstros sobre Brasília, ou seja, da promoção de diversas caravanas do Brasil para a capital, programadas para o dia da votação da emenda Dante de Oliveira. Sendo essa proposta uma ideia de Ulysses, depois do término da reunião da Executiva Nacional do partido, no dia 17 de fevereiro, o mesmo já se posicionava contrário a marcha. Provavelmente por ser pressionado pelo setor moderado, como também pela ameaça do ministro da Justiça, Abi Ackel, em instaurar medidas de emergência sobre a capital federal caso ocorresse qualquer marcha. Assim, a oposição burguesa foi optando pelo controle e passivização do movimento, tanto pelo excesso linguístico abusivo acerca da “rotulação” do movimento, estigmatizando-o como cívico, ordeiro, exemplo de cidadania etc., como também inibindo qualquer tipo de mobilização que desagradasse minimamente o regime ditatorial.

Frente a esse recuo da oposição burguesa o Diretório Nacional do PT realizou uma reunião – dias 03 e 04 de março – e extraiu três resoluções acerca dos dilemas que assolavam o movimento pelas *Diretas Já*.

A primeira resolução do Diretório é a de manter a posição do PT a favor da marcha sobre Brasília, no dia da votação da emenda por eleições diretas. Criar uma coordenação nacional da campanha, é a proposta contida na segunda resolução. Aqui, o PT, de fato, impulsionou a organização nacional da campanha, pois, no dia 22, foi criado o Comitê Suprapartidário Nacional Pró-Diretas, que amplia e democratiza a condução da campanha no país, até aqui monopólio da Executiva Nacional do PMDB. A primeira luta do PT na reunião inaugural desse Comitê, no dia 14/03, será o de garantir a manutenção da marcha sobre Brasília no dia da votação da emenda, revertendo o recuo do PMDB.

A terceira posição do PT é favorável a um dia nacional de lutas pelas eleições diretas. Esta proposta foi inclusive já defendida por Ulysses Guimarães, antes das oposições iniciarem seu recuo atual. Seria possível colocar dois milhões de pessoas nas ruas ao mesmo tempo, de norte a sul do país, ou ainda mais, em defesa das Diretas. Um ato inédito na história do país, esta é a proposta do PT.⁴⁷⁷

A confiança do PT no Comitê Nacional pró-Diretas representou, *post festum*, um decisivo “erro” tático, pois a reboque do Comitê, não conseguiu desenvolver e concretizar nenhuma destas três resoluções. O periódico continua:

As três resoluções são muito positivas, e mostram a diferença do PT em relação ao recuo das oposições burguesas. Mas era necessário que o PT também se definisse pela proposta de Greve Geral em abril, como é defendido pela CUT. A nossa proposta é de Greve Geral no dia da votação da emenda pelas *Diretas*. Lula em seus comícios de todo o país, poderia divulgar a ideia da greve, e junto com os sindicatos da CUT pressionar pela base por sua realização. Esta seria ao nosso ver [sic], uma quarta resolução necessária do Diretório Nacional do PT.⁴⁷⁸

O que parecia não estar muito claro neste período para os quadros do PT é que com a criação do Comitê Nacional pró-Diretas, toda pauta, para ser utilizada enquanto um programa oficial das *Diretas Já*, necessitaria passar por votação no interior do Comitê, que tinha representatividade, inclusive, de setores pró-Diretas do PDS, como também de setores historicamente conservadores e pela ordem institucional, como a OAB e ABI que, no entanto, apoiaram o golpe em 1964. Qualquer medida que fosse veiculada sem o consentimento do Comitê seria considerada única e exclusivamente do partido que estava propondo, resultando no enfraquecimento e isolacionismo do partido e/ou entidade da sociedade civil, uma vez que estas instituições não tinham mais o poder de competir com a legitimidade que as *Diretas Já* passaram a representar em 1984. Apesar de na aparência a criação do Comitê soar democrática, na realidade dava mais poder à oposição burguesa, dado que a oposição antiautocrática era representada, somente, pelo PT, CUT, ANDES, junto com as vacilações da Conclat, representada por Joaquim Dos Santos Andrade, o Joaquinzão, e por Antônio Rogério Magri, que em momento posterior, se manifestaram relutantes à ideia de greve geral defendida por Jair Meneghelli e Paulo Paim, ambos da CUT.

O final do mês de fevereiro também ficou marcado pela oficialização do veto militar às *Diretas Já*, proposta que vinha sendo falada por Figueiredo desde dezembro de 1983. O

⁴⁷⁷ “PT: três boas propostas”. *Alicerce da Juventude Socialista*: São Paulo, n° 43, 24 de fevereiro a 09 de março de 1984, p. 05.

⁴⁷⁸ Idem.

documento que vetava as *Diretas* tinha a assinatura das três armas e do Estado-Maior – ressaltamos que desde 1969 o país não via uma nota conjunta militar. Dentre outras resoluções, a nota decidia: “descartar o mandato-tampão e a reeleição de Figueiredo, vetar a eleição direta e alertar a oposição sobre os limites verbais e movimentos que seriam tolerados até o final da transição do regime militar para o futuro governo civil. Indireto.”⁴⁷⁹

No dia 8 de março de 1984, pouco tempo após o veto militar, se deu uma reunião a portas fechadas com lideranças do PDS que sinalizava, por um lado, certa dificuldade na aprovação da emenda Dante de Oliveira por parte da oposição e, por outro, a alteração na correlação de forças que o movimento concretizou, uma vez que fez tanto o regime quanto o PDS se movimentarem para barrar a emenda. As linhas de ação do PDS contra a emenda seriam as seguintes:

Linha de ação nº 1: negar “quórum para votação” na CÂMARA e no SENADO.

Linha de ação nº 2: Dar “quórum para votação”, mas negar votos para aprovação da emenda

Linha de ação nº 3: Remeter, antecipadamente, projeto de Emenda com proposta de Eleições *Diretas* em 1990.

Linha de Ação nº 4: A linha de ação nº 2, precedida de amplo anúncio de compromisso do Presidente da República de enviar, ainda em 1984, projeto de Emenda com proposta de eleições em 1990.⁴⁸⁰

Outro revés que a oposição levou foi o veto da votação da emenda Dante de Oliveira no dia 11 de abril, conforme havia decidido o PMDB. Nelson Marchezan afirmou que no dia 11 o presidente Figueiredo não estaria no Brasil e apresentou a possibilidade de a votação ser nos dias 04, 24 e 25 de abril⁴⁸¹. Esse posicionamento da oposição burguesa de querer votar a emenda no dia 11 de abril, representava a “pressa” dos setores moderados em dar um “fim” à campanha para assim poderem continuar executando sua tática em prol das eleições indiretas mais livremente, ou seja, dar continuidade às negociações. A oposição burguesa tinha ciência que a campanha pelas *Diretas* não estava agradando os setores militares, e as agitações políticas da oposição antiautocrática não agradavam a oposição burguesa.

Esse adiamento da votação também representava uma maior margem para negociação que o grupo Leitão de Abreu e Marchezan precisavam, obrigando o conjunto da oposição a negociar com o PDS acerca da sucessão. Negociação que poderia envolver o descarte da

⁴⁷⁹ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 427.

⁴⁸⁰ SNI - REUNIÃO COM AS LIDERANÇAS DO PDS, DIA 08/03/1984. Assunto: discussão sobre a emenda das “diretas”. Brasília, 08 de março de 1984.

⁴⁸¹ “Marchezan não admite data sugerida pela oposição”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.062, 07 de março de 1984, p. 04.

emenda Dante de Oliveira e a aceitação, por parte da oposição, de uma emenda mais “branda”, emenda esta que estava sendo elaborada pelo próprio grupo de Leitão e Marchezan. O PDS necessitava desse tempo para tentar recompor a base do governo, atraindo eventuais dissidentes pró-*Diretas* do PDS. Ou seja, havia o grupo pró-*Diretas* do PDS pelo fato do governo não apresentar alguma emenda alternativa que discutisse a questão das eleições diretas. Se o governo elaborasse uma proposta alternativa, poderia virar o jogo a seu favor.

A condução e intensificação da campanha pelas *Diretas Já*, como defendia a oposição antiautocrática, estavam corroídas por dentro. Neste período de 1984, tanto Tancredo, quanto FHC, Montoro, Íris Resende e José Richa defendiam a necessidade do PMDB ter uma alternativa definida caso a emenda Dante de Oliveira fosse rejeitada, defendendo inclusive a participação do PMDB no Colégio Eleitoral, que, nos palanques, era difundido como um espaço ilegítimo por esses mesmos políticos.

A coesão da ala moderada em torno da negociação era tamanha que o próprio secretário-geral do PMDB, recém-eleito Afonso Camargo, moderado e próximo de Tancredo, admitiu publicamente, após um encontro com o chefe do Gabinete Militar Rubem Ludwig, que a aprovação das *Diretas* seria improvável e difícil. Nem mesmo Ulysses Guimarães se posicionou radicalmente discordante com a atitude de Camargo, em razão de admitir, nesse período, não ser “contra negociações”:

O Diretório deve ser duro com relação ao senador Afonso Camargo e deve adverti-lo. Ele não é mais presidente do Arena no Paraná e sim secretário-geral do PMDB. Não tenho nada contra negociações, mas não se deve capitular, como fez o senador, ao afirmar que a emenda das *Diretas* está sepultada. Com isso, ele feriu a honorabilidade das oposições, que têm de honrar seu compromisso com o povo, que ainda tem um mínimo de esperança.⁴⁸²

Tancredo minimizou totalmente o ocorrido e inclusive até o apoiou, admitindo que estes tipos de encontros entre oposição e situação eram normais:

Tenho a impressão que conversa, entendimento entre homens da oposição e homens do governo é uma rotina. A gente a todo momento vê isso. E isso não significa de maneira nenhuma um comprometimento do partido. São apenas conversas que eu chamaria de preliminares ou preparatórias, visando objetivos mais amplos.⁴⁸³

⁴⁸² “Ulysses: Camargo foi ao Planalto em caráter estritamente pessoal”. *O Globo*: Rio de Janeiro, 23 de março de 1984, p. 12.

⁴⁸³ “Conversa não compromete, diz Tancredo”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.078, 23 de março de 1984, p. 04.

A gravidade de admitir a impossibilidade da aprovação da emenda vinda por meio do secretário-geral do principal partido da oposição, foi escamoteada por Tancredo, fato este que nem foi comentado por ele, que tergiversou a gravidade do problema.

Não obstante, os três principais governadores opositoristas neste período de março, tentavam a todo custo adiar ou diminuir o ritmo das *Diretas*. Destaquemos o governador do Rio de Janeiro que com muita antecedência marcou o comício da Cinelândia para o dia 21 de março, mas com a oficialização da votação da emenda Dante para o dia 25 de abril, queria transferir este comício para uma data mais próxima da votação, posicionamento que foi admitido por ele mesmo em reunião que durou até a madrugada com o Comitê Estadual pró-*Diretas*. Todavia, acabou cedendo às pressões do Comitê, mantendo a mobilização para o dia 21 de março⁴⁸⁴.

Os três governadores tinham receio de perder o controle do movimento com o forte crescimento abrupto efetivado nas mobilizações e por isso tentavam ser mais comedidos em não incomodar o regime que mostrara sua falta de simpatia com a mobilização “perturbadora da ordem”. Essas manobras dos governadores foram mostradas pela FSP:

São no mínimo suspeitas as manobras que, segundo rumores correntes, estariam sendo perpetradas, à revelia da Nação, pelos governadores dos três principais estados da Federação – Rio, Minas Gerais e São Paulo –, todos eles líderes opositoristas de incontestável envergadura no plano nacional.

Assim, quando o governador Leonel Brizola, ao que se afirma aconselhado por seu colega mineiro [Tancredo Neves], tenta transferir a data de realização do comício-monstro programado para o dia 21, esses rumores se fortalecem. Quando o governador Tancredo Neves, além de incentivar a atitude de recuo do sr. Brizola [mantendo a data para o dia 21], desestimula, como se afirma, uma manifestação pró-*Diretas* em Uberlândia, marcada previamente para 16 do corrente, tais rumores se tornam ainda mais verossímeis.

Sintonizado com esse comportamento, o governador Montoro, em São Paulo, depois de uma postura reticente em relação a um novo comício, retirou seu apoio oficial ao Comitê Paulista pró-*Diretas*, que ficou, assim, relegado à própria sorte, a um mês apenas da concentração de desfecho da campanha, no Anhangabaú.⁴⁸⁵

Brizola voltou atrás, cedendo ao Comitê Estadual. Tancredo Neves adiou o comício em Uberlândia do dia 16 para o dia 23, por causa de uma visita de Figueiredo à cidade para ver uma exposição de gado, programada pelo presidente muito tempo após o agendamento do comício na cidade. A mudança de data do comício, inclusive, teve pleno apoio de Ulysses que entrevistou, junto a Tancredo, no Comitê Estadual⁴⁸⁶. Em São Paulo, Montoro retirou seu apoio ao Comitê pró-*Diretas* por causa de sua resistência a novos comícios e pelo Comitê ter marcado,

⁴⁸⁴ “Decidida vigília pelas diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.070, 15 de março de 1984, p. 01.

⁴⁸⁵ “Manobras suspeitas”. *Ibidem*, p. 02.

⁴⁸⁶ “Uberlândia adia manifestação para não irritar Figueiredo”. *Ibidem*, p. 06.

em reunião, no dia 14 de março, o próximo comício para abril no vale do Anhangabaú sem seu consentimento. A justificativa era que o “governo paulista não tinha mais condições materiais para apoiar outro comício e, por isso, sujeitava sua participação nesse novo ato às decisões da direção do PMDB”⁴⁸⁷. O governo do estado mais rico da federação, que tinha apoiado oficialmente somente o comício da Sé, no dia 25 de janeiro de 1984, afirmar que não tinha condições materiais para tal, era, no mínimo, suspeito, evidenciando somente o não apoio dos moderados com as *Diretas*.

Além disso os governadores, principalmente Franco Montoro e Tancredo Neves, estavam incomodados com o “entrismo” dos grupos de esquerda nos Comitês Estaduais que, segundo eles, neutralizavam as entidades mais sensatas como a OAB e a Comissão de Justiça e Paz. “O próprio PMDB já havia ficado em minoria, ao propor um prazo para reflexão sobre os rumos da campanha, na última reunião do comitê paulista. Daí a decisão de Montoro de retirar o seu representante do comitê”⁴⁸⁸. No entanto, no dia 19 de março, Montoro recuou, pelo receio da mobilização de abril acontecer sem seu apoio e ser maior que o comício da Sé, o que poderia prejudicar sua imagem. Como também pelo receio desta mobilização de abril ter plena liderança da oposição antiautocrática e ser igualmente maior que a manifestação da Sé. Outro motivo era o controle do PMDB se fazer necessário para o partido, uma vez que as *Diretas*, saindo de seu controle e dando tons mais radicais a campanha, poderia resultar em prejuízos políticos para os quadros moderados dispostos a negociar com o governo.

Assim estava configurada a oposição burguesa frente às *Diretas* em março de 1984 e é nesse clima que ocorreu a passeata no Rio, no dia 21 de março que, atingindo 200 mil pessoas, passou a ser considerado como um comício preparatório para o do dia 10 de abril, na Candelária. Ou seja, o que seria um comício, no dia 21 de março, acabou se transformando em uma passeata com três carros de som, um deles sendo trio-elétrico, onde falaram políticos do PDT, PT, PMDB, representantes de entidades da sociedade civil e, inclusive, Luís Carlos Prestes.⁴⁸⁹

Essa passeata, apesar do incentivo e apoio do PDT e de Brizola, foi marcada pela ausência pessoal do governador, acometido por uma súbita enfermidade, pedra no rim, que não teve muitas explicações. Comício que também foi marcado pela presença de 300 soldados da Polícia Militar, inclusive tendo como parte do efetivo o Batalhão de Choque, com escudos de proteção e todos os outros equipamentos utilizados por essa polícia que se limitou a fazer um

⁴⁸⁷ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 450.

⁴⁸⁸ *Idem*.

⁴⁸⁹ “Rio reúne 200 mil pessoas nas ruas pelas diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.077, 22 de março de 1984, p. 04.

“esquema de segurança”. Não houve nenhum tipo de confronto como de costume, talvez alguma intimidação pela presença da PM.

Nas críticas à oposição burguesa e a Brizola, o jornal da AJS pontou que:

Era grande a vitoriosa resposta do povo trabalhador do Rio de Janeiro ao recuo ensaiado pelo governador Leonel Brizola, que, após tentar adiar inutilmente o grande comício do dia 21 no Comitê pró-*Diretas* carioca, apelou pra desculpa da existência de uma pedra no rim para apedrejar o ato e, enfim, adia-lo para o dia 10 de abril. O ato foi adiado, mas em seu lugar ficou a grande passeata, que rompeu o marco da célebre passeata dos 100 mil contra a ditadura, em 1968.

O governador Brizola não só não apareceu a ela, como não lhe deu qualquer apoio material. Não assumiu para nada, deixando claro que a passeata se deu apesar dele. Se a primeira, ocorrida ao início da campanha, com 60 mil pessoas, já o havia atropelado, esta fez o mesmo com a força triplicada.⁴⁹⁰

Deve-se notar que esta passeata não contou com a participação de governadores e nem de Ulysses Guimarães. Pelo fato desta campanha não ter sido reconhecida como “nacional” pelo Comitê Nacional pró-*Diretas*, não teve, igualmente, a participação de vários artistas conhecidos, participantes regulares dos outros comícios, se limitando a participação de poucos artistas a nível regional. Ausência também de Fafá de Belém não ocorrendo o momento de “comoção nacional”.

Brizola, pela sua ausência, fez questão de publicar uma “Nota do governador Leonel Brizola” que reproduzimos integralmente abaixo:

O grande comício do povo do Rio de Janeiro pela causa das eleições *Diretas*, como todos sabem, foi transferido para o dia 10 de abril, às 16:30, na Candelária. Na tarde de hoje, realiza-se uma demonstração pública convocatória daquele grande ato, promovida pelos partidos de oposição, e diversas entidades sociais, profissionais e culturais. Partindo da Candelária, coincidindo com o encerramento das atividades comerciais no centro da cidade, a manifestação se deslocará pela avenida Rio Branco, culminando com uma concentração na Cinelândia.

Consciente de suas responsabilidades quanto à manutenção da ordem pública e das garantias individuais, do respeito ao patrimônio público e privado, e, acima de tudo, quanto às liberdades e direitos de todos, o governo do Estado informa à população que todas as medidas e providências vêm sendo tomadas a fim de **que esses atos públicos se realizem em ordem e pacificamente, como um episódio normal e democrático de um povo que luta para reconstruir suas instituições.**

O nosso compromisso com a ordem democrática é sagrado, inclusive respeitando os que não pensam como nós. O nosso dever maior é considerar que a quase totalidade da população reclama eleições *Diretas* e vem se manifestando por todos os quadrantes da Pátria **com irrepreensível honestidade e honradez, acima de grupos e facções.**

⁴⁹⁰ “150 mil nas ruas, apesar de Brizola”. *Alicerce da Juventude Socialista*: São Paulo, n° 46, 23 a 30 de março de 1984, p. 05

Não aceitando e nem promovendo qualquer tipo de provocação, estaremos, aí sim, ao lado de nosso povo, ajudando a restaurar sua soberania violada e seus direitos humanos.
Participaremos das manifestações com firmeza, patriotismo e, acima de tudo, serenidade.⁴⁹¹ (grifo nosso)

Fica claro a partir da nota, que por si só não carece de maiores explicações, o entusiasmo de Brizola em explicitar sua firmeza no zelo pela ordem, pelo patrimônio público e privado, inclusive coadunando com a ditadura ao reafirmar sua vitalidade na manutenção da “ordem democrática”.

Nesse contexto, Lula teria afirmado que foi pressionado a não participar deste comício do dia 21, sob a alegação “de um compromisso dos grandes nomes de só apoiarem pessoalmente as manifestações de caráter nacional. Essa foi, pelo menos, a alegação do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.”⁴⁹² Lula tanto participou da passeata quanto ajudou a organizá-la na véspera. Como vimos acima, essa foi a principal tática de oposição antiautocrática nas *Diretas Já*: assumir as brechas deixadas pelas vacilações da oposição burguesa.

Ainda em março de 1984, começou a circular um panfleto do PT que denunciava os movimentos da oposição burguesa em prol da negociação com o regime. No panfleto, o Partido pontuava:

Desde novembro do ano passado [1983], quando pela primeira vez e por iniciativa do Partido dos Trabalhadores foi organizada uma manifestação pelas eleições livres e diretas, quase dois milhões de brasileiros já ocuparam as praças públicas para exigir as *Diretas-Já*.
Como consequência da pressão popular, os “laboratórios de casuísmo” da ditadura passaram a trabalhar a todo vapor para manter o regime no poder.
Como se não bastasse, setores da oposição que ainda se dizem fiéis aos anseios populares passaram a negociar com o governo e a desmobilizar a campanha pelas *Diretas-Já*.
Os oportunistas e carreiristas do PMDB agora falam em mandato-tampão, consenso e outras artimanhas, traindo o povo que exige as *Diretas-Já*.
O PT mantém-se coerente com os anseios da maioria esmagadora da população e só admite uma solução: *DIRETAS-JÁ*.⁴⁹³

Ainda, nos primeiros meses de 1984, a divulgação da greve geral pelo PT e, principalmente, pela CUT, teve relativa repercussão e, inclusive, com aprovação no Comitê Nacional no dia de sua reunião, 04 de abril, em Brasília, no auditório Nereu Ramos da Câmara. Entretanto, imediatamente após a aprovação, começou a ser discutido o conteúdo desta greve.

⁴⁹¹ “Brizola acompanha todos os movimentos da manifestação”. *Folha de São Paulo*. *Op. Cit.*

⁴⁹² *Idem*.

⁴⁹³ PANFLETO/INFORMATIVO PT – DIRETAS JÁ: oportunistas e carreiristas do PMDB traem a luta. São Paulo, março de 1984.

A tática do PT e CUT de tentar articular suas propostas por dentro do aparelho quase tinha logrado êxito, porém foi mal recebida por todos os partidos da oposição burguesa, como também pelos empresários e pelo conjunto da mídia. O PT e a CUT haviam conseguido aprovar esta pauta pela inexpressividade representativa da ala moderada do PMDB presente no Comitê. Na resolução, ficou decidido o seguinte:

Portanto, manifestamos nossa disposição de continuar a mobilização popular firme e decidida, promovendo atos públicos, marchas, comícios, passeatas, etc., em todas as cidades do país em defesa das *Diretas-Já*, bem como cumprir a resolução da Coordenação Nacional Suprapartidária da campanha de transformar o dia 24 de abril no DIA NACIONAL DE LUTA PELAS *DIRETAS JÁ*. Igualmente, vamos promover a maior manifestação pública da história do Brasil no dia 25 de abril. A votação da emenda das *Diretas* precisa ocorrer sob a vigilância do povo brasileiro. Assim, devemos estimular a vinda de caravanas e prefeitos, vereadores, dirigentes sindicais, estudantes e populares, operários e demais trabalhadores a Brasília para acompanhar a votação. A mobilização popular é a garantia de nossa vitória.⁴⁹⁴

Por meio desta proposta de resolução podemos observar o êxito da ocupação do Comitê Nacional pró-Diretas pela oposição antiautocrática que, aproveitando as vacilações da oposição burguesa, assumiu o aparelho e contribuiu para o aprofundamento da campanha pelas *Diretas* no mês de abril de 1984. Como veremos abaixo, o comício do Anhangabaú só se tornou possível por meio da permanente atuação do PT e da CUT no Comitê Estadual de São Paulo. Apesar do Comitê ser o símbolo da burocratização da campanha, era o único, ao mesmo tempo, dos partidos da oposição antiautocrática a pressionar e levar suas pautas para serem decididas coletivamente. O afastamento da oposição burguesa do movimento, inclusive dos Comitês, favoreceu o avanço da oposição de esquerda.

No panfleto da CUT, a greve geral era a explícita palavra de ordem:

[...] vamos utilizar nossa arma de luta, usada historicamente pelos trabalhadores: todos na greve geral, no dia 25 de abril!

A paralização das máquinas, das fábricas, dos escritórios, das escolas, das repartições, de cada local de trabalho e o boicote no campo fará conquistar a maior aspiração do povo brasileiro – o fim do regime e o atendimento das reivindicações dos trabalhadores.

- Fim da política econômica do governo;
- Estabilidade no emprego;
- Salário-desemprego;
- Autonomia e liberdade sindical;
- Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores;
- Fim do regime militar.

⁴⁹⁴ COMITÊ NACIONAL SUPRAPARTIDÁRIO PRÓ-DIRETAS. CÂMARA DOS DEPUTADOS. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO. Brasília, 4 de abril de 1984.

No campo e na cidade. Todos juntos na greve geral!⁴⁹⁵

O presidente da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia, que ficou responsável por fazer um relato sobre as decisões tomadas no Comitê, quando se referiu a “paralisação nacional”, o auditório, majoritariamente ocupado por sindicalistas, passou a gritar “greve geral”.

Surpreso, o governador Franco Montoro comentou em São Paulo com assessores que não era essa a expectativa com relação à reunião. Para Montoro, **a proposta de greve ou similar deveria ter sido rejeitada pelo Comitê**. O Governador fluminense Leonel Brizola disse à *Folha* que essa é uma questão sobre a qual é preciso uma reflexão muito cuidadosa: “Já temos uma posição, jamais levaremos o povo a uma aventura “. O governador mineiro Tancredo Neves não quis se pronunciar sobre a decisão.

A ideia foi condenada pelo empresário Mário Garnero, do grupo Brasilinvest: “não devemos exacerbar posições nem criar constrangimentos ao Poder Legislativo”. O diretor da Federação das Industrias do Estado de São Paulo, Paulo Francini, também fez restrições: “este é um momento delicado. Não estou convencido de que a paralisação seja a forma mais adequada de se pressionar a aprovação da emenda Dante de Oliveira”

Já o porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila, disse que a decisão de promover uma paralisação “trará graves prejuízos à Nação”, enquanto o líder do governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, considerou a ideia, “exagerada, radical e imatura”.⁴⁹⁶

A *FSP* também se posicionou sem demora contra a greve geral para o dia 25 de abril de 1984. Mostrando seu lado conservador, a *FSP*, expressou de forma mais crua os limites que a campanha das *Diretas Já* passou a ter: a defesa unilateral pelo voto direto, pela manutenção da ordem, do civismo, etc. Reproduziremos seu posicionamento na íntegra para desvelar o teor de sua manifestação contrária à greve:

Lamentamos que a reunião suprapartidária realizada ontem [dia 04] em Brasília, ao endossar essa proposta, tenha-se abandonado a um entusiasmo juvenil que mal disfarça a desesperança e a inclinação para lançar mão, in extremis, de um expediente cujas consequências poderão revelar-se desastrosas.

O primeiro erro contido na proposta é evidente a ponto de nos parecer espantoso que tenha passado despercebido na reunião de ontem. A convocação de uma greve geral – deixemos de lado os eufemismos – introduz uma profunda fratura no movimento sem precedentes que vem exigindo em uníssono a restauração do direito popular de autogoverno. A unidade da pressão pacífica e ordeira em favor das *Diretas*, construída e ampliada a tão duras penas, corre o risco de se desmanchar da noite para o dia caso a proposta de greve seja levada adiante.

Em segundo lugar, o instrumento é descabido. A paralisação do trabalho é um recurso que se cristalizou ao longo das lutas sociais da humanidade e que os sistemas democráticos reconhecem como legítimo, desde que utilizado com o

⁴⁹⁵ CUT - VAMOS PARA O BRASIL NO DIA 25 DE ABRIL. Brasília, 04 de abril de 1984.

⁴⁹⁶ “Comitê quer greve no dia 25”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.091, 5 de abril de 1984, p. 01.

objetivo concreto de forçar a reabertura de negociação trabalhistas que tenham chegado a um impasse. A forma da eleição do presidente da República não é uma questão de caráter social, mas de caráter político. Ela exige o emprego de instrumentos próprios à luta política.

Em terceiro lugar, a paralisação, proposta para o dia 25 veste como uma luva a tese insidiosa daqueles que pretendem associar o movimento pró-*Diretas-Já* com o intuito de desestabilizar a ordem e convulsionar o país [...].

Por essas razões, e com a autoridade de que insiste há meses e com firmeza em favor do restabelecimento imediato da escolha popular, a “Folha” é contrária à proposta irresponsável de greve geral para o dia 25.

A posição metodológica liberal de separação entre o econômico e o político fica nítida no segundo ponto levantado pela *FSP*. Mostra também como o jornal estava enquadrado com os setores da oposição burguesa que defendiam as *Diretas Já*, mas, igualmente, não mediam esforços para consolidar a conciliação pelo alto, mantendo um posicionamento contundentemente contrário a uma mobilização da classe trabalhadora para pressionar a votação da emenda Dante de Oliveira. Tudo deveria transcorrer dentro da ordem, e sem greve.

Frente a esse cenário de rápida composição oposicionista burguesa contra a greve geral (apenas um dia) o PT e a CUT começaram a ser isolados e a perder força, resultando que o próprio PT, posteriormente, recuasse e abandonasse a proposta de greve geral, mantendo a “unidade” com a oposição burguesa até o dia da votação da emenda no dia 25 de abril. Ayrton Soares, deputado federal e líder do PT, chegou a afirmar na tribuna da Câmara, três dias depois – dia 7 de abril –, que havia um mal-entendido e que a proposta aprovada era de uma vigília cívica nos próprios locais de trabalho e não de uma greve geral⁴⁹⁷.

Essa proposta de “vigília cívica” veio do presidente do PMDB de Brasília, Pompeu de Sousa, e logo nos três dias posteriores à aprovação da proposta de greve geral, defendida pela CUT, o Comitê Nacional Suprapartidário já havia voltado atrás na questão. Essa aprovação ocorreu pela organização da representação sindical e pela vacilação da oposição burguesa que não enviou seus representantes no dia da reunião do Comitê Nacional em Brasília, com exceção do PDT, representado pela participação do secretário-geral do Partido, Mateus Schmidt.

A greve geral em conjunto com o movimento pelas *Diretas* ameaçava, de fato, a condução da transição segura e pelo alto tanto do núcleo dirigente do regime quanto dos setores de oposição burguesa que amalgamavam o bloco no poder, ou seja, colocava em xeque a condução da revolução passiva de ordem regressiva, de restauração da ordem. Se as *Diretas Já* constituíram um movimento que saltou aos planos de uma transição conciliada entre o governo e a oposição burguesa, a greve geral representava o aprofundamento da participação popular no

⁴⁹⁷ “Governadores condenam paralisação dia 25”. *O Globo*: Rio de Janeiro, 7 de abril de 1984, p. 03.

processo transitório, colocando em questão a própria natureza da transição conservadora. A burguesia poderia até abrir mão de parte de seus privilégios políticos – aceitando, com ressalvas, a existência de uma campanha por eleições diretas, pois isso passou a ser também uma demanda de frações desta burguesia –, mas não de seus privilégios econômicos. Era isso que a greve geral queria colocar em disputa na transição e isso não podia ser tolerado.

Após um ano da criação da CUT, em documento crítico de autoavaliação, os quadros sindicalistas da CUT-SP, olhando as *Diretas* e a greve geral, dentre outros pontos, questionavam:

- [...] c) Por que não conseguimos, de fato, deflagrar a greve geral marcada por duas vezes (a primeira pela CUT e a segunda pelo conjunto dos setores que lutavam pelas *Diretas Já*)?
- d) É suficiente dizer que não conseguimos dar direção às lutas porque a CUT sozinha não tem força?
- e) É suficiente dizer que o conjunto do movimento sindical ou que o Comitê Nacional Suprapartidário não queriam a greve geral?⁴⁹⁸

Foi nesse clima de “recuo” da oposição antiautocrática que se desenrolou a campanha das *Diretas Já* em abril de 1984, no qual aconteceram os dois maiores comícios do século XX no Brasil: no Rio com 1 milhão de pessoas, no dia 10 de abril, e em São Paulo com 1,5 milhão de pessoas, no dia 16 de abril.

3.2.4 Os comícios de abril de 1984 no Rio de Janeiro e São Paulo: do apogeu ao início do isolamento da campanha pelas *Diretas*

Os preparativos para o comício do dia 10 no Rio estavam a todo vapor com a entrada, de fato, de Leonel Brizola na condução da campanha. O PDT do Rio estava investindo substancialmente na propaganda para a mobilização. Diariamente o Comitê estadual estava distribuindo cerca de um milhão de panfletos em todo o estado, num total de 10 milhões, 150 mil cartazes e outros 700 outdoors oferecidos gratuitamente por gráficas. Nas áreas centrais da capital circulava um caminhão de som convocando a população para o comício que se aproximava⁴⁹⁹. Fato memorável foi a participação de Brizola nos vários canais de TV, chamando a população para a mobilização, inclusive na própria TV Globo, onde conseguiu gravar uma chamada de 30 segundos⁵⁰⁰. Brizola negociou a gratuidade dos ônibus, mas não a do metrô, com a justificativa de que a estrutura do transporte não suportaria a demanda.

⁴⁹⁸ CUT ESTADUAL DE SÃO PAULO. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA CUT. Anexo 1. CUT: São Paulo, agosto de 1984, p. 01.

⁴⁹⁹ “Brizola grava amanhã mensagem convocando população ao comício”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.091. *Op. Cit.*, p. 04.

⁵⁰⁰ *Idem*.

Uma inovação pirotécnica confirmava o conteúdo festivo que a campanha das *Diretas* queria impor para a população. O nome dos 52 oradores era escrito no céu por meio de um laser. O palanque tinha 100 metros quadrados e foi todo decorado com as cores verde e amarela. A organização dos oradores foi discriminada por três tipos de credenciamentos “destinados às autoridades e políticos que terão acesso ao palanque e ficarão alojados numa “área nobre”, e uma especialmente para os que permanecerão na “área de serviço”, que terá inclusive serviço de bar”.⁵⁰¹ Uma configuração completamente diversa dos outros dois atos que ocorreram nos meses de fevereiro e março de 1984.

Um dos principais motivos da Globo, em abril, estar mais “aberta” ao movimento pelas *Diretas* se deveu ao fato de seu empenho na candidatura de Aureliano Chaves que podia prosperar em uma eventual eleição direta, uma vez que este candidato tinha relativa margem de votos, podendo competir, eventualmente, com Ulysses Guimaraes e Leonel Brizola⁵⁰². Uma pesquisa realizada pelo Ibope em março de 1984 com a seguinte pergunta, “Se as eleições diretas fossem hoje, em qual dos seguintes candidatos o(a) Sr(a) votaria para Presidente da República?”, teve o seguinte resultado:

Aureliano Chaves 28,7%
 Leonel Brizola 13,1 %
 Paulo Maluf 8.9%
 Nenhum deles 8.3%
 Lula 7.6%
 Mário Andreazza 7.6%
 Tancredo Neves 7.5%
 Jânio Quadros 6.6%
 Não sabe/não opinou 4.9%
 Ulysses Guimarães 3.9%
 Marco Maciel 3.0%⁵⁰³

Ou seja, o comprometimento de Aureliano Chaves com as eleições *Diretas* até sua derrota em abril, se dava muito pelo seu eventual favoritismo, que não foi novidade somente em março de 1984. Após assumir notavelmente a presidência por duas vezes, em setembro de 1981 e em julho de 1983, o nome de Chaves passou a ser muito bem recepcionado pelo setor empresarial como também positivamente divulgado pela mídia. Outro fator a ser notado é a maior expressão de Lula em comparação com Tancredo e Ulysses.

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² ROSSI, Clóvis. “A TV e as Diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.093, 07 de abril de 1984, p. 02; SOARES. Gláucio Ary Dillon. “A chave do enigma”. Idem, nº 20.097, 11 de abril de 1984, p. 03.

⁵⁰³ INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Eleições presidenciais. Março de 1984.

Na organização do comício do dia 10 de abril, Brizola havia deixado claro seu incômodo acerca da participação de setores “radicais” de esquerda. Em reunião com o PMDB do Rio, no dia 03 de abril, que perdurou até as 2:30 da madrugada:

[...] ele se deteve em críticas não só aos comunistas como ao PT. Brizola disse que não vai permitir que esses grupos radicais façam com ele o que fizeram com Jango, em 64. E garantiu que ninguém vai faturar mais nas suas costas, como fez o presidente petista, Luís Inácio Lula da Silva.⁵⁰⁴

A irritação de Brizola encontrava ecos na ativa participação da oposição antiautocrática nos dois comícios que ocorreram no Rio de Janeiro até então, nos dias 14 de fevereiro e no comício que se tornou passeata no dia 21 de março, nos quais houve atuação dos partidos clandestinos, como o PCdoB e PCB. Na realidade, era essa a tática da oposição de esquerda: assumir as brechas deixadas pela vacilação da oposição burguesa no decorrer do movimento pelas *Diretas*, brechas estas que foram deixadas por Brizola nos dois movimentos que ocorreram.

Na organização do palanque, Brizola foi pessoalmente ver como estavam sendo desenvolvidos os trabalhos. Durante o início da tarde, militantes do PT e suas tendências já se encontravam na Candelária, de camisetas amarelas. Eram conhecidos por sempre pegarem os lugares mais próximos dos palanques e organizarem vaias coletivas aos políticos da oposição burguesa. Brizola fez questão de subir no palanque e exclamar:

Tem que ter três companheiros nossos [militância do PDT] para cada camisetinha amarela desses aí “Se vaiarem, vocês [os militantes do PDT] estão autorizados a retirarem do recinto. E vocês aprovam? Aprovamos!” E aí, aplausos, gritos... E continuei: “então, tá combinado. Camisinhas amarelas, vocês são bem-vindos, venham, nós queremos vocês aqui, mas não vaiem. Se vocês vaiarem, vocês vão ser retirados do recinto. Junto de vocês vai ter no mínimo três companheiros cuidando. Sabe que eles foram embora?”⁵⁰⁵

Outro caso polêmico foi o pedido de Brizola, logo após executado pela PM-RJ, para retirar uma enorme faixa de 23 metros de comprimento por cinco de largura colocada pelo AJS que atravessava a av. Brasil. O conteúdo impresso na faixa era a palavra de ordem exigindo “greve geral” que tinha sido estrategicamente colocada de forma atravessada na avenida, fazendo com que todos que ali passassem vissem o conteúdo defendido pela militância do PT e da CUT, porém, não mais pelos seus dirigentes, que haviam cedido à proposta de “vigília cívica” no Comitê Nacional. A PM teve ajuda de outros manifestantes na retirada da faixa que

⁵⁰⁴ ROSSI, Clóvis. *Op. Cit.*

⁵⁰⁵ Entrevista cedida por Brizola a Dante de Oliveira. LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 484.

logo após foi rasgada⁵⁰⁶. O fato é que nem a vigília ocorreu por causa do decreto do governo de estado de emergência, proibindo inclusive a transmissão da votação no plenário da Câmara, ao vivo.

Na lista de oradores Brizola se utilizou do argumento da representatividade, quem não tinha eleito nenhum deputado federal não deteria qualquer representatividade, logo não possuía o direito a fala. Por meio desta tática ele conseguiu eliminar a participação dos setores mais incômodos da oposição antiautocrática. A única representação de partidos clandestinos ocorrida, sem poder falar em nome deles, mas sim do partido ao qual estavam institucionalmente vinculados, era a de Roberto Freire (PMDB-PE) e Aurélio Peres, do PCB e PCdoB, respectivamente. Luís Carlos Prestes, que havia participado dos dois últimos comícios que ocorreram na cidade, criticou a atitude de Brizola: “deixei de ir por uma razão bem simples, que é a de não concordar com a conotação anticomunista que Brizola deu ao comício, coibindo espaços aos partidos clandestinos”⁵⁰⁷.

A retirada da enorme faixa “acalmou” a área militar que estava rondando o comício. “Os militares chegaram a instalar um telefone que ligava diretamente o comando do I Exército, no Rio de Janeiro, ao ministro do Exército, general Walter Pires, em Brasília. [...] Outra linha ligava o quarto andar do Hotel Guanabara, onde a Polícia Federal se instalara, ao gabinete do ministro da Justiça”⁵⁰⁸. A oposição burguesa não acatava nenhuma forma de confronto, prezava pela unidade das eleições diretas, pela festa e pelo civismo, contrária a qualquer manifestação de “revanchismo”.

Porém isso não impediu que os militantes participassem. Todos os partidos clandestinos tiveram substantiva atuação nos comícios pelas *Diretas* – e no Rio não foi diferente. Foi somente em Belo Horizonte que Tancredo Neves – por meio de negociações com os dirigentes dos partidos clandestinos –, conseguiu “limpar” a cor “vermelha” da mobilização, com o predomínio majoritário do verde e amarelo. A campanha mais defendida pelo PCB e PCdoB, neste período, era pela legalização de seus partidos junto com a unidade com a oposição burguesa para a transição, fosse por meio direto ou indireto.

As características da oposição burguesa neste comício continuaram na mesma tonalidade. Grande participação de artistas, falas moderadas que não incomodassem o governo, Fafá de Belém cantando *Menestrel de Alagoas* que, desta vez, soltou uma pomba branca,

⁵⁰⁶ “No Rio, mais de 1 milhão pelas diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.097, 11 de abril de 1984, p. 01.

⁵⁰⁷ “Prestes protesta e faz crítica a Brizola”. *Ibidem*, p. 06.

⁵⁰⁸ LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Op. Cit.*, p. 486-487.

simbolizando a paz que o comício representava. Na verdade, toda a campanha das *Diretas* carregou em si um simbolismo que teve efetividade na condução do movimento em prol de um princípio ordeiro. Um pequeno exemplo pode ser visto numa parte do discurso de Sobral Pinto, retrucando a fala de Francisco Julião o qual fez uma crítica ao regime militar: “Este movimento não é contra ninguém. Este movimento é a favor do povo”⁵⁰⁹. Já no final do comício, conforme a padronização, ocorreu o canto do Hino Nacional, contribuindo que ordeiramente todos fossem para suas casas.

Em São Paulo, esperava-se uma mobilização maior que a do Rio de Janeiro. Marcado para nove dias antes da votação, mesmo com a desaprovação de Montoro, o comício foi pensado pelo Comitê Estadual, junto com a notável participação da oposição antiautocrática, para ser o mais próximo da data da votação da emenda, demonstrando assim uma pressão mais incisiva aos parlamentares do PDS para votarem a favor da emenda.

Um dado interessante acerca deste último comício das *Diretas* é a atuação do PT, mesmo perdendo a condução do movimento em 1984 quando os governadores da oposição burguesa decidiram assumir a direção, na busca de imprimir sua perspectiva e hegemonia no comício do dia 16 de abril de 1984. O partido ainda exercia tensionamento na correlação de forças das *Diretas Já*. A própria circular interna e formativa do partido, datada do dia 29 de março de 1983, evidenciava esse posicionamento:

Devido à toda hesitação do PMDB, que não queria fazer novas manifestações de massa em São Paulo, o Comitê Estadual pelas *Diretas*, graças à posição do PT, e também do PDT e do PTB decidiu marcar o comício para o dia 17 de abril no Anhangabaú. O PMDB ficou de “pensar” na proposta; e após reunir sua Executiva, anunciou que concordaria com uma passeata no dia 16/04. Nós entendemos que a proposta da passeata não é a melhor, pois seria muito importante que na manifestação houvesse falas das principais lideranças da luta pelas *Diretas*. Ainda assim, todos os partidos concordaram em fechar com esta proposta: PASSEATA DIA 16/04 NO CENTRO DA CIDADE.⁵¹⁰

Na realidade o PMDB-SP foi impelido a assumir a manifestação do dia 16 de abril, pois como falamos mais acima, caso não o fizesse poderiam eclodir, eventualmente, duas ocasiões: a radicalização do movimento e a volta da direção partidária do PT. Franco Montoro, mesmo sem concordar com esta mobilização em São Paulo, teve que aderir ao movimento, assim também podendo melhorar sua baixa popularidade. Mesmo com a adesão do PMDB, o PT ainda

⁵⁰⁹ “Rio Faz maior comício da história do Brasil”. *Folha de São Paulo*. Op. Cit. p. 04

⁵¹⁰ PT - CIRCULAR N° 27/84. COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E PROPAGANDA. São Paulo, 29 de março de 1984, p. 03.

se preocupava com os preparativos de cunho estrutural, visto que o poder material para tal era assenhorado pelo PMDB por ter a máquina estatal à sua disposição.

O apoio formal do PMDB não significava, na prática, que o partido iria assumir os preparativos e, caso assumisse, não preparasse uma grande estrutura para a passeata/ comício que estava por vir. Mesmo com dificuldades financeiras, o PT buscou se organizar para ajudar nos preparativos da passeata que o partido queria transformar em comício.

Come se vê, não está previsto nenhum comício, mas nossa ideia é de até lá criarmos as condições para que a passeata termine com um comício (que poderia ter como palanque, por exemplo, a passarela embaixo do Viaduto do Chá).

Nós, do PT, precisamos entender que o fato de termos marcado esta manifestação unitária não significa que o PMDB vai realmente assumi-la. O PMDB continua com o rabo preso na negociação com o governo, e por isso não temos a menor garantia que eles assumam efetivamente todas as tarefas de preparação e convocação da manifestação. Isto significa que a responsabilidade do PT é muito grande: sabemos que sozinhos não podemos fazer uma manifestação de um milhão de pessoas; mas podemos fazer muita coisa, desde que saibamos que provavelmente não contaremos com as facilidades do governo do Estado.⁵¹¹

Diante das vacilações do PMDB, o PT decidiu assumir o papel de participação e convocação da população para participar do movimento, mobilizando todos os quadros e militantes do Partido para a divulgação do possível comício do dia 16:

Os militantes do partido devem dedicar-se com toda intensidade possível na preparação do comício. Temos que intensificar as atividades de rua, os debates, plebiscitos etc., visando criar um clima favorável à manifestação, e nos preocupando ao mesmo tempo em organizar os trabalhadores, jovens, mulheres que se interessem pela campanha. (Não podemos nunca esquecer que durante a luta pelas *Diretas* temos que continuar construindo o PT).

Os diretórios devem se preparar para comparecer à passeata com bastante material do partido: se vamos ser nós a principal força responsável pela manifestação, isto tem que ficar evidente aos olhos de todo mundo. Isto quer dizer que além das bandeiras e do material que será providenciado pelo Diretório Regional, os militantes devem ter a preocupação de preparar o máximo possível de faixas, pirulitos, etc., para levar na manifestação. Roupas com as cores do PT; estrelas de todo tipo; cartazes com dizeres que vinculam o PT à luta pelas *Diretas* tudo isto são formas de marcarmos a presença do PT. Para que os diretórios possam acompanhar de perto todo o desenvolvimento da preparação da manifestação, é necessário que haja uma centralização rigorosa por parte do partido.⁵¹²

A pressão do PT, no Comitê Estadual, contribuiu para que o PMDB aceitasse o comício na mobilização de São Paulo: a ideia da passeata permaneceu, porém haveria dois comícios

⁵¹¹ Idem.

⁵¹² Ibidem, p. 04.

instalados, um na praça da Sé, onde ocorreriam os shows de vários artistas, e o outro no Anhangabaú, lugar que teria o discurso das principais lideranças partidárias e de entidades da sociedade civil. A principal preocupação do partido acerca do comício era a projeção de Lula enquanto uma das figuras políticas das *Diretas*.

O comício do Anhangabaú com cerca de 1,5 milhão de pessoas foi decisivo para fazer Figueiredo enviar a “sua” emenda constitucional para a Câmara, no mesmo dia da mobilização em São Paulo às 20:30 da noite, quando a manifestação ainda era exibida na TV, interrompendo a transmissão para exibir o seu pronunciamento em torno da “proposta de negociação” do governo, na tentativa de dar uma alternativa aos prováveis dissidentes do PDS. O governo foi impelido para enviar a emenda, uma vez que o comício, como todos os outros de maior proporção, estava pressionando os deputados pedessistas. O posicionamento publicamente favorável de Aureliano Chaves às eleições diretas, com, inclusive, apoio da Globo, pressionava de forma mais contundente o regime que havia imposto o veto às eleições *Diretas*. Comício que também fez Sarney, Marchezan e Leitão de Abreu a contatarem, pessoalmente ou por telefone cada parlamentar do PDS, convocando para que não comparecessem a sessão plenária da votação da emenda no dia 25 de abril.

Avaliações feitas pelo grupo pró-Diretas do PDS, no dia 10 de abril, ou seja, seis dias antes do comício do Anhangabaú contabilizavam mais de 70 deputados do partido que se manifestaram a favor da emenda Dante de Oliveira. Emenda esta que precisaria dos 244 votos de oposição mais 76 do PDS⁵¹³.

Com a repercussão do comício, apesar de já se ter rumores desde o início do mês, no dia 18 de abril foram decretadas as medidas de emergência em Brasília e municípios próximos por 60 dias, impedindo qualquer acesso de caravanas e realização de manifestações nessas localidades. Além disso, foram impedidas as transmissões ao vivo nas rádios e TV como também não houve qualquer gravação que pudesse ser posteriormente reproduzida. Assim se criou o clima perfeito para a concretização da tática de Marchezan, Sarney e Leitão de Abreu, tanto para os deputados que não fossem à sessão quanto para aqueles que votassem contra as *Diretas*, pois já havia a emenda Figueiredo como proposta de “negociação”, favorecendo os deputados a negarem a emenda Dante de Oliveira. Desta forma o regime atendia as duas alas do governo os “duros” com a intervenção pelas medidas de emergência, e os “moderados” com o envio da emenda Figueiredo para “negociação”. Após todo o movimento do regime com as

⁵¹³ “Mais um deputado pedessista dá seu apoio ao grupo Pró-Diretas. Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.097. *Op. Cit.*, p. 07.

medidas de emergência e com o envio da emenda Figueiredo, 55 parlamentares do PDS votaram a favor das *Diretas*.

O comício de São Paulo, acabou sendo o maior comício feito na história do Brasil do século XX. O orçamento do comício foi de, aproximadamente, 50 milhões de cruzeiros, por meio de arrecadação do Comitê Estadual: “O dinheiro veio da venda de mais de 3.000 camisetas, 40.000 botões, 20.000 fitas, 10.000 bandeirolas, bailes, leilões de obras de arte doadas e contribuições em dinheiro dos quatro partidos oposicionistas e das entidades”⁵¹⁴. Disponibilizou também 500 ônibus que trouxeram milhares de pessoas do interior de São Paulo.

Pela considerável mobilização do PT e dos partidos clandestinos, no comício do Anhangabaú, o vermelho disputou *vis a vis* com o verde e amarelo, cores oficiais da campanha pelas *Diretas*. O Superintendente Regional da Polícia Federal exclamou, “O verde do vale do Anhangabaú foi coberto pelo vermelho das bandeiras dos partidos de esquerda”, reconhecendo a “capacidade de mobilização do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil”⁵¹⁵.

Indo mais longe na argumentação, o SNI informava que o movimento pelas *Diretas Já* estava sendo controlado e desenvolvido pelos agentes de subversão, que utilizavam enquanto fachada os partidos políticos, para treinar e mobilizar as massas.

As organizações subversivas brasileiras, infiltradas nos mais diversos setores da vida nacional, vêm atuando intensamente na campanha pelas eleições *Diretas* para a Presidência da República – objetivo tático imediato dos partidos comunistas brasileiros.

[...] Apesar de se apresentar pelos meios de comunicação social como uma campanha política, o movimento pelas “Diretas” é, na verdade, um trabalho desenvolvido por agentes da subversão, que utilizam os partidos políticos de oposição, como uma fachada em seus treinamentos de mobilização de massa, visando ao seu controle.⁵¹⁶

Cabe notar que o movimento pelo sufrágio imediato teve uma participação policlassista, ou seja, com representatividade de várias classes sociais, desde o interesse da classe trabalhadora até os interesses do grande capital. O que não se pode perder de vista é que embora o movimento tivesse representatividade plural, foi direcionado, encampado e canalizado para o terreno estrito da arena política institucional. Os Comitês pró-Diretas, estaduais e o nacional,

⁵¹⁴ AIDAR, Marcos. “São Paulo deve parar amanhã para exigir diretas já”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n.º 20.101, 15 de abril de 1984, p. 05.

⁵¹⁵ “Tuma vê Anhangabaú ‘coberto de vermelho’”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n.º 20.103, 17 de abril de 1984, p. 10.

⁵¹⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA CENTRAL. As organizações subversivas e a campanha pelas eleições diretas. Brasília, 10 de abril de 1984, p. 01.

foram alguns dos principais agentes desta canalização, apesar de ter sido utilizado, concomitantemente, como um instrumento de luta pela oposição antiautocrática.

A participação da esquerda neste movimento foi a mais ampla possível, desde a esquerda que estava disposta a manter unidade com a ala moderada do PMDB, como o PCB, PCdoB e MR-8, como as várias tendências do PT que tinham uma orientação clara de ruptura com o regime ditatorial. Inclusive, muitos setores trotskistas como: a Organização Socialista Internacionalista (OSI); Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS); Alicerce da Juventude Socialista (AJS); Partido Operário Revolucionário Trotskista-Posadista (PORT-P); e a Organização da Quarta Internacional (OQI), acusavam partidos como PCB e PCdoB de estarem negociando com a oposição burguesa e com o governo.⁵¹⁷

Segundo o informativo do SNI, as tendências mais atuantes nas *Diretas* foram a AJS, ORM-DS, e a OSI. Inclusive, a AJS, por meio de boletim interno, havia resolvido como uma das suas principais táticas a ser executada ao longo do desenvolvimento da campanha, a criação de Comitês pró-*Diretas*, em escolas, bancos fábricas, bairros operários e não dentro da arena política. Essa seria uma forma de ligar as bases com a militância e, assim, com os quadros do partido e com a direção política antiautocrática⁵¹⁸. Nesses comitês a ideia central seria reforçar que somente a greve geral poderia garantir a vitória da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional.⁵¹⁹

A OSI, defendia eleições diretas, sem negociação, junto com a necessidade da instauração de uma Assembleia Constituinte:

Para nós (e para o PT) a luta por eleições livres e *Diretas* não pode ser encaminhada senão em relação à necessidade da derrubada das instituições da ditadura militar, sob a qual a soberania do povo está impedida de se expressar. É com este conteúdo político (a questão do poder) que o PT deve assumir a bandeira das eleições *Diretas*, a qual sobre esta base, não entra em contradição com a perspectiva da “Constituinte Soberana”.⁵²⁰

A ORM-DS, por meio de seu periódico, *Em Tempo*, propunha que o PT participasse de todas as manifestações pró-*Diretas*, mas sem perder sua individualidade, disputando espaços com a oposição burguesa. Assim, poderia criar uma base política mais sólida que possibilitaria a radicalização e o aprofundamento da campanha pelas *Diretas*. Defendia a greve geral como

⁵¹⁷ Ibidem, p. 02.

⁵¹⁸ ALICERCE DA JUVENTUDE SOCIALISTA – BOLETIM INTERNO, n° 11. São Paulo, 21 de março de 1984.

⁵¹⁹ Idem.

⁵²⁰ ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONALISTA – BOLETIM INTERNO, n° 1. São Paulo, 28 de janeiro de 1984.

uma forma auxiliar de consolidar uma frente única dos trabalhadores com a potencialidade de aprofundamento da campanha:

A realização de uma greve geral traria enormes vantagens para a luta de massas [...]forneceria as bases para ganhar corpo uma proposta de frente única dos trabalhadores como saída alternativa aos arranjos traiçoeiros com a burguesia. Este sonho está ao alcance do PT, do movimento sindical classista, de todas as forças interessadas no fim do regime. Urge torna-lo, realidade. [...] Os interesses dos trabalhadores serão garantidos quando eles avançarem nas suas formas de organização e forem capazes de usar um de seus principais instrumentos de luta, no momento – a greve geral. Nesse sentido, a CUT faz uma conclamação a todos os setores identificados com o sentimento de oposição ao regime a participarem, através de comitês pró-*Diretas*, já organizados ou que venham a se organizar, no processo de discussão da greve geral.⁵²¹

O periódico da OSI, *O Trabalho*, trazia mais ou menos a mesma perspectiva do periódico *Em Tempo*, da ORM-DS. Orientava os quadros políticos e militantes para, junto com a CUT, conquistar a greve geral aliada com a marcha sobre Brasília.

Deveriam ser discutidas propostas, como a do Comitê das *Diretas* de SP, de manter a marcha sobre Brasília, por ocasião da votação da Emenda Dante de Oliveira. Assim como, deveria ser considerado o apelo da CUT de se iniciar a discussão de uma greve geral pelas eleições *Diretas*, uma paralisação cívica nacional, caso a Emenda não passe no Congresso.⁵²²

No informativo do SNI, eles evidenciam, ainda que de forma conspirativa, a presente participação do conjunto dos setores de esquerda marxista na trajetória do movimento. Ou seja, foi uma forma de fortalecimento interno dos partidos, como também a disputa de espaços com a oposição burguesa na organização do movimento e na arregimentação das massas, configurando as *Diretas Já*, como um *locus* privilegiado de correlação de forças. No informativo o SNI defendia que:

As organizações subversivas buscam, também, com a participação nessa ampla campanha de mobilização nacional pelas “*Diretas*”, a sua autopromoção. Fazem, para isso, uma grande propaganda em torno de seus nomes, com a venda de camisetas, jornais e a empunhadura de suas bandeiras nos eventos pró-*Diretas*. Sabem eles que com isso, ao mesmo tempo em que pregam as suas ideologias, estão familiarizando a população com suas ideias,

⁵²¹ “Greve geral e as diretas”. *Em Tempo*: São Paulo, nº 184, 02 a 15 de março de 1984, p. 03.

⁵²² “Greve geral e marcha sobre Brasília”. *O Trabalho*: São Paulo, nº 232, março de 1984. Conforme o Comitê Estadual de São Paulo foi sendo esvaziado pelos setores do governo de Franco Montoro, que visivelmente não apoiavam a continuidade das *Diretas*, os espaços “vazios” deixados pelo PMDB foram ocupados pela oposição de esquerda.

estandartes e “slogans” e treinando os seus militantes nas atividades de agitação e mobilização.⁵²³

Entretanto, no comício do dia 16 de abril, no Anhangabaú, Lula, que seria o representante da esquerda antiautocrática, não mencionou sequer uma pauta de luta como a greve geral e a marcha para Brasília, seguindo a tendência de moderação e sem provocar maiores ânimos para algum tipo de tática mais incisiva contra o regime e para pressionar a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Junto com Brizola e Ulysses Guimarães foi um dos três principais oradores do comício. Lula fez críticas não só ao Colégio Eleitoral, mas também a qualquer possibilidade de negociação entre oposição e governo, sendo o líder político mais aplaudido do comício⁵²⁴. Brizola discursou no mesmo momento em que Figueiredo anunciava na TV sua emenda. Segundo o colunista da *FSP*, foi a maior vaia pública da história do Brasil, liderada por Brizola, que desde o início de abril, por saber que não ia vingar o mandato tampão de Figueiredo com eleições em 1986, havia entrado de cabeça na campanha. Ulysses Guimarães se restringiu a criticar o governo afirmando que havia uma separação entre povo e Estado.⁵²⁵ Para finalizar o último comício pró-Diretas antes da votação da emenda Dante de Oliveira, o Hino Nacional, executado pela Orquestra Sinfônica de Campinas, foi cantado junto com papel amarelo picado caindo dos prédios, emocionando centenas de milhares de pessoas que ali se mobilizavam.

Uma das implicações básicas que se pode tirar analisando estes comícios, bem como sua organização e a correlação de forças impressa em seu desenvolvimento, foi a clara demonstração da oposição burguesa em ser uma oposição confiável, com quem o regime, eventualmente, poderia contar para levar a cabo o processo sucessório pelo alto. Apesar das *Diretas* se apresentarem contra a ordem estabelecida, não se pode deixar de levar em consideração o relevante esforço que a oposição burguesa dispendeu para anular e isolar a oposição antiautocrática, bem como o esforço para não incomodar o regime. Evidencia-se claramente a pretensão da oposição anticesarista em agregar dividendos com as *Diretas* para, assim, ter maior poder de barganha no Colégio Eleitoral.

Cabe notar também a configuração anticomunista que a campanha pelas *Diretas Já* passou a ter a partir de 1984, com exceção dos dois comícios no Rio de Janeiro em que não houve a participação do governo do estado. Mesmo essa configuração anticomunista na estrutura e na organização da campanha pelas *Diretas*, não impediu a participação da militância

⁵²³ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA CENTRAL. As organizações subversivas... *Op. Cit.*, p. 06.

⁵²⁴ ROSSI, Clóvis. “São Paulo faz a maior manifestação política do País”. *Ibidem*, p. 06.

⁵²⁵ *Idem*.

de esquerda que contribuiu para o avanço e continuidade do movimento. Vide o caso do PT, no qual a mobilização da militância e dos quadros do partido foi essencial para o comício do dia 27 de novembro de 1983, como também pela maciça campanha publicitária que o PT executou para mobilizar a população para o comício do dia 16 de abril no Anhangabaú. Essa mobilização não foi diferente com os outros partidos de orientação à esquerda.

As *Diretas Já* não foram um movimento uniforme, com apenas uma direção congruente, sem conflitos e embates de projetos. Muito pelo contrário, o movimento foi permanentemente disputado pelo PT e suas tendências e pela CUT que, mesmo perdendo a direção na virada do ano para 1984, continuou na disputa para tentar imprimir sua perspectiva na transição, como também continuou pleiteando a direção do movimento, conforme vimos na organização do comício do Anhangabaú, no dia 16 de abril

Outrossim, a presença ativa da oposição antiautocrática nos comícios como também nos Comitês Estaduais e Nacional, apesar de ser submetida à burocracia interna acerca da resolução de um programa para as *Diretas* (uma vez que não aprovou algum item de seu programa no Comitê Nacional, somente a greve geral que em pouco tempo foi revertida pela oposição burguesa), conseguiu forçar, por outro lado, a obrigatoriedade do PMDB em continuar na campanha pelo voto direto, pois, caso o PMDB se afastasse o PT assumiria a direção, e isso não agradou a “ala” moderada do PMDB, que a partir de março havia se mobilizado para esfriar a campanha, reivindicando a votação da emenda no dia 11 de abril, o quanto antes.

O desagrado de Tancredo Neves pela campanha foi tamanho que em Minas Gerais, ocorreu somente um comício na capital Belo Horizonte, comício que foi claramente mais um “lançamento” dissimulado de sua candidatura do que um comício pró-*Diretas*. Em São Paulo ocorreram três, porém, o primeiro, do dia 27 de novembro de 1983, teve ampla direção do PT e CUT junto com os movimentos de base, com claro desdém de Montoro que, neste dia, estava assistindo uma corrida de cavalos; o segundo, na Sé, no dia 25 de janeiro de 1984, vendo a potencialidade que o comício passou a ter em 1984, com o sucesso de Curitiba, teve amplo apoio de Montoro, mas também foi uma forma de diversionismo por causa de seu considerado “péssimo” governo no estado de São Paulo; e no terceiro, em 16 de abril de 1984, Montoro foi obrigado a liderar a mobilização, pois, caso não o fizesse, a oposição antiautocrática assumiria, abrindo a possibilidade de radicalização. Já no Rio, o movimento foi um pouco inverso em comparação com São Paulo: o primeiro comício não teve o apoio do governo, alegando que este primeiro era só uma passeata de divulgação do que seria o segundo comício do dia 21 de março, que teria o amplo apoio e sustentação do governo; chegando perto da data do segundo comício, 21 de março, Brizola tentou cancelá-lo, o transferindo para o dia 10 de abril, porém,

pressionado pelo Comitê Estadual teve que ceder, e o que era pra ser comício se transformou em mais uma passeata, igualmente sem o apoio do governo. Foi somente no terceiro e último comício, no dia 10 de abril, que Brizola, de fato, havia entrado na campanha pelas *Diretas Já*. Os outros governadores notáveis do PMDB, como: Íris Resende e José Richa faziam parte da ala moderada e estavam igualmente fechados com a conciliação em apoio à candidatura de Tancredo Neves.

Outro ponto que merece ser ressaltado, é o transformismo operado na campanha entre os anos 1983 e 1984. No primeiro ano teve uma configuração amplamente popular e de base, com participação orgânica da oposição antiautocrática junto à população mobilizando-as para o comício. Também, em 1983, as *Diretas* eram associadas a uma pauta econômica e social, junto ao programa político da oposição antiautocrática. Em 1984, toda essa configuração de base e orgânica foi dispensada, entrando em seu lugar o *marketing* político que fez uma campanha claramente crítica e oposicionista ao regime se transformar em uma verdadeira apoteose, uma festa dosada de entretenimento e comoções. Com exceção da oposição antiautocrática, não havia algum programa político que levasse em consideração, junto com as *Diretas*, um meio para transformações econômicas e sociais, mas sim e, exclusivamente, a defesa pelo voto direto, típico do *politicismo* impresso nas oposições burguesas que, comprometidas com a recomposição do bloco no poder, direcionavam suas críticas unilateralmente e de forma limitada ao plano institucional, preservando a estrutura historicamente autocrática herdada da via colonial e na manutenção da revolução passiva, coroada pelo Colégio Eleitoral.

Por fim, consolidou-se, ao longo da trajetória do movimento pelas *Diretas Já* um *locus* privilegiado de interlocução liberal. Campo este que foi engendrado, nutrido e desenvolvido até mesmo por intelectuais de esquerda, como Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort e pelos posicionamentos do PCB sintetizado na figura de Alberto Goldman, como vimos no capítulo anterior. Dado este que mostra o quanto a cooptação e o transformismo operou não só no movimento em si, mas na própria intelectualidade que, em maior ou menor grau, auxiliou para dar um certo direcionamento aos quadros militantes ou para as pessoas que tinham acesso a esse conteúdo intelectual e político. Uma movimentação que pode ser vista como um deslocamento do campo da oposição antiautocrática para uma situação convergente à oposição anticesarista.

3.3 A derrota das *Diretas* e a composição da oposição burguesa pela via indireta

As medidas de emergência adotadas pelo regime, no dia 18 de abril, com amplo apoio e coordenação do setor mais “duro” – liderado pelo chefe do SNI, Octávio Medeiros – se mostraram eficazes no dia da votação da emenda, 25 de abril. As medidas de emergência abrangiam além da capital federal, também os municípios de Goiás próximo à capital. Neste perímetro abrangido pelas medidas o governo podia se utilizar das mais variadas formas de intervenção direta, fosse em sindicato, jornais, e demais entidades da sociedade civil, como também do próprio Estado.

Leitão de Abreu, vendo a sua pauta de negociação com a oposição ser derrotada pelo setor “duro” do regime, pois acreditava que o uso da força não ajudaria na reprovação da emenda, mas sim por meio da negociação, se recusou a redigir o decreto de emergência. Esta tarefa foi levada a cabo pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que incluiu, a pedido de Flávio Marcílio, presidente da Câmara, a censura à TV e rádio acerca da transmissão ao vivo da votação, como também da não gravação da sessão na Câmara impedindo, assim, veiculações posteriores.

O executor das medidas de emergência em Brasília foi o general Newton Cruz. Sua primeira providência foi colocar barreiras em todos os acessos à capital federal para efetuar revista nas conduções que entravam na cidade. No aeroporto, inclusive, todos os passageiros eram obrigados a se identificar, e as companhias aéreas deveriam enviar uma relação de todos os passageiros que viajavam com destino à Brasília. Não obstante, no dia da votação da emenda, o Congresso estava cercado pelo exército que começou a operação um dia antes, no dia 24, se utilizando de tanques de guerra.

Tancredo Neves, convicto pela reprovação da emenda, já pronunciava, nas vésperas da votação, seu plano de governo, como numa entrevista concedida à *FSP*.

No centro dessa crise, o problema sucessório, às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira que restabelece o pleito direto-já para a Presidência da República. Como era de se esperar, o líder político mineiro formulou “sinceros votos” pela aprovação dessa emenda. Entretanto, pouco se deteve em torno dos esforços que devem ser enviados pela vitória dessa batalha em sua fase final.

Suas melhores considerações, seus argumentos mais amplos foram dedicados às possibilidades de entendimentos com o governo federal, já no pressuposto da rejeição do projeto que mobilizou em seu apoio, em praça pública, em todos os recantos do País, cerca de cinco milhões de brasileiros. O sr. Tancredo Neves apresentou verdadeira plataforma de governo – ao menos de um governo de transição, segundo a classificação de sua preferência.⁵²⁶

⁵²⁶ “Tancredo, a precipitação”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.110, 24 de abril de 1984, p. 02.

No dia 24 de abril, o próprio presidente Figueiredo havia mencionado para João Paganella (PDS-SC) que “Tancredo Neves é um nome confiável para a conciliação nacional” e que era tanto aceito pelo sistema quanto por ele próprio, Figueiredo. Sobre o nítido posicionamento de Tancredo pela negociação, Carlos Átila, porta voz da presidência da República comentou: “O governo só pode ver com bons olhos a atitude do governador. O presidente da República tem reafirmado, reiteradas vezes, seu desejo de negociar”⁵²⁷. O ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, no dia 18 de abril, havia defendido publicamente para que o Partido Popular, antiga agremiação de Tancredo Neves, Olavo Setúbal, Herbert Levy, entre outros, “saísse da clandestinidade” e fosse negociar a transição com o governo.⁵²⁸

O jornalista João Russo em artigo intitulado “Passa moleque”⁵²⁹ levantou uma hipótese, dois dias antes da votação da emenda, que viria a ser confirmada em junho. Octávio Medeiros e parte dos setores mais duros do regime estavam discordando de alguns pontos da emenda Figueiredo, mais incisivamente na parte que tocava sobre o mandato para o próximo presidente ser de quatro anos. Desde o início das discussões, no início de 1984, Medeiros defendia empenhadamente um mandato de 5 ou até 6 anos para o próximo sucessor. O que viria a ocorrer é que após a derrota das *Diretas*, no dia 25, se rejeitaria também, no final junho, a eleição direta exposta na emenda Figueiredo, abrindo o caminho para a solução negociada. Data que coincidiu com o lançamento da candidatura de Tancredo Neves para o Colégio Eleitoral, no dia 19 de junho, que teve o apoio dos nove governadores do partido, mais Leonel Brizola, demonstrando a supremacia de Tancredo sobre a direção do PMDB de Ulysses Guimarães, que neste período ainda defendia a continuidade na defesa por eleições diretas⁵³⁰.

Essa supremacia se confirmou com a rejeição e a falta de apoio da oposição burguesa para duas propostas de emenda ainda existentes que propunham eleições diretas, a Theodoro Mendes e Altino Dantas. Ou seja, a conciliação foi optada pela oposição burguesa, em detrimento da participação popular no processo sucessório, processo que foi coroado na aliança entre a oposição burguesa e dissidentes do PDS, na formação da Aliança Democrática⁵³¹.

⁵²⁷ “Figueiredo considera Tancredo um “nome confiável”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.111, 25 de abril de 1984, p. 04

⁵²⁸ “Um momento oportuno para o PP sair da “clandestinidade”. *Idem*.

⁵²⁹ RUSSO, João. “Passa moleque”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.109, 23 de abril de 1984, p. 02.

⁵³⁰ MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 307.

⁵³¹ Para uma análise detalhada da composição da Aliança Democrática ver: MACIEL, David. *A Aliança Democrática e a transição política no Brasil*. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 269-302.

No dia 25 de abril, data da votação da emenda, a mesma necessitava de 320 votos para ser aprovada. Obteve 298, com 65 votos, “não”, e três abstenções, com 113 ausências de deputados. Dentre essas 113 ausências, uma era de Mendonça Falcão, deputado federal por São Paulo do PTB. A emenda Figueiredo, as medidas de emergência, mais a censura da TV e rádio aliada aos encontros de Figueiredo com pedessistas que se declaravam favoráveis às *Diretas*, pessoalmente ou por ligações, foram decisivas para a rejeição da proposta de emenda que, obteve no dia da votação, 55 votos favoráveis do PDS. No início de abril, antes da emenda Figueiredo, das medidas de emergência etc., a soma passava de 70 deputados do PDS pró-*Diretas*.

Ainda no dia da votação, o estado de Minas Gerais foi o único que deflagrou clara repressão aos manifestantes que se reuniram em praça pública para acompanhar e protestar a favor das *Diretas*. Cerca de três mil manifestantes se dirigiam, em passeata, para a praça da rodoviária de Belo Horizonte, onde estava instalado o “Placar das Diretas”, quando soldados da PM, comandados pelo coronel Klinger Sobreira – que tinha ligações próximas a Tancredo – sem motivo algum, interromperam a marcha agredindo desproporcionalmente os manifestantes usando cassetetes, rasgando faixas que exigiam eleições *Diretas* e prendendo um número considerável de manifestantes, dentre os quais o caso mais notável foi a prisão violenta do professor Roberto Martins que era vice-presidente do Diretório Regional do PMDB. Estava claro qual era o posicionamento de Tancredo Neves acerca da emenda Dante de Oliveira, tolerar a campanha pelas *Diretas* como uma maneira de construir dividendos políticos e eleitorais para depois barganhar no Colégio Eleitoral. Ao mesmo tempo, esse acontecimento em Belo Horizonte no dia da votação da emenda foi uma “bela” demonstração de força para o regime, com o nome de Tancredo Neves alçado a uma condição confiável diante das hierarquias decisórias do governo.

No entanto, a rejeição da emenda Dante de Oliveira marcou o início do definhamento do PDS. A partir do lançamento de Tancredo Neves como candidato presidencial no dia 19 de junho de 1984 e com a retirada da emenda Figueiredo no final desse mesmo mês, dia 29, pela possibilidade da oposição conseguir apresentar uma subemenda à emenda Figueiredo e aprovar as *Diretas* antes de 1988, o PDS foi implodindo paulatinamente com as contínuas dissidências.

No ano de 1984, o definhamento do PDS começou a crescer de forma vertiginosa, com a redução de 235 para 158 deputados. Em 1986, caiu para 95, em 1987, para 33. Com 29 deputados eleitos em 1990, a sigla desaparece em 1993, fundindo-se com o PDC, o que resultou na sigla PPR, Partido Progressista Reformador.

José Sarney, contrariado pela presidência ao tentar fazer uma pesquisa prévia partidária para saber qual o nome dos presidenciáveis do PDS que detinha maior apoio da sigla – Aureliano Chaves tinha maior apoio parlamentar e prejudicaria a candidatura de Maluf –, deixou o partido abrindo uma grande dissidência interna. Bornhausen assumiria a presidência após a saída de Sarney, mas preferiu renunciar após propor, sem sucesso, a retirada de todas as candidaturas a favor do lançamento de Nelson Marchezan. Juntamente com Sarney foi para o campo da negociação com a oposição burguesa. Assim se reuniu uma consistente aliança anti-Maluf, composta por Aureliano Chaves, Marco Maciel, Jorge Bornhausen entre outros, que veio a se intensificar com a saída de Sarney do PDS⁵³². Aureliano Chaves foi o que mais resistiu na composição com a oposição burguesa, pois estava comprometido com Geisel, o qual defendia a não ruptura com o governo, como também, Tancredo era o seu principal adversário político em Minas⁵³³. A tentativa de Geisel em manter Figueiredo na direção do governo foi em vão, uma vez que não conseguiu reunir forças para que o presidente assumisse a condução da transição e impor um candidato de escolha própria para ser o seu sucessor, impedindo, assim, a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral.

Após a derrota das *Diretas* e em oposição à aliança dos governadores que lançaram a candidatura de Tancredo, o Comitê Suprapartidário Nacional Pró-*Diretas*, hegemônico pela figura de Ulysses Guimarães – que apoiou o movimento pró-*Diretas* até setembro quando a emenda Theodoro Mendes foi descartada pelo Legislativo em conformidade com a oposição burguesa – e pela substancial participação do PT e da CUT, Conclat e ANDES, no dia 26 de abril, decidiu continuar a campanha pelas *Diretas Já*.⁵³⁴ A estratégia primeira do Comitê era fazer com que a oposição conseguisse aprovar uma subemenda à emenda Figueiredo com o objetivo de restabelecer as eleições *Diretas* o mais rápido possível⁵³⁵. A segunda estratégia, caso a primeira não lograsse êxito, era a luta pela aprovação da emenda Theodoro Mendes⁵³⁶, ou seja, se a emenda Dante de Oliveira foi hegemônica pelo PMDB a partir do primeiro semestre de 1984, a Theodoro Mendes, após a derrota das *Diretas*, foi hegemônica pela oposição antiautocrática.

⁵³² A menção para a criação de uma “frente liberal” dissidente do PDS já circulava no dia 26 de abril, defendida, inicialmente, pelo governador de Pernambuco, Roberto Magalhães (PDS-PE). “Frente” que se formaria com a intenção de: primeiro, separar-se dos malufistas e andreazzistas e; segundo, ir para o campo de negociação com a oposição burguesa, primeiramente no que tangia a emenda Figueiredo e posteriormente acerca da própria aliança para o Colégio Eleitoral, a Aliança Democrática. “Magalhães propõe frente liberal”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.113, 27 de abril de 1984, p. 05.

⁵³³ MACIEL, David. *A argamassa... Op. Cit.* p. 308.

⁵³⁴ COMUNICADO CUT, CONCLAT E ANDES. Brasília, 26 de abril de 1984.

⁵³⁵ “Comitê Nacional decide prosseguir a campanha”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.113, 27 de abril de 1984, p. 09.

⁵³⁶ PANFLETO - CUT – MINAS VOLTA À PRAÇA PELA DIRETAS. Agosto de 1984.

Por outro lado, Fernando Henrique Cardoso, no dia 27 de abril, em tribuna do Senado, pronunciava que o PDS era minoria no Colégio Eleitoral, levando em consideração os votos favoráveis do PDS à emenda Dante de Oliveira, pressionando o partido a negociar com a oposição⁵³⁷. Era essa estratégia anunciada por Fernando Henrique que seria usada para acabar com o regime militar.

Enquanto a oposição de esquerda queria modificar a emenda Figueiredo, ao longo de maio e junho, Tancredo não economizou nos elogios à mesma, alegando que esta era “portadora de altíssimos pontos positivos”, e que se deveria ter “todo apreço e consideração”. Acerca do discurso de Figueiredo ao apresentar a emenda, Tancredo defendeu que era “um documento de grande humildade democrática, grande clarividência política, merecendo ser encarado na sua substância, com o maior interesse”⁵³⁸.

Não obstante, o lado conservador e mesmo anticomunista de Tancredo se mostrou mais uma vez no dia 21 de abril de 1984, dia de Tiradentes e quatro dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira, em Ouro Preto. Pronunciou um “violento discurso contra os radicais da oposição, aqueles que não sabem ouvir, que podem empurrar o país para a baderna e o caos”⁵³⁹.

Paralelo ao consenso dos governadores em lançar Tancredo para as indiretas, o setor de esquerda do PMDB, denominado grupo “Só Diretas”, mais o PT, suas tendências e a CUT, procuraram aprofundar a campanha pelas *Diretas*. Essa divisão interna dos partidos de oposição, uma ala moderada e uma de esquerda, sempre existiu ao longo do movimento, porém, foi após a derrota da emenda que tal divisão se tornou mais clara.

Dois dias após a derrota da emenda, a Comissão Executiva do Diretório Regional do PT se reuniu e decidiu manter a campanha pelas *Diretas*, fazendo frente à ala da oposição burguesa que defendia a conciliação. A nota esclarecia:

No dia 27.04.1984, o Diretório Regional do partido reuniu-se para avaliar o momento político e para discutir a continuidade da campanha pelas Eleições Livres e *Diretas*.

Nossa avaliação é que há condições de continuar a campanha e principalmente a mobilização popular. Para isto, é fundamental manter a unidade da campanha e os Comitês Suprapartidários.

No entanto, a campanha não será vitoriosa se o Movimento Popular e Sindical não participar dela de maneira organizada e diferenciada e, se nosso Partido não for capaz de crescer, organizar-se e ser uma força política determinante dos rumos da campanha.

Setores da oposição, principalmente do PMDB, insistem em negociações que só desmobilizam e que terão como único resultado, a continuidade do regime

⁵³⁷ “Fernando Henrique propõe conselho Conselho pela Democracia”. Idem, nº 20.114, 28 de abril de 1984, p. 06.

⁵³⁸ “Em ação, o sr. Farsante das diretas. *Em Tempo*: São Paulo, nº 189, 24 de maio a 7 de junho de 1984, p. 02.

⁵³⁹ Idem.

militar, travestido de candidatos de consenso, mandato-tampão ou com o nome de conciliação.

O PT continua aberto para discutir com todas as forças de oposição que queiram manter a unidade da campanha, mas não abrirá mão das *Diretas Já* e da mobilização popular como única forma de pôr fim ao Regime Militar.⁵⁴⁰

Essa mesma linha de continuidade da campanha pelas *Diretas Já* foi levada a cabo pelo conjunto de tendências do partido. A Convergência Socialista, pedia boicote ao Colégio Eleitoral:

Aos trabalhadores e ao povo:

Voltamos às ruas! Estamos aqui para prosseguir a luta que levou 5 milhões de pessoas às praças das principais cidades do Brasil pelas *Diretas Já*.

A Ditadura Militar está no fim. Os grandes comícios, principalmente os do Rio de Janeiro (1 milhão) e o de São Paulo (1,5 milhão) foram golpes violentíssimos no regime. O governo Figueiredo não se entende, o PDS implodiu, já teve 3 presidentes no espaço de 2 semanas, ninguém pode deixar de falar em eleições *Diretas* no máximo em 1988.

[...] Infelizmente o PMDB e o PDT, partidos que se dizem de oposição, deixaram de chamar a luta desde o dia 25 de abril exatamente no momento em que era mais necessário continuar golpeando a Ditadura.

Agora, os mesmos partidos que vacilaram na hora decisiva, que não tiveram coragem de lutar pela vitória total das *Diretas Já*, querem capitular, querem entregar nossa luta.

[...] Além disso não adianta nada trocar Maluf por outro patrão apenas mais “democrático”. Lembre-se que Tancredo é o mesmo governo que mandou a PM de Minas bater em manifestantes que realizavam um “enterro” do Colégio Eleitoral. NEM MALUF, NEM TANCREDO, BOICOTE AO COLÉGIO ELEITORAL!⁵⁴¹

A CUT continuava com o mesmo programa que tentou executar durante a vigência do movimento pelas *Diretas Já*, a luta por greve geral. Junto com o PT, buscou pela manutenção do movimento após a sua derrota no Congresso. Tinha como pauta a organização de uma Marcha à Brasília no dia 10 de outubro de 1984 para exigir a votação da emenda Theodoro Mendes, que, diferentemente da emenda Dante de Oliveira, propunha eleições *Diretas* para presidente em dois turnos. As propostas de ação imediata eram:

1 – Marcha à Brasília por *Diretas Já* no dia 10 de outubro para exigir do Congresso a votação da Emenda Theodoro Mendes, concentração às 14 horas na rampa do Congresso.

A marcha deverá ser preparada nos estados pelas CUT's estaduais e regionais combinando a atividade com dias de lutas, comícios, passeatas e panfletagem. A CUT vai lutar para reativar os Comitês pró-*Diretas*, reunindo as forças interessadas em prosseguir a Campanha adotando todas as formas de luta, possíveis, como assembleias, atos públicos, comícios e manifestações de rua.

⁵⁴⁰ PT URGENTE – CONTINUIDADE DA CAMPANHA DIRETAS JÁ. CIRCULAR, n° 36/84. São Paulo, 03 de maio de 1984, p. 01.

⁵⁴¹ CONVERGÊNCIA SOCIALISTA – O POVO QUER DIRETAS. São Paulo, 02 de julho de 1984, p. 01.

Vamos propor uma Convenção Nacional Pró-*Diretas Já* em Brasília, no próprio Congresso Nacional, discutindo a continuidade da luta após a Marcha. 2 – Preparar a Greve Geral contra o Regime Militar. A atuação da CUT neste ano se desenvolverá tendo em vista barrar a reunião do Colégio Eleitoral, trabalhando e procurando viabilizar um Greve Geral antes da instalação do Colégio Eleitoral.

Tanto a marcha quanto a Greve Geral deverão centrar nas exigências de:

ELEIÇÕES *DIRETAS JÁ* COM AMPLA LIBERDADE;

BOICOTE AO COLÉGIO ELEITORAL;

FIM DO REGIME MILITAR;

[...] REAJUSTE TRIMESTRAL E REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAI;

SALÁRIO DEEMPREGO;

REFORMA AGRÁRIA RADICAL E SOBRE O CONTROLE DOS TRABALHADORES

REVOGAÇÃO DO DECRETO-LEI 2.100 (ESTATAIS) E 2065;

SEMANA DE 40 HORAS;

LIMITAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DO BNH A 20% DO SALÁRIO;

REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL;

RUPTURA DOS ACORDOS COM O FMI

PUNIÇÃO AOS ASSASSINOS DE TRABALHADORES RURAIS.⁵⁴²

O PCB, PCdoB e MR-8, principalmente o primeiro e o terceiro, estavam comprometidos com a negociação antes mesmo das *Diretas* serem rejeitadas na Câmara. Ainda em 1983 o PCB já lançava no seu periódico, *Voz da Unidade*, sua inclinação para a aliança com a oposição burguesa⁵⁴³. O MR-8, desde 1981 vinha defendendo a “unidade de todos os democratas e patriotas”⁵⁴⁴, desaguando, em 1985, numa defesa intransigente ao candidato Tancredo Neves como também à Aliança Democrática⁵⁴⁵. O caso do PCdoB foi diverso do PCB e MR-8, no entanto, o resultado foi o mesmo. Este último apoiou as *Diretas* de forma mais intransigente – pois neste período de 1984 o partido ainda fazia críticas à unidade com a oposição burguesa, tática que era defendida pelo PCB e o MR-8 – até o dia de sua votação no dia 25 de abril⁵⁴⁶. Porém, após a derrota da emenda passou a apoiar a candidatura de Tancredo para o Colégio Eleitoral.⁵⁴⁷

⁵⁴² CENTRAL ÚNICA DO TRABALHADORES. I CONGRESSO DA CUT. SITUAÇÃO POLÍTICA – RESOLUÇÕES. São Bernardo do Campo – SP. 26, 27 e 28 de agosto de 1984, p. 03.

⁵⁴³ “Lutar para negociar, negociar para mudar”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 161, 14 a 20 de julho de 1983, p. 08.

⁵⁴⁴ MR-8 e PCR: comunicado aos trabalhadores e ao povo brasileiro sobre a unificação do Partido Comunista Revolucionário (PCR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. “Pela unidade de todos os democratas e patriotas”. São Paulo, agosto de 1981, p. 15-16.

⁵⁴⁵ MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO - PANFLETO. ELE ESTÁ NO MEIO DE NÓS. São Paulo, março de 1985, p. 01.

⁵⁴⁶ COMISSÃO PELA LEGALIZAÇÃO DO PCDO BRASIL – AO POVO PAULISTA. São Paulo, 25 de abril de 1984.

⁵⁴⁷ “PCdoB aceita governo de transição”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 199, 05 a 11 de maio de 1984, p. 06. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. TANCREDO NEVES, PRESIDENTE! – POVO DE SÃO PAULO. São Paulo, novembro de 1984, p. 01-02.

Esse cenário “ideal” de apoio à candidatura de Tancredo foi amplamente orquestrado. Pois, em oposição ao movimento pró-Tancredo havia a emenda Theodoro Mendes, que ainda rachava tanto os setores da oposição burguesa quanto os pró-Diretas do PDS, abrindo um cenário de impasse nas negociações, engendrado com a considerável pressão da oposição antiautocrática favorável à votação da emenda. O recurso usado pelo presidente Figueiredo em conformidade com a oposição burguesa foi a protelação de qualquer definição no segundo semestre de 1984. Até que no início de setembro, pressionado diretamente por Figueiredo e pelo ministro do Exército, Walter Pires, Moacir Dalla, presidente do Senado, colocou a emenda Theodoro Mendes no fim da lista de emendas a serem votadas. Se tudo caminhasse normalmente no Legislativo, a emenda seria votada somente em 1985. Essa tática protelatória teve amplo apoio dos setores moderados do PMDB, abrindo espaço para a continuidade das negociações com os dissidentes do PDS, como também para o lançamento oficial da campanha pró-Tancredo pelas indiretas.

Do outro lado, a oposição antiautocrática conseguiu tomar a direção do movimento pelas *Diretas*, e conduzi-lo dentro de sua perspectiva. No entanto, paralelo ao movimento pelas *Diretas Já* pós abril, houve, igualmente, os comícios pró-Tancredo que, revestindo-se como uma espécie de “herdeiro” real das *Diretas*, aproveitou do êxito desta para levar a cabo o movimento eleitoreiro pró-Tancredo, nomeado como *Mudança Já*. A disputa entre a oposição antiesarista e a antiautocrática se daria em torno da “memória” do movimento pelas *Diretas Já* para, assim, definir o real continuador e “herdeiro” do movimento.

Os comícios pró-Tancredo conseguiram reunir, numericamente, mais pessoas que os comícios preparados pela oposição antiautocrática. Isso se daria, principalmente, pelo *marketing* político e pelo uso expressivo das máquinas dos estados para a promoção das mobilizações. No dia 12 de outubro, em Belém, no Pará, o comício pró-Tancredo havia conseguido reunir 300 mil pessoas. Mesmo tendo a participação pessoal e o apoio da liderança do PCB no estado, Raimundo Jinkings, a Tancredo Neves e à Aliança Democrática, o fato mais marcante deste comício foi a violência policial contra as correntes de esquerda que participavam da mobilização. A PM de Jader Barbalho (PMDB) começou a prender e/ou a bater gratuitamente em militantes que estavam vestidos com camisetas vermelhas, um cenário verdadeiramente policialesco capitaneado pela oposição burguesa, tal como foi feito em Belo Horizonte, no dia 25 de abril de 1984. Sobre o ocorrido, Jinkings afirmou que “os comunistas, apesar dos incidentes, permanecem firmes no apoio a Tancredo Neves”.⁵⁴⁸

⁵⁴⁸ “Realizaremos um governo pelos pobres”. *Voz da Unidade*: São Paulo, n° 223, 20 a 26 de outubro de 1984, `p. 04.

Em Goiânia, no dia 14 de setembro de 1984, o comício pró-Tancredo e pela Aliança Democrática conseguiu reunir aproximadamente 400 mil pessoas, enquanto que no mesmo dia, em Belo Horizonte, um comício pelas *Diretas Já*, organizado pelo PT, grupo Só-Diretas do PMDB, e CUT, atingiu cerca de 10 mil pessoas. Neste momento era nítida a hegemonia do movimento pró-Tancredo sobre o movimento pró-Diretas. Nesta disputa dois pontos foram decisivos para a hegemonia do movimento pró-Tancredo: o primeiro foi na reivindicação pela memória das *Diretas Já*, consolidando o movimento pró-Tancredo, ainda que de maneira arbitrária e forjada, como o verdadeiro herdeiro e continuador, conseguindo assim arregimentar as massas; e o segundo refere-se às condições materiais angariadas não apenas pelos governadores do PMDB, mas também todos os políticos da Frente Liberal e dos governadores do PDS que apoiavam a Aliança Democrática. Em Goiânia:

Estiveram ausentes as vaias. Pelo contrário, os membros da Frente Liberal, mesmo os contrários à emenda Dante de Oliveira à época de sua votação, foram calorosamente aplaudidos pela massa humana que se comprimia em frente ao Palácio do Governo, com destaque ao candidato à vice-presidência, senador José Sarney e para o ex-governador Antonio Carlos Magalhães.⁵⁴⁹

A tática utilizada pelo setor do PMDB que apoiava a ida de Tancredo para o Colégio era a expansão do que foi o comício pelas *Diretas* em Belo Horizonte no dia 23 de fevereiro de 1984, uma campanha eleitoral dissimulada. No entanto, após a derrota das *Diretas* e o lançamento de Tancredo como candidato para as indiretas, foram abertas as portas para a realização de um comício claramente em prol de Tancredo e da Aliança Democrática. Se nas *Diretas* havia a participação das variadas entidades de representação da sociedade civil, como também da oposição antiautocrática, nos comícios pró-Tancredo dominavam ele mesmo e os políticos da Frente Liberal. A questão que estava posta era “dar um conteúdo popular à candidatura de Tancredo”⁵⁵⁰, tática esta exposta pelo deputado federal do PMDB-RS, José Fogaça.

Mesmo a campanha pró-Tancredo sendo profundamente antipopular, mas aparentemente popular, a Conclat resolveu romper, em agosto, com o apoio da continuidade do movimento pelas *Diretas Já*, capitaneado pelo PT e pela CUT, declarando total apoio à candidatura de Tancredo⁵⁵¹. Decisão esta que contribuiu para o “racha” dos trabalhadores na

⁵⁴⁹ “O povo volta as ruas por Tancredo”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 219, 22 a 28 de setembro de 1984, p. 04.

⁵⁵⁰ “Cai a máscara de Dalla”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 218, 15 a 21 de setembro de 1984, p. 05.

⁵⁵¹ “Conclat apoia Tancredo e propõe programa para a democracia”. *Voz da Unidade*: São Paulo, nº 213, 11 a 17 de agosto de 1984, p. 8 – 9.

questão pelas eleições diretas, o que contribuiu para a crescente inexpressividade da campanha pelas *Diretas*, isolando, paulatinamente, a oposição antiautocrática.

O último comício, denominado como “festa da vitória” pró-Tancredo, foi em São Paulo, na praça da Sé, no dia 07 de dezembro de 1984, reunindo cerca de 50 mil pessoas. Eram esperadas para esse comício, pelo menos, um milhão de pessoas. Os motivos da “inexpressividade” da mobilização giravam em torno de duas hipóteses. No lado da oposição burguesa: o sentimento nacional de que a chapa Tancredo já havia vencido no Colégio Eleitoral, não havendo mais a necessidade de mobilização enquanto uma forma de pressão social, como também a forte chuva que ocorreu no dia. Do outro lado, na oposição antiautocrática, a defesa da insatisfação popular com a chapa conservadora e continuísta de Tancredo e Sarney. Independentemente dos motivos da baixa presença de manifestantes, foi nesse comício que Tancredo apresentou de forma pública o seu conhecido “pacto social” para a transição. Dentre os pontos, a convocação de uma Assembleia Constituinte “livre e soberana, para que a Nação venha a ter novas estruturas políticas, sociais e econômicas” que se concretizaria apenas em 1986, após as eleições. Colocou também que após a sua “eventual” posse, instauraria as eleições *Diretas* para o próximo presidente da República⁵⁵². Mas esse pacto social não explanava sobre o fim da Lei de Segurança Nacional, não defendia a moratória, e prezava pela manutenção do Estatuto da Terra do regime ditatorial. Tancredo concluiu sua fala afirmando, “hoje não sabemos mais o que é direta ou indireta. Sabemos apenas que o povo será vitorioso no dia 15 de janeiro”⁵⁵³.

A CUT, ao contrário da Conclat, fez uma análise crítica e sintética do “pacto social” defendido por Tancredo, resolvendo não dar apoio ao plano de governo:

A CUT entende que a Aliança Democrática, ao propor o pacto social deseja, na verdade, encontrar uma saída honrosa para justificar o processo antidemocrático de sucessão que é o Colégio Eleitoral e deseja também comprometer politicamente os diversos setores da sociedade em seu projeto de governo. Desta forma, governo, patrões e trabalhadores, no entender da Aliança Democrática, devem se unir para fazer frente à situação da crise brasileira. Dentro desta proposta de pacto social a Aliança Democrática tenta descarregar, outra vez, o peso sobre os trabalhadores. [...] Podemos entender melhor o que é esta proposta de pacto social. Hoje, ele significa, pelo menos o seguinte, para resumir:

- os trabalhadores devem, outra vez, pagar a dívida externa com seu próprio suor;
- os trabalhadores deve trabalhar mais para baixar a inflação;
- os trabalhadores devem apoiar uma política econômica que continua arrojando salários;

⁵⁵² “Comício da Sé decepciona”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.338, 8 de dezembro de 1984, p. 01.

⁵⁵³ “Ato na Sé não repete êxito da mobilização pró-diretas”. Idem.

- os trabalhadores devem aceitar as regras do jogo impostas pelo Fundo Monetário Internacional;
- os trabalhadores devem aceitar engolir o processo eleitoral indireto como instrumento para dar legitimidade e representatividade ao próximo presidente da República;
- os trabalhadores devem se manter quietos, não fazer greves, não reivindicar e continuar com seus sindicatos sob controle do Estado;
- os trabalhadores rurais devem se contentar com a aplicação da lei que já existe e ter paciência que um dia poderão ter acesso à terra etc.;
- os trabalhadores devem esperar pelo crescimento econômico para ter uma educação mais decente e um sistema de saúde mais eficiente.⁵⁵⁴

Este último comício consolidou o racha que foi paulatinamente prejudicando a oposição antiautocrática, com a participação do ex-líder do PT, Aírton Soares, que ao lado de figuras como Olavo Setúbal e José Sarney, discursou em apoio à Aliança Democrática. Soares liderou a dissidência do PT que havia expressamente proibido seus oito deputados a votarem no Colégio Eleitoral, uma vez que, junto com suas tendências, defendiam permanentemente o boicote ao Colégio. Soares puxou consigo Bete Mendes e José Eudes – os três votaram na chapa Tancredo/Sarney e foram expulsos do PT.

Ou seja, a oposição antiautocrática acabou sendo corroída por dentro, fosse pela inexpressividade do apoio das entidades da sociedade civil na continuidade pelas *Diretas*, como das próprias entidades de classe, como no caso da Conclat, fosse pelo decadente apoio político após o deslocamento de Ulysses Guimarães, em setembro, para o apoio das eleições indiretas e a diluição da chapa “só-*Diretas*” do PMDB. A saída do líder do PT na base de sustentação pelas *Diretas*, aprofundou a fratura do movimento após a derrota da emenda Dante de Oliveira, isolando o PT e a CUT com movimentos pingados e com baixa expressividade. Contribuiu também para que tal quadro, a não divulgação pela mídia acerca das mobilizações, restritas aos movimentos da militância e dos trabalhadores e dirigentes sindicais vinculados à CUT. O movimento pró-*Diretas*, após a derrota da emenda Dante de Oliveira, tem escassas fontes jornalísticas, contribuindo para cair no esquecimento e, ao mesmo tempo, fortalecendo a ideia da campanha pró-Tancredo ser a real continuadora das *Diretas Já*. Essa pretensa continuidade por ser vista quando: “procurou-se, com efeito, manter a retórica e a simbologia das manifestações pelas *Diretas Já*; o esforço de identificar os dois movimentos”⁵⁵⁵. Sem levar em consideração que tanto Osmar Santos “o locutor das *Diretas*”, quanto Fafá de Belém, responsável pela “comoção nacional” das *Diretas Já*, continuaram participando no movimento

⁵⁵⁴ EXECUTIVA NACIONAL DA CUT - POSIÇÃO DA CUT SOBRE O PACTO SOCIAL. São Paulo, 16 de novembro de 1984, p. 01-02.

⁵⁵⁵ “Insucesso na Sé”. *Folha de São Paulo, Op. Cit.*, p. 02.

pró-Tancredo e não pelo movimento das *Diretas Já* liderado pelo PT e CUT após a derrota da emenda Dante de Oliveira.

No comício em São Paulo continuou a proibição de Tancredo e da Frente Liberal no uso do vermelho. No entanto, houve participação ativa dos militantes do PCB, PCdoB e MR-8, que acataram as ordens e mesclaram o vermelho com o amarelo, branco etc.:

A cor predominante foi o amarelo. Destoando, apenas uma fileira de bandeiras do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que também teve direito a um orador, Dinéias Aguiar. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) compareceu obedecendo às recomendações da Aliança Democrática: exibiu faixas, cartazes e bandeiras nas cores amarela e branca, com frase pedindo Constituinte e a legalidade da agremiação. O MR-8 também não fugiu à regra, misturando o vermelho com o verde e o amarelo. Nenhuma faixa ou símbolo do PT apareceu.⁵⁵⁶

Portanto, foi com esse quadro que se consolidou a derrota do movimento pelas *Diretas Já*, não só a direcionada pela emenda Dante de Oliveira com direção da oposição burguesa, mas profundamente e continuamente tensionada pela oposição antiautocrática, mas também a direcionada pela emenda Theodoro Mendes, que teve clara liderança, inicialmente, em maio: do PT, CUT, Conclat, Só-Diretas do PMDB e PDT. Conforme a oposição burguesa avançava na negociação definindo o claro favoritismo de Tancredo frente a Maluf, ela começou a capitular os quadros da oposição antiautocrática. No mês de dezembro, a direção do movimento pelas *Diretas*, com a emenda Theodoro Mendes enterrada, definiu. Fenômeno que foi coroado com a saída do líder do PT na Câmara, Aírton Soares, e também de Bete Mendes e José Eudes das posições de defesa das *Diretas Já* e indo para o campo das indiretas, fortalecendo a Aliança Democrática.

O movimento pelas *Diretas*, liderado pelo PT e CUT, foi esvaziado tanto por fora quanto por dentro. Por fora, pela movimentação do executivo e do legislativo em conformidade com a oposição burguesa para enterrar a emenda Theodoro Mendes e possibilitar o campo ideal para a negociação. Por dentro, pela crescente desmobilização provocada pelos próprios partidários das *Diretas* que, aos poucos, foram para o campo da Aliança Democrática e, conseqüentemente, para as indiretas. Foi assim com Ulysses Guimarães, com a Conclat, com o grupo só-Diretas do PMDB, com o PDT e, finalmente, com o próprio PT.

No entanto, podemos dizer que a própria derrota da emenda Dante de Oliveira já havia construído três significados que vieram a se confirmar ao longo do ano de 1984. O primeiro foi o enfraquecimento dos setores da oposição antiautocrática e da oposição burguesa pró-*Diretas*

⁵⁵⁶ Idem.

Já decorrente da rejeição da emenda Dante de Oliveira, favorecendo, por outro lado, os setores que há muito tempo vinham lutando pelas indiretas. Exemplo: no PMDB houve o enfraquecimento de Ulysses e o fortalecimento de Tancredo, uma vez que a consolidação da “supremacia” de Ulysses dependia exclusivamente da aprovação da emenda; ao passo que, nas eleições indiretas o nome de Tancredo ganharia favoritismo para a disputa.

O segundo foi que a reprovação da emenda acabou com as pretensões de Aureliano Chaves em ser o próximo presidente da República, visto que o momento configurava-se como o ideal para o próprio Chaves, por conta da liderança nas pesquisas e do amplo apoio angariado junto ao setor empresarial. A reprovação fortaleceu a chapa Tancredo/Sarney pelas indiretas que acabou recebendo o apoio público de Aureliano. Posteriormente seu nome passou a ser inexpressivo, vide as eleições de 1989.

O terceiro foi que, com a derrota das *Diretas Já*, tanto a Dante de Oliveira, quanto a Theodoro Mendes, ficou expresso que, mais uma vez, as classes populares foram excluídas do processo sucessório. Ou seja, mais uma vez, as classes dirigentes e dominantes na “santa aliança pelas indiretas” evitaram que surgissem quaisquer alternativas fora do seu horizonte⁵⁵⁷.

Outrossim que o modelo autocrático burguês de transformação capitalista, nas palavras de Florestan Fernandes⁵⁵⁸, poderia continuar e, até mesmo, se aprofundar sem a necessidade de um regime militar. A burguesia brasileira e o bloco no poder continuariam mantendo seu domínio por meio da exploração e opressão da classe trabalhadora sem a necessidade de uma ditadura militarizada⁵⁵⁹, tendo a democracia da “Nova República” um papel fundamental que mascarou ou que, pelo menos, tentou mascarar a exploração e a opressão. Ou seja, de se levar a cabo um processo autocrático de contrarrevolução permanente, dentro dos marcos da revolução passiva, no qual se estabeleceria uma democracia de cunho limitado, baseada na cooptação, na passivização e no permanente transformismo liderado pela burguesia ou por setores políticos burgueses, seja na política, no movimento sindical, ou no movimento social, conforme vimos na trajetória das *Diretas Já*. A não suspensão da Lei de Segurança Nacional, a continuidade da Lei de Terras, da Lei de Greve, como a não decretação da moratória – pontos estes que eram defendidos pela Aliança Democrática – marcaram a profunda tutela da ditadura⁵⁶⁰ e sua continuidade impressa no processo de transição. Características estas de uma

⁵⁵⁷ SALLUM JR. Brasília. *Labirintos... Op. Cit.*, p. 111.

⁵⁵⁸ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Ed. Globo, 2005, p. 337-424.

⁵⁵⁹ MACIEL, David. *A argamassa... Op. Cit.*, p. 320.

⁵⁶⁰ Sobre a tutela da ditadura ou tutela militar na Nova República, estamos de acordo quando Eliézer Rizzo de Oliveira afirma que ela se configurou como: “preservação da definição constitucional que garante ao aparelho militar o direito de intervir na ordem interna; a indústria de armamento seria igualmente preservada sob orientação

burguesia que se modernizou nos marcos particulares da via colonial brasileira, autocrática internamente e dependente externamente, que se mantém na condução política e econômica por meio de sua revolução-restauração profundamente antipopular. O caso brasileiro se mostrou como um contrassenso, no qual as forças contrarrevolucionárias, se apresentam e fazem a “revolução” à sua maneira.

das Forças Armadas; preservação do programa nuclear paralelo; preservação da autonomia das Forças Armadas quanto à doutrina militar, à segurança nacional, à concepção estratégica e ao desenvolvimento tecnológico. Enfim, o preparo autárquico das Forças Armadas não seria alterado; não-julgamento das Forças Armadas por seu envolvimento e suas responsabilidades na repressão política”. (OLIVEIRA, 1994, p. 111). Evidentemente que essa tutela se confirma com o amplo auxílio político e material consentido pela Aliança Democrática, quando no poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *Diretas Já* concretizaram a crise do regime ditatorial, uma vez que colocaram em xeque a possibilidade do regime em operar, por si só, em consonância com o bloco no poder, um governo sucessório a puro gosto dos setores governistas. Em outras palavras, as *Diretas* obrigaram o regime a aceitar a negociação com a oposição. Mais: em aceitar a relativa autonomia desta oposição burguesa na condução da negociação para o processo sucessório, consolidado na Aliança Democrática. O movimento pelo sufrágio imediato foi o ponto fora da curva que obrigou o regime a se configurar frente as novas pressões que vinham de baixo, mudando e tensionando a correlação de forças.

Nesse sentido, abriu-se a brecha para o campo de interlocução liberal assumir definitivamente os rumos da condução política ao longo do processo de transição, assumindo uma perspectiva mudancista que cooptou a perspectiva transformadora que o movimento pelas *Diretas Já* possuía. Essa cooptação fica visível quando vemos as diferenças do movimento de 1983, liderado pela oposição antiautocrática, para o movimento em 1984, liderado pela oposição burguesa.

Cooptação operacionalizada pelo campo de interlocução liberal no sentido de trazer para si o ponto de vista transformador e anti-institucional do movimento que, por meio da passivização e do transformismo capitaneado pela oposição burguesa, fez o movimento ser único e exclusivamente pelo voto direto, pelo fim do regime ditatorial. Fez de um movimento potencialmente transformador se figurar em alguma forma de “festa política”, em um momento de “comoção nacional” e entretenimento, os quais funcionaram, na prática, como formas de passivização.

Essa cooptação levada a cabo pela oposição burguesa logrou êxito no sentido de agregar dividendos, principalmente, na figura de Tancredo Neves que se utilizou destes dividendos como moedas de troca para conseguir não só apoio político, mas também apoio de setores militares e do bloco no poder, podendo assim engendrar a síntese de sua ação política ao longo da transição e das *Diretas*: o pacto social, que, ao fim e ao cabo, era uma forma de transferência do ônus econômico para a classe trabalhadora, desonerando, tal como a ditadura civil-militar o fez, as frações empresariais do bloco no poder. Acepção essa que fica mais compreensível quando notamos que o ministro da Fazenda indicado a dedo por Tancredo era o seu próprio sobrinho Francisco Dornelles, operador de uma plataforma econômica de corte de gastos, ortodoxa.

A configuração policlassista do movimento, possibilitava ver as nuances que marcaram sua trajetória. Diferentemente de praticamente toda a bibliografia que buscou versar sobre o tema⁵⁶¹, e que analisou o movimento por meio de uma perspectiva linear, unilateral e homogênea, tentamos ver as *Diretas* por seus diferentes ângulos e ênfases, prática esta que se faz necessária ao analisar um movimento de tamanha proporção quantitativa e qualitativa. Tal bibliografia citada não vê as *Diretas Já* com contradições internas e com disputa de hegemonia entre os partidos políticos que integravam o movimento, não assume a liderança do PT e sua importância para o início da campanha em 1983. Único autor que passa perto dessa perspectiva, mas sem algum argumento mais incisivo foi Vanderlei Elias Nery com sua tese de doutorado transformada em livro. Em suma, para estes autores, foi uma campanha monocromática, dividida por nós em dois grupos: para o primeiro, a campanha foi direcionada exclusivamente pelo PMDB, perspectiva esta marcada por um viés crítico e, até, de corte marxista, baseado na dominação burguesa do movimento; para o segundo grupo, as *Diretas* foram um movimento “suprapartidário”, marcado por uma perspectiva que reafirma as aparências do movimento, tendo um corte analítico propriamente liberal, não traz à baila a contradição e nenhuma forma de disputa, como também transforma o movimento pelas *Diretas*, unilateralmente, em uma grande apoteose, uma verdadeira festa política, apagando os conflitos. De uma forma ou de outra, as duas perspectivas não trazem a correlação de forças entre as duas oposições à ditadura que disputaram o movimento e que buscamos defender neste trabalho.

Desta forma, conforme vimos ao longo deste terceiro capítulo, as *Diretas Já* foram um movimento em constante disputa entre a oposição antiautocrática que buscou hegemonizar os Comitês Estaduais e Nacional pró-Diretas, e a oposição anticesarista, fortalecida por ter melhores condições materiais e os estados para conduzir o movimento. Essa disputa se inicia em São Paulo, no dia 27 de novembro de 1983, quando a oposição antiautocrática, se aproveitando das vacilações do PMDB acerca das *Diretas*, conseguiu colocar na praça Charles Miller cerca de 15 mil manifestantes.

Esse fato obrigou o PMDB a entrar na campanha e assumir sua direção, pois não seria estratégico para a oposição burguesa ter um movimento social crescente e potencialmente transformador nas rédeas da oposição antiautocrática, uma vez que: primeiro, quanto mais o

⁵⁶¹ BERTONCELOS, Edison. *A campanha das Diretas e a democratização*. São Paulo: Editorial Humanitas, Fapesp, 2007; LEONELLI, Domingos. OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004; RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003; NERY, Vanderlei Elias. *Diretas Já: a luta pela redemocratização*. Curitiba: Ed. Prismas, 2015; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

movimento crescesse, mais fora do controle de seus dirigentes poderia ficar e; segundo, caberia à oposição antiautocrática direcionar a insatisfação transformadora que o movimento carregava consigo dentro de uma perspectiva anti-institucional de cunho democrático e popular e, até mesmo, socialista, rompendo com as forças que alimentaram e conduziram tanto o regime quanto a transição conservadora.

Outro ponto substancial trazido por nós neste trabalho é a continuidade da oposição antiautocrática em se dispor a assumir a condução da campanha mesmo em 1984. Esses casos podem ser vistos nos dois primeiros comícios do Rio, dos dias 14 de fevereiro e 21 de março de 1984, que não tiveram participação de Brizola e muito menos apoio material do governo estadual, cabendo a oposição antiautocrática levar a cabo as mobilizações, conquistadas por meio do pressionamento do Comitê Estadual pró-Diretas ao governador, que foi obrigado a ceder. Como também foi visível no último comício das *Diretas* ocorrido no Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 de abril de 1984. A oposição antiautocrática estava mobilizada e disposta a assumir a direção do movimento, obrigando Franco Montoro, que depois do comício do dia 25 de janeiro de 1984, se posicionou intransigentemente contra a continuidade das *Diretas* na cidade de São Paulo, a assumir o movimento. Dito de outra forma, foi a oposição antiautocrática que conseguiu manter a continuidade do movimento pelas *Diretas Já*. Se o movimento dependesse única e exclusivamente da oposição burguesa, definharia no final de fevereiro de 1984, conforme vimos acima.

As *Diretas Já* só se desenvolveram por causa do antagonismo presente nas forças políticas que compunham o movimento. Foi o antagonismo, ou seja, a contradição, que logrou vitalidade para a campanha, por um motivo simples: se fosse um movimento exclusivamente da oposição antiautocrática, poderia ser esvaziado por dentro, pelo quadros que o compunham e por fora, pelo regime e pela oposição burguesa, tal como aconteceu com o movimento pró-*Diretas* depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, que passou por permanentes defecções internas da Conclat, do grupo só-*Diretas* do PMDB, do PDT, de Ulysses Guimarães “o pai das *Diretas*”, e, para concluir, dos próprios quadros internos do PT; como também sofreu derrotas por fora, como o enterro da emenda Theodoro Mendes, num “acordo” entre o executivo, legislativo e oposição burguesa, estes últimos pactuados para a negociação e pela transição conservadora; por outro lado, se fosse um movimento exclusivo da oposição burguesa, teria vida curta e pouco dinamismo, duraria, na prática, de janeiro a final de fevereiro de 1984. Pois, o único setor da oposição burguesa que estava de cabeça nas *Diretas Já* no mês de abril era composto pelo PDT e por Brizola, que apoiou consideravelmente o último comício, do dia 10

de abril, no Rio de Janeiro. Finalmente, podemos ver que a vitalidade do movimento foi o seu antagonismo de classe, a contradição inerente impressa endogenamente.

Outrossim, todos os trabalhos que buscaram analisar o movimento pelas *Diretas* marcaram o seu fim no dia 25 de abril de 1984, o que é um equívoco. Conforme visualizamos na parte final do presente capítulo, mesmo após a derrota da emenda Dante de Oliveira, continuou-se a disputa em torno das *Diretas Já*: por um lado, o movimento pró-Tancredo que se mostrava como o real continuador das *Diretas*; por outro, o movimento pró-Diretas da oposição antiautocrática, afirmando a ilegitimidade de uma sucessão pelo Colégio Eleitoral. Nessa disputa, o movimento pró-Tancredo ganhou substantiva força para ser o continuador das *Diretas* pelo nítido apoio do bloco no poder, como também pela adesão de Ulysses Guimarães na defesa do movimento pró-Tancredo, após o sepultamento da emenda Theodoro Mendes em setembro de 1984.

Nosso posicionamento é diverso do oficialmente legitimado. O real continuador do movimento pró-Diretas foi aquele levado a cabo, inicialmente, pela CUT, PT, Conclat, PDT e pelo grupo só-Diretas do PMDB, que incluía Ulysses Guimarães. Isso ocorre pelo simples fato do movimento continuar com as premissas básicas do movimento pelas *Diretas*, porém, sob o manto da emenda Theodoro Mendes. Outro dado interessante é que o movimento pelas *Diretas*, aglutinado em torno da emenda Theodoro Mendes, teve real direção da oposição antiautocrática e por isso mesmo foi completamente neutralizada em benefício da transição conservadora. Consolidou-se assim que a Nova República nascesse da costela da ditadura, por meio das entranhas do regime.

Conforme defendeu Florestan Fernandes, a Nova República seria sangue do seu sangue⁵⁶². A ditadura que se tornou uma tutela, serviria de guia para a democratização brasileira. Democratização que, apesar de ser uma conquista daqueles que se mobilizaram em torno das *Diretas*, acelerando o sepultamento do regime, estaria subsumida aos militares, ao bloco no poder e à oposição burguesa, mas com considerável pressão dos de baixo, sendo as *Diretas Já* um exemplo disso.

Desta forma, ao longo deste trabalho, levando em consideração o primeiro e o segundo capítulos, conseguimos ver como a determinação da via colonial – que gestou uma burguesia autocrática internamente e dependente externamente – em consonância com a revolução passiva entendida no Brasil como uma forma de preservação e restauração, de cunho regressivo, continuaram implicando os rumos da transição conservadora, que, pelo alto, sedimentou

⁵⁶² FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p. 19.

inúmeros dispositivos autocráticos criados no regime ditatorial, como a Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, Estatuto da Terra, entre outros, institucionalizando, na transição, a autocracia burguesa, próprio do caráter regressivo e restaurador da revolução pelo alto.

No segundo capítulo, vimos como se organizou e se recompôs o bloco no poder para enfrentar o processo de transição sem maiores perdas e concessões para os de baixo. Processo esse que se configurou por intensas negociações e recomposições de uma burguesia que começava a ver no regime ditatorial a causa de seus problemas, muito embora, outrora, tenha sido a resolução.

Essa recomposição acabou sendo coroada a partir das sucessivas derrotas de emendas que prezavam um mínimo de participação popular no processo de transição. Recomposição engendrada em torno de uma “santa aliança” contra as eleições *Diretas*. Essas derrotas da emenda Dante de Oliveira são percebidas pelas diversas tentativas de tolhimento por dentro do movimento, pelas vacilações da oposição burguesa, bem como a sua tentativa de definhar a campanha em março de 1984, em prol da negociação com o regime. Além do mais, após a derrota da emenda Dante de Oliveira, o enterramento à força da emenda Theodoro Mendes, que foi levada a cabo pela oposição antiautocrática num período que vai de maio a outubro de 1984. Ou seja, se seguiu a opção conservadora e regressiva tomada pela oposição burguesa em conformidade com o regime, o próprio movimento pró-Tancredo era publicamente visto com bons olhos pelo presidente Figueiredo que, inclusive, manifestou interesse em participar das mobilizações⁵⁶³.

Assim buscou-se, neste trabalho, evidenciar primeiramente: como o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro influenciou no processo de transição, por meio de sua estrutura historicamente autocrática e; segundo, como o bloco no poder mais a oposição burguesa se recompõem num consenso em torno das indiretas, detonando qualquer perspectiva popular que nascesse no processo de transição. Por fim, como as *Diretas Já*, tornaram-se uma intensa inflexão neste processo, configurando-se num campo aberto de conflito entre projetos políticos e sociais. Uma disputa de hegemonia marcada pela oposição anticesarista e antiautocrática, eliminando a possibilidade de preservação da unidade do regime, bem como seu protagonismo no processo sucessório. O campo de interlocução liberal, marcado por uma aliança policlassista, assim como foi nas *Diretas*, retirou do governo a capacidade de direção na arena de disputa política, obrigando-o a ter que negociar com a oposição.

⁵⁶³ “Comício da Sé decepciona”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, n° 20.338, 08 de dezembro de 1984, p. 01.

A contradição primeira da Nova República aparentemente democrática, mas profundamente marcada pela autocracia burguesa de desenvolvimento, foi a opção do Colégio Eleitoral em detrimento das demandas populares impressas tanto no programa da oposição antiautocrática quanto nas *Diretas Já*. O Colégio Eleitoral ao mesmo tempo em que foi o berço da Nova República, marcou, de antemão, o seu leito de morte⁵⁶⁴, configurado pela preservação da revolução passiva, da cooptação, do transformismo, da passivização, e pela permanente composição pelo alto de cunho conservador e antipopular.

Antipopular decorrente do sentido em que o movimento pelas *Diretas Já*, e posteriormente com o movimento pró-Tancredo e Aliança Democrática, foram tomando ao longo do tempo por intermédio da análise de sua cúpula política. Apesar dos dois movimentos serem substancialmente de massas, a cúpula em torno de Tancredo Neves concretizou um plano político e econômico para a transição baseado em pressupostos conservadores nos aparatos econômico e político, tais como: não “revanchismo”⁵⁶⁵; pacto social; combate à inflação por meio do monetarismo orientado na drástica redução de emissão de papel moeda; e corte nos gastos estatais e sociais.

As *Diretas Já* foram o exemplo concreto de como uma campanha popular operou, ao mesmo tempo, com o dinamismo antipopular, tendo uma trajetória longa que foi coroada com o movimento pró-Tancredo, no qual, de forma forjada, se apresentou como o sucessor das *Diretas*, para assim legitimar, às custas da mobilização popular, a sucessão pelo alto e antipopular. O que estava em jogo neste processo de transição era a não abolição da autocracia burguesa no Brasil e esse caminho foi optado e pelo conjunto do bloco no poder para salvaguardar seus privilégios econômico e políticos. As sucessivas derrotas das *Diretas Já* foram fenômenos desse processo, manifestados pela intensa luta política que, porém, compeliu para substantiva alteração do quadro de relações de força no processo de transição, dado que, se as *Diretas Já* se configuraram como um complexo campo de disputa hegemônica, logo esta foi marcada por intensas relações de força imprescindíveis para a alteração das condições estabelecidas objetivamente.

⁵⁶⁴ FLORESTAN, Fernandes. *Ibidem*, p. 20.

⁵⁶⁵ Termo que traz consigo uma armadilha interpretativa, uma vez que investigar os crimes cometidos pelo Estado ditatorial, bem como a permanente e sistemática violação dos direitos humanos exercido por militares e policiais do DOI-CODI e DOPS, seria uma espécie de “revanche” e não uma investigação, punição e “reparação” dos graves crimes cometidos pelo Estado. Tancredo Neves incorporou esse termo ao seu programa político de transição – muito utilizado pelos próprios militares – para se mostrar confiável não só para a linha dura do regime, mas igualmente para o comando militar em geral. A impunidade perpetrada através da adesão ao não “revanchismo” por parte da oposição burguesa, já mostrou por si o conteúdo antipopular impresso no processo de transição pela cúpula política que, com anuência do regime e, pessoalmente, de Figueiredo que se mostrava simpático à figura de Tancredo, contribuiu para a não investigação de policiais e militares que assassinaram e executaram “livremente” durante a ditadura.

REFERÊNCIAS

FONTES

Periódicos

Alicerce da Juventude Socialista

Alicerce da Juventude Socialista: São Paulo, n° 42, 17 a 24 de fevereiro de 1984.

Alicerce da Juventude Socialista: São Paulo, n° 43, 24 de fevereiro a 09 de março de 1984.

Alicerce da Juventude Socialista: São Paulo, n° 46, 23 a 30 de março de 1984.

Voz da Unidade

Voz da Unidade: São Paulo, n° 137, 13 a 19 de janeiro de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 141, 24 de fevereiro a 02 de março de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 143, 10 a 16 de março de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 150, 28 de abril a 04 de maio de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 156, 09 a 15 de junho de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 157, 16 a 22 de junho de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 159, 30 de junho a 06 de julho de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 161, 14 a 20 de julho de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 175, 20 a 26 de outubro de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 181, 01 a 07 de dezembro de 1983.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 184, 05 a 11 de janeiro de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 185, 14 a 20 de janeiro de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 190, 18 a 24 de fevereiro de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 199, 05 a 11 de maio de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 207, 30 de junho a 06 de julho de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 213, 11 a 17 de agosto de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 214, 18 a 24 de agosto de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 216, 01 a 07 de setembro de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 218, 15 a 21 de setembro de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 219, 22 a 28 de setembro de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 223, 20 a 26 de outubro de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 228, 23 a 29 de novembro de 1984.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 236, 02 a 08 de fevereiro de 1985.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 237, 9 a 14 de fevereiro de 1985.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 240, 9 a 15 de março de 1985.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 244, 6 a 12 de abril de 1985.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 247, 27 a 3 de maio de 1985.

Voz da Unidade: São Paulo, n° 250, 18 a 24 de maio de 1985.

Folha de São Paulo

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.725, 05 de abril de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.735, 15 de abril de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.756, 06 de maio de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.797, 16 de junho de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.922, 19 de outubro de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.951, 17 de novembro de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.960, 26 de novembro de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.961, 27 de novembro de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.962, 28 de novembro de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.965, 1 de dezembro de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.971, 07 de dezembro de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.972, 8 de dezembro de 1983.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 19.996, 01 de janeiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.003, 8 de janeiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.006, 11 de janeiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.007, 12 de janeiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.008, 13 de janeiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.010, 15 de janeiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.019, 24 de janeiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.021, 26 de janeiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.029, 03 de fevereiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.038, 12 de fevereiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.043, 17 de fevereiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.046, 20 de fevereiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.049, 23 de fevereiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.051, 25 de fevereiro de 1984.

Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.059, 04 de março de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.062, 07 de março de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.069, 14 de março de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.070, 15 de março de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.076, 21 de março de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.077, 22 de março de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.078, 23 de março de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.091, 5 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.093, 07 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.097, 11 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.101, 15 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.103, 17 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.109, 23 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.110, 24 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.111, 25 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.113, 27 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.114, 28 de abril de 1984.
Folha de São Paulo: São Paulo, n° 20.338, 8 de dezembro de 1984.

Jornal do Brasil

Jornal do Brasil: Rio de Janeiro, n° 58, 05 de junho de 1983.
Jornal do Brasil: Rio de Janeiro, n° 65, 12 de junho de 1983.

O Globo

O Globo: Rio de Janeiro, 16 de junho de 1983.
O Globo: Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1983
O Globo: Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1984.
O Globo: Rio de Janeiro, 9 de março de 1984.
O Globo: Rio de Janeiro, 23 de março de 1984.
O Globo: Rio de Janeiro, 7 de abril de 1984.

O Trabalho

O Trabalho: São Paulo, n° 232, março de 1984.

Em Tempo

Em Tempo: São Paulo, nº 167, 2 a 15 de junho de 1983.

Em Tempo: São Paulo, nº 177, 20 de outubro a 02 de novembro de 1983.

Em Tempo: São Paulo, nº 179, 1 a 15 de dezembro de 1983.

Em Tempo: São Paulo, nº 181, 26 de janeiro a 8 de fevereiro de 1984.

Em Tempo: São Paulo, nº 182, 5 a 18 de fevereiro de 1984.

Em Tempo: São Paulo, nº 184, 02 a 15 de março de 1984.

Em Tempo: São Paulo, nº 189, 24 de maio a 7 de junho de 1984.

REVISTAS E ARTIGOS DE JORNAL

AIDAR, Marcos. “São Paulo deve parar amanhã para exigir diretas já”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.101, 15 de abril de 1984.

ARRAES, Miguel. O PMDB e o Regime. In: *Revista do PMDB*, 2ª edição, nº 05, 1983.

BRICKMANN, Carlos. “Em Curitiba, 50 mil pedem diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.008, 13 de janeiro de 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. PMDB: um partido de massas? In: *Revista do PMDB*, nº 01, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio *et al.* *Encontros com a Civilização Brasileira*. Volume 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREITAS, Galeno de. “Vidigal quer parlamentarismo e diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.972, 8 de dezembro de 1983.

KOTSCHO, Ricardo. “Minas sai às ruas para exigir eleições diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.051, 25 de fevereiro de 1984.

_____. “Na Sé, um brado retumbante pede eleições diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.021, 26 de janeiro de 1984.

_____. “Um domingo de bandeiras, no Pacaembu sem futebol”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 19.962, 28 de novembro de 1983.

ROSSI, Clóvis. “São Paulo faz a maior manifestação política do País”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.103, 17 de abril de 1984.

_____. “A TV e as Diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.093, 07 de abril de 1984.

RUSSO, João. “Passa moleque”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.109, 23 de abril de 1984.

SGANZERLA, Eduardo. “O Paraná se mobiliza pelo comício pró-Diretas”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.003, 8 de janeiro de 1984.

SOARES. Gláucio Ary Dillon. “A chave do enigma”. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.097, 11 de abril de 1984.

SOUZA, Hamilton de. “Diretas geram um novo “marketing””. *Folha de São Paulo*: São Paulo, nº 20.007, 12 de janeiro de 1984.

DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS E SINDICAIS

ALICERCE DA JUVENTUDE SOCIALISTA – BOLETIM INTERNO, nº 11. São Paulo, 21 de março de 1984.

ARQUIVO NACIONAL. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI). Manifestação dos desempregados em São Paulo. 5 de abril de 1983.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA CENTRAL. As organizações subversivas e a campanha pelas eleições diretas. Brasília, 10 de abril de 1984.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA CENTRAL. Orientação aos parlamentares pedessistas sobre como votar na emenda Dante de Oliveira. Brasília, 29 de fevereiro de 1984.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA CENTRAL. A comunicação social e o movimento pró-diretas (MPD). Brasília, 27 de janeiro de 1984.

_____. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - REUNIÃO COM AS LIDERANÇAS DO PDS, DIA 08/03/1984. Assunto: discussão sobre a emenda das “diretas”. Brasília, 08 de março de 1984.

COMITÊ NACIONAL SUPRAPARTIDÁRIO PRÓ-DIRETAS. CÂMARA DOS DEPUTADOS. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO. Brasília, 4 de abril de 1984.

COMISSÃO PELA LEGALIZAÇÃO DO PCDO BRASIL – AO POVO PAULISTA. São Paulo, 25 de abril de 1984.

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA – O POVO QUER DIRETAS. São Paulo, 02 de julho de 1984.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. I CONGRESSO DA CUT. SITUAÇÃO POLÍTICA – RESOLUÇÕES. São Bernardo do Campo – SP. 26, 27 e 28 de agosto de 1984.

_____. COMUNICADO CUT, CONCLAT E ANDES. Brasília, 26 de abril de 1984.

_____. ESTADUAL DE SÃO PAULO. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA CUT. Anexo 1. CUT: São Paulo, agosto de 1984.

_____. VAMOS PARA O BRASIL NO DIA 25 DE ABRIL. Brasília, 04 de abril de 1984.

_____. POSIÇÃO DA CUT SOBRE O PACTO SOCIAL. São Paulo, 16 de novembro de 1984.

_____. MINAS VOLTA À PRAÇA PELA DIRETAS. Agosto de 1984.

CONCLAT. DELIBERAÇÃO DOS CONGRESSOS DE TRABALHADORES – CONCLAT E CUT. São Paulo, 19 de dezembro de 1983.

_____. RELATÓRIO GERAL DAS RESOLUÇÕES. I CONCLAT. São Bernardo do Campo – SP, 02 de setembro de 1983.

GUIMARÃES, Ulysses. *A Travessia*. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 24 de agosto de 1983, pelo presidente do Diretório Nacional do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Eleições presidenciais. Março de 1984.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO - PANFLETO. ELE ESTÁ NO MEIO DE NÓS. São Paulo, março de 1985.

MR-8 e PCR: comunicado aos trabalhadores e ao povo brasileiro sobre a unificação do Partido Comunista Revolucionário (PCR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. “Pela unidade de todos os democratas e patriotas”. São Paulo, agosto de 1981.

ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONALISTA – BOLETIM INTERNO, nº 1. São Paulo, 28 de janeiro de 1984.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. TANCREDO NEVES, PRESIDENTE! – POVO DE SÃO PAULO. São Paulo, novembro de 1984.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. DIRETAS JÁ: oportunistas e carreiristas do PMDB traem a luta. São Paulo, março de 1984.

_____. CONTRIBUIÇÃO AO ENCONTRO ESTADUAL DO PT-SP. São Paulo, fevereiro de 1984.

_____. BOLETIM NACIONAL. ORGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Projeto político do PT. São Paulo, 20 de novembro de 1983.

_____. A situação nacional e projetos políticos (análise de conjuntura). 15 de abril de 1983.

_____. CIRCULAR N° 27/84. COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E PROPAGANDA. São Paulo, 29 de março de 1984.

_____. URGENTE – CONTINUIDADE DA CAMPANHA DIRETAS JÁ. CIRCULAR, n° 36/84. São Paulo, 03 de maio de 1984.

_____. REUNIÃO DO DIRETÓRIO REGIONAL - PT. São Paulo. 14 de janeiro de 1984.

REFERÊNCIAS:

ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

GROS, Denise Barbosa. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Tese de doutorado em ciências sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

HOEVELLER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Volume I. Março de 2015, 479 f. Dissertação de mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFF), 2015.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no Brasil pós-1964: profissão e participação política*. XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 1993.

MOTTA, Luiz Eduardo. *Poulantzas e o seu diálogo com Foucault: Direito, Estado e Poder*. In: 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2009, Campinas. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: Cemarx, 2009. v. 1. p. 1-12.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gelsom Rozentino; LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, hegemonia e luta de classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru – SP: Canal 6, 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

ASSIS, José Carlos de. *A chave do tesouro: anatomia dos escândalos financeiros no Brasil 1974-1983*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *A dupla face da corrupção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2013.

BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar: 1974.

BERTONCELOS, Edison. *A campanha das Diretas e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

BIANCHI, Alvaro. *Um ministério dos industriais: a Federação da Indústria do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2010.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (org.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989.

_____. Introdução. In: GÓES, Walder de; CAMARGO, Aspásia. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____; GÓES, Walder de. *O drama da sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar 1964-1988*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. Modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Théó Araújo (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

CARDOSOS, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHASIN, José. *A miséria brasileira (1964-1994): do golpe militar à crise social*. Santo André: Editora Ad Hominem, 2000.

_____. *Política: a determinação ontonegativa da politicidade*. São Paulo: Ed. Ad Hominem, 2000.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

COTRIM, Livia. O capital atrofico: da via colonial à mundialização. In: CHASIN, José. *A miséria brasileira: do golpe militar à crise social 1964-1994*. Santo André-SP: Ed. Ad Hominem, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Prefácio à segunda edição. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *et al. Realismo & anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COVRE, Maria de Lourdes M. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Empresariado e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas-SP: Ed. Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modos de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.

_____. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Ed. Sundermann, 2006.

_____. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto *et. al. O Complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985.

DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'Araujo, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. *O jogo da direita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

_____. *A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Ed. Espaço e Tempo, 1986.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª edição. São Paulo: Global, 2010.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5ª edição. São Paulo: Global, 2008.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.

_____. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____. *A ditadura em questão*. 2ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula e GRIN, Monica (org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 3ª edição. Rio de Janeiro: EPSJV/Ed. UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. *O Brasil pós- "milagre"*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. *Cadernos do cárcere*. Volume 1. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. *Cadernos do cárcere*. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do cárcere*. Volume 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IANNI, Octávio. *As origens agrárias do Estado brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KECK, Margaret. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil. Diário da Campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAPA, Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social, II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Barcelona-México: Grijalbo, 1968.

MACIEL, David. Ditadura militar, transição política e hegemonia neoliberal no Brasil. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi e SILVA, Marcio Antônio Both (org.). *Ditadura, transição e democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

_____. A Aliança Democrática e a transição política no Brasil. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª edição. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. *Dialética da dependência*. Petrópolis-RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Grundrisse. Manuscritos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- _____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *A miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, volume II. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, volume I. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. *Sociologia política marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente (1964-1992)*. 4ª edição. São Paulo, Ática, 2004.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MILIBAND, Ralph. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MOISÉS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

O'DONELL, Guilherme; SCHMITTER, Philippe C. e WHITEHEAD, Laurence (org.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Dante de; LEONELLI, Domingos. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas-SP: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

ORTIZ, Raul Scalabrini. *Política britânica no Rio da Prata*. Florianópolis: Insular, 2014.

PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução brasileira/ A Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *A evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

_____. *A transição como forma de dominação política: o Brasil na era da abertura 1980-1984*. Londrina: Ed. UEL, 1966.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Global, 2005.

RODRIGUES, Alberto Tossi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir Simão. *Da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990.

SALLUM JR. Brasília. *Labirintos: Dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Transição política e crise de Estado. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M (org.). *Lições da década de 80*. São Paulo: Ed. USP; Genebra: UNRISD, 1995.

SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e transição: as armas de Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 6ª edição. São Paulo: Editora 34, 2000.

SILVA, Adroaldo Moura da *et al.* *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Ed. Gazeta Mercantil Jornalística, 1983.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”: interpretação crítica da economia brasileira*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia: capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1986.

VIANNA, Luís Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

_____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VILELA, Teotônio. *Projeto emergência*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1983.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

APÊNDICE – Principais manifestações pelas *Diretas Já*

	Dia/mês/ano	Cidade	Estado	Manifestantes
1	15/06/1983	Goiânia	GO	15 mil
2	27/11/1983	São Paulo	SP	15 mil
3	05/01/1984	Olinda	PE	15 mil
4	12/01/1984	Curitiba	PR	50 mil
5	20/01/1984	Salvador	BA	15 mil
6	21/01/1984	Vitória	ES	10 mil
7	25/01/1984	São Paulo	SP	300 mil
8	26/01/1984	João Pessoa	PB	10 mil
9	26/01/1984	Santos	SP	6 mil
10	27/01/1984	Olinda	PE	30 mil
11	29/01/1984	Maceió	AL	20 mil
12	14/02/1984	São Luís	MA	15 mil
13	14/02/1984	Rio de Janeiro	RJ	50 mil
14	17/02/1984	Recife	PE	12 mil
15	18/02/1984	Manaus	AM	6 mil
16	19/02/1984	Capão da Canoa	RS	50 mil
17	19/02/1984	Osasco	SP	25 mil
18	20/02/1984	Cuiabá	MT	15 mil
19	23/02/1984	Belo Horizonte	MG	300 mil
20	25/02/1984	Taguatinga	DF	1 mil
21	26/02/1984	Aracaju	SE	30 mil
22	29/02/1984	Juiz de Fora	MG	30 mil
23	08/03/1984	Anápolis	GO	20 mil
24	21/03/1984	Rio de Janeiro	RJ	200 mil
25	23/03/1984	São B. do Campo	SP	20 mil
26	24/03/1984	Campo Grande	MS	40 mil
27	02/04/1984	Londrina	PR	50 mil
28	04/04/1984	Recife	PE	80 mil
29	06/04/1984	Natal	RN	50 mil
30	07/04/1984	Petrolina	PE	30 mil
31	10/04/1984	Rio de Janeiro	RJ	1 milhão
32	12/04/1984	Goiânia	GO	24 mil
33	13/04/1984	Porto Alegre	RS	200 mil
34	16/04/1984	São Paulo	SP	1,5 milhão
	Total			4,234.000 milhões

Fontes: *Folha de São Paulo*; LEONELLI & OLIVEIRA, 2004.